

Defesa Nacional



EXÉRCITO — MARINHA — AERONÁUTICA

Ns. 566 e 567

BRASIL

DIRETORIA ELEITA PARA O EXERCÍCIO DE 1961/1964

DIRETOR-PRESIDENTE

Gen Aurélio Alves de Souza Ferreira

DIRETOR-SECRETARIO

Major José de Sá Martins

DIRETOR-GERENTE

Ten-Cel João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gen Armando Batista Gonçalves

Ten-Cel Hugo de Andrade Abreu

CONSELHO FISCAL

Cel Golbery do Couto e Silva

Major Amerino Raposo Filho

Major Sady de Almeida Vale

SUPLENTES

Cel Olympio de Sá Tavares

Cel Floriano Moller

Major Germano Seidl Vidal

CHEFIA

De Publicidade — Major Lauro Lima Santos

PEDE-SE PERMUTA

PIDESE CANJE

SI RICHIENDE LO SCAMBIO

WE ASK FOR EXCHANGE

ON DÉMANDE L'ÉCHANGE

ONI PETAS INTERSAGON

MAN BITTET UM AUSTAUSCH

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano
XLVIII

Rio de Janeiro, GB — Set e Out de 1961

Números
566-567

SUMÁRIO

ASSUNTOS MILITARES

	Págs.
Caxias e a Guerra Insurrecional Farrapa — Major Hernani D'Aguilar.....	2

CANDIDATO À ECEME

I — Estados Geográficos Militares — Rio Grande do Sul e Fronteiras Meridionais — Ten-Cel Walter dos Santos Meyer	22
II — Análise da Nossa Evolução Histórica — Prof Angelo Raimundo	29
III — Sugestões para a Resolução da Prova de Inglês do Concurso de Admissão à ECEME — Exercícios — Ten-Cel Celso dos Santos Meyer	58

DOCTRINA MILITAR BRASILEIRA

I — Guerra Revolucionária — Partisans, a Força Esquecida — Capítulo Thomas W. Collier	59
II — A Longa Marcha de Mao Tse Tung — Edgar Snow	65

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

A Formação dos Infantes na Evolução do Ensino Militar em Nossa País	77
Aba de Fundação do Corpo de Cadetes da Escola Militar	87

HISTÓRIA

Os Grandes Mestres Militares do Passado — General-de-Brigada Professor Moacyr Lopes de Rezende	91
--	----

GEOGRAFIA

Págs.

✓ Estado Geográfico do Uruguai — Ten-Cel Darcy Alvares Noll	95
✓ 'Santos Dumont — Gênio Inventor e Patriota — Maj Germano Seidl Vidal	125

ASSUNTOS DIVERSOS

✓ Aspecto da Penetração Soviética nos Países Subdesenvolvidos — Philippe Schneyder	127
✓ Justiça Militar — A Descrição e seus Aspectos — Cap Geraldo Sampaio Vaz de Mello	145
✓ Centro de Estudos Nucleares do Exército, Marinha e Aeronáutica — Maj José Murillo Beurem Ramalho	149





CAXIAS E A GUERRA INSURRECIONAL FARRAPA

Major HERNANI D'AGUIAR
Instrutor da ECENE

Palestra pronunciada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército em comemoração à SEMANA DE CAXIAS.

SUMÁRIO

1. PROÉMIO

- a) INTRODUÇÃO
- b) PROCESSO LIBERTÁRIO DA AMÉRICA LATINA

2. A REVOLUÇÃO DE 1835 — 1845

- a) EVENTOS ATÉ CAXIAS
- b) CAXIAS

3. EPILOGO

- a) FARROUPILHA COMO GUERRA INSURRECIONAL
- b) CAXIAS: PARADA E RESPOSTA A INSURREIÇÃO
- c) EXALTAÇÃO

1. Proêmio

a) Introdução

Duas formas de guerra continuam empolgando o pensamento militar universal:

- A Atômica
- A Insurrecional.

esta última, em particular, no seu moderno aspecto revolucionário.

A Guerra Atômica escreveu na História duas páginas breves, apesar de decisivas: HIROSHIMA e NAGASAKI. E isto foi tudo. Não há experiência anterior nem qualquer outro fundamento concreto. A doutrina que está sendo elaborada repousa em hipóteses, assenta sobre prognósticos — é toda futuro.

A Guerra Insurrecional, ao contrário, carrega consigo um enorme acervo de experiência: viveu com os maiores guerreiros da antiguidade oriental; testemunhou as derrotas infligidas pelos Partos, por VIRIATO e SERTÓRIO aos romanos (os maiores soldados da antiguidade clássica); nas patas aligeras dos corcéis hunos e mongóis assolou a EUROPA e flagelou o mundo medieval; entrou pela Idade Moderna corporificada pela Revolução Francesa e fez eclipsar a estréla do maior general de todos os tempos nas glebas ibéricas; agora, em plena Idade Contemporânea, rediviva, remoçada, enriquecida, com novas características — mais ambiciosa, perigosa, psicológica, sinistra.

Por essa razão está sendo profundamente estudada pelos organismos militares das nações.

Foi passado. É presente. Será futuro.

No Brasil essa forma de guerra vem recebendo dos altos escalões das Forças Armadas a prioridade que merece. E, ao ingressar nesse importante setor, NOSSO PAIS é mais do que mero espectador porque colabora com vasta experiência. A História Pátria registra inúmeros exemplos de Guerra Insurrecional. Temo-la presente nas Lutas contra os holandeses, nos choques emboabas, nas tropelias dos Guaicurus e Paiaguás na calha do Rio Paraguai; presente na Balaiada, nas cavalgatas do Barão do Jacui, na Campanha de Canudos; presente no Contestado, na Revolução de 1893, na longa marcha da Coluna PRESTES, e — deixamo-la propositalmente para o fim — presente na EPOPEIA FARROUPILHA DE 1835 — 1845.

Esta Revolução servirá de "background" para a homenagem que prestamos a Caxias neste 158º aniversário do seu nascimento.

b) *Processo Libertário da América Latina*

O mapa da América Latina apresenta diante da dezena de países de "fala espanhola" o bloco uno, coeso, indiviso do Brasil. A explicação desse fenômeno geográfico pode ser encontrada no processo libertário ocorrido com uns e outro.

É que os descendentes dos espanhóis, antes mesmo de se haverem emancipado politicamente, haviam rompido com seus colonizadores, em virtude do sistema colonial por estes adotado, que os oprimia e explorava. "E por isso quando pensaram em se organizar politicamente, não tendo principes de sangue, buscaram chefes de prestígio pessoal e, em vez de regimes fundados na tradição, preferiram instituições em que a

autoridade decorria da vontade do povo e podia recair, indistintamente, sobre qualquer cidadão. E a história americana foi se fazendo aqui mesmo, original e impetuosa, copiando dos largos e dilatados horizontes que a emolduravam esse anseio insopitável de liberdade, essa flama de individualismo que são as arestas mais vivas do caráter americano".

Tôda a tentativa de erigir império falhou com Iturbide, Maximiliano, Dessaline; os grandes libertadores como Bolívar, San Martin, Sucre e O'Higgins foram impotentes para disciplinar e organizar as nações que auxiliaram a tornar soberanas.

No Brasil, o problema apresentou nuances diferentes — um governante português viu-se forçado a transmigrar, com sua família e corte, para este lado do Atlântico, criando condições bem diversas das vividas pelas demais colônias latinas. O Brasil elevado a Reino Unido a Portugal e Algarves passou a ser, em verdade, a sede da Monarquia Portuguesa. Quando D. João retornou a Lisboa, deixou um Brasil que, em menos de três lustros, recuperara 30 anos de sua vida colonial. Apresentava ele uma maturidade política que, compreendida, perfeitamente, pelo monarca, levou-o, num lance assaz inteligente, a entregar ao seu jovem, romântico, nobre, corajoso, embora irrequieto filho, o papel de líder da emancipação brasileira que por isso mesmo prescindiu de uma espada ambiciosa e pôde ser levada a cabo sem grande efusão de sangue.

Mais tarde, o Povo Brasileiro ficou tutor e fiador de Pedro de Alcântara — O órfão da Nação — e num exemplo extraordinário e pouco freqüente, dêle cuidou com desvôlo e carinho até entregar-lhe, intata, a coroa imperial.

Mas, para que isso pudesse ser conseguido, foi necessário fazer abortar alguns atentados contra a Unidade Nacional.

Não existe País que se constitua milagrosamente sem lutas. Nunca houve Nação que se formasse coberta de flôres. As nacionalidades se constróem sofrendo, combatendo, pelejando e derramando sangue.

Entre os edificadores da Nação Brasileira agiganta-se, avulta, cintila o nome de Caxias. Caxias, que assistiu aos seus primeiros passos, que teve na manutenção da Unidade e da ordem os dois grandes "desiderata" de sua vida. Caxias que, no dizer de Borman,

"Se fosse um ambicioso, com seu prestígio e glória, poderia ter sido Cromwell para mais tarde transformar-se em Bonaparte..."

Dentre todos os perigos porque passou a Integridade Territorial Brasileira o maior foi, sem dúvida, o provocado pela Revolução Farroupilha, com a consequente República de Piratini e a tentativa de alastrar à vizinha Província de Santa Catarina (Proclamação da República Juliana) o movimento que tinha por proscênio o Rio Grande do Sul.

"Mutatis mudantis" foi a nossa Guerra de Secesão e, como ela tornou-se uma Guerra de União, retemperando nas pelejas a fibra guerreira dos rio-grandenses e reavivando-lhes o espírito de brasiliade.

2. A Revolução de 1835 — 1845

a) Eventos até Cariás

Forte rivalidade política existia no Rio Grande entre os conservadores, caramurus ou retrógrados de um lado e liberais ou farroupilhas, do outro. Nas mãos fracas do Presidente Fernandes Braga, a administração local relaxara as rédeas do governo e era acusada de reacionária. Outros motivos avultavam como os impostos pesados, as cicatrizes ainda recentes da desastrosa Campanha de 1828, principalmente no que concernia às ciumeiras por questões de comando.

Ouçamos o que a esse respeito nos conta Walter Spalding:

"O rio-grandense vivia de armas às costas, espada na mão, o pé no estribo, defendendo o Brasil contra o estrangeiro. Ao primeiro grito de alarma, quem primeiro corria eram os filhos da Província, os gaúchos. Eram êles que davam o sinal de rebate, a primeira carga, defendiam os lugares mais em perigo e tomavam sobre si as maiores responsabilidades da guerra; sempre de ânimo sereno eram os últimos a depor a espada e a lança nos seus ranchos ao pé da cama, para retomá-las novamente ao primeiro grito de receio do Brasil".

E acrescentava: a metrópole nada disso via ou fingia não ver.

Com a escaramuça da Ponte de Azenha na noite de 19/20 Set de 1835 e a tomada da capital, começa efetivamente a Revolução. Chefiava-a Bento Gonçalves. De início, o movimento era essencialmente reivindicatório e visava, apenas, à deposição do Presidente da Província. Só mais tarde adquiriu outra feição, tomando como escopo a Independência do Rio Grande, sob o regime republicano.

A guerra generaliza-se. Entre os Farrapos ponteiam, além de Bento Gonçalves, os caudilhos Córte Real, Lima e Silva, Neto, Crescêncio, Onofre Pires, Canabarro, Gomes Jardim e, entre os legalistas, Bento Manuel, Marques de Souza, Sebastião Pinto Bandeira, Silva Tavares, Manuel Luís Osório, Francisco Pedro. Nessa guerra a coragem, o denôdo e o heroísmo não constituíam apanágio de um ou de outro partido — vicejavam em ambos — já que ambos eram constituídos da mesma massa. Farrapos e Imperiais vencem e são derrotados, alternadamente, porém, a balança vai pendendo paulatinamente para o lado que possui maiores recursos, onde a estréla de Bento Manuel brilha com mais fulgor — verdadeiro filho querido da vitória.

Pôrto Alegre foi reconquistada e não mais cairia nas mãos dos revoltosos, apesar das muitas tentativas que fizeram. Os Farrapos ganham

o importante combate de Seival e, em seguida, inesperadamente, Neto proclama a Independência do Rio Grande do Sul, que passaria a constituir uma República (11 Set 1836).

- É o instante de maior perigo — o fantasma da secessão ronda pelas coxilhas sulinas. O Chefe da República Oriental, Oribe, com quem Neto tivera algum entendimento, proclamou:

"A República Rio-grandense e a do Uruguai unidas formariam um colosso capaz de resistir à totalidade das falanges brasileiras."

Todavia, o combate da Ilha de Fanfa conjura o perigo e a Revolução quase termina pela perda da maior parte do Exército Republicano e pelo aprisionamento dos principais líderes, como Bento Gonçalves e Onofre Pires.

O movimento entra em colapso e terminaria, por certo, não houvesse o governo central, por motivos políticos, demitido Araújo Ribeiro e colocado em seu lugar o Brigadeiro Antero José de Brito, cuja atuação provocou sério descontentamento. O Brigadeiro passou a perseguir com atos e palavras a Bento Manuel, conduzindo esse militar aos braços da Revolução, que dessa forma ganha novo viço.

Sucedem-se diversos Presidentes na Província mas a Guerra Civil continua sempre. Felizmente, a aventura a Santa Catarina, termina em retirada, circunscrevendo o movimento ao Rio Grande.

Em 22 de agosto de 1840, o Gabinete da Maioridade concedeu amnistia aos rebeldes de todo o Brasil, que deliberassem depor as armas e entregar-se à autoridade legal. Pela atuação exitante do Governo no Sul, o efeito da medida foi quase nulo e, praticamente, não diminuiu o número de insurgentes.

As tentativas de paz fracassam e a luta continuou.

Mas, chegava o começo do fim. Em 28 de setembro de 1842, o Governo Imperial nomeou a Caxias Presidente e Comandante das Armas do Rio Grande do Sul.

Além da excelência da escolha, a reunião em um só indivíduo dos poderes civil e militar possibilitava a tão necessária e não conseguida unidade de esforços.

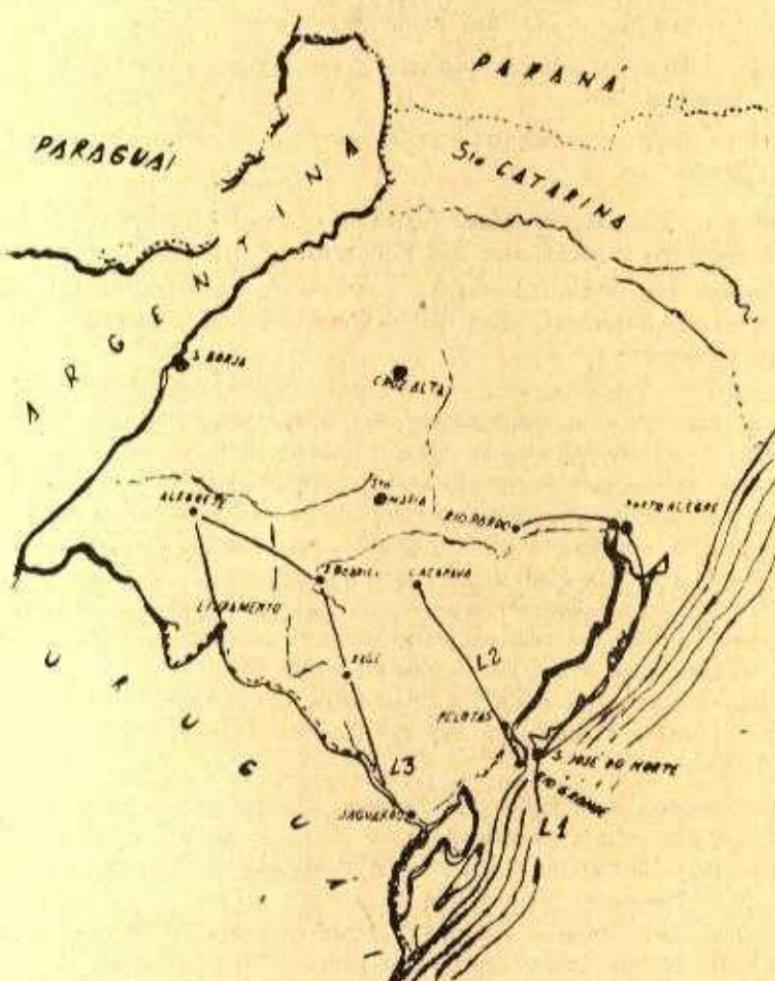
b) Caxias

Caxias assumiu suas funções em Pôrto Alegre no dia 9 de novembro de 1842. Encontrou as operações estacionárias. Os Revoltosos dominavam, efetivamente, um terço do território, muito embora incursionassem por toda a campanha. Pouco mais numeravam do que 3.500 homens, porém de aguerridos soldados, quase todos de Cavalaria e excelentemente montados.

Abasteciam-se, em particular, através de seus aliados uruguaios, em víveres, munições e eqüinos. Todavia, o desastre sofrido por Fruto Rivera no Arroio Grande e o consequente domínio do Uruguai por Oribe, ocorrido alguns dias depois da posse de Caxias, vieram criar-lhes sérios embaraços.

Caxias utilizou contra os Farrapos as suas próprias armas, combatendo a guerilha com a própria guerilha. Aos exímios guerrilheiros farrapos antepôs guerrilheiros tão ou mais hábeis.

Caxias dividiu inicialmente seu Exército em três grupamentos:



1º Cmt Caxias 2.000 homens

Região de Bagé e São Gabriel.

2º Cmt Bento Manuel	3.500 homens
Região de Alegrete.	
3º Cmt Chico Pedro	1.000 homens
Território entre os Rios Camaquã, S. Gonçalo e Jaguarão.	

Seu plano era simples e transparece das diretrizes que baixou:

"Agir com energia, tendo, porém, sempre em vista a pacificação real da Província.

Estancar todas as fontes de abastecimento favoráveis aos Farroupilhas e sitas nas Repúblicas Platinas.

Tirar o máximo proveito desses recursos em favor dos legais.

Procurar aumentar sua Cavalaria até igualar a dos Rebeldes".

Por outro lado, Caxias estava ciente de sua superioridade em Infantaria e Artilharia e soube usar tais vantagens.

Não deu trégua aos adversários, continuando as operações até durante a estação invernosa, coisa que nenhum dos seus antecessores puderá ou ousara fazer.

Batidos em muitos recontros, os Farrapos fogem à destruição internando-se em território uruguai e retornando mais tarde por outros pontos da linha fronteiriça. Triste e constante perspectiva: emigrar e voltar em seguida para vencer ou emigrar novamente.

Era a decadência completa. Dilacerados por dissensões internas, os republicanos foram ficando em situação desesperadora. Já lhes faltavam, até, o entusiasmo e a energia que havia tantos anos os vinham sustentando. Perderam a posse permanente das cidades, depois das povoações e viram-se forçados a peregrinar pelas coxilhas, com um ou outro pouso, quase sempre pontilhados por combates desfavoráveis.

E até — derradeira desdita — o príncipe da Guerrilha, o mágico da surpresa, Canabarro, fôra por sua vez surpreendido em Porangos por Chico Pedro.

Desalentados por completo, os Farrapos começaram a solicitar a paz, a princípio sem grande sinceridade, mas, progressivamente vencidos pela marcante personalidade de Caxias e pela política leal e humana que imprimia à guerra, passaram a desejá-la.

Olharam para Rosas e vendo-o a alentar o sonho de Reconstituição do Vice-Reinado do Prata, sentiram o perigo. Afinal fala com grande sabedoria o adágio inglês: "o sangue é mais espesso do que a água" — apesar de tudo quanto se dissera e escrevera contra o Império durante a Revolução, ainda assim era a Pátria Comum a ser ameaçada pelo estrangeiro.

E aquêles bravos que haviam lutado quase 10 anos por um ideal de verdade, depuseram as armas e aceitaram a paz num tratado honroso entre ambas as partes, onde não houve vencidos, mas irmãos que se abraçavam fitando-a fronteira em perigo.

Epílogo

a) A Farroupilha como Guerra Insurrecional

Um conceito moderno de Guerra Insurrecional, aceito em suas linhas gerais NESTA CASA, define-a como:

"Tôda a sorte de conflitos armados ou terroristas (sabotagem, destruições e guerrilhas), visando ao enfraquecimento do poder militar ou o colapso do poder político de uma nação, provocados por elementos nacionais ou não, estimulados ou apoiados por potência estrangeira."

A Revolução Farroupilha, velha, de mais de um século, não se enquadra totalmente dentro desse conceito na parte em que elle é mais guerra Revolucionária; todavia, podemos sentir pontos de contato na forma de execução, a guerrilha, e na inspiração e apoio estrangeiros.

A Guerra Insurrecional tem por objetivo:

"O domínio da população para a tomada do poder através da queda e dissolução do poder constituído".

Esse elemento não faltou à Revolução Farroupilha. De há longo tempo faziam os liberais ativa propaganda contra os adversários e o governo constituído, a quem chamavam retrógrados e reacionários. Os revoltosos acabaram ascendendo ao poder através da queda e dissolução do governo Fernandes Braga.

A Guerra Insurrecional necessita de condições mesológicas e de ambiência psico-emocional, propícias, que criam o "clima" ideal para sua losão. Em particular:

- Líderes atuantes, ativos e admirados.
- Contradições internas, antagonismos, desigualdades, corrupção e venalidade nos Poderes Públicos.
- Ineficiência das Forças Armadas regulares.
- Área geográfica ampla, fracamente desenvolvida, de acesso difícil e fácil defesa.
- Apoio da população civil.

A Revolução Farroupilha atendeu à maioria desses reclamos; o "clima" era propício porque:

- Havia líderes atuantes e admirados, como Bento Gonçalves, Gomes Jardim, David Canabarro, etc.
- Existia forte antagonismo entre liberais e caramurus. Di-ziam-se os primeiros vítimas de desigualdade e injustiça e

acusavam os Poderes Constituídos Provinciais de corrupção e venalidade.

- As Forças Armadas regulares eram numéricamente insuficientes para cobrir e dominar a Província.
- A área geográfica era ampla, com trechos demográficamente perfeitos, se bem que não fosse difícil seu acesso nem defesa.
- Havia apoio na população civil que, em sua maior parte, era partidária dos liberais. Em consequência, existia proteção e esconderijo nos ranchos e fazendas da Campanha e apoio e conivência nas localidades.

A Guerra Insurrecional, como hoje a entendemos, carrega consigo um conteúdo ideológico, filosófico — político — doutrinário, que nos exemplos desta década apresenta um fundo marxista.

Claro está não ser possível identificar esse "travo" na Revolução Rio-grandense.

Do conjunto das considerações que acabamos de tecer, resulta que a Revolução Farroupilha apenas por extensão poderá ser chamada de Guerra Insurrecional dentro da nomenclatura aceita na atualidade militar, uma vez que lhe faltam algumas das características marcantes dessa forma de guerra. Foi, sim, uma Guerra Irregular, onde campeou soberania, absoluta — a guerrilha.

A guerrilha é a principal arma de que lança mão a Guerra Insurrecional, sendo, aliás, uma de suas técnicas destrutivas de intimidação, juntamente com o terrorismo sistemático e com a sabotagem.

Inferiorizados em força, logo após a 1ª Fase das Operações, viraram-se os Farrapos na contingência de apelar para a "petite guerre", evitando o choque com as forças da legalidade, só o realizando em última instância ou na certeza de uma vitória compensadora.

Quando se analisa imparcialmente a Revolução, é difícil acreditar que os Farrapos julgassem possível derrotar o Império que, em confronto com eles, possuía recursos praticamente ilimitados. Poderiam, sim, visar ao seu desgaste e à desmoralização que gera o desinteresse e a reação da opinião pública nacional. Poderiam, sim, pretender alastrar o movimento, integrando-o com outros realizados nas Províncias de Santa Catarina, S. Paulo, Bahia e no Nordeste.

Sómente desta forma teriam "chance" de vitória.

Para atingir os objetivos a que se propunham os Farroupilhas:

- Atuaram pela multiplicação e repetição de pequenas ações de guerra, algumas bastante bem preparadas.
- Jogaram adequadamente com o terreno, com sua grande extensão e com zonas pouco densas; beneficiaram-se dos rios, dos rincões, das coxilhas, da serra e dos coitos e abrigos fornecidos pelos estancieiros simpatizantes e correligionários.
- Jamais se prenderam demasiadamente a objetivos — terreno, abandonando sucessivamente as 4 capitais que tiveram (Porto Alegre, Piratini, Caçapava e Alegrete). Falharam

- apenas com relação à 1ª que, teimosamente, disputaram aos Imperiais, sofrendo, com isso, enorme desgaste.
- Na Campanha, justamente, foi onde obtiveram seus maiores triunfos. Entenderam o sentido pleno da Guerrilha. Essa guerrilha "que é a estratégia do 1 contra 10, a tática do 10 contra 1 e a ação psicológica do 1 que corresponde a 100." Isso comporta o segredo e a minúcia na concepção, a informação rápida e precisa através de vasta rede de "bombairos" e informantes, a rapidez, a brutalidade e a surpresa na execução e a variedade nas táticas, que desbarata as reações.
 - Por viverem em seu próprio ambiente, reuniam-se ou desmobilizavam-se com grande rapidez. Como válvula de escape, tinham a Banda Oriental para onde fugiam, quando necessário, com a complacência cúmplice dos uruguaios.
 - Como todos os guerrilheiros tiveram o seu "Calcanhar de Aquiles" no apoio logístico e essa situação piorou quando Oribe assumiu o controle do Uruguai.

Mao Tze Tung, considerado como uma das maiores autoridades dessa forma de guerra, em seu trabalho "A Estratégia da Guerra Revolucionária na China", aconselha:

- Se o inimigo avança, nós nos retiramos;
- Se o inimigo se entrincheira, nós o inquietamos;
- Se o inimigo está esgotado, nós o atacamos;
- Se o inimigo se retira, nós o perseguimos."

Ora, há mais de uma centúria atrás era essa, precisamente essa, a forma de proceder dos Farrapos, diante das Forças legais.

- Recuaram durante quase toda a guerra porque os Imperiais se apresentavam mais fortes.
- Cercaram e inquietaram os Legais entrincheirados, por diversas vezes, em Pôrto Alegre, Pelotas, Rio Grande, São José do Norte, Jaguarão, etc.
- Atacaram os Imperiais quando estes estavam esgotados. Como exemplo, temos Bento Gonçalves lançando-se sobre Manuel Jorge, quando este, em condições precárias, procurando esquivar-se ao combate, efetuava a travessia do Taquari.
- Perseguiiram os Imperiais, quando estes se retiraram. São exemplos as perseguições realizadas por Teixeira contra os Imperiais rumo ao norte, até o morro dos Cavalos e após a morte do Brigadeiro Cunha, até Lages, tudo em Santa Catarina.

Finalmente, é fácil verificar o cabal e completo emprêgo naqueles tempos de 1835 a 1845, pelos Farrapos, das Recomendações hoje sistematizadas pela Força Revolucionária do Vietnam do Norte, pois:

- Combateram com inteligência (empregando ardil, fintas, emboscadas, etc.)

- Conservaram, até o comando de Caxias, a liberdade de movimentos.
- Demonstraram em todas as oportunidades acentuado espírito ofensivo.
- Decidiram com presteza.
- Guardaram segredo, visando à obtenção da surpresa.
- Agiram sempre com grande rapidez e mobilidade.

b) *Caxias, a parada e a resposta à Insurreição*

Caxias foi o instrumento que a Divina Providência utilizou para a pacificação da Nação Brasileira. Foi um predestinado, um desses varões ilustres, de que nos fala Plutarco, que só de raro em raro surgem na vida dos Povos. Foi o anti-insurreição, o homem preclaro que teve o dom, a sublime faculdade de saber Pacificar. Caxias pacificava pelas armas e pela conciliação.

Vejamo-lo no Rio Grande:

Pelas armas quebrou o encanto das vitórias Farrapas, pela política conciliadora consolidou seu trabalho pela amizade e pela gratidão. É difícil encontrar na história do bravo Estado, outro homem que tanta influência tivesse adquirido e tantas amizades sinceras houvesse conseguido.

E a grande prova está no fato de que em 1851 levou na Cruzada contra Rosas os chefes legais que haviam sido seus companheiros e os chefes farrapos a quem recentemente vencera. No Paraguai, muitos deles haveriam de morrer combatendo sob suas ordens.

No dia seguinte ao término dessa revolução sangrenta, não havia uma recriminação, uma represália, uma vingança que perturbasse os regozijos populares.

"Sucedendo a 9 presidentes e a 8 Generais-em-Chefe que ali tinham ido perder o ouropel das falsas glórias militares, ou, alguns, destruir o renome de capacidade política, soube evitar o domínio das parcialidades, e buscar auxiliares reais, sem lhes indagar as simpatias ou antipatias."

Considerando perda lamentável todo o sangue que corria nos combates fratricidas, procurava suavizar a guerra ao máximo. Vencia os rebeldes. Desarmava-os e pela benevolência os atraía para suas próprias fileiras ou os mandava para casa tranqüilos. Assim diminuía as forças revolucionárias, tornava possível o esquecimento das paixões políticas e cimentava a real união dos Rio-grandenses.

Entre suas tropas estabeleceu como dogma de severa disciplina o respeito à propriedade rebelde e a consideração para com suas famílias.

A análise da atuação de Caxias no Rio Grande revela um imenso tino militar: providenciou para que os revoltosos não pudessem mais utilizar-se dos principais centros populosos da Província, dotando-os de guarnições de segurança; dividiu sua força em destacamentos e procurou ativamente os adversários. Logrou recalcá-los sobre a fronteira. A sua

estratégia (chamemo-la assim) foi a mais adequada à circunstância e, no domínio tático, logo percebeu a vantagem de proporcionar à cavalaria meios de fogo mais poderosos que lhe facultassem, ao lado da velocidade, maior eficiência no ataque e na defensiva.

Em 1846, publicou-se em Pôrto Alegre um magnífico folheto intitulado "Reflexões sobre o Generalato do Conde de Caxias", de autor anônimo que, todavia, revela profundos conhecimentos militares.

São dêle as seguintes palavras:

"Cabe exclusivamente ao Conde a feliz lembrança dos pontos matematicamente dispostos e fortificados. Sem êles tôdas as forças do Império seriam insuficientes para domar a rebelião.



Passa depois a referir as linhas em que se acredita que él se estendeu "aproveitando alguns pontos, que a necessidade pura e simples fêz fortificar por seus antecessores."

A primeira linha "principiava em São José do Norte, tocava em Pôrto Alegre e correndo ao longo da margem da Lagoa dos Patos, Guaiaba e esquerda do Jacuí, ia terminar em Rio Pardo".

Mais tarde, quando lhe foi dado dispor de um maior número de baionetas, traçou él a sua segunda linha que, partindo do Rio Grande vinha terminar em Caçapava, grande depósito no centro da Campanha. Foi também nessa época que as fortificações das cidades do Rio Grande, bem como as da capital, receberam tôda a perfeição ou desenvolvimento que a estreiteza do tempo e as circunstâncias permitiam dar-lhes".

"Conquistada, finalmente, por meio de uma severa disciplina, e pela mais bem combinada estratégia, uma superioridade decisiva sobre o seu inimigo, estabelecerá o Conde a terceira linha, que, principiando no Serrito, sobre o Jaguarão, continuava por Bagé, S. Gabriel e Alegrete, e ia findar em Santa Ana do Uruguai, pontos êsses que foram sucessivamente ocupados e fortificados.

Era esta de tôdas as linhas a mais extensa e punha remate a este famoso plano de campanha, que desconcertou todos os projetos do inimigo, tirou-lhe todos os recursos, e fêz-lhe sumamente perigosos ou impossíveis todos os seus movimentos estratégicos e ia, insensivelmente, conduzindo-o à impotência de obrar, à destruição de todos os meios de resistência, e à sua ruina total."

À retaguarda da direita desta linha foram ocupadas, por guarnições permanentes, três estações militares importantíssimas: Santa Maria da Bôca do Monte, Cruz Alta e São Borja.

Sem aceitar por completo êsse exagero de atribuir a Caxias uma estratégia de linhas fortificadas, o que se verifica é que él organizou defensivamente e ocupou certos núcleos populacionais na Campanha, negando-os ao reaprovisionamento do Inimigo e servindo-lhe de pontos de apoio.

Mas aí terminava a sua defensiva; a decisão procurou-a com suas tropas sempre alertas e móveis e com os seus exímios guerrilheiros. Assumiu atitude ofensiva pela "manobra" isto é "coordenando movimentos cuja perfeita convergência fazia com que o inimigo cedesse a pressões inesperadas".

Já vimos anteriormente que a cada esforço, quer de um quer do outro lado, seguia-se uma paralisação completa de movimento. Esse fenômeno repetiu-se até a chegada de Caxias. Com isso, os Imperiais, possuidores de maiores recursos, faziam o jôgo dos Farroupilhas.

Caxias deu nova orientação à Campanha, realizando aquilo que hoje chamariam de Ação Antiguerrilha ou dentro de um quadro mais amplo; Parada e Resposta à Guerra Insurrecional.

Caxias, que por instinto, por formação, por sentimento, por vocação, estava fadado a ser mestre da Guerra Regular e Clássica, adaptou-se, mercê de sua invulgar competência profissional, como já o fizera contra os Balaios, às condições especiais que a guerra oferecia no Rio Grande do Sul.

Façamos, por um artifício sempre permitido aos conferencistas, um confronto entre alguns princípios atuais, aceitos pelas Forças Armadas e dos mais adiantados Povos do momento, como os mais adequados à ação contraguerrilha e a ação específica de Caxias, face à guerrilha na Revolução Farrapa.

— PRINCÍPIO:

"O poder legal não pode dar qualquer indicio de fraqueza em relação ao movimento insurrecional."

"Torna-se indispensável uma vontade firme e perseverante de vencer, atuando com determinação no aniquilamento da insurreição."

Foi essa precisamente a orientação seguida por Caxias e essas idéias estão contidas no seu Plano de Campanha — firmando o princípio da autoridade, caracterizando a legalidade, mostrando-se forte embora humano e justo sem ser demasiadamente severo. Teve em todas as oportunidades uma vontade firme e perseverante, dando continuidade às operações, independente das estações climáticas, das condições militares ou dos interesses pessoais.

Suas ações e decisões sempre tiveram, como objetivo final, o sufocamento da insurreição.

— PRINCÍPIO:

"A vitória contra o movimento insurrecional só pode ser completa com a destruição do organismo político e administrativo insurrecional."

Caxias cuidou de tirar aos revoltosos sua organização estrutural, dificultando-lhes o exercício daquilo que, embora caricatural, eles chamariam de Governo Republicano. Apossou-se de suas cidades, conquistou sucessivamente todas as capitais que erigiram, transformando-os em bandos sem apoio ou ligação. Dessa forma, negou-lhes o direito de ser o que julgaram um dia querer ser — País republicano.

— PRINCÍPIO:

"É imprescindível conquistar a população civil e conservar sua adesão moral."

Caxias procurou pacificar não apenas por palavras vazias de qualquer sentido prático, senão respeitando as populações civis e suas propriedades privadas. Determinou o pronto pagamento de tudo quanto suas forças consumiam; impediu a rapinagem, a crueldade e a vingança

que fazem o homem desmerecer sua condição humana. Passou a dar quartel aos vencidos, desarmando-os e restituindo-os à liberdade sob palavra de honra de que não tornariam à luta. Agradecida, a parte da população que era adversa ao governo foi ficando cada vez mais reduzida, aderindo senão ao Império pelo menos a Caxias. Terminou por conquistar o respeito absoluto e a profunda admiração por parte até das forças inimigas.

— PRINCÍPIO:

"Tôda a região onde há insurreição deve ser isolada do exterior, moral e materialmente."

Caxias estabeleceu ligação com o Governo Provincial de Santa Catarina, a fim de impedir qualquer contato dos revoltosos com o norte. Dominou, por completo, a navegação das grandes lagoas e em particular a entrada da Lagoa dos Patos e, consequentemente, interrompeu qualquer comunicação através do Atlântico.

Atribuiu aos seus 3 grupamentos de forças anteriormente enunciados (o de Bento Manuel, o de Francisco Pedro e o diretamente sob suas ordens) a missão de isolar a fronteira oriental. Foi paulatinamente diminuindo o número de portas de escape e exercendo continua e forte pressão sobre os republicanos.

— PRINCÍPIO:

"Para destruir as forças guerrilheiras não basta vencê-las no campo de batalha. Torna-se mister, também, ocupar as bases de onde elas retiram os recursos humanos e materiais."

Esse princípio, já naquele tempo, era atendido, em sua plenitude, por Caxias. Essa compreensão está presente na distribuição por todo o território do Rio Grande de forças armadas do poder legal para, em estreita ligação com a população simpatizante, imporem sua vontade aos Farroupilhas. Nada mais nada menos do que aquilo que hoje recebe o nome de Quadriculagem.

Essa Quadriculagem estava materializada, quer nos Pontos de Apoio, quer nas Linhas Fortificadas.

— PRINCÍPIO:

"O melhor princípio para combater as guerrilhas consiste em lançar sobre elas outras guerrilhas que ameacem constantemente os bandos inimigos, cercando-os e esgotando-os."

Caxias determinou, por parte de suas forças, a adoção do processo de combate das guerrilhas semelhante ao utilizado pelos Farrapos. Os exímios guerrilheiros, que foram Canabarro, Teixeira e Neto, tiveram a

enfrentá-los mestres guerrilheiros do valor de Bento Manuel, Chico Pedro e Juca Ourives. Os rebeldes foram sendo progressivamente acuados, cercados e levados ao desespéro.

— PRINCÍPIO:

"A conquista definitiva da população pelo poder legal será conseguida pela onipresença das forças da ordem."

Caxias sentiu que urgia vencer os Farrapos, não só no campo militar como nos psicológico, econômico, cultural e social. Para isso era indispensável estar presente em toda a parte, o que demandaria grandes efetivos e vastos recursos — essas limitações foram óbices que ele soube contornar.

MEUS SENHORES:

Caxias foi, fora de qualquer dúvida, um homem mais evoluído do que a elite militar do seu tempo. Comprovam-no sua extraordinária clarividência, sua visão profunda: todos aquêles pontos fundamentais que hodiernamente enfocam as questões da Antiinsurreição e Antiguerrilha mereceram de sua parte, no 2º quartel do Século XIX, as respostas e soluções adequadas.

c) *Exaltação*

Caxias foi, repetimos, um predestinado.

“O seu gênio militar, irmanado ao sentimento de comunhão nacional, advertiu-lhe desde logo que a maquinção externa poderia ser facilmente combatida no ânimo Rio-grandense, de modo emocional e evocativo, a que a alma gaúcha se rende e prosterna na mais rápida vibração de solidariedade e de sacrifício.

A Divina Providência fizera-o, como ele mesmo se compenetrara, de ser “um instrumento de paz para a terra em que nasceu.”

Sua vida é ação militar, fundida ao entendimento político, banhando de efusão as massas desgarradas de seus compatriotas, logo a ele rendidas pela atração dêsse magnetismo que se irradiava como dâdiva celestial, da alma dos homens a quem Deus confiou alguns dos seus grandes encargos.

Ao fundo dessa grande sintetização da força robustecendo a fraternidade, e da espada ajudando a política, paira a figura da reflexão. Po-

der-se-ia revesti-la daquele planejamento clássico de Palas, protetora de Atenas, fulgurando ao esplendor do elmo, das cintilantes armas e à luz prudente da razão.

E diante dessa alegoria, são os homens da maturidade convocados a se postarem na atitude de concentração interior de que decorrem os fastos da consciência, a compenetração das virtudes e dos erros e a inspiração magnânima e corajosa de perseverar na tradição, ajudando-o em continuidade e sabedoria."

Nesta homenagem singela, como singelo sói ser o preito de soldados ao seu Soldado maior, pelo milagre de nossa evocação ao passado, sentimos uma centelha empolgar nossos corações e enchê-los de Fé e de Inspiração. Caxias é essa Fé. Caxias é essa Inspiração. Fé no futuro três vêzes brilhante que, por certo, o Criador nos reserva. Inspiração para a longa jornada que ainda é preciso percorrer para alcançar êsse destino alcandorado.

Existe, na imensidão espacial, um ponto a que os astrônomos denominam Apex, para onde o Sol parece caminhar, inexoravelmente, arrastando, consigo, a família planetária.

Caxias é o Sol na História Pátria, a iluminar e a conduzir, com o seu exemplo, rumo ao Apex da Felicidade, a Imensa Nação Brasileira.

BIBLIOGRAFIA

1. *A Revolução Farroupilha* — Tasso Fragoso.
2. *História da Grande Revolução* — Alfredo Varela.
3. *A Revolução Farroupilha* — Walter Spalding.
4. *Caxias* — E. Vilhena de Moraes.
5. *Reflexões sobre a Guerra Insurrecional* — General Luiz Augusto da Silveira.
6. *Caxias numa síntese emocional* — Georgino Avelino.
7. N. 150, 151 e 152 e Especial (Nov e Dez 1960) do MENSÁRIO DE CULTURA MILITAR — Em particular os artigos do Ten-Cel Carlos de M. Matos e Maj Aridio Brasil.
8. *Revista da ECEME* — N. 13 (Jun 1960).
9. *Caxias* (Rev. Clube Militar) — Ten-Cel Flamaron B. Lima.



Secção

do CANDIDATO à



Coordenador: Maj GERMANO SEIDL VIDAL

SUMÁRIO

- I — ESTUDOS GEOGRÁFICOS MILITARES DO RIO GRANDE DO SUL E DAS FRONTEIRAS MERIDIONAIS DO BRASIL — Tenente-Coronel WALTER DOS SANTOS MEYER.
- II — ANALISE DE NOSSA EVOLUÇÃO HISTÓRICA — Professor ANGELO RAIMUNDO.
- III — SUGESTÕES PARA A RESOLUÇÃO DA PROVA DE INGLÊS DO CONCURSO DE ADMISSÃO A ECENE — EXERCÍCIOS — Ten-Cel CELSO DOS SANTOS MEYER.



DOCUMENTOS BÁSICOS PARA O PREPARO DO CANDIDATO À ECEME

GEOGRAFIA

- Geografia do Brasil — Delgado de Carvalho
Geografia Regional do Brasil — Delgado de Carvalho
Geografia Humana de 1934 — Aroldo de Azevedo
Geografia Humana do Brasil — Pierre Deffontaines
Notas de Geografia Militar Sul-Americana — P. de Paula Cidade
História Econômica do Brasil — Roberto Simonsen
Realidades Econômicas do Brasil — Pires do Rio
Partes da Geologia da História Natural — Waldemar Potsch
Geologia do Brasil — Avelino — Oliveira e Othon A. Leonardos
As Grandes Regiões do Brasil — Conselho Nacional de Geografia
Alguns Problemas brasileiros (subsídios para o seu estudo, coligidos pelo Conselho Técnico Consultivo da Confederação Nacional do Comércio — 1955)
Aspectos geográficos sul-americanos ou Projeção continental do Brasil — Mário Travassos
O Domínio da Bacia Hidrográfica do Prata — Francisco de Paula Cidade (Rev Mil Brasileira — Jan, Mar, Jun, Jul e Set 1930)
Sobre os fundamentos para o estudo dos aspectos militares da Bacia do Prata — Cel RI João Batista de Magalhães (idem Jan-Jun 1940)
Perspectivas da Economia Brasileira — Industrialização da Economia Nacional — ISEP — 1958.

HISTÓRIA

- História do Brasil — João Ribeiro (Curso Superior)
Manual de História do Brasil — Basílio de Magalhães
História do Brasil — Barão do Rio Branco
História Geral do Brasil — Visconde de Pôrto Seguro, anotada por Rodolpho Garcia
História do Brasil — Rocha Pombo
História do Brasil — Pedro Calmon
Evolução do Povo Brasileiro — Oliveira Viana
História das Américas, publicada sob a direção de Ricardo Levone, Ed Bras dirigida por Pedro Calmon, 14 vol (Ed Jackson) — 1947
História da América — Gastão Ruch (Das Instruções para o Concurso, atualmente em vigor)

I — ESTUDOS GEOGRÁFICOS MILITARES — RIO GRANDE DO SUL E FRONTEIRAS MERIDIONAIS (1)

UMA INTERPRETAÇÃO PARA AUXÍLIO DOS CANDIDATOS À ECEME

Tenente-Coronel WALTER DOS SANTOS MEYER

I — INTRODUÇÃO

É comum, entre os oficiais que se candidatam ao Concurso de Admissão à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, a assertiva de que os pontos são muitos vastos e a bibliografia bastante grande, dificultando, sobremaneira, o seu estudo. No entanto, se o candidato tiver o cuidado de selecionar a documentação, assim como de preparar um "Sumário" que responda convenientemente ao tema proposto, poderá realizar um estudo objetivo e relativamente suave, não se perdendo no labirinto de inúmeras obras e economizando tempo precioso.

Como contribuição àqueles que pretendem, em futuro próximo, prestar o Concurso de Admissão à mais alta Escola de Estudos Militares do nosso Exército, apresentamos a seguir uma "Documentação básica", um "Sumário para Abordagem do ponto" e uma "Orientação para redação do Sumário" que, julgamos, poderá ser de alguma valia aos que pretendem seguir na carreira militar aspirando atingir o generalato, cume e coroamento de algumas décadas de esforços, dedicação e sacrifícios, a par da ventura de haver servido a si próprio e ao Brasil com amor e desprendimento.

II — DOIS EXEMPLOS

I^o ESTUDO GEOGRÁFICO-MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL QUANTO AOS FATORES FISIOGRÁFICOS, PSICO-SOCIAIS E ECONÔMICOS

1 — Como documentação básica podemos alinhar:

A — Estudo Militar, Geográfico e Histórico do Rio Grande do Sul, pelo Major Ferdinando de Carvalho — Edição da Escola de Estado-Maior — 1953 — Reservado.

B — Atlas do Brasil — Conselho Nacional de Geografia — 1959.

C — Anuário Estatístico do Brasil — IBGE — 1959.

D — Aspectos Geopolíticos do Brasil, pelo Gel. Golberi do Couto e Silva — Edição da Biblioteca do Exército — 1957.

* (1) Transcrição da Revista do Clube Militar ns. 156 e 157, de Agô/Sei 60 e Out/Dez 60, respectivamente.

E — Publicações diversas do Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul.

F — Obras didáticas sobre Geografia do Brasil.

2 — O Sumário para abordagem do ponto poderá encarar:

A — Fatores fisiográficos:

1. Generalidades:

- a. situação no Brasil;
- b. latitude;
- b. latitude;
- c. área e sua proporção para o Brasil.

2. Aspectos geológicos:

- a. descrição;
- b. esquema;
- c. conclusões geomilitares.

3. Aspectos orográficos:

- a. geral;
- b. zonas orográficas e suas características;
- c. esquema
- d. conclusões geomilitares.

4. Aspectos hidrográficos:

- a. geral;
- b. vertentes hidrográficas e suas características;
- c. esquema;
- d. conclusões geomilitares.

5. Aspectos climatológicos:

- a. geral;
- b. zonas climáticas;
- c. aspectos particulares:
 - 1) temperaturas máxima, mínima e média.
 - 2) ventos.
 - 3) precipitações.
- d. conclusões geomilitares.

6. Aspectos fitogeográficos:

- a. zonas fitogeográficas e suas características;
- b. esquema;
- c. conclusões geomilitares.

B — Fatores psico-sociais:

1. Dados demográficos:
 - a. volume e composição da população por etnias;
 - b. distribuição espacial (urbana e rural);
 - c. taxa de crescimento;
 - d. outros dados;
 - e. conclusões geomilitares.
2. Educação.
3. Cultura e adestramento técnico.
4. Estrutura e dinâmica sociais.
5. Mentalidade regional e nacional.
6. Moral do povo.
7. Ideologias e opinião pública.
8. Outros dados.
9. Conclusões geomilitares.

C — Fatores econômicos:

1. Recursos naturais.
2. Força de trabalho.
3. Finanças.
4. Equipamento de produção e circulação:
 - a. indústrias de base;
 - b. indústrias de transformação;
 - c. transportes:
 - 1) ferroviário;
 - 2) rodoviário;
 - 3) marítimo-fluvial;
 - 4) aéreo.
5. Estrutura econômica.
6. Conclusões geomilitares.

3 — As seguintes ideias parecem ser úteis quando da redação do ponto:

A — Analise bem o enunciado do ponto e conclua sobre o que é pedido.

B — Não escreva literariamente o ponto, mas sim anote em cada item apresentado os dados que o justificam ou os elementos que o caracterizam.

C — Tenha sempre em mente a finalidade básica pedida no ponto e que é "estudo geográfico-militar...".

D — Não se esqueça de sempre levar em consideração que o Rio Grande do Sul é parte do Brasil assim como sua condição espacial (sentido geográfico) e temporal (sentido histórico).

E — Procure redigir completamente as conclusões tiradas, ressaltando, sempre que julgar conveniente, os elementos preponderantes das mesmas.

4 — O Sumário apresentado é, frisamos, apenas um guia. Pode ser enormemente ampliado, particularmente nos fatores psico-sociais e econômicos. Por exemplo, como "outros dados demográficos" podemos ter: proporção de homens e mulheres; pirâmide das idades; população ativa; população convocável; classe militar, etc.

Já no item "Educação" poderia ser incluído: taxa de alfabetização; tendência da educação (liberal ou científica); proporção de pessoas com curso superior, médio ou primário, etc.

Também no item "Estrutura e dinâmica sociais" poder-se-ia anotar: camadas sociais e seus desníveis; reações reciprocas entre as camadas; amplitude do desnível social; possibilidades de movimentos entre as camadas sociais, etc.

No que tange a "Recursos naturais" teríamos: pastos; florestas; recursos minerais; recursos hidráulicos, etc.

E assim por diante.

2º) ESTUDO GEOGRÁFICO-MILITAR DAS FRONTEIRAS DO BRASIL, PARTICULARMENTE COM A BOLÍVIA, O PARAGUAI, A ARGENTINA E O URUGUAI; PONTOS OU ZONAS DE FRICÇÃO ATUAIS OU POTENCIAIS EM NOSSOS LIMITES TERRITORIAIS

1 — Entre os documentos básicos a seguir anotados, alguns coincidem com os já indicados para o Ponto n. 2, porém alinhemo-los:

- a. Atlas do Brasil — Conselho Nacional de Geografia — 1959.
- b. História das Fronteiras do Brasil — Helio Viana — Ed. Biblioteca do Exército — 1948.
- c. Limites Meridionais — Afonso Várzea — Ed. Alba.
- d. Fronteiras do Brasil — Major Omar Emír Chaves — Ed. Biblioteca do Exército.
- e. Aspectos Geopolíticos do Brasil — Cel. Golberi do Couto e Silva — Ed. Biblioteca do Exército — 1957.
- f. Estudo Militar, Geográfico e Histórico do Rio Grande do Sul — Maj. Ferdinando de Carvalho — Ed. Escola de Estado-Maior — 1953 (Reservado).
- g. Caminhos Históricos de Invasão — Ten-Cel Antônio de Souza Jr. — Ed. Biblioteca do Exército — 1960.
- h. Obras didáticas sobre Geografia do Brasil.

2 — Um dos modos de abordar o ponto — e adotado por nós — seria repartindo a extensa fronteira do Brasil em trechos. Atendendo ao próprio texto do Ponto sugerimos:

1º trecho — das Guianas ao Peru.

2º trecho — Bolívia.

3º trecho — Paraguai.

4º trecho — Argentina.

5º trecho — Uruguai.

A seguir, para cada um desses trechos, realizar um estudo particularizado, dentro de um esquema definido, e do qual apresentamos a sugestão abaixo.

3 — Esquema de estudo:

- Descrição.
- Resumo histórico de sua fixação.
- Fatores a considerar (na fronteira em si e nas "faixas" aquém e além-fronteira a ela ligadas).

1) *Fisiográfico:*

- natureza dos acidentes geográficos que delimitam a fronteira;
- trechos artificiais;
- valor e características dos acidentes geográficos;
- aspectos geológicos, climatológicos e fitológicos;
- conclusões geomilitares:
 - pontos ou zonas de fricção?
 - atuais?
 - potenciais?
 - razões?

2) *Psico-social:*

- Dados demográficos:
 - densidade demográfica;
 - núcleos populacionais;
 - características étnicas;
 - pontos de contato com núcleos além-fronteira;
 - comparação dos núcleos nacionais com os de além-fronteira. Preponderância;
 - proporção de cidadãos além-fronteira nos núcleos brasileiros;
 - previsão de evolução demográfica.
- Dados sociais:
 - nível educacional;
 - condições sociais;
 - condições políticas;
 - relações em núcleos além-fronteira. Preponderância;
 - previsão de evolução psico-social.

c) Conclusões geomilitares:

- pontos ou zonas de fricção?
- atuais?
- potenciais?
- razões?

3) Econômico:

a) Recursos naturais:

- (1) em exploração;
- (2) potenciais.

b) Indústria:

- (1) espécies;
- (2) características;
- (3) valor local e nacional;
- (4) consumo interno ou externo;
- (5) natureza dos capitais;
- (6) correlação e comparação com as de além-fronteira. Preponderância.

c) Transporte:

- (1) espécie;
- (2) características;
- (3) ligação com o interior do país;
- (4) idem, ao longo da fronteira;
- (5) conexões além-fronteira;
- (6) capacidade e freqüência;
- (7) comparação como de além-fronteira. Preponderância.

d) Conclusões geomilitares:

- pontos ou zonas de fricção?
- atuais?
- potenciais?
- razões?

4 — Como se pode ver, do mesmo modo que no Ponto n. 2, os fatores considerados foram os fisiográfico, o psico-social e econômico, inserindo-se no psico-social o aspecto político que, de per si, poderia mesmo constituir um fator separado.

Ressaltemos que alguns dos tópicos podem ser ampliados, dependendo do vulto e amplitude que se desejar dar ao trabalho.

5 — É óbvio que as observações apresentadas como "orientação para redação do ponto" também se aplicam a este Ponto n. 4 como ao Ponto número 2.

II — ANÁLISE DE NOSSA EVOLUÇÃO HISTÓRICA (1)

Prof. ANGELO RAIMUNDO

1. ORIGENS DA HISTÓRIA DO BRASIL

Começam com os iberos, povo pacífico que se dedicava à agricultura, no limite extremo da Península Ibérica, as origens da nossa História. Debruçados sobre a faixa do litoral atlântico, viram a primeira invasão de suas terras realizada pelos celtas com os quais mais tarde se fundiram, dando lugar aos celtíberos. Os celtas eram valentes e atrevidos e quando rugiam as tempestades, atiravam as suas setas contra os céus ou contra as ondas bravias do mar.

Pela sua posição geográfica, aquela orla atlântica transformava-se em passagem obrigatória das velhas e novas rotas marítimas de todos os povos que se lançavam ao mar.

Chegaram fenícios e supõe-se que tenham fundado Lisboa. Vieram gregos, romanos, cartagineses, godos, visigodos e ostrogodos. Arabes, suevos, vândalos, berberes, negros, judeus, arianos todos se misturando e criando uma raça vigorosa e forte, através de lutas incessantes. Os lusitanos, formados por celtas e iberos foram os primeiros a oferecer resistência à dominação romana, capitaneados por um guerreiro de grande valor, a primeira grande figura histórica desses longínquos tempos (139 a.C.) Viriato, que acabou assassinado à traição, depois de ter batido os romanos durante 10 anos e ao próprio Cípião, o Africano.

Nesse caldeamento contínuo, propiciado pela sua situação geográfica, a futura nação portuguesa recebe em seus portos gentes vindas de todos os quadrantes e portadoras dos mais diversos estágios de cultura, adquirindo, assim, uma plasticidade própria de cultura, com esplêndidas qualidades de compreensão e hospitalidade diante do forasteiro vindo de qualquer parte do globo, do norte da Europa, da Ásia ou da África, forasteiro com o qual comercia, troca, do qual se torna amigo, casa e comprehende, de todos absorvendo a cultura e a todos influenciando. Tem uma capacidade incrível de receber imigrantes de todos os cantos da terra, minorias que depois absorve, qualidade que transmite ao homem brasileiro, com a mesma capacidade para admitir minorias e depois sobrepujá-las.

É frugal e resistente, com um grande sentido individualista de independência. A nosso ver, é o povo mais marcante da Península. Castelhanos e aragoneses, leoneses e navarrenses, bascos e catalães, todos eles

(1) Contribuição do Curso de Preparação do Clube Militar.

se fundem sob a tutela do mais forte, o castelhano, que a todos impõe sua lei e sua força, contendo-os numa férrea estrutura onde ainda hoje estrebucham bascos e catalães e galegos. Os lusitanos são os únicos capazes de se oporem aos castelhanos e, depois, ao próprio reino espanhol, já inteiro na sua unidade, mas incapaz de se impor ao português.

Consegue um idioma próprio, uma literatura, uma forma de cultura diferente e tem valor para se impor a todos os povos da península, mesmo reunidos sob a liderança de Castela.

Diferencia-se do espanhol por um sentido mais nítido da vida e de suas relações, sem o hieratismo quase selvagem do espanhol, sua ferocidade religiosa, seu espírito dramático e rebelde. É mais tolerante. Admite a convivência com o estrangeiro, tem o senso do ridículo e não se julga "o primus interparres".

Não bravateia, faz. É dotado de grande tenacidade e tem mais consciência nos empreendimentos, sem delíquios de vontade. Prepara-se para o seu papel histórico, para assumir o comando do mundo em determinado momento da História Humana.

Entre o Tigre e o Eufrates, na Mesopotâmia, começou o Homem por abandonar o estado pré-lógico, iniciando a lenta caminhada da História. Depois, o Egito. Sucedeu-lhe a Grécia, Roma. Mas antes do bastão do comando do mundo passar para o homem nórdico, Portugal deteve a liderança.

Quando se opera o milagre do Renascimento, espalhando as trevas da Idade Média, Portugal estava pronto para assumir o seu papel histórico, com as Descobertas.

O pequeno condado Portucalense, dado ao conde D. Raimundo, que viera ajudar Afonso VI de Leão e Castela contra os sarracenos (1094), torna-se reino independente, com D. Afonso Henriques, em 1140. Na batalha de Ourique derrota os árabes e vem descendo até chegar a Lisboa que toma de assalto com a ajuda de cruzados ingleses, principalmente. Como estes se tornem insolentes e ele possua forças menores, ataca-os de noite e faz entre os cruzados grande matança, obrigando-os a reembocar.

Começa com este rei, extraordinariamente inteligente e capaz, a primeira dinastia portuguesa, a Afonsina. Segue-se-lhe a de Aviz em 1383. A Filipina, em 1580. A Bragantina, em 1640, terminando a monarquia em 5 de outubro de 1910.

A primeira dinastia é composta de reis que se dedicam a alargar o reino, a povoá-lo, a engrandecê-lo. Depois de D. Afonso Henriques veio Sancho primeiro, Afonso II, Sancho II, Afonso III, D. Diniz, poeta e homem de Estado que plantou o pinheiral de Leiria de onde saíram as vêrgas e o madeirame para as caravelas que foram à Índia e aportaram ao Brasil. Sucedeu-lhe Afonso IV, o Bravo, D. Pedro I, o Justiciero e, por último, D. Fernando, o Formoso. Duzentos e quarenta anos de

História, apurando no cadiño da luta e na capacidade de sobreviver em terra tão mofina e pouco dadivosa, as qualidades que um Povo precisa para vencer.

No século XIII Portugal já tinha conquistado todo o território continental que ainda hoje é seu. A Espanha só consegue a sua unidade no século XV, com Fernando e Isabel, menos por mérito deles que por exaustão da porfiada luta entre os elementos tão dispareces que fazem a unidade espanhola e da dominação árabe da Península.

Portugal, durante êsses dois séculos, colocado entre a Europa e a África, dois polos de atração, de ambos recebe influência e a ambos influencia. Com essa capacidade de admitir minorias e com elas traficar e viver, recebe cultura de todos os quadrantes, acrisolando seu próprio sentido de desenvolvimento económico e intelectual. Fundada a dinastia de Aviz, Portugal tem consolidada a sua Independência, conquistado todo o seu território, e prepara-se para as Descobertas. D. João I, o vencedor de Aljubarrota, conquista Ceuta, na África. Seus filhos: D. Duarte, que lhe sucede no trono, D. Fernando, que morre a ferros, em Tanger e o Infante D. Henrique mais glória lhe acrescentam ao nome, principalmente, ao reino. O Infante D. Henrique é um homem genial, o arquiteto da Era dos Descobrimentos. No Promontório de Sagres realiza a tarefa hercúlea de desvendar e vencer o Mar Tenebroso. Portugal, durante o período dos descobrimentos, resume toda a ciência náutica de seu tempo.

Não tinha sido em vão o esforço de seu povo no seu traço dominante de convivência com todos os outros povos que passavam na rota de suas costas marítimas. Com êles aprendera e a êles ensinara, adquirindo o espírito de convivência, de harmonia, de capacidade de subsistir sempre, sem medos e sem receios, numa esplêndida afirmação de personalidade.

Os povos, como as pessoas, como as árvores, precisam ter raízes, raízes sólidas, mergulhar no passado, sentir que têm herança, presente e futuro. As plantas leves, sem caule forte e sem raízes, rapidamente bafejam diante das tempestades e são arrancadas do solo. A nossa História começa na Península, nos campos de Ourique, na batalha do Salado, em Aljubarrota, na conquista de Ceuta. Começa com Afonso Henriques, com D. Diniz, Bernardino Ribeiro, João das Regras, D. Nuno, Fernão Lopes, considerado pelos ingleses o maior cronista de todos os tempos, pela fidelidade das descrições e a honestidade rígida da visão dos acontecimentos. Damião de Góis, humanista, Gil Vicente, cujo gênio está vivo e perene. Camões, que escreveu o maior poema épico de todos os tempos.

Portugal, em nosso entender, com o Brasil e os Lusiadas, fez as suas duas maiores contribuições ao patrimônio comum da Humanidade.

Se a Espanha consegue equiparar-se, com D. Quixote, no mesmo plano, não tem capacidade para realizar um Brasil, a maior Nação Latina do Mundo e grande Potência até ao fim do século.

Descendemos de um Povo que escreveu a sua História nos cinco continentes do Mundo. Temos raça e Passado, temos Presente e precisamos conquistar o Futuro.

Depois de D. Duarte, que escreveu o livro da "Ensinaça de Bem Cavalgar Tôda a Sela", o "Leal Conselheiro" sucedeu-lhe D. Afonso V, fraco, que se deixou abater pela fidalguia e pelo clero. Com a sua morte, subiu ao trono o maior rei de Portugal, D. João II, o "Príncipe Perfeito" (1481-1495) que abateu a nobreza e o clero, apoiando-se no Povo. Por infelicidade, teve como sucessor seu cunhado, D. Manuel I, inepto e incapaz, que fez a matança dos judeus e os expulsou, sendo que Spinoza, um dos mais altos espíritos da Humanidade, filho de português, foi nascer na Holanda. Preparou D. Manuel, o Venturoso, o reino para o torvo D. João III que introduziu a Inquisição em Portugal. Combateu a burguesia portuguesa, inteligente e capaz, que tinha financiado a conquista de Ceuta, gente do mar e mercantil, que tinha batido o espanhol, feito a integração do reino. Que desde 1383 possuía casa própria em Bruges, sucursal na Flandres e feitoria em Antuérpia. Resumia o mais precoce nacionalismo europeu. Financiava as Descobertas, e o rei Dom Manuel, aproveitando o esforço secular de todo um povo, transformava-se no monopolizador de todas as riquezas que esse povo ia conquistar nos quatro cantos do mundo. Estabeleceu o monopólio da coroa, cortando o desenvolvimento dessa burguesia capaz e inteligente. Depois de D. João III, fanático, D. Sebastião, um místico, um alucinado, que acabou em Alcácer Kibir. Veio depois o Cardeal D. Henrique e a dominação estrangeira, com os Félipes, em 1580, no mesmo ano em que morreu Camões. Só recobra a Independência em 1640.

Fator económico: país agrícola, de condição económica fraca. Suas lutas e suas guerras, contra os árabes, no fundo eram guerras de rapina onde se recebiam todos os aventureiros. Giraldo Giraldes Sem Pavor, dá bem uma idéia, conquistando Santarém para se redimir, diante de D. Afonso Henriques, de atos de banditismo. Passa à História como herói, com essa triste fama. O fator económico pesa fortemente, não só no alargamento das fronteiras, através das lutas contra os árabes, como contra o Papado, que exige dizimos e enormes somas em dinheiro de todo o reino. Amplia-se a agricultura e a pesca. A Idade Média, com seu ambiente, suas leis e rigores, nunca consegue implantar-se definitivamente em Portugal, onde as classes pouco têm a tirar umas às outras, precisando antes, de se identificarem bem, para garantia do quinhão de todas. No mar está a riqueza. No saque da Índia vai buscar o que lhe falta. Traz especiarias, ouro e pedras preciosas. Transforma-se no grande império da Europa. Seus navegadores e seus Vice-Reis são guerreiros

e mercadores, ao mesmo tempo. Portugal comanda a Renascença Europa, nessa parte em que o homem procura participar dos bens mundo.

Fator social: Não tendo a Idade Média conseguido impor a sua ratificação, em Portugal, significa que seu povo sempre teve suficiente independência diante da coroa e dos nobres. Um alfaiate, em Lisboa, verberava o procedimento de D. Fernando, tomando a mulher de um fidalgo. O Pai de D. Fernando, D. Pedro I, o Justiceiro, castigava os dançarinos e dança com o povo nas ruas de Lisboa. A burguesia portuguesa, que é a base de seu desenvolvimento, é capaz e comanda os negócios do reino, faz os lances históricos.

Setor cultural: Com uma tremenda força de personalidade, Portugal criou uma Cultura própria, abeberando-se na ciência árabe, criando seu idioma próprio; reúne em suas terras sábios de todo o mundo, matemáticos cosmógrafos, físicos, e com um conhecimento científico invulgar. Lança-se às Descobertas.

Fator epocal: Dentro da Idade Média, o lusitano, comporta-se sem medos, sendo o primeiro povo a acordar para a Renascença debruçado à beira do Atlântico, longe das guerras e da política europeia do tempo. Cria quase que um sentido epocal diferente, confraternizando, tolerando os que têm outras crenças, procurando outros rumos que cedem espaço de levá-lo a cumprir o seu destino histórico.

AS DESCOBERTAS

Portugal já realizara a sua unidade no século XIII. Com a subida da dinastia de Avis, com D. João I, solidificava-se a nacionalidade e, a construção, fortemente apoiada pelo povo e pela burguesia, lança-se a competição na África, onde conquista Ceuta. Debruçados sobre o Atlântico, os portugueses tinham no mar o seu grande ponto de contato com o mundo, a sua área natural de dominação. Reino pobre e relegado aos confins da Península, com as suas classes "ajustadas", guiado pelo gênio de Infante D. Henrique, um dos homens mais destacados da História, Portugal comece a sua tarefa histórica de desvendar o Mar Tenebroso, "abrindo novos mundos ao mundo". Descobre as Ilhas de Cabo Verde, Açores, Madeira, sob o comando de Príncipe em Sagres, nos começos do século XV.

Portugal, apartado da política europeia, já estava consolidado no seu nacionalismo, o mais precoce da Europa, e reúne em seu reino todos os que lhe podiam acrescentar o cabedal científico e, estudando e encarando-se ao mar, vai conquistando o seu império. A construção naval evolui com rapidez.

A primitiva "barcha" de um mastro só, 2 velas, apenas de 25 toneladas, com 14 homens de tripulação, com que descobrem o Bojador, é repugnada pelo "barinel", já com 2 mastros, com velas redondas e

cesta da gávea. Inventa a "caravela", com mais de 50 toneladas de 20 a 30 metros de comprimento, 3 mastros, castelo de popa e todo um sistema de velas próprio para marear. Aumenta a sua capacidade para 200 toneladas. Vêm as naus, alcançando 1.000 toneladas, com 7 e 8 pontes, podendo transportar 2.000 pessoas. Os instrumentos científicos aperfeiçoam-se, assim como a construção naval, mapas, etc. Usam o astrolábio esférico e plano, o astrolábio náutico, a belestrilha e agulha, o quadrante. Seus matemáticos corrigem continuamente as cartas. A ciência de marear, fria, objetiva, lúcida, afirma-se cada vez mais. O fator económico está sempre presente, impulsionando a gente lusa à conquista de novas fontes de riqueza, por que a sua estrutura agrícola não dava para sustentar o reino. Dentro da conjuntura cultural e epocal, do tempo, adiantam-se aos efeitos das Cruzadas, ordenando científicamente o intercâmbio com os povos do oriente. As Cruzadas haviam aberto a primeira grande brecha no edifício estrutural da Idade Média. Portugal vai ser o grande propulsor da Renascença e tirar da Península Itálica a supremacia mercantil e comercial da época.

No século XVI já a economia feudal estava desaparecendo. O fortalecimento do "crédito" determina o aparecimento dos bancos, letras de câmbio, sociedades por ações, negócios. Vem a Liga Hanseática, no norte e no Báltico. Veneza domina com o seu intercâmbio de especiarias, penas e artigos do oriente. A Ciência acorda. Vem a Reforma, a Imprensa. Em contraposição, os jesuítas, a contra reforma. Vem o Tratado de Tordesilhas, repartindo o mundo entre portuguêses e espanhóis, para os lusos o oriente.

Depois das vacilações de D. Duarte o recuo de D. Afonso V, a nobreza e o clero novamente levantam a cabeça, e dominam. Sobe ao trono D. João II, seguidor fiel da política encetada pelo Infante D. Henrique, continuando sua ordem de segredo marítimo. Abate os nobres, limita o clero, forma, verdadeiramente, o Estado Português, reunindo em torno da coroa todas as classes e o comando do reino. Abre as portas aos judeus e faz de um o seu ministro das finanças, Salomão Zacuto. Unifica o reino, no sentido social e político. Depois de seu reinado, Portugal está pronto para realizar o ciclo magnífico das Descobertas, das quais fôra o pioneiro. Bartolomeu Dias dobra o Cabo da Boa Esperança.

Sucede-lhe D. Manuel I, o Afortunado ou Venturoso. Realmente. Em seu reinado Portugal atinge o ápice e é em seu reinado que se criam todas as contradições que hão de levá-lo às Cortes de Tomar, onde nobreza e clero entregam Portugal ao castelhano.

A DESCOBERTA DO BRASIL

D. Manuel, segundo uma política em tudo avessa a seu antecessor, entrega a condução do reino a validos. Até as esquadras que vão às descobertas. Assim, entrega a Vasco da Gama a esquadra que descobrirá

a rota marítima da Índia e a Pedro Álvares Cabral, fidalgo que nada conhecia do mar, a esquadra que o traria ao Brasil.

É fora de dúvida que Portugal já tinha conhecimento da América. Já no Labrador tinha estado Corte Real, antes de Colombo. Colombo é um sonhador. Seu conhecimento náutico, recebido em Portugal, faz sorrir os verdadeiros marinheiros. D. João II sabia das terras que Colombo supunha serem as Índias.

O descobrimento do Brasil é um ato deliberado. Nada de acasos. Mesmo o conhecimento científico dos navegadores portuguêses, que tudo calculavam antes, não lhes permitia o rumo da aventura.

Feita a descoberta, pouca ressonância teve no reino, deslumbrado pelas riquezas da Índia. Não encontravam especiarias, ouro ou pedras preciosas. Sómente o pau-brasil já conhecido e aplicado pelos europeus em tinturaria.

COLONIZAÇÃO — FEITORIAS

Depois da descoberta das Ilhas de Cabo Verde, Madeira e Açores, Portugal colonizou essas ilhas explorando-as agricologicamente, formando feitorias e grandes plantações, povoando-as, dando-lhes uma organização administrativa. Venceu inteiramente, explorando racionalmente.

No Brasil, logo após as feitorias e as principais foram as de Pernambuco, Cabo Frio e Rio de Janeiro, meros depósitos de mercadorias de troca com os indígenas, recolhendo o pau-brasil, na linguagem dos índios "ibirapitanga", começaram os portuguêses a pensar em povoar a terra. A experiência vitoriosa nas Ilhas ia agora ser posta à prova e eles, que foram os pioneiros na arte da navegação, eram também os pioneiros numa nova técnica, a da colonização através da plantação, da agricultura.

Dos primitivos núcleos de povoamento, lançavam-se à empresa de colônia de plantação.

A política predatória seguida por todos os povos, explorando imediatamente, rasmando a terra de todos os seus bens, seguia-se uma política a longo prazo, mais objetiva e racional, ainda que essa política colonizadora estivesse acima de posses de Portugal e acima de sua capacidade de ação, com uma população que se exauria na batalha inglória da Índia, um verdadeiro saque, seguindo Oliveira Martins.

Enquanto holandeses, normandos, ingleses e franceses fazem a exclusiva pirataria, o gênio político dos portuguêses faz com que estes criem e adotem as fórmulas capazes de uma exploração racional das terras que descobrem. Outrossim, põem côburo à ação predatória dos bandidos que percorriam as nossas costas, incursionando, na rapina e no lucro imediato da mercadoria, do roubo sem maiores consequências. Principalmente os franceses, eram useiros e vezeiros nesse tipo de ação. Por isso foram mandadas as célebres armadas de guarda-costa, ainda em

tempos de D. Manoel I, para impedir as incursões da pirataria. Apesar da violência com que tentaram repelir os assaltantes, a medida não era suficiente. Cristóvão Jaques, destaca-se pelos requintes de crueldade a que chegou na perseguição aos piratas. Tudo inútil. Era preciso algo mais. E é esse Cristóvão Jaques, Simão Afonso, Diogo de Gouveia, João de Melo Câmara e outros, sugeriram a D. João III o povoamento da terra e como primeiro passo de fato, correto e de grande utilidade e alcance, aqui mandou em 1530 a Martim Afonso de Souza, em missão colonizadora, proficia e inteligente.

Em 1532, na decorrência dessa política, trataram de aqui usarem os mesmos métodos já provados nas Ilhas e fundaram-se as Capitanias hereditárias.

Cometeu-se um erro, porém, com as Capitanias: a extensão imensa. O latifúndio começava a demonstrar a sua ruina. Nas Ilhas, em pequenos tratos de terra, o processo revelava-se correto. Na imensa área brasileira, revelava-se anti-econômica e incapaz de cobrir o objetivo. Os donatários, com todos os poderes, não conseguiam preencher tamanho vácuo. Muitos morreram antes de chegar. Outros, arruinaram-se. Outros desapareceram nos azares da guerra. Vindos das lutas da Índia e da África, não tinham cabedais suficientes nem capacidade administrativa. E o meio lhes era inteiramente hostil.

Por Simonsen foi estimado o capital aqui trazido pelos donatários e aqui investido, em cerca de 8 bilhões de cruzeiros atuais ou seja, em 1936, em mil-réis: 457.192.000\$000.

Contudo, revelaram-se úteis e onde os donatários estiveram, o francês não conseguiu pé. Duas vingaram, a Capitania de São Vicente, de Martim Afonso e a de Pernambuco, de Duarte Coelho. Estava fundada a lavoura do açúcar. O Brasil começava a girar em torno de um eixo econômico. Durante século e meio assim será.

O GOVERNO GERAL

A 17 de dezembro de 1548 é assinado o Regimento para o povoamento real de nosso solo, instrumento legal que começa por ordenar a construção de "uma fortaleza e povoação grande e forte" e surge a Cidade do Salvador. Logo se criou o cargo de Governador-Geral e outros: Ouvidor-geral, Provedor-Mor da Fazenda, Capitão-Mor da Costa e toda uma seqüência de Códigos e leis com que se aparelhava administrativamente a Colônia. Em 1549 chegava o primeiro Governador-Geral, Tomé de Sousa, que realmente construiu a "fortaleza e povoação grande e forte".

Da Bahia começaram as entradas e Bandeiras. Foi recomendada a fundação do Rio de Janeiro. Vieiram os jesuítas. Vieram operários, soldados e pessoal administrativo.

OS FRANCESES, OS HOLANDESES — A ECONOMIA ATÉ 1640

Os franceses: O Tratado de Tordesilhas dividia o mundo entre português e espanhóis, divisão contra a qual se insurgiam os franceses, desde Francisco I, que dizia desconhecer testamento do bom Deus ou de Adão, fazendo semelhante partilha. Galanteassem menos e tivessem tido espírito e alma para as coisas do mar. Desde a descoberta do Brasil que pirateavam na costa, roubando pau-brasil.

As idéias da Reforma ecoavam na França, dividida entre católicos e huguenotes. Carlos XII preparou-lhe Noite de São Bartolomeu. Apesar de tudo o bearnês subiu ao trono, como Henrique IV e foi um grande rei. Antes no reinado de Henrique II, Villegaignon velejou para o Brasil para fundar a França Antártica (sempre o disfarce idealístico e esconder o fator econômico) tendo aportado na atual ilha que tem o seu nome. Nada fêz a não ser indispor-se com seus companheiros e a trai-los, denunciando-os às autoridades católicas da França, quando de regresso. Não era um protestante convicto. Voltou à França para adquirir meios para conquistar o Brasil mas já a situação era outra e nada conseguiu. Quando Mem de Sá expulsou os franceses, já esse Villegaignon havia regressado em 1559. Pura rapinagem a ação francesa, como a dos piratas ingleses que nos bordejavam a costa. A outra tentativa, de 1613, serviu para firmar as fronteiras da Amazônia.

Os holandeses: Antes dos ingleses aparecerem no cenário internacional, a Holanda conseguiu impor-se durante algum tempo. A economia medieval ruia e a América acelerava o processo econômico do tempo. Português e espanhóis, definindo dentro do círculo de ferro da Inquisição e da ignorância, eram batidos nas costas da Inglaterra. A "Invincível Armada" de Felipe era afundada pela artilharia inglesa de Isabel tranqüilamente. A Espanha era vencida pelo adiantamento industrial da Inglaterra. Os canhões dos piratas ingleses afundavam impunemente os galões espanhóis cujas bócas de fogo não conseguiam alcançar os barcos ingleses.

A Holanda faz uma verdadeira guerra de rapina, ataca no mar, apressa e apossa-se das riquezas pelos outros roubadas. Sua economia financeira atinge o auge. Exporta três vezes mais do que a Inglaterra. Capitalizava mais do que Veneza nos seus aurores tempos. Em seu pequeno território forma-se a maior concentração de ouro e de dinheiro da época. Bancos de depósitos, do Estado, negociantes, letras de crédito, negócios, chegavam a essa concentração de riqueza, sendo que uma só província da Holanda havia, em 1676, 65 mil pessoas que tinham dinheiro depositado no estrangeiro. Por outro lado, as indústrias européias, devido ao monopólio das coroas de Portugal e Espanha, definham, sem matéria-prima. A Holanda funda a Cia. das Índias Ocidentais que, a Oriental, já demonstrara que era lucrativo o negócio.

No fundo, a questão era entre a livre empresa e o monopólio. A Companhia reuniu 7 milhões de florins, armou frotas e começou a "comerçiar". Atacou a Bahia. Atacou Pernambuco e nesse território se conseguiu firmar. Até 1645 tudo correu bem. Ganhara 90 milhões de florins e seus lucros nunca foram inferiores a 25%, tendo atingido 50 e 75%. O açúcar era o principal negócio. Fixado em 30% o direito sobre o produto exportado, só em 1639 remetiam para a Holanda 33 mil caixas.

Vem Nassau. Era um humanista, das Universidades de Genebra, Brasiléia, de Harborn. É tolerante. Deixa que o povo continue católico e os judeus judeus. Libertava os negros que abandonavam as hostes portuguêses. No fundo, acariciava, talvez, o sonho de construir uma nova Pátria. Mas o sentido nitidamente comercial da Companhia não permitia semelhante veleidade. Estavam ali para explorar, exclusivamente. Mandaram Nassau embora. Sucedeu-lhe um triunvirato e uma tremenda crise de crédito. Uma peste dizimou os escravos que ficaram, assim, altamente valorizados. Os senhores de engenho procurando o crédito e o governo tomando os engenhos para cobrança de dívidas e de impostos. Prisão por dívidas. O pretendido comércio livre, contra o monopólio, transformava-se num outro monopólio. De tal maneira se portou a livre empresa que todas as primitivas simpatias que tinha colhido as desbaratava agora, com seus erros econômicos, financeiros e administrativos, pondo a nu as contradições do processo. Com isso alienou as amizades e a sua força. É verdade que a nossa sociedade já tinha classes com um sentido nitido de brasileirismo, mas foi a crise econômica que precipitou os acontecimentos e deu força a homens como Fernandes Vieira para se revoltarem, uma vez que eram pessoas gradas, anteriormente.

Economia até 1640 — A extração do pau-brasil dura pouco e não chega ter verdadeiro significado. Com as capitâncias, Portugal, que vinha plantando açúcar nas ilhas, produto que era vendido em gramas, nas farmácias, caríssimo, obtém no Brasil, principalmente em Pernambuco, o campo ideal. Em 1580 findava a exploração do pau-brasil, sendo que o seu arrendamento, por 13.000\$000 em 1583 e 21 contos em 1602, levava à ruína seu arrendatário. Já o monopólio do açúcar era arrendado por 186 contos em 1602. Seu período aureo vai de 1570 a 1624. Em 1627 Pernambuco possuía mais de 100 engenhos. Em 1637 a produção atingia a 500 mil arrobas. Dez anos depois, só a de Pernambuco, atingia um milhão. Era vendida na terra 650 réis a arroba e no reino pelo o dóbro.

A frota de 1610 levou 735 mil arrobas, no valor de 1.500 contos.

E tudo isso era feito sobre o braço negro, importado à África, uma vez o índio se revelava inapto para o trabalho. As lutas em torno da escravização do índio, as Missões, etc., as estudaremos depois desse apanhabado geral. Entre 1550 e 1850 foram importados 2.500.000 negros, com os quais construímos o Brasil. Tabaco: cultura que teve bom incremento na Bahia, rendendo, em 1642, 32 mil cruzados e em 1710, 2.200.000, foi utilizado no escambo na África para compra de escravos.

Gado — Com que se faz a conquista do interior. Irradia da Bahia e de Pernambuco. Atinge a Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão. Desce. Vai para São Paulo, Rio, Paraná. Foi o eixo econômico da integração nacional do Sertão. Vai ao Rio Grande do Sul. Agricultural de Subsistência. Milho, arroz, feijão, mandioca, frutas.

**ENTRADAS E BANDEIRAS — A CONQUISTA DA AMAZONIA
— LIMITES — A MINERAÇÃO — MUNICIPALISMO**

Entradas e Bandeira — Uma vez estabelecidos os portuguêses no litoral, com suas feitorias, capitâncias e, por fim, o Governo Geral, pensaram em penetrar a terra para se firmarem definitivamente. Antes do movimento magnífico das Bandeiras, que chegaram, muitas vezes, a ultrapassarem os limites atuais do Brasil, movimento de audácia, de coragem e de grande sabedoria política, pois, tempos adiante, colocou os espanhóis diante do fato consumado da conquista, forçando a caducidade do Tratado de Tordesilhas (1494) tratado que nasceu da necessidade do papa Alexandre VI agradar aos reis Fernando e Isabel da Espanha, tentando anular as bulas papais anteriores, que davam direito aos portuguêses de catequizarem os "infiéis" que fôssem encontrando na exploração da costa africana, que Portugal bordejava na procura do caminho das Índias. Atribuindo o mesmo poder aos espanhóis, era o mesmo que reconhecer-lhes a soberania política sobre as descobertas realizadas, contra o que se insurgiu D. João II, forçando o papado. Este preconizou a formação de uma linha a oeste das ilhas dos Açores e Cabo Verde, a cem léguas. Os portuguêses, novamente, obrigaram a uma faixa maior, de 370 léguas, ficando com a parte leste. Porém, Portugal exigiu, ainda, todo o território a leste de uma linha que passaria pelo que é hoje Belém do Pará, ao Norte, Laguna, em Santa Catarina, ao Sul.

Em 1750 firmou-se, depois, o Tratado de Madri, negociado pelo brasileiro Alexandre de Gusmão, adotado o princípio do direito do primeiro ocupante "uti possidetis", ficando com os portuguêses a maior parte territorial do Brasil, firmados seus limites definitivos pelo Tratado de Santo Ildefonso, estabelecendo o Chui, como fronteira. Ao norte, valeu o Tratado de Utrecht, estabelecendo a fronteira no rio Oiapoque, com a Guiana Francesa.

Assim, o Brasil, que pelo Tratado de Tordesilhas teria apenas 2.875.000 quilômetros quadrados, pela audácia dos Bandeirantes, firmou-se nos seus 8.500.000.

As primeiras entradas foram oficiais, de cunho militar e ordenadas por Martim Afonso de Souza, relevando a de Américo Vespúcio que teria estado, com 30 homens, em 1504, na altura de Cabo Frio, cerca de 40 léguas. Saíu a primeira, a 1 de setembro de 1531, sob o comando de Pero Lobo, com 80 homens. Foram todos mortos pelos indios.

Na capitania da Bahia, estabelecido o Governo Geral, mandou Mem de Sá que penetrassem o interior, confiando o comando da primeira a Miguel Henriques, que deveria subir o rio São Francisco e na embocadura do rio naufragou. Ordenou segunda entrada, comandada por Francisco Bruza de Espinhosa, quatro anos depois da primeira, em 1554, que percorreu o território mineiro, trazendo índios para o acampamento dos jesuítas, em Pôrto Seguro.

Seguiu-se a de Vasco Rodrigues Caldas, em 1561, que também esteve em Minas, na chapada diamantina.

Depois Martim Carvalho em 1567. Sebastião Fernandes Tourinho, em 1573 e muitas outras. Tôdas iam à cata de índios e também já empolgados pelo ouro, diamantes e esmeraldas.

Em 1562 já Brás Cubas comunicava ao governador da Bahia a descoberta do ouro, "em seis pontos trinta legoas desta vila tão bom quanto ho achado", remetendo amostras ao rei, informando-o ainda de haver achado "húas pedras cerdes que parecem esmeraldas mui fremosas".

Ouro, o ouro, o grande imã, o fator econômico que há de arrastar os homens pelos sertões, arrastando toda a série de perigos, dilatando as fronteiras da Pátria.

Continuaram as entradas, transformando-se em Bandeiras, de onde emerge a figura lendária de Fernão Dias Pais Leme um semeador de civilização, de cidades, onde se estabelecia.

As Bandeiras, pela sua distribuição geográfica saíram da Bahia e de Pernambuco, atingindo a Paraíba e Rio Grande do Norte, ao Ceará, Piauí, Maranhão, Goiás, atingindo Minas, no Rio das Velhas, no que se refere ao Sertão. Mato Grosso e Minas Gerais, pelos Bandeirantes Paulistas. Pedro Teixeira que tomou posse da Amazônia. Começaram as Bandeiras ainda no século XVI, de norte a sul, desde o Pará ao Estado gaúcho. Vararam o desconhecido. Descendentes dos marinheiros que desvendaram o Mar Tenebroso, violaram as florestas, os altiplanos e escreveram uma das maiores epopéias que ao homem foi dado realizar, traçando os limites do que hoje é o Brasil.

Os objetivos que as galvanizavam, os mais razoáveis possíveis, para a época e a carência de recursos. Movimentos muito menores, sem significação alguma, ceifaram muito mais vidas inocentes. A caça ao índio era uma imposição e a luta contra os jesuítas, uma das variantes da imposição. Assim mesmo serviu para que os Jesuítas conseguissem levantar os fundamentos do princípio moral do respeito à pessoa humana.

Em três direções se realizou a epopéia: para o sul, para o norte, sendo que a viagem de Pedro Teixeira, de Belém do Pará a Quito, cem anos depois, será completada pelo sargento-mor Manuel Félix de Lima. A mineração vai deslocar o eixo do litoral para o interior.

A mineração — Dá-se a descoberta do ouro no sérro do Tripui, próximo a Ouro Preto, em 1695, nos últimos anos do século XVII, por Ban-

deirantes Paulistas A fisionomia das Gerais e da Colônia transforma-se o Ouro, com a sua febre contagiante, vai escrever um novo capítulo de nossa História. Pitangui, Mariana, Sabará, Vila Rica, São João Del-Rei, irradiam a sua febre. Começam-se a despovoar os altiplanos e as capitanias de São Paulo, Bahia e do Nordeste. Os "emboabas" arrebatam aos paulistas a supremacia, substituindo-os e derrotando-os. Trocam a batela paulista pelo desmonte das minas com força hidráulica. Aparecem os "mascates" e comerciam. Torna-se possível a Casa da Moeda.

O conflito dos Emboabas, desmembrava Minas que em 1720 era desanexada da capitania de São Paulo, tendo como primeiro Governador a Antônio de Albuquerque. Regulariza-se as "descobertas", com o respectivo "manifesto" e a imigração cresce na medida da descoberta de novas minas. Em 1729, no Sérro Frio, aparecem os primeiros diamantes. A queda do quilate, de 85000 para 25000 resultava de 300 mil quilates que o Brasil lançava no mercado mundial. Na Bahia descobrem-se mais diamantes. Em Goiás, Mato Grosso e na Bahia, mais ouro. Minas fornecia de 1725-35, 1.068 arrobas, dos quintos arrecadados. De 1736 a 1751, já vigorando a capitulação, 2.006 arrobas. Em 100 anos Minas remetia ao reino 3 milhões de quilates de diamantes. O marquês de Pombal reconstruía Lisboa. D. João V construía o mosteiro de Mafra e amava as freiras em Odivelas. Em 1777 Portugal já devia 3 milhões de esterlinos...

As lavras entraram em decadência, decadência apressada pelo contrabando. Voltava a florescer agricultura. O ouro venceu as serras, penetrara o planalto Goiano, varara Mato Grosso, plantando a civilização no Brasil, pastoril nas savanas e, na orla do litoral agrícola.

As crises que nos assoberbavam eram na maioria, proveniente da falta de meios de troca. Vieira, o jesuíta genial, perseguindo-o mais tarde, por seus próprios companheiros, adverte o rei, sobre a necessidade de se fabricar a moeda. O rei aceitou o conselho e em 1694 lavra-se a "moeda provincial" na Bahia.

O ouro iria despertar o Brasil, acender a primeira labareda da revolta que levou à Independência. O ouro escreveu a página dos Inconfidentes, porque propiciou riqueza e, com a riqueza, meios de desenvolvimento econômico, financeiro cultural e social que, junto ao fator épocal, forneceram a carga emotiva e intelectual para deflagrar o movimento de Tiradentes.

A FORMAÇÃO DE CLASSES — A INCONFIDÊNCIA — RESUMO GERAL DA ECONOMIA DE 1640 A 1800

É no século XVII que se dá o primeiro grande choque entre os interesses nacionais e os do colonizador e, em especial, da coroa. O ciclo do ouro e dos diamantes impõe a capital no sul, no Rio de Janeiro, em 1763, vinha apressar o desenvolvimento da então colônia. Já não existia mais a troca e o escambo. Já estávamos na época do crédito. De

1703 a 1833, cunhavam-se no Brasil, 216.275.989\$928 em moedas de ouro. E 16.460.866\$319 em moedas de prata. Pelo alvará de 13 de maio de 1803 começava a circular o "bilhete", precisamente, uma letra de câmbio.

O açúcar nos dá o senhor de engenho e às suas guerras um sentido nítido de brasileirismo. Já em 1781 frei José de Santa Rita Durão, mineiro, escrevia o poema épico "Caramuru". A independência americana influenciava as novas classes, principalmente a dos intelectuais, que estudavam na Europa, assimilavam as novas idéias e ao regressarem à pátria se chocavam com o nosso atraso e a nossa dependência. Acabou surgindo "a escola mineira" e Cláudio Manuel da Costa escreve um poema brasileiro "Vila Rica". Começávamos a trocar Coimbra por Paris.

O sentimento nativista explodia em revoltas, nos *emboabas*, nos *mascafes*, no episódio de Bekman. Surgia das novas legislações e posturas exaradas pelas Câmaras, na luta contra os jesuítas no caso do índio; na revolta do sal; na Bahia, em 1711, que passava de 480 réis para 720, acarretando o encarecimento, no mínimo, de 10% sobre todos os outros gêneros. Nas lutas de Olinda e Recife, em Pernambuco. Mas foi nas minas, em Minas Gerais que o sentimento se tornou mais forte, principalmente depois da luta entre paulistas e emboabas, fazendo recuar os prepostos da coroa. Em 1720, com Felipe dos Santos, escreveu com sangue um dos primeiros capítulos da jornada da nossa Independência.

As classes estavam feitas e o sentido da exploração era nítido tanto do lado reinol, quanto do lado brasileiro, os dois convictos de seus direitos. Até 1789 não houve campo ou densidade para outro ato, nas Minas. A "derrama" que estava para ser feita, era suspensa devido à denúncia da revolução na iminência de estourar. Tiradentes é preso, a 10 de maio, desse ano, na rua dos Latoeiros, no Rio. A 30 de abril de 1792 sobe ao cadafalso e é enforcado. Outras revoluções vieram. Em 1798, a dos Alfaiates, na Bahia.

Tudo isso atestava o amadurecimento do sentimento nativista no País, prenunciando a Independência, em 1822.

Em 1817 dá-se a segunda grande explosão, em Pernambuco, já muito mais adiantada em seus aspectos políticos. Não se tratava sómente da Independência. A República apontava nas suas dobras.

Era um movimento nítidamente nacionalista, entre colonizadores e brasileiros, com a agravante de uma diferenciação de classes que se batiam igualmente por motivos financeiros e econômicos. O mercador e o homem do campo tinha interesse em oposição. Os brasileiros queriam a nacionalização do comércio e a extinção do Monopólio. E o povo percebia este ideal, pois não é possível fazer um movimento contra os interesses do povo. Pode ser este ludibriado durante algum tempo, mas nunca o tempo todo, como tão bem o soube expressar Lincoln. Militares, homens do povo, padres, intelectuais, conservadores e liberais, todos estavam de acordo na expulsão do reinol. Uma rixa acendeu o estopim

e uma Junta Provisória se formou com o padre "Miguelinho", o padre Felipe Neri Ferreira e a capitulação da fortaleza do Brum inicia a verdadeira revolução Pernambucana. A repressão foi brutal e cruel. O sangue jorrou. A justiça Militar do reino usou e abusou da violência. Os calos do levante eram sumariamente enforcados pelas tropas reinóis. E sómente a 10 de agosto se mandou por carta-régia suspender as execuções. *Resumo geral da economia de 1640 a 1800*.

Em 1800 éramos cerca de 3 milhões de brasileiros. 2 milhões livres a 1 milhão de escravos. O território brasileiro estava configurado pelos Tratados de Madri e de Santo Ildefonso, o primeiro em 1750 e o segundo em 1777. Essa massa de população estava concentrada no litoral, como ainda hoje, subsistindo ainda a tremenda disparidade entre a orla litorânea e os "espaços vazios". Somos um espaço político. Do país, até agora, conquistamos apenas 36% do nosso território.

É em Minas, Goiás e Mato Grosso que a densidade da população se faz sentir, com quase 2.000.000 de habitantes. O ouro tinha conquistado Mato Grosso e Goiás, povoando-os. Desaparece um pouco no planalto interior e ressurge no Rio Grande do Sul. As grandes lavouras coloniais do açúcar, arroz, algodão, tabaco fazem a distribuição da população. E quando se pensa que o centro é abandonado, surge o ouro e surgem os diamantes.

A evolução da nossa economia, como ainda hoje, não chegou nunca a ser *nacional*. Era a exploração de regiões mais acentuadas para o cultivo desta ou daquela lavoura, para o desenvolvimento deste ou daquele produto. Economia de país subdesenvolvido, de nação produtora de matérias-primas, com o seu eixo econômico sempre oscilando do norte para o sul, para o centro, para o sul, à mercê, como ainda hoje, dos preços ditados internacionalmente, da política de interesses das Grandes Potências. Da indústria meramente extractiva passamos para a grande lavoura e desta para as artes e manufaturas, indústria de artesanato, como ainda hoje subsiste no interior.

As comunicações, sempre parcas e rudimentares, ilharam as regiões e as economias. As comunicações se fizeram à mercê dos movimentos da nossa economia, penetrando o interior com as Bandeiras, com o gado, através dos grandes cursos d'água. O comércio se desenvolve na orla marítima, principalmente, exportando para o exterior. Mas o comércio mais importante ainda é o dos escravos, representando ele, de 1796 a 1804, mais da quarta parte do total geral, mais de 10 milhões de cruzados.

A indústria, da qual ouve falar, pela primeira vez, em 1590 ou 1597, referente às Minas de ferro de Briracoiaba, na capitania de São Vicente, só receberá grande impulso em 1808, pelo alvará de 1 de abril. Até ai vegetou na fiação e tecelagem caseiras. Nos artefatos necessários à vida dos campos e do gado e dos pequenos burgos. Cerâmica. Têxteis e ferro. Os artesãos ligam-se em corporações, organizando-se em classe.

Por fim, acabam libertando-se da manufatura caseira e já em Minas e no Rio de Janeiro, na segunda metade do século XVIII já aparece uma indústria têxtil de certa evidência, indústria que os interesses reinôis mandam que seja extinta em 1785, deixando só a de panos grossos de algodão. Temiam, politicamente, o desenvolvimento de uma classe de homens de dinheiro e do povo.

Quando a indústria do ferro também, entre nós, pegou mais forte incremento, da mesma forma foi perseguida oficialmente, sendo que as pessoas ligadas a essa indústria eram, até, consideradas de idéias subversivas. No fundo, era a concorrência do reino, forçando-nos a comprar os seus produtos.

A VINDA DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA PARA O BRASIL

O capitalismo comercial inglês encontrava-se, durante todo o século XVIII, em plena expansão. A hegemonia inglesa, depois de Cromwell, continuava a política das "Atas de Navegação", desenvolvendo a sua marinha e as suas manufaturas, sempre esses dois fatores em íntima conjugação de interesses até atingir, na transcorrência de todo o século XIX, o ponto alto de seu poderio. Brutalmente despovoou seus campos e chegou até ao crime de acorrentar crianças às máquinas industriais. A máquina de fiar, a máquina a vapor, a máquina de tecer, em 1785, toda a sua febre em produzir e exportar, dava à Inglaterra uma supremacia de fato no mundo de então. A sua esquadra dominava os mares e as rotas, os caminhos e os transportes e os produtos necessários à vida da ilha, garantindo ainda drenar a sua produção industrial. O carvão assegurava a vitória da revolução industrial inglesa e essa hegemonia só terminou com a segunda conflagração mundial, ao primeiro tiro dado em setembro de 1939.

Adam Smith exportava constituições. Criara-se o mercado interno consumidor, criaram-se os mercados externos, alargou-se a capacidade aquisitiva dos antigos mercados e em toda a parte se rebentava a política monopolista, o grande entrave.

Napoleão derrubava os velhos sistemas feudais europeus, prestando, sem o querer ou saber, os mais relevantes serviços "à perfida Albion" que, no objetivo de sua política continental de nunca deixar que uma potência européia detivesse a hegemonia do Continente, armava Coligão até acabar por abater o corso.

Portugal, desde Methuen que deixara de existir como nação independente. O Marquês de Pombal revitalizar o velho reino, montando uma indústria, reorganizando o exército, a marinha, a educação, o comércio. Tudo inútil. Não havia carvão, nem capitais. As tropas de Wellington, nas lutas peninsulares contra Napoleão, destruíram as fábricas portuguêses que o grande marquês criara, "candidamente" atidas aos termos do vergonhoso Tratado de Methuen.

Do capitalismo comercial passava a Inglaterra para o capitalismo industrial e isso exigia, cada vez mais, novos mercados consumidores e fornecedores de matérias-primas, sem monopólios, e onde sua política melhor pudesse penetrar e fixar-se. O liberal-cambismo estava em evidência e era a grande tese. O Brasil produzia algodão. Os teares ingleses estavam sequiosos de algodão. Enquanto os Estados Unidos enviavam à Grã-Bretanha, em 1775, pouco antes da Independência, 1 milhão de libras de algodão, o Brasil remetia 3 milhões. Nos primeiros anos do século XIX mandávamos mais de 11 milhões de libras de algodão. O monopólio precisava cessar. Era uma questão de tempo.

Os Estados Unidos tornaram-se independentes e foram auxiliados por poderosos grupos econômicos ingleses que preferiam a intensificação de relações comerciais entre os dois países, alargamento do mercado consumidor, aos meros vínculos políticos defendidos pelo rei e já em vias de se estilhaçarem.

Essa burguesia industrial veio a influir na nossa Independência e na continuação da coroa depois do ato político, com evidente prejuízo dos verdadeiros interesses do Brasil. A Revolução Pernambucana de 1817 é que estava certa, no seu sentimento republicano e no seu objetivo da nacionalização do comércio. Subsistiu a coroa por culpa de uma burguesia agrária de entendimento estreito e de uma falsa elite intelectual que não sabia o que fazer do poder, realmente com a transferência de um poder administrativo.

A TRANSFERÊNCIA DA CÓRTE

Logo depois da morte de D. José e derrubado o Marquês de Pombal, o reino português tornou a cair sob as garras de seus tradicionais inimigos, a reação dos nobres e a reação clerical, agora, com o estímulo da coroa. Prenderam o marquês e o submeteram a incríveis interrogatórios até altas horas da noite, apesar de seus 80 anos. Os negócios do reino iam à matroca e cometiam-se os piores erros. D. Maria I enlouquecia e tinha pavores religiosos, vendo o glorioso marquês a arder no seu inferno louco. Seu filho, mazorro e imbecil, poltrão, não podia nem sabia reagir diante do "parvenu" genial que derrubava os tronos europeus. Deixou-se envilecer pela perfídia inglesa que impôs a João VI a viagem para o Brasil. Strangford tivera o cuidado, antes, de exigir a abertura dos portos, liberdade de comércio e reforma tarifária. E fez embarcar a corte, havendo de bombardear Lisboa caso não se acatassem as ordens do primeiro ministro inglês. Embarcou a corte, no Tejo, a 29 de novembro de 1807, tendo já, nos calcanhares as tropas de Junot que chegaram a aprisionar dois navios. Chegou João VI à Bahia a 22 de janeiro de 1808 e ao Rio a 7 de março do mesmo ano. Na Bahia, a conselho do Visconde de Cairu, José da Silva Lisboa, assinava a carta régia que abria os nossos portos, abolindo o monopólio do comércio, como o desejava a Inglaterra e era de nosso interesse. Declarou livres

as indústrias a 1 de abril do mesmo ano. A tarifa alfandegária viria em outubro de 1809, "elaborada pelos industriais ingleses de tecidos" (Pedro Calmon — História da Civilização Brasileira). As mercadorias inglesas pagariam, daí em diante, 15% apenas de direitos alfandegários, concorrendo com as estrangeiras que pagavam 24%. Não se importariam mais panos do Reino. Os negociantes ingleses estabeleceriam-se no Brasil com firmas e escritórios, comprando algodão, carvão, fumo, couros e dando um ritmo novo a todas as atividades. D. João VI cria a Imprensa Régia, o Supremo Tribunal de Justiça, academias, fábricas, bibliotecas, arsenais, o Banco do Brasil, com o capital inicial de 1.200 contos de réis. Os franceses, feita a sua revolução, por falta de habilidade de suas classes dirigentes, teimando em manter o desenvolvimento do país nos moldes obsoletos de um feudalismo já de há muito superado, tendo ultrapassado o vendaval napoleônico, aqui aparecem, no Brasil, estabelecendo-se como comerciantes. Em 1822 o Brasil vendia 80 mil contos para o exterior. Deixamos o padrão ouro pela prata, cunhando uma moeda de 960 réis que facilitava o rodízio. Cunhamos moedas de cobre. Fizeram-se os bilhetes do Banco, que atingiram a 3.600 contos em 1818 e a 8.566 em 1821, ano antes da Independência, criando, já uma situação de crise financeira, que espíritos vulgares teriam enxergado como "entrave impossível" ao desenvolvimento do Brasil, à sua Independência Política.

Antes de D. João VI embarcar, de Portugal, acovardou-se entre duas tendências em choque: uma, liberal, de acordo com as idéias da Revolução Francesa, instando com o rei, para ficar e resistir. Outra, nos velhos moldes conservadores. Optou pela fuga, depois de ameaça inglesa, apesar do pavor da viagem e de seus incômodos. E também pela aversão aos ideais republicanos, aversão que nos custou uma guerra, depois perdida, quando tivemos de restituir a Província Cisplatina. Não foram os interesses do Brasil, verdadeiramente, que a ditaram, mas a ambição de Carlota Joaquina que se dizia herdeira de Carlos IV e de Fernando VII, presos por Napoleão, e o medo pânico das idéias republicanas que o senhor Dom João VI não queria permitir ao sul do Brasil.

A vinda de D. João VI tem sido festejada por muitos historiadores como uma benesse do destino e ao dito rei não têm sido poupados elogios "peia obra realizada" de abertura dos portos e de todas as outras medidas em favor do Brasil.

Parece-nos exagerado tudo isso. O Brasil nos começos do século chegara ao ponto crucial do sistema de colonização, fundado sobre o anacronismo do monopólio. O desenvolvimento industrial do mundo já o condenara e a capacidade realizadora de nosso povo, ao influxo das novas idéias e interesses internacionais, acharia o rumo certo a seguir. Portugal chegava ao extremo limite de sua capacidade colonizadora e se via em face do capitalismo industrial que exigia nossos mercados consumidores e de matérias-primas a fornecer, como um mero intermediário parasitário prestes a ser riscado. Empobrecido, sem recursos eco-

nómicos, com uma política imbecil no reino e no Brasil, de restrições, medidas drásticas de finanças, monopólios; sem manufaturas, sem capacidade para substituir o velho equipamento econômico, teria de ver o Brasil romper caminho sózinho, sem reis nem coroas, recebendo diretamente os ideais republicanos e realizando as aspirações do povo e não de determinadas classes a cujos interesses corresponderia, mais tarde, a sobrevivência da coroa.

D. João VI não nos deu nada. Foi tudo uma decorrência da sua vinda e da imposição dos novos tempos. Teríamos feito tudo da mesma forma e com um sentido mais avançado, se não houvesse a interferência dessa viagem. Chegados ao Brasil, êsses 15 mil refugiados, com êles se estabeleceu um regime de futilidade, de tolice palaciana, com honras e dignidades de nobreza cabocla ou de "bacalhoeiros", como diria Camilo, recebendo comendas e honrarias, títulos, pelos motivos mais tolos e muitos, indignos. Armitage revela-nos que essa dissipação de títulos e honrarias, comendas e outros penduricalhos, chegou a uma liberalidade fantástica, ao ponto de D. João VI conceder mais insignias honorárias que todos os reis da malfadada casa de Bragança, onde apenas D. José V, se salvem. Diz João Ribeiro "Os bajuladores e favoritos e a numerosa comitiva do rei, aos milhares, sem trabalho, aquinhoaram-se em empregos novamente criados pela prodigalidade insensata da corte, que via nesse improviso da personagem, uma necessidade de seu culto externo. De toda a parte, à varinha mágica do rei surgiam barões e visconde sem conta". E vai por aí, mostrando como dêsses estado de coisas que aprofundava a barreira entre brasileiros e portuguêses governados por um rei não tinha "na mesquinhez de seu espírito dotes suficientes para criar, como logo disse, "um novo império". Desmazelado, fútil, colocando vulgares diversões acima dos encargos do governo, ignorante da nova situação que a sua falta de heroísmo lhe criara, tendo preferido servir aos interesses ingleses que coincidiam com a poltroneria própria, e etc., numa perfeita visão dêsses rei e dessa corte. Oliveira Martins ainda é mais real e, portanto, justo.

A Inglaterra precisava dos portos lusitanos como base na sua luta contra Napoleão que decretara o bloqueio. E precisava de comerciar livremente com o Brasil, expandir seu comércio e aplacar a sua fome de matérias-primas. De estender a sua Paz Britânica até nós, ao ponto das mercadorias de Portugal pagarem de entrada em nossos portos 16% e as inglesas menos 1% ou seja, 15%, pelo Tratado de 1810. Tirávamos, assim, a coroa, a liberdade de nos expandir naturalmente, atrelando-nos, com baixezas idênticas, ao novel imperialismo inglês. O Brasil desenvolvia-se por força de suas linhas econômicas, arcando ainda com os desperdícios da coroa e de suas luzidas gentes. Em 1812 exportávamos, em contos de réis, 4.000 contos de réis e importávamos 2.500. Em 1816 começava a nossa "balança de pagamentos" a pender... Exportação: 9.600 contos; importação: 10.300 contos. Em 1822, ano da nossa Independência política, a "balança de pagamentos" apresentava um déficit

de 2.800 contos de réis, assim: exportação, 19.700 contos contra 22.500 contos de importação. Situação "calamitosa". Antes da Independência deveríamos, para ser bons moços, pagar cruzeiro a cruzeiro todas as libras em débito. Parar, parar tudo e iniciar uma política financeira, tão ao gosto dos liberais-cambistas. E a Independência que esperasse outra oportunidade.

A INDEPENDÊNCIA

Quando D. João VI, em boa hora, é forçado a partir por força da Revolução Constitucionalista do Pórtugal, com Fernão de Tomás, aqui deixa o filho com o conselho de que se aproveite, antes que outro "abenteu-reiro" o faça. Aproveitou-se ele e os seus, até à República.

A Revolução Constitucionalista feita em Portugal era um episódio da história daquele país cujas elites não tinham uma visão acertada dos problemas de seu tempo. Assim, pretendiam "recolonizar" o Brasil, voltar aos antigos tempos, restaurar, talvez, até o monopólio. Contra isso se insurgia o Povo Brasileiro. Em 1817 a Revolução tinha um sentido mais profundo do que a dos Inconfidentes. Era o povo que estava nas ruas, que queria a nacionalização do comércio e a extensão de direitos constitucionais populares, direitos que a monarquia eliminou, com a sua absurda centralização. Na verdade, a vinda de D. João VI para o Brasil forneceu a peça necessária à reação que coagiu todo o organismo nacional, o rei. Através dessa peça a nossa burguesia agrária não permitiu que se modificasse a estrutura da nossa forma de produção, mantendo, no campo social, toda a antiga situação.

O episódio de 7 de setembro de 1822 veio sacramentar a nossa Independência política que, realmente, já estava feita desde as proclamações de 1 de agosto, declarando-se guerra a todo o desembarque de forças militares portuguesas no Brasil e D. Pedro I declarando-se "defensor da Liberdade e Independência, do Amazonas ao Prata. José Bonifácio é a grande figura da nossa Independência política.

A Constituinte que o príncipe havia convocado para 3 de junho de 1822, reunia-se a 17 de abril de 1823 e dava um espetáculo deplorável de falta de competência para redigir uma Constituição. Tendo em seu recinto 7 militares, 19 padres, 48 doutores e alguns funcionários e negociantes, esse corpo legislativo, saído das escolas jesuítas, das grandes famílias de nossa aristocracia rural, iniciou as coordenadas da comissão que o então imperador nomeou para elaborar a Carta Constitucional do Império de 25 de março de 1824 que teve o seu corolário na interpretação do Ato Adicional de 1840, quando então já estava formado o torniquete que varou todo o 2º Império, centralizando brutalmente todas as atividades do País.

Rio, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul montavam a sua máquina de dominação política e econômica.

A dissolução da Constituinte apressou a revolução republicana de Pernambuco que tentou repor o país no seu verdadeiro caminho. A rea-

ão parte de um senhor agrário, o marquês de Recife que formou o primeiro núcleo de combatentes monarquistas que depois fizeram junção com a esquadra de Cockrane e as tropas de Lima e Silva. Fuzilaram os patriotas. Frei Caneca, o padre Mororó, Fatclift e Joaquim Loureiro. Lutavam contra o regime colonial que continuou porque, em verdade, 7 de setembro representou, muito, uma espécie de transferência administrativa do reino, de português para brasileiros. Nenhuma reforma de vulto na forma de produção ou no sistema de compressão ou a favor das aspirações populares, ou do municipalismo, ou das economias regionais. Se os governantes português, durante séculos, sempre levaram em consideração os aspectos regionais do país, desenvolvendo-o de acordo com as peculiaridades regionais, geográficas e econômicas, o primeiro segundo impérios fazem uma política completamente diversas, de centralização ainda mais brutal que teria de acabar com a proclamação da República.

Com o movimento da abertura dos portos as classes detentoras da produção de muito se beneficiaram, mas não o povo, vendo os mercados inundados por mercadoria estrangeira, concorrendo com a que ele fabricava, vendo a lavoura de subsistência ser abandonada em favor da lavoura de exportação, fazendo isso a vida mais cara, a alimentação, a capacidade de emprégo. O povo aliou-se a essa burguesia para fazer a independência, certo de que suas aspirações seriam contempladas. Não foram. Daí as revoltas, a anarquia, as quarteladas e o Exército, mais uma vez, na sua rebeldia, era o porta-voz das idéias descontroladas do povo que ainda não possuía capacidade orientadora de ação. Em vez de uma descentralização que correspondia aos interesses do País, marchou-se para uma centralização que paralizou de muito o desenvolvimento do Brasil.

A Regência continua a centralização e, em resposta, as revoltas: cabanagem, no Pará, a sabinada, a balaiada, refletindo as inquietações generalizadas do povo, sem um rumo certo, sem dirigentes ou elites capazes. A maioria vem como golpe hábil para os senhores de então conseguirem a centralização do poder através do rei, o que não foi conseguido através do rei epiléptico anterior, que seguiu para Portugal a lutar contra seu irmão D. Miguel, empedernido absolutista, ignorante, brutal, insuflado pelas mais reacionárias forças da sociedade portuguêsa.

O SEGUNDO IMPÉRIO

Inicia-se a 23 de julho de 1840. O maior homem do primeiro período deste reinado é, sem dúvida, Luís Alves de Lima, pacificando o País e com um admirável tato para conciliar, vencer, arrumar.

A organização centralizadora do Império, através do chamado Poder Moderador, realmente, deu, a este o poder quase absoluto, através da qual a nossa burguesia governava a seu talento, à margem das verdadeiras aspirações do País: o rei nomeava os presidentes das Províncias. Nomeava os chefes de Polícia aos quais dava poderes policiais e

judiciários. Nomeava os Juízes de Direito, Municipais e os Promotores Públicos. Pelo Ato Adicional restringe o poder das Assembléias Provinciais e intervém nos menores detalhes da economia regional, acrescentando sempre maior poder ao que já possuía. Pode anular eleições de Vereadores e de Juízes de Paz; reintegrar funcionários, faltosos ou não, demitidos pelas Câmaras; suspender resoluções das Assembléias Provinciais; suspender magistrados; dissolver o Poder Legislativo e, no dizer de Tavares Bastos "dissolve o Exército em destacamento", destacamentos regionais, criando, paralelamente a Guarda Nacional, composta de seus prepostos diretos e indiretos de coação política e administrativa. Por isso o nosso Povo era anti-monarquista. Porque através da Monarquia era ele dominado pela força do Estado e das forças econômicas que já estavam estabelecidas no Rio, São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, principalmente Rio e São Paulo que, ainda hoje detêm, sózinhos mais de 75% das rendas e lucros da União.

O café fornecia as divisas para a importação e cada vez mais afirmava o seu primado político.

A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

Em 1826 assinávamos um tratado com a Inglaterra visando a proibição do tráfico de escravos, com direito, a Inglaterra a buscas em nossos barcos em caso de suspeita. Apesar de Feijó em 1831 declarar livres todos os escravos que penetrassem em terras do Brasil, o tráfico continuou, quando em 1845 foi decretado o "Bill Aberdeen" renovando o Tratado de 1826, caduco em 1844. Importávamos mais do que exportávamos e a diferença era coberta sempre por empréstimos, ingleses. Atingiamos o auge da crise em 1844 e a Inglaterra cessava os empréstimos, obrigando-nos à reforma tarifária, decretando tarifas mais elevadas, deixando, por isso, de continuar sendo a Inglaterra uma espécie de "Nação mais favorecida" pois, pelo tratado de 1810 pagava só 15% "ad valorem", enquanto Portugal pagava 16% e as outras nações, 24%. Fixamos os novos direitos em 30% e com isso subiram as rendas do Estado, continuando o deficit orçamentário e a vida do povo cada vez pior.

Começa a luta pela libertação dos escravos porque o capitalismo industrial da Inglaterra tem necessidade de expansão de mercados, do indígena em seu trio natural para lhe fornecer matérias-primas e que, como escravo, em outras, não seja concorrente, plantando algodão e ele mesmo fazendo a sua roupa, tecendo.

A concorrência da indústria inglesa sufocava quaisquer veleidades nossas de montar indústria. As atividades agrárias absorvem tudo. Por isso a necessidade do trabalho escravo. Mas a indústria açucareira, novamente em crise não conseguiu suportar a estrutura, enquanto o café se firmava cada vez mais. Quando, em 1850 foi realmente extinta a importação de escravos, o café foi capaz de resistir, com seu sistema de trabalho, e lentamente se vai fazendo a dissociação da classe escrava.

através da miscigenação e da ruína da antiga estrutura econômica que se transforma na pequena lavoura de subsistência e no artesanato. É a própria pressão do Capitalismo industrial. Capitais estrangeiros afluem e começa-se a modificar a paisagem econômica. O café a partir de 1860, começa a apresentar saldos na nossa balança de pagamentos, saldos que traduzimos em importações do que necessitávamos e na importação de implementos industriais. É a primeira vez em que a balança de saldo é a nosso favor. Em 1866 são libertados, pelos frades beneditinos, os filhos de suas escravas. Mas só em 1871, a 28 de setembro se promulga a Lei do Ventre Livre. Vem em 1885 a Lei dos Sexagenários e a Lei Aurea em 13 de maio de 1888.

Quando da proibição do tráfico, em 1850, os capitais que a esse tráfico se dedicavam, foram dirigidos noutros sentidos. Surgiu um começo de industrialismo onde se acentua a figura extraordinária do Barão de Mauá, Irineu Evangelista de Souza, que a imprevidência, a mesquinhice e a tolice de D. Pedro II consentiram que fosse à falência. Mauá, Cristiano Otoni, Joaquim Teixeira Leite, Mariano Procópio são os homens que lideram o movimento capitalista de abrir estradas e dos caminhos de ferro, procurando escoadouro para o café e para a nossa produção. O desenvolvimento do país acelerava-se, independente da lerdice imperial. Vem a primeira locomotiva, vencendo a serra de Petrópolis. A iluminação a gás. Mariano Procópio lança os trilhos até Juiz de Fora. Vence-se a serra da Mantiqueira com a Estrada de Ferro D. Pedro II. Vem o telégrafo. Vergueiro, em São Paulo, começa a colonização e entram italianos, portuguêses, alemães, numa corrente imigratória magnífica.

As crises de 1850, de 1857, com a síncope de crédito em 1860, principalmente em 1864, determinam uma revisão no sistema bancário e a circulação monetária, até então insuficiente, é incrementada através da oficialização das emissões pelo Tesouro, encargo, até então, exercido por bancos particulares.

Tudo isso, todo esse desenvolvimento, trazia em seu bojo a extermínio da escravatura. Não houve mercê nem magnimidade de reis ou rainhas. Era a marcha inexorável de desenvolvimento econômico do País que forçava e rebentava em cacos a estrutura agrária incipiente em que vivíamos. Os homens, no caso, funcionaram como marionetas do grande avanço do capitalismo industrial que não mais permitia um estado de coisas já morto e enterrado e que estava emprestando o ambiente. Não era uma causa, era uma resultante. Com a abolição da escravatura veio abaixo a monarquia, o corolário natural que a continha e lhe dava forças, assim como a grande propriedade. Ambas ruíram em face de um desenvolvimento que o Brasil já possuía, ao fim do segundo império, já com cerca de 630 estabelecimentos industriais, com 55.000 operários. Já havia no país 65.000 cavalos a vapor e dos capitais invertidos na nova indústria estavam assim repartidos: 60% em indústrias têxteis; 15% na da alimentação, 10% na de produtos químicos e análogos; 4% em madeiras e três e meio por cento na de vestuário.

Tudo isto impunha mercado consumidor e mão-de-obra. Ambos estavam acorrentados ao tronco das fazendas. A Abolição da escravatura alargava o mercado interno e fornecia braços para as indústrias e braços livres para o café. Com a participação de capitais estrangeiros evoluímos ao ponto de tornarmos obsoleto todo o edifício construído por uma burguesia reacionária vinda de D. João VI e do 1º Império, com a sua centralização absurda de poderes e de força material. Era renovação que se processava, democrática e bem brasileira a que as guerras havidas no 2º Império dão um sentido direcional mais firme e um conteúdo popular mais forte, aparecendo o Exército como aquela parcela mais esclarecida e forte do povo brasileiro para pôr um paradeiro à cegueira de suas elites, amordaçando a economia do País. O fim da Guerra do Paraguai marca o fim do domínio dessa burguesia agrária e, com o seu fim, o da monarquia seu grande suporte político. E, como sempre, de chôfre, sem uma preparação ou plano organizado, lançaram-se cerca de 700 mil brasileiros a braços com as mais tremendas situações pessoais de sobrevivência e emprêgo, massa flutuante que continuou, em grande parte, presa das antigas fazendas, enquanto parte se dirigia, como ainda hoje, para as cidades, desfalcando os campos de produtores e acumulando nos grandes centros novos consumidores, por falta de recursos e de condições de trabalho no interior do País.

A REPÚBLICA

A transformação da fisionomia política do segundo império, de suas instituições, com o País, passando de uma fase de desenvolvimento para outra mais avançada, trazia, consigo, a necessidade irremediável de mudar o sistema político até então vigente, passando o comando do País para outras mãos, uma vez que a burguesia agrária brasileira se vinha revelando incapaz desde a Independência e só abandonou o poder através das profundas alterações havidas no panorama econômico. Vieram se dissociando lentamente e outras forças foram aparecendo no cenário político. O Exército, através da chamada questão Militar, tomava parte ativa na vida política do País e pôr a ponta de lança do Movimento Republicano. A idéia da República vinha de longe, de Vila Rica, dos pernambucanos de 1817, de 1824, até se fundar em 1870 o Partido Republicano. Veio o "Manifesto". A Convenção, em Itu, em 1783. Em 1888 já existem na Nação 183 Clubes Republicanos. Benjamim Constant continua a sua pregação. Deodoro proclama a República a 15 de novembro de 1889 e acaba com a malfadada Constituição que até então nos governava.

Fêz-se uma nova Constituição. Rui Barbosa pretende a criação de bancos emissores, divididos em três regiões nacionais, base financeira para o desenvolvimento do País. Até 1895, o Brasil já tem 450 fábricas, com cerca de 220 mil contos de capital. A vida do País reativa-se e a República era, em verdade, o novo ambiente político necessário no Brasil novo que alvorecia, livre da férrea armadura do império.

III — SUGESTÕES PARA A RESOLUÇÃO DA PROVA DE INGLÊS DO CONCURSO DE ADMISSÃO À ECEME — EXERCÍCIOS

Ten-Cel CELSO DOS SANTOS MEYER

A Prova de Inglês do Concurso de Admissão à ECEME consta, em geral, de duas (2) partes, uma Tradução e uma Versão, a serem resolvidas num total de duas (2) horas. Ambas as partes podem ter constituição variada, isto é, cada uma pode ser composta por um trecho único ou, então, por dois, três ou mais trechos completamente diferentes.

Qualquer que seja a sua constituição, sugerimos que a solucione da seguinte forma:

1. Faça primeiro a Versão.

Esta é, teóricamente, a parte mais difícil; entretanto, no caso especial do concurso, sua resolução em primeiro lugar se justifica, pois, dado o nível médio de conhecimento do idioma inglês do candidato e a tensão natural do exame, o problema resume em passar para o inglês, da forma mais correta possível e num mínimo de tempo, um ou mais trechos em português; não há, assim, o problema de "entender" o que está escrito. Trata-se, apenas, de escrever em inglês um ou mais trechos em português; não há, assim, o problema de "entender" o que está escrito. Faça-o da forma mais literal possível, de modo a evitar erros grosseiros, particularmente os de concordância — em gênero e número — e os de ortografia. Observe as regras gramaticais, especialmente as relativas ao emprego de adjetivos e pronomes. Use as palavras, em inglês, em que sejam mais parecidas, em grafia, com suas correspondentes em português; isto reduz o risco de se tomar uma palavra cujo significado não seja o mais apropriado. Evite as palavras difíceis.

Finalmente, faça todo o possível para terminar a Versão em quarenta (40) minutos; uma vez terminada, como souber ou puder, não a verifique; passe imediatamente à Tradução.

2. Deixe a Tradução para depois.

A Tradução é, aparentemente, a parte mais fácil da prova. Apresenta, entretanto, para o candidato médio, uma primeira e grande dificuldade que não existe na Versão: a compreensão imediata do texto em

inglês. Há casos em que todas as palavras são conhecidas, mas que "param" não fazer sentido; isso em geral acontece porque o significado conhecido de uma ou mais palavras, numa frase, não é o que serve ou compete ao caso em questão. Não adapte a "idéia" ao único significado que conheça de uma certa palavra; verifique, no dicionário, se não existem outros significados e use o mais apropriado.

Não se preocupe, inicialmente, com os títulos, se os houver; traduza-os sómente após terminar o trecho respectivo. Na maioria das vezes, o significado dos títulos só pode ser entendido quando se comprehende o assunto. Se a Tradução consistir de trechos variados, não perca tempo procurando "o mais fácil"; comece "pelo princípio". Sentindo muita dificuldade na tradução do primeiro trecho, passe para o seguinte, deixando, porém, espaço suficiente para a posterior resolução do trecho inacabado.

Siga o mesmo processo até encontrar o trecho que lhe seja mais fácil; resolva-o com todo o cuidado e calma. A seguir, traduza os demais trechos, considerando sempre o seu grau de dificuldade. Deixe o mais difícil para o fim, quando a maior parte da prova já estiver resolvida e termine-o, se o tempo o permitir.

Não procure "acabar de qualquer maneira"; nem sempre quem termina toda a prova dentro do tempo obtém o melhor resultado. O mais importante não é chegar ao fim de qualquer maneira, mas sim resolver, de forma correta, o máximo que puder.

Procure traduzir o mais "ao pé da letra" possível, sem que isso, entretanto, prejudique o estilo, a clareza e a fidelidade da "idéia"; não seja muito "livre" em sua tradução, a menos que seus conhecimentos de inglês, e de português, sejam realmente bons. A tradução tanto quanto possível literal evita erros grosseiros ou deturpação das idéias, o que é muito frequente nas traduções livres, feitas por aqueles que não dominam perfeitamente ambos os idiomas.

Ao traduzir, não o faça de uma forma mecânica; procure antes compreender o assunto e tenha, então, sempre em mente os seus conhecimentos sobre o mesmo. Não traduza palavra por palavra; leia a frase toda e procure compreender o seu significado; vá assinalando as palavras que lhe sejam completamente desconhecidas. Apreendida a "idéia" contida numa frase ou período, redija-a com suas próprias palavras. Não siga rigidamente a construção da frase em inglês ao traduzi-la; use a pontuação em português, de modo a facilitar a redação. Há casos em que uma única frase em inglês pode apenas ser traduzida por mais de uma em português e vice-versa. Evite "escrever inglês em português".

Não esqueça o seu português! Lembre-se que, uma vez compreendido o significado de uma frase, período ou trecho, o problema se resume a uma redação em um português correto e inteligível. Evite, sempre que possível, o uso de palavras de cuja grafia não esteja certo; use, de preferência, palavras simples.

Seja o seu próprio juiz: "Uma tradução só está boa quando entendemos, sem dificuldade, aquilo que traduzimos".

Para terminar, cabe ainda aqui algumas observações de caráter geral. A obediência a estas sugestões não implica, tacitamente, um bom resultado. Elas constituem apenas uma contribuição para um bom resultado e sua principal finalidade é evitar que o candidato se perca durante a prova e, em consequência, se veja prejudicado pela falta de um "sistema", resolvendo a sua prova de forma desordenada.

Não "adivinhe" o valor atribuído a cada parte da prova e, mais importante ainda, não a solucione em função desse palpite. Considere toda a prova igualmente importante e se preocupe sómente em "resolver, de forma correta, o máximo que puder".

EXERCÍCIOS DE INGLÊS

1. TRADUZIR

a) Ordinarily the defender will attempt to screen his main position and deceive the attacker about his dispositions by the employment of covering forces. A thorough and aggressive reconnaissance of the hostile position and its foreground by advance security forces is of primary importance. This reconnaissance seeks to find indications that the position encountered is the enemy main one.

A well-organized system of hostile defensive fires, extensive mining, fortifications, barriers and defensive wire are frequently reliable indications that the hostile battle position has been reached.

If air and ground reconnaissance agencies fail to definitely establish these indications, then a reconnaissance in force is made to test the strength of the enemy position, to drive in the enemy's covering forces and to seize terrain which will permit the proper deployment of the command and afford adequate observation of the hostile battle position. The leading troops then establish themselves on advantageous terrain features and cover the preparations for the attack.

Plans must be made to protect the leading elements from possible hostile counterattack. These plans include provisions of supporting fires and assistance from elements of the main force which must be located within supporting distance. As much of the command as possible is held in readiness beyond the range of effective hostile artillery fire. Necessary measures are taken to protect it against air attack by armor.

b) Exploitation is initiated upon order or when attacking forces reach a prescribed objective or phase line. It may also be initiated by a commander when the situation of the enemy confronting him has deteriorated to a level which favors such action. Among indications of conditions favoring initiation of the exploitation phase are an increase in numbers of captured forces, an increased in amount of abandoned equipment, the overrunning or destruction of hostile artillery and the seizing of higher headquarters command posts or communications installations, supply installations and similar facilities.

Exploitation should be designed to deny the enemy any respite from offensive pressure. Once begun, the exploitation is carried out with aggressiveness and initiative on the part of all commanders concerned, with no let-up in the drive to the final objective.

2. VERTER

a) A divisão de infantaria, quando totalmente motorizada com meios de transporte adicionais, é especialmente apta para executar os seguintes tipos de operações: dar apoio imediato às unidades blindadas; consolidar e manter as posições ocupadas por essas unidades; ocupar e manter pontos importantes até a chegada de forças menos móveis; explorar o êxito obtido por armas de destruição em massa, unidades aeroterrestres, blindadas e outras; executar desbordamentos e envolvimentos, tanto em íntima cooperação com elementos blindados ou outras unidades móveis, como, sob condições favoráveis, realizar essas operações independentemente; e constituir uma poderosa reserva para emprégo ofensivo ou defensivo, de acordo com a situação.

b) A penetração de uma posição inimiga exige a realização de três operações principais: a ruptura da linha principal de resistência do inimigo, o alargamento da brecha mediante a conquista de objetivos no interior da posição e a conquista de objetivos que destruam a continuidade da posição.

Essas três fases são imediatamente seguidas da exploração do êxito, tendo em vista a conquista de regiões vitais, localizadas bem no interior da retaguarda inimiga.

DEVER MILITAR E POLÍTICA PARTIDÁRIA

UM LIVRO PARA MILITARES E CIVIS

pelo

MARECHAL E. LEITÃO DE CARVALHO

Livraria Civilização Brasileira

Cr\$ 250,00

RUA 7 DE SETEMBRO, 97

RIO DE JANEIRO



Ano III — Ns. 6, 8 e 9
(Set-Out 61)

Coordenador: Maj AMERINO RAPOSO FILHO

S U M Á R I O

GUERRA REVOLUCIONARIA

I — PARTISANS — A FÔRÇA ESQUECIDA

Cap Thomas W. Collier

Tradução da Revista "Infantry" — Agô-Set 61 pelo
Ten-Cel Tercio Veras.

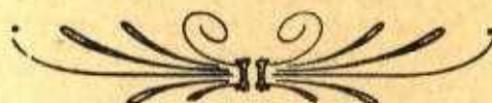
II — A LONGA MARCHA DE MAO TSE TUNG

Edgar Snow

Tradução e Comentário de:

Cel A. J. Von Trompowsky

Maj Amerino Raposo Filho.



TEORIA DE GUERRA

Teoria de Guerra é o trabalho científico que se destina a determinar os princípios intrínsecos, extrínsecos e de ação do fenômeno por excelência social, que é a Guerra.

A teoria da guerra representa a parte superior, subjetiva da guerra.

DOUTRINA DE GUERRA

Doutrina de Guerra representa um primeiro estágio na Teoria de Guerra, para determinado país e numa determinada situação. A dependência da doutrina a elementos concretos mostra-nos, desde logo, que ela não pode ser nem imutável, nem geral, sendo, então, sómente aplicável àquele país e numa determinada época.

Sendo a Guerra um fenômeno social, cada agrupamento humano imprimirá suas características próprias e peculiares à aplicação das Leis e dos Princípios de Guerra, surgindo, assim, não uma nova Teoria, mas algo dela derivado, que se convencionou denominar Doutrina de Guerra.

REGULAMENTO

Ao executante não interessa o domínio das concepções subjetivas, como acontece em alto grau na Teoria de Guerra e, em menor escala, na Doutrina de Guerra, porém, algo concreto, que lhe sirva de guia na realidade do campo de batalha, isto é, o Regulamento.

Então, é o Regulamento o repositório de normas e procedimentos para os executantes. Traduz o pensamento doutrinário, o modo operatório em situações diversas. Constitui um todo harmônico e homogêneo.

GUERRA REVOLUCIONÁRIA

I — PARTISANS — A FÓRCA ESQUECIDA

Capitão THOMAS W. COLLIER

(Tradução da Revista "Infantry", Ago-Set 61 pelo Ten-Cel
TÉRCIO VÉRAS.

O destacamento passou rapidamente o rio penetrando na floresta que era o último obstáculo defronte do objetivo; o contato estava iminente. A vanguarda dirigia-se cautelosamente pela estrada enquanto as flancos-guardas cobriam o grosso. O avanço se processava com rapidez, mas a segurança era perfeita de acordo com os manuais. O veterano conhecia plenamente a marcha de aproximação e o valor da presa. Havia apenas dois dias fôra dada ordem para que metade dos homens montassem guarda nos altos, enquanto o restante repousasse.

A coluna tinha sido hostilizada por caçadores da população local aquele dia, sem nada haver acontecido posteriormente. O próprio inimigo estava tão inferiorizado numéricamente, que permanecia concentrado em sua posição um tanto precária. Como a população relutasse em incorrer-se a él, restava-lhe pouco a fazer.

Parecia ser uma situação fácil? Duas horas depois do momento acima referido, o destacamento tinha sofrido uma carnicina. Sessenta por cento foram mortos ou feridos; o veterano estava deprimido e quase desfalecido; a disciplina quebrada. A tropa jogava fora suas armas e retirava-se para os campos de treinamento situados a 64 km à retaguarda. Ataque nuclear? Não, ataque de guerrilheiros! E o destacamento era o de BRADDOCK a 9 de julho de 1755.

"Na verdade, aquêle BRADDOCK foi estúpido. O velho GEORGE WASHINGTON soube o que fazer, mas os soldados britânicos não lhe deram ouvido".

Não, BRADDOCK não era estúpido, e sim um líder inteligente e treinado em um dos melhores exércitos do mundo. E os soldados britânicos tinham escutado GEORGE WASHINGTON e todos os outros colonos com uma história sangrenta de tirar o couro cabeludo. Havia dado atenção, mas nada tinham feito acerca disto.

"Apresse-se, não me faça ouvir velha charanga". "Tenho um programa de treinamento a executar, e na próxima semana realizarémos um exercício tático. Estou ocupado, homem. Se tem algo a dizer, diga-o logo".

Tire um minuto para pensar nisso:

Como BRADDOCK, o Sr. é um líder inteligente e treinado em um dos melhores exércitos do mundo. A 2ª Grande Guerra e os anos agitados de paz que se seguiram têm-lhe oferecido mais lutas de guerrilhas do que

todos os três séculos de guerras indianas. Apesar disso, que sabe hoje das ações de "partisans" e guerrilheiros? Qual o treinamento feito para isto? Mais do que BRADDOCK? Sua primeira lição contra guerrilhas recebeu-a exatamente nas margens do MONONGAHELA; foi também sua última. Já teve o Sr. a primeira lição?"

Um rápido estudo da situação, mostrar-lhe-á que o mundo de hoje possui alguns mestres em guerrilhas. Nossos inimigos comunistas assumiram o poder através das guerrilhas. MARX, LENINE e STALIN enalteceram o combate "partisan" como uma arma eficaz na luta contra o capitalismo. MAO TSE-TUNG, pessoalmente, chefiou forças de guerrilheiros em combate durante vários anos, tendo escrito uma obra excelente sobre o assunto.

A criação e desenvolvimento dos grupos de "partisans" russos na 2ª GRANDE GUERRA revelam a maneira entusiástica como os comunistas aproveitavam os ensinamentos de seus líderes. Mesmo antes da guerra, o serviço de informações alemão descobriu que os planos de guerra soviéticos incluíam o emprêgo amplo de "partisans" para queimarem a terra e atacarem as linhas de suprimento, enquanto o Exército Vermelho retardasse e se retirasse. A contramedida de WEHRMACHT consistiu na formação de nove divisões especiais de segurança para protegerem as áreas da retaguarda dos três grupos de exército que invadiram a RÚSSIA.

Três dias após o cruzamento da fronteira, o grupo de Exércitos do Centro informou sobre os ataques de guerrilheiros vermelhos a suas linhas de suprimentos. Uma semana mais tarde, STALIN exortava publicamente a população a formar grupo de "partisans" para atacarem os alemães. Dentro de dois meses, o Alto Comando germânico teve de reforçar suas forças de segurança com duas divisões de Infantaria e várias brigadas SS.

Em dois anos, sómente o Grupo-de-Exércitos do Centro tinha mais de 100.000 homens empregados na proteção de suas áreas da retaguarda. Divisões enviadas para a retaguarda, a fim de repousarem e se reorganizarem, solicitavam formalmente a sua volta para a linha de frente, procurando livrar-se do pesadelo proporcionado pelos "partisans". Na noite de 19 para 20 de junho de 1944, os guerrilheiros vermelhos ocasionaram 10.500 cortes nas ferrovias do Grupo-de-Exércitos do Centro. Nenhum trem se movimentou durante 24 horas críticas; reforços apressados para enfrentar a espera da ofensiva soviética desembarcaram e esperaram. Quando terminaram os reparos, o Exército Vermelho lançou sua grande e violenta ofensiva de verão que o levou ao VISTULA.

São estes tão-somente alguns exemplos da segunda frente de combate russa à retaguarda das linhas alemães por mais de três anos. As campanhas de "partisans" não destruiram os alemães na RÚSSIA; foi o Exército Vermelho quem o fez. Mas os guerrilheiros perseguiam a WEHRMACHT, inquietaram-na, não lhe dando tempo nem lugar para repouso. Cansaram as tropas frescas e destruíram as tropas fatigadas. Constituíram um fator positivo da vitória russa.

Os guerrilheiros comunistas têm combatido em muitas outras partes desde a 2ª Grande Guerra. Os "partisans" vermelhos conquistaram a CHINA, IUGOSLÁVIA, ALBÂNIA e VIETNAM DO NORTE para o comunismo. Nas montanhas da GRÉCIA, 28.000 guerrilheiros imobilizaram o Exército Grego. Com o auxílio britânico e americano, os gregos finalmente organizaram um exército de mais de 200.000 homens para derrotar os bandos de "partisans" dispersos. Em junho de 1950, três das oito divisões da República da COREIA estavam, fora da fronteira quando o Exército da COREIA DO NORTE a invadiu. Onde estavam elas? Bem ao sul, combatendo os guerrilheiros comunistas.

Em 1955, uma força de 35.000 homens da Comunidade Britânica esteve perseguindo uns 4.000 terroristas vermelhos nas florestas úmidas da MALAIA. Só no último ano, os guerrilheiros do VIET MINH se infiltraram pela fronteira do LAOS e quase se estabeleceram neste país antes que as Nações Unidas e os ESTADOS UNIDOS pudessem reagir.

A história é tão evidente como qualquer aviso que GEORGE WASHINGTON poderia ter dado a BRADDOCK. Os comunistas nunca combateram sem o emprêgo de uma modalidade de força de guerrilheiros. Assim, e como devemos estar preparados para esta emergência, qual a maneira de adstrar-nos para a luta contra os "partisans".

O primeiro passo no treinamento contra as ações de guerrilheiros consiste simplesmente em avisar o soldado da sua existência. Em 1941, os russos se deleitaram ao descobrirem que as tropas não tinham ciência da presença dos "partisans". Com o total desconhecimento, caminhavam para a morte, isolados ou aos pares, ao vaguearem curiosos pelo interior da RÚSSIA. Caminhões isolados rodaram pelas trilhas estreitas da floresta, e comboios tiveram mesmo a temeridade de deslocar-se na escuridão. Os camponeses russos movimentavam-se livremente ao longo das estradas e, mesmo, por entre os depósitos de suprimentos e bivaques alemães. Os soldados germânicos detinham raramente os velhos e, nunca, as velhas.

Só depois de vários meses de guerra a WEHRMACHT comprehendeu realmente, após a leitura dos documentos de "partisans" capturados, que os russos estavam zombando dêles e tirando toda a vantagem de sua ingenuidade. Muito tarde, determinaram um programa de esclarecimento da tropa sobre a ameaça de guerrilheiros, mas a ignorância inicial das tropas alemãs permitiu que os bandos de "partisans" completassem o processo crítico de formação sem interferência. Daí em diante, proporcionaram aos soldados germânicos alguns ensinamentos próprios acerca de informação da tropa. Dificilmente podemos pagar o preço cobrado por estas lições.

Depois de informar nossas tropas, o passo seguinte consiste em decidir quais os assuntos que compõem o treinamento contra ações de guerrilheiros. Ouçamos a respeito as vozes da experiência:

Um oficial da 6ª Divisão Aeroterrestre Britânica na PALESTINA controlou algumas necessidades:

1. Disciplina, liderança e vivacidade mental.
2. Aptidão física.

3. Instrução de armamento.
4. Métodos de investigação.
5. Conhecimento da população local.

Um antigo comandante de unidade de fuzileiros naval inglesa na MALAIA propôs estas:

1. Patrulhamento.
2. Sobrevida.
3. Preparo físico.
4. Marcha e segurança de marcha.
5. Leitura de carta.
6. Comando de pequenas unidades.

As diretrizes do Exército Germânico, escritas no outono de 1942, após um ano de ação contra guerrilheiros, prescrevem estes assuntos:

1. Instrução de informação.
2. Patrulhamento.
3. Operações noturnas.
4. Sobrevida.
5. Procedimento para com civis.

Tais assuntos não são certamente novos nem estranhos para nós. A maioria deles está incluída, com destaque variável, nos atuais programas de instrução individual ou de unidade. Pode-se perfeitamente concluir com alívio que todo o assunto foi tratado, e estamos quase certos. Salvo uma orientação inicial sobre ações de guerrilha, que vem a ser um tópico de informação da tropa excelente, nenhum assunto novo nem horas adicionais de treinamento são necessárias. Há, todavia, mais uma coisa a considerar: os soldados são seres humanos. Entre os muitos problemas que daí decorrem está a tendência de esquecer as coisas, particularmente aquelas que os seus chefes acham importantes. O Sr. pode falar sobre ações de guerrilha, mas se este assunto não for bem repassado não obterá sucesso.

Não, não quer dizer...?

Sim, a sua inclusão no treinamento. Se se quer homens preparados para enfrentar os guerrilheiros, devemos desde já introduzir em sua instrução as ações contra guerrilheiros. Ao planejar a instrução, deve-se dedicar alguns minutos ao estudo dos assuntos que se deseja ensinar sobre práticas contra guerrilheiros. Eis dois exemplos:

Orientação: O Exército Alemão, mesmo com seu ódio elevado, descobriu que os civis bem tratados não alimentavam nem apoiavam os "partisans" tão prontamente como o faziam quando tinham sido saqueados e maltratados. Os alemães viram que uma norma dura mais justa era a melhor, e informaram as tropas sobre esta maneira de lidar com os civis.

Bivaques: Quando os guerrilheiros estão ativos, todo bivaque no Teatro de Operações deve ser uma posição defensiva. Explicar a facilidade com que uma faca fura um saco de dormir. Accentuar a segurança local.

A integração da instrução não deve ser procurada ao longe ou ser estranha. Não há necessidade de aqui pormenorizar-se a modalidade de introduzir em cada assunto os ensinamentos do Exército. Na maioria das vezes, a prática antiguerrilha será evidente. Não se deve torcer ou deformar um assunto para obter um ângulo de integração. Há muitos outros que apresentam uma vinculação boa e lógica, não sendo necessário supor que toda matéria a possua.

Para familiarizar as tropas com o problema dos "partisans" devemos destacar a importância do exercício de campanha. É aí, onde se procura criar um ambiente de combate, que devemos, com toda eficiência, introduzir as ações contra guerrilheiros. É proveitoso, se o horário permite, realizar um exercício completo de perseguição aos guerrilheiros. Isso dará aos homens muito trabalho de patrulhamento e comando de pequenas unidades, além de uma estimativa verdadeira da sagacidade dos guerrilheiros.

É igualmente conveniente inserir situações com guerrilheiros em outros tipos de exercício de campanha, o que se pode fazer lógicamente em todos os escalões. Um ataque de grupo a um bloqueio de estrada dos guerrilheiros inimigos pode realizar-se tão eficazmente como a um bloqueio de exército. Nos exercícios de Companhia e grupamento de combate a figuração de guerrilhas pode lembrar ao soldado a presença dos guerrilheiros sem distraí-los dos outros objetivos de instrução do exercício. Pode-se vestir de "blue jeans" dois homens do destacamento adversário e atribuir-lhes missões de guerrilheiros contra o posto de comando, trens de campanha, postos avançados ou vias de suprimentos amigas. Não precisam realizar uma incursão completa ou capturar o trem de combate, mas apenas lembrar ao restante da unidade que os guerrilheiros estarão conosco na próxima guerra, se ou quando ela vier.

Há muitas medidas específicas que se podem tomar no combate aos guerrilheiros, porém só produzirão efeito se todos estiverem preparados para enfrentar a ameaça dos "partisans". Deve-se informar à tropa acerca dos guerrilheiros. A medida que se ensina cada assunto de um programa de instrução explica-se sua aplicação contra os guerrilheiros. É muito importante que se mostre aos homens, nos exercícios de campanha, um quadro exato das atividades dos "partisans" associadas a todas as outras formas de ação do inimigo.

Quando o General BRADDOCK jazia moribundo no meio dos destroços de sua unidade, disse em voz arquejante: "Quem haveria de pensar nisso? Devemos saber melhor a maneira de enfrentá-los em outra vez".

Para BRADDOCK e centenas de seus subordinados não houve outra oportunidade. Mas, para o Sr. e seus homens a ocasião é a presente. A força esquecida — "partisans" — nunca mais deve ser esquecida.

Livros publicados pela BIBLIOTECA MILITAR e que se relacionam com DOUTRINA MILITAR BRASILEIRA :

- 1 — HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL (2 Volumes) — Cel Genserico de Vasconcellos.
- 2 — A BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO — Gen Tasso Fragoso.
- 3 — CAMINHOS HISTÓRICOS DE INVASÃO — Ten-Cel Antonio de Souza Júnior.
- 4 — A REVOLUÇÃO FARROUPILHA — Gen Tasso Fragoso.
- 5 — LUTAS AO SUL DO BRASIL — Gen F. de Paula Cidade.
- 6 — NOÇOES MILITARES FUNDAMENTAIS — Cel J. B. Magalhães.
- 7 — DO RECONCAVO AOS GUARARAPES — Maj Antonio de Souza Júnior.
- 8 — HISTÓRIA DA GUERRA ENTRE A T. ALIANÇA E O PARAGUAI — Gen Tasso Fragoso.
- 9 — COMPREENSÃO DA UNIDADE DO BRASIL — Cel J. B. Magalhães.
- 10 — EVOLUÇÃO MILITAR DO BRASIL — Cel J. B. Magalhães.
- 11 — OS FRANCESES NO RIO DE JANEIRO — Gen Tasso Fragoso.
- 12 — REMINISCÊNCIAS DA CAMPANHA DO PARAGUAI — Dionisio Cerqueira.
- 13 — OS SERTÕES COMO HISTÓRIA MILITAR — Ten-Cel Umberto Peregrino.
- 14 — RICARDO FRANCO — Gen Silveira de Melo.
- 15 — ANTONIO JOÃO — Gen V. Benicio da Silva.
- 16 — NOTAS DE GEOGRAFIA MILITAR SUL-AMERICANA — Cel F. Paula Cidade.
- 17 — CAXIAS E NOSSA DOUTRINA MILITAR — Maj Amerino Raposo Filho.
- 18 — A MANOBRA NA GUERRA — Maj Amerino Raposo Filho.

II — A LONGA MARCHA DE MAO TSE TUNG (*)

EDGAR SNOW

Tradução e Comentários de:
Cel. A. J. VON TROMPOSWKI
Maj. AMERINO RAPOSO FILHO

NOTA DOS TRADUTORES

Os chineses comunistas estavam cercados e ameaçados de completo aniquilamento, quando decidem empreender a famosa "Longa Marcha" que representa, para eles o que foi o "Valley Forge" para os americanos durante a Guerra de Secessão. Do mesmo modo que tal fase distingue os americanos — os que dela participaram e aqueles que não viveram a famosa operação — assim aconteceu com a Longa Marcha, empreendida depois que os Vermelhos decidem reunir-se a outro núcleo comunista na SHEUZI e concentrado na CHINA do Norte. Tal marcha, da ordem de 12.000 Km, visava livrar os homens de MAO TSE TUNG da ação incessante dos Exércitos do Presidente CHIANG KAI SHEK, os quais vinham acutilando os rebeldes há mais de sete anos. As forças comunistas estavam na CHINA Meridional e sómente uma audaciosa retirada de FUKIEN na direção de SHENZI poderia livrá-las da destruição. Para isso tornava-se mister conformar a CHINA, através do TIBET e do KANON, o que vai exigir um ano de lutas e sofrimentos de toda ordem, culminando finalmente no surgimento de um Estado Soviético numa região muito favorável à defesa contra o Governo de NANKIN e que possibilitava boa base de partida para a luta que se prenunciava contra o JAPAO.

Assim é que, a 29 de novembro de 1934, depois de vencer tremendas dificuldades, no sentido de convencer seus homens da necessidade de abandonar o grande círculo de ninho de metralhadoras e de casamatas de concreto, partiu MAO com seus 100.000 homens na direção geral do Norte, seguindo o HUNAN, depois de romper o bloqueio das forças "brancas" e continuar o TCH OUNG-KING por W. Esse Exército, que enquadra uma multidão de mulheres, velhos e crianças, foi tenazmente perseguido pelo inimigo em

(*) Capítulo de um livro de operações de guerrilhas a ser oportunamente publicado.

toda essa retirada estratégica, sendo diariamente bombardeado, a ponto de perder, na primeira fase do movimento, quase 1/3 do seu efetivo. Mas não deixou a "Longa Marcha" de se constituir num autêntico sucesso, do ponto de vista normal, principalmente, em que pese terem os homens de abandonar a maior parte de sua bagagem, já que se fazia a marcha a pé, não só porque não havia transporte motorizado, como a maioria das estradas se mostrava inteiramente desfavorável ao tráfego de veículos automóveis.

Atravessaram-se as mais altas montanhas e os rios mais extensos da Ásia. Quando MAO pensava poder alcançar o YANGTZE, foi precedida por CHIANG, o que obrigou os vermelhos a marchar e a contramarchar para iludir o adversário e poder finalmente cerrar sobre o rio, para transpô-lo em seguida, com auxílio de uns barcos capturados. Venciam, pois, as tropas vermelhas, esse primeiro obstáculo, pela manobra; tratava-se de prosseguir para o segundo grande obstáculo, que era o corte do TATU e é o relato dessa fase, inclusive a transposição do rio e a retomada do movimento na direção de SHENZI, que vai adiante relatada por EDGAR SNOW, numa reprodução do que ouviu do próprio MAO TSE TUNG e de elementos do seu Estado-Maior.

O balanço dessa marcha extraordinária, é realmente impressionante: dos 100.000 homens que partiram de KIANG-SI, combatendo na proporção de 1 para 300, apenas 20.000 sobreviveram. Em compensação, foi considerável o número de voluntários que se apresentaram durante o movimento. Durante o período em que se realizou a marcha, precisamente 368 dias, houve apenas 18 marchas noturnas, enquanto se fizeram 235 etapas diurnas, restando os dias em que o Exército fazia um grande alto, para descanso, muita vez transformado em lutas penosas. Em média, havia uma escaramuça por dia.

Andando pelas piores estradas; atravessando regiões das mais adversas do mundo, o Exército vermelho seguia em sua "Longa Marcha" a convicção de que "se alimenta a guerra pela guerra". E vamos ver, por outro lado, MAO, aplicar as idéias de NAPOLEAO, quando penetra na ITALIA e tem de enfrentar o drama do apoio logístico. "Nossos arsenais estão na frente" é que o Chefe vermelho diz a seu Exército quando se vê cercado como em CHANTONG e que lhe proporcionou a captura de 600.000 fuzis, 20.000 metralhadoras, artilharia, munição, caminhões, blindados, etc...

E assim termina essa incrível odisséia, que dura quase que exatamente um ano e onde o Exército Vermelho atinge as imediações do deserto da MONGÓLIA (região de YENAN), depois de vencer 12.000 Km, o que dá uma etapa média de 38 Km por dia. Dezoito linhas de cristas foram transpostas, sendo cinco cobertas de neve, e 24 rios atravessados. Eis o que foi a "Longa Marcha",

que termina na região onde se organiza a 2ª República Comunista Chinesa, o que foi imortalizada nos seguintes versos, do próprio MAO, e que EDGAR SNOW traduziu e apresentamos a seguir:

“O Exército Vermelho, jamais temendo a audaciosa Longa Marcha,
Vencia, sem receio, os numerosos pináculos e rios
A crista de WU LANG se elevava e se abaixava ondulante,
Enquanto se divisavam as estepes verdes e circundantes
do WU MENG.

As águas escaldantes do Rio de AREIA DOURADA batiam de encontro aos rochedos,
E as frias correntes de aço dos viões da ponte do TATU.
Milhares de alegres “li” de neve refrescante se viam em
MIN SHAN.

E quando o último passo estava conquistado,
Três Exércitos sorriram.”

A travessia do rio TATU foi o incidente isolado mais sério que vemos durante a Longa Marcha; bastava uma falha do Exército Vermelho, e todos estariam aniquilados. A própria história aí está para mostrar os fatos: Pois, em tempos remotos, os heróis dos “Três Reinos” e muitos outros guerreiros foram derrotados nas margens desse rio. Mais recentemente, durante o século XIX, o último dos rebeldes Taipings com um Exército de 100.000 homens ao comando do Príncipe HIIH TA-K'AI, foi cercado e completamente destruído pelas forças mandarim comandadas pelo famoso TSENG KUO-TAN, nessas mesmas garnantas.

Reportando-se à história, o Generalíssimo CHIANG enviou mensagens aos Chefes guerreiros LIU HSIANG e LIN WEN-MI, seus aliados em SZECHNAN, assim como a todos os guerreiros que comandavam tropas na perseguição ao governo, exortando-os a reproduzir os feitos dos Taipings, a fim de exterminar os vermelhos nas margens do TATU.

Todavia, também os vermelhos conheciam as lições da história e sabiam que a principal causa da derrota de SHIN TAK'AI, fora o recesso na travessia do rio — pois o Príncipe consumiu três longos dias para comemorar o nascimento de seu filho, o Príncipe imperial. Esses dias de descanso, deram tempo ao inimigo para se concentrar rapidamente nas proximidades do rio e, ainda, realizar marchas forçadas para cortar as linhas de retirada de SHIN. Quando o Príncipe percebeu a manobra adversária, já era tarde demais, embora tentando romper o cerco, foi completamente aniquilado no estreito desfiladeiro que conduz ao rio.

Empenharam-se, pois, os vermelhos para que tal não se reproduzisse, efetuando um rápido deslocamento para o Norte do “Rio da

"Areia Dourada" (como o YANGTZE é ali conhecido) na direção de SZECHUAN, e cedo penetrariam no país das tribos guerreiras dos Lulos, Brancos e Pretos, da LOLOLÂNDIA independente. Essas tribos dos turbulentos Lulos, jamais foram conquistadas ou sofreram qualquer processo de absorção por parte dos chineses que habitavam em seu redor, e ocupavam há séculos os esporão montanhoso de SZECHUAN, coberto por densa floresta, cujos limites ao Sul são balizados pelo grande arco descrito pelo YANGTZE, precisamente a Este do TIBET. E era com essa grande perda de tempo, e o enfraquecimento decorrente, das forças vermelhas, que confiantemente contava CHIANG KAI-SHEK, o que lhe possibilitava a oportunidade de se concentrar ao Norte do TATU. Convém lembrar que era tradicional o ódio dos Lulos aos chineses e raramente um Exército chinês cruzava suas fronteiras, sem sofrer pesadas perdas ou ser aniquilado.

Sem embargo, os vermelhos tinham um método eficiente, que possibilitara, não apenas atravessar os distritos das tribos integrantes dos povos MIAO e SHAN e dos aborigens de KWEICHOW e YUNNAN, mas conseguir sua amizade, culminando até no alistamento de muitos de seus homens nas fileiras do Exército. Desta feita, enviaram emissários, que precediam o Exército para parlamentar com os Lulos. Por outro lado, durante o movimento, conseguiram os vermelhos dominar várias cidades espalhadas na fronteira da LOLOLÂNDIA, onde encontraram muitos Chefes Lulos, mantidos pelos soldados chineses como reféns. Libertados e regressando às suas tribus, êsses Chefes exaltaram os vermelhos, como seria natural, quando mais não fosse, por gratidão.

Integrando a vanguarda do Exército vermelho, vinha o Comandante LIU PEI-CH'ENG, que outrora fôra oficial do Exército de SZECHUAN e conhecia bem os homens da tribo, sua língua, assim como as brigas e descontentamentos internos. Inclusive, sabia do ódio que êles tinham pelos chineses. Tendo recebido a incumbência de negociar uma aliança com os Lulos, penetrou LIU no seu território e foi conferenciar com os principais Chefes. Foi assim que começou sua conversação, destacando que os Lulos são igualmente inimigos dos Chefes guerreiros LIU HSIANG e LIN WEN-MI e dos KUOMINTANG, o mesmo acontecendo, aliás, com os vermelhos. Se os Lulos pretendiam manter sua independência, a política dos vermelhos favorecia a autonomia de tôdas as minorias nacionais da CHINA. O ódio dos Lulos aos chineses se justificava, pois tinham sido por êles oprimidos; porém, era preciso notar que havia "chineses brancos" e "chineses vermelhos", da mesma maneira que os Lulos se dividiam em "brancos" e "pretos". E eram os "chineses brancos" que sempre mataram e oprimiram os Lulos. Por que, então, não se unirem os "chineses vermelhos" aos "Lulos pretos", numa ação conjunta contra o inimigo comum os "chineses brancos"?

Os Lulos ouviram atentamente a exposição feita, pedindo, em seguida e maliciosamente, armas e munições, a fim de poderem preservar sua independência e auxiliar os vermelhos na luta contra os brancos.

Para seu espanto, receberam o que foi pedido. E assim, foi possível atravessar a região, de modo rápido e seguro. Outrossim, centenas de Lolos se alistaram no Exército vermelho e marcharam em direção ao rio TATU para lutar contra o inimigo comum. Alguns desses Lolos prosseguiram para Noroeste. Para selar o pacto estabelecido, LIN PEI-CH'ENG bebeu o sangue duma galinha morta na hora, perante os Altos Chefes dos Lolos, que também beberam, jurando todos a comunhão do sangue nesse ritual das tribos e declarando os vermelhos que, aquêles que violassem os têrmos dessa aliança, seriam na realidade tão fracos e covardes como a galinha que fôra morta.

Em seguida aos entendimentos, prosseguiu o movimento do 1º Corpo do Exército, comandado por LIN PIAO, tendo a Divisão Vanguarda alcançado o TATU HO. Desta forma, estavam vencidas as florestas da LOLOLANDIA — em cuja densa vegetação se desorientaram inteiramente os pilotos do NANKING, os quais, aos contrário de aterrarem nas proximidades do forte CHO P'ING, desceram na cidade ribeirinha de AN JEN CH'ANG — e a Vanguarda, guiada pelos Lolos através os estreitos caminhos da montanha, chegava sem nenhum alarde a essa pequena cidade, contemplando das alturas a margem Sul do rio, vendo com alegria um dos três "ferryboats" aí atracado. Uma vez mais os bons fados favoreciam os vermelhos.

Como foi possível isso acontecer? Na realidade o que se passou foi o seguinte: havia naquele momento, do outro lado do rio, apenas um Regimento, pertencente às tropas do General LIN WIEN-HUI que secundava o ditador da Província de SZECHNAN. O restante das forças de SZECHNAN, assim como os reforços de NANKING, deslocavam-se lentamente, um segundo escalão, dirigindo-se para o TATU, sem nenhuma pressa de aí chegar, pois o Regimento representava um efetivo suficiente. Até mesmo uma força menor bastava, pois, além de todas as embarcações estarem ancoradas na margem Norte, sabia o Comandante do Regimento — nativo daquele distrito e conhecedor da região que seria atravessada pelos vermelhos — que o inimigo levaria muitos dias para alcançar o rio. Ademais, como sua mulher era nativa de AN JEN CH'ANG, o Comandante atravessou o rio para visitar seus parentes e amigos. E foi assim que puderam os vermelhos, dominando a cidade de surpresa, capturar o Comandante, seu barco, e poder, desta forma, assegurar a transposição para a margem Norte.

Dezesseis homens de cada uma das cinco Companhias se apresentaram como voluntários, para atravessar no primeiro barco e trazer os demais, enquanto na margem Sul os vermelhos instalavam metralhadoras nas encostas das elevações e espalhavam sobre o rio uma cortina de fogos, que se concentravam nas posições inimigas. Corria o mês de maio e as torrentes que desciam das montanhas, tornavam caudaloso o rio, mais correntoso e largo que o YANGTZE. Partindo de um ponto bem a montante, o "ferry" levou duas horas para atravessar o rio e atracar bem em frente à cidade de AN JEN CH'ANG, cujos habitantes obser-

vavam da margem Sul, inteiramente atônitos, na convicção de que aqueles homens seriam repelidos pelo Regimento, tão logo desembarcassem. Para maior surpresa, a tropa desembarcou nas proximidades dos canhões inimigos. Não restava dúvida, os vermelhos seriam destroçados. Todavia... espoucaram as metralhadoras vermelhas instaladas na margem oposta... E os observadores viram a pequena força vencer apressadamente a praia, abrigando-se em seguida, para escalar lentamente um ingreme rochedo que dominava as posições inimigas. Vencido o rochedo, instalaram suas próprias metralhadoras leves na parte mais alta e começam a despejar uma torrente de chumbo e granadas de mão sobre as posições inimigas ao longo do rio.

Súbitamente, as tropas "brancas" cessaram o logo, abandonaram seus redutos, fugindo para uma terceira linha de defesa. Foi quando um grande vozerio se fez ouvir na margem Sul, e gritos de "Hao!" chegaram até o pequeno grupo que tinha capturado o ancoradouro dos "ferries". Nesse meio tempo, o primeiro "ferry-boat" voltava rebocando os dois outros e, na segunda viagem, cada um transportava 80 homens, enquanto o inimigo fugia, sem nenhuma resistência. Durante todo o dia e noite, bem como nos dois dias seguintes, os três "ferries" de AN JEN CH'ANG trabalharam sem cessar, até que, finalmente, toda a Divisão foi transportada para a margem Norte.

Contudo, a correnteza aumentava cada vez mais, tornando-se a travessia muito difícil, a ponto de se consumirem 4 horas no terceiro dia, para rebocar um barco cheio de soldados. Nesse andar, seriam necessárias semanas inteiras para que todo o Exército fosse transportado, com seus animais e suprimentos, e certamente estariam todos cercados, antes de terminada a transposição do rio.

Quando o 1º Corpo de Exército já estava concentrado em AN JEN CH'ANG, com algumas colunas mais à retaguarda juntamente com os meios de transportes, eis que os aviões de CHANG KAI-SHEK descobrem o alvo e iniciam pesado bombardeio, ao mesmo tempo que tropas inimigas se aproximam da região vindas de Sudeste, enquanto outras acorrem do Norte. Numa rápida conferência, presidida por LIN PIAO, examinou-se a situação, sendo tomada uma decisão, que logo foi posta em execução. A essa altura CHU TEH, MAO TSE-TUNG, CHOU EN-LAI e PENG TEH-HUAI já tinham alcançado o rio.

Aproximadamente a 400 "li" (medida itinerária chinesa que corresponde a 1 Km) a Oeste de AN JEN CH'ANG, onde as gargantas se erguem muito alto e o rio corre em leito estreito, profundo e a correnteza é muito forte, existe a famosa ponte LIN TING CHIAO, suspensa por fios de aço, ali construída por LIN. Essa ponte é o último ponto onde se pode atravessar o TATU a Este do TIBET e foi para essa passagem que se lançaram os infantes vermelhos, marchando por uma trilha que contornava as gargantas, obrigando às vezes a subidas de alguns milhares de pés, para cair em seguida ao nível da turbulenta corrente, exigindo a travessia de profundos lamaçais. Se fosse possível

lutar a ponte de LIN TING CHIAO, todo o Exército poderia penetrar em SZECHUAN, porém, e se falhasse essa operação? Neste caso, restavam retroceder pela LOLOLANDIA, penetrar novamente no KUNNAN e lutar para abrir caminho para Oeste, através de LIKIANG, fronteira do TIBET, o que representava uma volta de mais de 100 milhas, onde poucos teriam chance de sobreviver.

Enquanto as forças principais se lançavam pela margem Sul nação de Oeste, a Divisão vermelha que já estava na margem Norte, também fez o mesmo. Muita vez, as gargantas por onde passavam as colunas se aproximavam tanto, que os homens de um grupamento iam fazer-se ouvir pelos do outro. Outras vezes, o medo de que os vermelhos pudessem afastar para sempre as colunas fazia que os homens marchassem muito mais rapidamente, quando o caminho começava a quebrar, principalmente quando se deslocavam ao longo dos pesos durante a noite, com suas 10.000 tochas acesas, projetando luzes luminosas sobre a superfície do rio. O movimento das vanguardas seguiu, dia e noite, com uma velocidade de marcha que era o dobro normal, apenas fazendo alto para ligeiro descanso de 10 minutos ou para fazer as refeições, ocasião aproveitada pelos trabalhadores políticos, para uma palestra aos soldados, onde sistematicamente se ressaltava a importância desta ação e exortava-se cada um a empregar todas as energias para a vitória na dura prova que tinham de enfrentar. Não havia lugar para esmorecimento, nem desânimo, nem fadiga. A vitória significava a vida para todos; a derrota, morte certa.

No segundo dia de marcha, a vanguarda da coluna que ia pela margem leste, atrasou-se em relação à da outra margem. As tropas de SZECHUAN tomaram posição ao longo da estrada e pouco depois, começaram a escaramuças, no mesmo tempo em que a coluna que marchava pela margem Sul, acelerava o movimento. Por meio dos binóculos, perceberam vermelhos que se tratava de reforços brancos, o novo contingente que chegava na margem oposta, dirigindo-se apressadamente para a fonte de ajuda por LIN. Essa corrida ao longo do rio, durou todo o dia, mas aos poucos a vanguarda vermelha tomava a dianteira dos demais soldados, envergados e cansados, cada vez mais precisando de descanso e que não mostravam muito inclinados a morrer numa ponte.

Fazia já alguns séculos que essa ponte fôra construída. Acompanhando o modelo das demais pontes lançadas sobre os profundos rios da CHINA Ocidental, apresentava 16 pesadas cadeias de aço estiradas sobre o rio, com um vão de aproximadamente 100 metros e tendo suas extremidades fixadas nas margens por meio de enormes pilares de pedra e concreto. O piso era constituído de enormes tábuas, que se apoiavam nas cadeias. Qual não foi, porém, a surpresa dos vermelhos, quando perceberam que os pranchões tinham sido reunidos, restando apenas as extremidades inteiramente nuas e que se estendiam até o meio do rio! Ao mesmo tempo, o inimigo instalara um ninho de metralhadora na cabeceira Norte da ponte, desdobrando-se mais atrás uma Divisão de tropas.

"brancas". Como se vê, o inimigo poderia ter destruído a ponte, não o fazendo apenas por motivos de ordem sentimental, que levavam os habitantes de SZECHNAN a poupar as poucas pontes existentes, dado que sua reconstrução é difícil e seu preço elevado. Dizia-se, aliás, de LIN TIN, que "ela contribuiu para a saúde das 18 províncias". De qualquer modo, quem teria pensado que os vermelhos tinham coragem de tentar a travessia apenas passando por cima das correntes? Pois foi justamente o que aconteceu.

Não havia tempo a perder; a ponte deveria ser capturada, antes que acorressem outros reforços do inimigo. Pedimos voluntários e, um a um, foram os soldados vermelhos se apresentando para arriscar suas vidas, sendo escolhidos 30 dos que se ofereceram. Com as granadas de mão e os "mauzers" amarrados às costas lancaram-se os soldados à travessia do rio, balançando-se nas correntes e procurando mover-se com auxílio das mãos. Enquanto as metralhadoras dos vermelhos atiravam nos redutos inimigos e fustigavam a cabeceira da ponte, análogamente procedia o adversário, que atirava com as metralhadoras e os fuzis nos soldados que atravessavam o rio em sua direção e pendurados nos cabos. O primeiro soldado foi atingido e caiu no rio; um segundo e um terceiro também tiveram o mesmo destino. Porém, à medida que atravessavam o rio, os destemidos soldados ficavam protegidos pelo piso da ponte, ficando livres das balas do adversário.

Jamais os homens de SZECHNAN tinham visto combatentes como esses, homens para os quais o serviço militar não representava única mente um pote de arroz, mas jovens dispostos a morrer, para que sua causa fosse vitoriosa. Eram êles seres humanos, loucos ou deuses? se perguntavam, admirados, os homens supersticiosos de SZECHNAN. Seu moral ficou tão afetado, que muitas dúvidas devem ter-se apoderado de suas mentes, como: não se devia atirar para matar! melhor seria rezar silenciosamente para que os vermelhos atravessassem o rio sem ser atingidos pelas balas! E tudo devia ir assim, quando um soldado vermelho consegue arrastar-se sobre o piso da ponte, armar uma granada de mão e lançá-la com perfeita pontaria no reduto inimigo. Desesperados, ordenaram os oficiais fossem removidas as demais pranchas. Mas era tarde de mais, pois outros vermelhos apareciam diante do inimigo. Quando já havia sido lançada parafina nas pranchas e o fogo começava a lavrar, cerca de 20 soldados vermelhos avançavam apoiados nos joelhos e nas mãos lançando, uma após outras, as granadas que traziam no ninho de metralhadora inimigo.

Súbitamente, os demais soldados vermelhos que ficaram na margem Sul, gritavam alegremente: "Longa vida para o Exército Vermelho!"

"Longa vida para a revolução!"

"Longa vida para os 30 heróis de TATU HO!"

E isto porque os brancos se retiraram, numa fuga desesperada, ao mesmo tempo que os vermelhos corriam nas pranchas para dominar o reduto, que aliás já estava abandonado pelos brancos. Apenas ficara a metralhadora. Outros vermelhos acorreram a apagar os pranchões. Pouco

tempo depois, a Divisão vermelha que atravessara o rio em AN JEN CH'ANG aparecia, atacando o inimigo pelo flanco, colocando-o em fuga. Mas, nem todos fugiram, pois aproximadamente 100 soldados brancos de SZECHUAN abandonaram seus rifles e vieram reunir-se a seus perseguidores. Dentro de uma a duas horas, todo o Exército pulava e cantava alegremente no vale do TATU. Enquanto isso, por cima de suas cabeças, voavam os aviões de CHIANG KAI-SHEK, sem nada poder fazer, o que provocava piadas e desafios da soldadesca... Todavia, lançaram algumas bombas quando os comunistas atravessavam a ponte, mas não conseguiram destrui-la.

Por sua destacada bravura, foram os heróis de AN JEN CH'ANG e LIN TING CHIAO condecorados com a Estréla de Ouro a mais alta distinção no Exército Vermelho da CHINA. Mais tarde, eu iria encontrar alguns deles em NINGHSIA, ficando admirado pela pouca idade apresentada, pois todos tinham menos de 25 anos.

Depois da travessia do TATU, investiram os vermelhos pela SZECHUNAN Ocidental, cujo sistema de casamatas não tinha sido completado, sendo pois facilmente dominado. Contudo, ainda não terminara a aspereza das lutas, que restavam 3.200 Km de marcha através 7 grandes cristas entre as montanhas.

Prosseguindo em seu movimento ascendencial ao Norte do rio TATU, os vermelhos subiram 4.800 metros na Grande Montanha Nevada e, de cima dessa crista onde o ar estava raro, contemplaram o Ocidente um verdadeiro mar de picos nevados, o TIBET. Corria o mês de junho e a temperatura nas regiões baixas já era muito alta; contudo, quando as tropas atravessaram o TA HSUEH SHAN, muitos dos sulistas que estavam com pouco agasalho, de sangue fino e sem o hábito das grandes altitudes, ali encontraram a morte. Mais duro ainda de escalar, foi a terrível montanha PAO TUNG KANG, em cuja encosta eles tiveram de construir seu próprio caminho, ligando compridos bambus e deitando-os ao solo para servirem de piso, através uma série de profundos lamaçais.

"Neste pico — disse-me o Chefe MAO TSE TUNG — um Corpo de Exército perdeu dois terços de seus animais de transporte; centenas deles caíram para não levantar mais".

Mas a subida continuava, enfrentando a próxima cadeia, representada pelo CHUNG LAI; e outra massa de homens e animais perecia. Continuando a dolorosa caminhada, os vermelhos palmilharam a adorável montanha DREAN PEN e, depois dela, o BIG DRUM, sendo que esta última também cobria um tributo elevado em vidas. Finalmente, a 20 de julho de 1935, penetravam as tropas na rica área MAOERHKAI, a NW de SZECHUAN, ali fazendo junção com o 4º Grupo de Exércitos, que se mantinha na parte soviética do SUNGPAN. Foi quando, pela primeira vez, tiveram um longo período de repouso, o que foi aproveitado para recompletar os efetivos e reorganizar as unidades.

A última fase da marcha foi iniciada, com aproximadamente 30.000 homens. Na verdade, iriam os vermelhos enfrentar a mais perigosa e exaltante viagem, pois a rota escolhida, atravessava uma extensa região selva-

gem, habitada pelos homens independentes da tribo MANTZU e os nômades HSIFAN, um povo guerreiro do TIBET Oriental. Passando pelos territórios MANTZU e do TIBET, os vermelhos enfrentaram pela primeira vez uma população unida na luta contra êles, e seu sofrimento nessa fase da longa caminhada, excede a tudo que até então se vira. Tinhiam dinheiro, mas não podiam comprar comida, possuíam canhões, mas o inimigo era invisível. Enquanto marchavam através cerradas florestas e venciam 12 grandes rios, os homens das tribos se retiravam das vizinhanças do itinerário, deixando suas casas inteiramente vazias, tudo levando para os planaltos, sobretudo o gado. A região ficava sem nenhum recurso que pudesse beneficiar aos vermelhos.

Se os vermelhos se afastassem das estradas, poucas centenas de metros que fossem, o risco era muito grande. Muitos soldados que saiam da estrada à procura de ovelha, nunca mais voltaram.

Já nas regiões montanhosas, os nativos se escondiam em densas moitas, emboscando os "invasores" em sua caminhada. Para isso, trepavam nas partes mais elevadas e, quando as colunas vermelhas se comprimiam nos "passos" profundos, estreitos e rochosos, onde muita vez sómente 2 homens poderiam passar justapostos, os "Mantzu" faziam rolar grandes pedras, que esmagavam homens e animais. Ai não havia, evidentemente, oportunidade para MAO explicar a "política vermelha em relação às minorias nacionais", nem, mesmo, possibilidade para alianças amistosas. Além disso, a rainha "Mantzu" devotava tradicional e implacável ódio aos chineses de qualquer espécie, não fazendo distinção entre "brancos" e "vermelhos". Ameaçou, inclusive, assar vivo qualquer elemento que auxiliasse os invasores.

Impossibilitados de obter alimento, a menos que atacando para dêle apossarem-se, os vermelhos tinham que fazer "a guerra" por um pouco de gado... Daí o dito "comprar uma ovelha, custa a vida de um homem". Todavia, os campos "Mantzu" possibilitavam a colheita do trigo verde tibetano, assim como vegetais, principalmente acelga e nabo, estes últimos de enorme tamanho e "de tais dimensões, que um só podia alimentar 15 homens", segundo afirmou o próprio MAO. E é assim que, à base desses escassos suprimentos, se preparam os vermelhos para vencer as grandes planícies campestres.

"Esta é nossa única divida estrangeira — foi o que me disse MAO, gracejando — e algum dia pagaremos aos "Mantzu" e aos "Tibetanos" as provisões que dêles tomamos".

Além das provisões, houve necessidade de os vermelhos capturarem alguns homens das tribos, para servir-lhes de guia durante a travessia do país. Mas, o que aconteceu foi que êsses guias se fizeram amigos dos comunistas e com êles permaneceram, mesmo depois de vencida a fronteira "Mantzu".

Nas planícies, os vermelhos não encontraram nenhum povoado durante os primeiros dez dias. Caia uma chuva interminável sobre o pantanal, e só se podia atravessá-lo, por meio de pequenas trilhas, verda-

deiros labirintos conhecidos dos homens da região montanhosa, que guiavam os vermelhos nessa odisséia. Muitos homens e animais ai se perderam, a maioria afundando na grama traiçoeira e molhada, por baixo da qual aparecia o pântano perigoso e profundo.

A falta de madeira para fogo, os vermelhos se viram na contingência de comer o trigo verde e os vegetais crus. Nem mesmo árvores havia para protegê-los durante a noite, de modo que os homens ficavam inteiramente ao tempo, pois a maioria não dispunha de couraça. Aproveitavam-se as moitas e os homens se encostavam uns aos outros, o que proporcionava alguma proteção, sem dúvida. E mais uma vez o Exército vermelho saiu triunfante, muito mais que as tropas brancas que os perseguiam, as quais perderam o contato com as forças de MAO e outro recurso não tinham, que retornar, com apenas uma fração do efetivo original.

Agora, o Exército vermelho atingia a fronteira Kansu. Várias batalhas ainda estavam por travar-se, não representando derrota decisiva, a perda de qualquer uma delas. Mobilizaram-se outras forças no Kansu Meridional em NANKINOS, em TUGPEI e em MOSLEM, com a finalidade de deter os vermelhos, porém as tropas de MAO conseguiram vencer todos esses bloqueios, além de apreender muitas centenas de cavalos da tropa muçulmana, em cuja cavalaria o povo depositava muita confiança.

Com os pés em chagas, enfraquecidos é no limite da resistência humana, chegavam os vermelhos, finalmente, a SHENZI Setentrional, imediatamente ao Sul da Grande Muralha e, precisamente no dia 20 de outubro de 1935, um ano portanto depois de sua partida de KIANGSI, a Vanguarda do 1º Grupo de Exército fazia junção com os 25º, 26º e 27º Exércitos Vermelhos, que já tinham estabelecido uma base de operações das Fôrças Soviéticas em SHENSI, desde 1933.

Os homens de MAO estavam reduzidos a 20.000 sobreviventes e iam agora fazer uma pausa para verificar o significado de suas realizações

Os conceitos emitidos nos artigos assinados em a SEÇÃO DE DOUTRINA MILITAR, são da exclusiva responsabilidade dos autores, não traduzindo, portanto, orientação da Diretoria da Revista.

Os originais publicados poderão ser transcritos, salvo quando sejam expressamente reservados os respectivos direitos. As transcrições deverão consignar a fonte e o autor.

A correspondência para SEÇÃO DE DOUTRINA MILITAR deverá ser endereçada a:

Maj Amerino Raposo Filho

"A Defesa Nacional"

Ministério da Guerra — Rio de Janeiro — Brasil.

DOUTRINA MILITAR NACIONAL

"O problema é diferente para cada país, dependendo de ser ele uma grande potência industrial, ter as novas armas e de quanto a política e a administração estão ligadas às necessidades das grandes massas. Tudo isso influencia a elaboração final de uma doutrina e o estabelecimento dos princípios a que o país e suas forças armadas obedecerão na guerra. Por esse motivo, as doutrinas oficiais e semi-oficiais e a reorganização dos exércitos dos diferentes países em geral revelam o verdadeiro aspecto da situação interna e externa."

General VIKTOR BUBANJ, ex-iugoslavo

DOUTRINA E TÉCNICA

"O passo de sete léguas dado pela tecnologia possivelmente permitiu maior progresso nos últimos 15 anos do que nos 15 séculos anteriores. Esta constatação torna bem claro que o progresso científico e tecnológico, para criar novo equipamento, é mais fácil de conquistar, muitas vezes, do que o progresso doutrinário, isto é, o desenvolvimento de novas concepções e sua integração completa como componente do poder de combate. A causa é que a complexidade crescente da evolução doutrinária, com seus valores humanos e éticos, períodos de elaboração e opiniões divergentes, é normalmente terreno mais difícil de desbravar do que o dos problemas de laboratório ou de fábrica. O progresso doutrinário também é mais complexo do que o tecnológico porque o pensamento profissional militar não se pode limitar ao material, com exclusão de novas táticas e idéias mais ou menos independentes daquele — as ligadas à chefia, os problemas de moral, comunicações, psicologia e organização. A sobrevivência nacional impõe o aproveitamento da tecnologia no máximo grau possível."

Em consequência, o militar profissional deve continuamente procurar hoje trocar o manto da praxe e da suficiência por uma busca incessante de respostas realistas e práticas aos problemas de amanhã."

Gen Div LIONEL C. McGARR, Cmt ECEME/EUA

ACADEMIA MILITAR DAS AGUILHAS NEGRAS

A FORMAÇÃO DOS INFANTES NA EVOLUÇÃO DO ENSINO MILITAR EM NOSSO PAÍS

Quando, em 1763, o Conde de Resende, então Vice-Rei, fundou uma Academia ou Aula Militar destinada à "instrução da mocidade que servia nos Regimentos de linha e milícias desta capital", foram, também, estabelecidas conferências militares sobre Tática Elementar de Infantaria. As conferências eram realizadas nas tardes de terças, quintas e sábados, sendo completadas pela realização de Exercícios e Manobras de ataque e defesa. Esses trabalhos de campo eram na cidade ou em seus arredores onde a tropa acampava para bem executá-los.

Parece-nos ter sido iniciada nessa época a formação, se bem que não muito regular, de nossos oficiais de Infantaria.

Uma Academia Militar, especialmente destinada ao preparo dos Oficiais da Arma de Infantaria, foi criada em 1795, sob a denominação de Nova Academia Militar. Dos seus estatutos transcrevemos os itens que melhor nos mostram as idéias predominantes no ensino militar da época:

"Estatutos da Nova Academia de Aritmética, Geometria Prática, Formação, Desenho e Língua Francesa, erigida para os Oficiais de Infantaria na cidade do Rio de Janeiro. Ano 1795.

) Dos Discípulos:

Todos os Oficiais de Infantaria e Cadetes serão sem a menor consideração obrigados a freqüentar a Academia, quando se achem desembaraçados das Obrigações do Serviço, não valendo de desculpa a idade e alguns porque a assistência destes servirá de animar aos outros. Os que não estiverem em tais circunstâncias serão matriculados, e farão exame de Aritmética, ou para seguirem este estudo, ou para freqüentarem aula de Geometria. Os discípulos, que agora são dispensados de todo

o serviço, no fim de seis meses depois de sua entrada, devem ser examinados para o fim de serem excluídos do número dos mesmos dispensados se não derem prova de seu adiantamento, ou puderem passar ao estudo de outra matéria, exceto quando alguns quiserem antecipar o tempo de seu exame, porque nesse caso deverá o Diretor admitir.

6º) Dos Exercícios Práticos:

Os Lentes de Geometria e Fortificações devem exercitar todos os anos sobre o terreno aos seus Discípulos na prática e delineação das figuras e Obras que ocorrem mais frequentemente nas ocasiões de serviço, fazendo-lhes conhecer o uso dos Instrumentos e o modo de se servirem das estacas, piques e cordéis. O Mestre do Desenho ensinará semelhantemente o modo de representar as diversas configurações do terreno e de tirar as plantas militares."

Mais tarde, em 1811, com a inauguração da Academia Real Militar, fica definitivamente regularizada a formação de oficiais das quatro Armas para o nosso Exército. A partir daí surgem várias transformações no nosso ensino que abordaremos sumariamente com o objetivo de relacionar, em ordem cronológica, diferentes evoluções na preparação dos Oficiais da Rainha das Armas.

É interessante começarmos com a nova regulamentação surgida em 14 Fev 1839 para Escola Militar, sobre a qual assim se expressou o Gen Tristão de Alencar Araripe: "persistiu ainda a hipertrofia do preparo científico, em detrimento do estudo do Comando das massas humanas na Guerra".

Já em 1842 encontramos a Escola Militar com novos estatutos, dos quais transcrevemos o que de perto interessa à Infantaria:

"Art. 1º. O Curso completo da Escola Militar constará de 7 anos de estudos, nos quais, e em 16 cadeiras, se ensinarão as matérias seguintes:

1º Ano — 1ª Cadeira: Aritmética, Álgebra elementar, Geometria e Trigonometria plana.

2ª Cadeira: Desenho.

2º Ano — 1ª Cadeira: Álgebra superior, Geometria Analítica, Cálculo Diferencial e Integral.

2ª Cadeira: Desenho.

3º Ano — 1ª Cadeira: Topografia, Tática, Fortificação passageira, Estratégica e História Militar.

2ª Cadeira: Direito Militar das Gentes e Civil.

3ª Cadeira: Desenho.

Art. 2º. Nos tempos de férias de todos os anos haverá exercícios práticos.

Art. 3º. O referido Curso será subdividido em três: o primeiro destinado para os alunos pertencentes às Armas de Infantaria e Cavalaria e compreenderão o 1º, 2º e 5º anos...”

Em 20º Set 1851, pelo decreto n. 634, foi criado, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, um Curso de Infantaria e Cavalaria no qual se estudavam as mesmas matérias ministradas na Escola Militar da Corte.

Alguns anos mais tarde o Curso de Infantaria e Cavalaria da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul passa a denominar-se Escola Militar da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. O Curso de Infantaria nessa época, março de 1858, comportava dois anos de estudo: O 1º ano da “Escola Militar e de Aplicações” e o 1º ano do Curso de Matemática, Ciências Físicas e Naturais da Escola Central.



De 1866 a 1870, a vida das Escolas foi muito prejudicada pela Guerra do Paraguai. Os exercícios foram suspensos e as aulas paralisadas.

O Decreto n. 5.529, de 17 de janeiro de 1874, aprova o regulamento que reforma o ensino militar. Na Escola Militar passou a ser ministrado o ensino teórico-prático indispensável aos Oficiais e Praças do Exército, após terem sido habilitados nas doutrinas da Escola Preparatória. O Curso de Infantaria continuava organizado em dois anos. A instrução prática era regulada por programas especiais de acordo com a Arma ou Corpo a que pertencesse ou se destinasse o cadete. Lê-se no mesmo decreto: "Na Infantaria a instrução geral prática compreenderá até a Escola de Batalhão, inclusive (Art. 50 — § 1º).

Em 1881, a Escola de Infantaria e Cavalaria da Província do Rio Grande do Sul, pelo Decreto n. 8.205 de 3 Jul, passa a denominar-se Escola Militar da Província do Rio Grande do Sul. Posteriormente, ainda foram criadas as Escolas de Tiro para as Armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia, também no Rio Grande do Sul. São dados os primeiros passos no sentido de aprimorar a formação técnico-profissional dos nossos Infantes.

Com o Decreto n. 10.203, de 9 Mar 1889, o ensino militar sofre novas alterações, passando as 3 escolas militares a possuir 2 cursos: 1º — Curso preparatório e 2º — Curso de Infantaria e Cavalaria. Este último continuava a ser realizado em 2 anos com pequenas alterações no ensino fundamental, conservando a parte prática a mesma programação do regulamento anterior. Logo em seguida, a 12 Abr 1890, pelo Decreto número 330, o ensino nas Escolas Militares da Capital Federal e do Rio Grande do Sul compreendia 3 cursos: o preparatório, o geral, e o das três Armas. O Curso das Armas compunha-se de um ano apenas, dividido em dois períodos. A parte prática comportava oito seções sendo a 1ª seção — Instrução de Infantaria — que, para ministrar todos os ensinamentos necessários aos futuros Infantes, era complementada pelas seguintes seções: 4ª — escrituração militar; 5ª — descrição e uso dos instrumentos de topografia, levantamentos; 6ª — construção de entrenchamentos; 7ª — esgrima de espada e florete; e, finalmente, a 8ª — ginástica e natação. Por esse mesmo decreto, foram criadas duas escolas práticas, uma na Capital Federal e outra no Rio Grande do Sul.

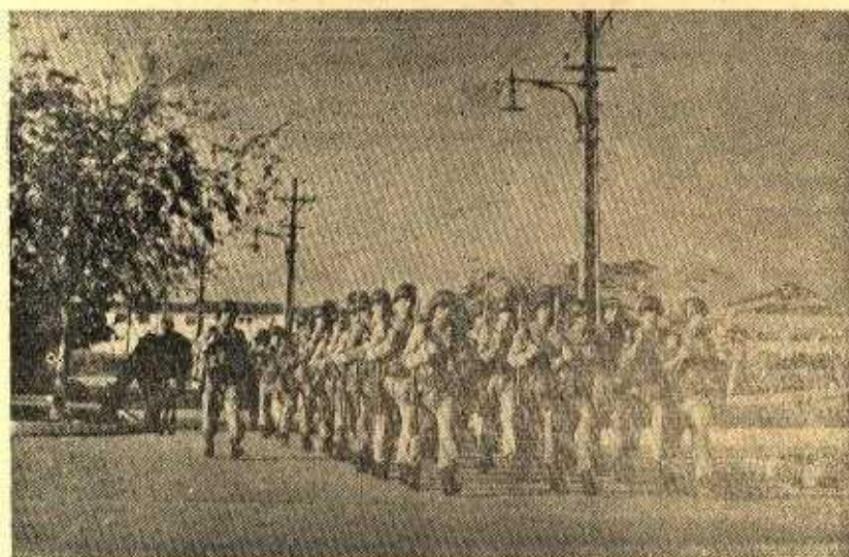
Ao terminar o século XIX, foi criada a Escola Militar do Brasil e as Escolas Preparatórias e de Tática, com sede em Realengo e Rio Pardo (RGS). Nessa época o ensino na Escola Militar do Brasil constava de um Curso geral, compreendendo o estudo teórico e prático das três Armas do Exército e o Curso Especial. O Curso Geral compreendia três anos de estudo sendo que o ensino prático continuava organizado em 8 (oito) seções distribuídas em três partes: 1ª — ensino prático comum aos dois cursos, Geral e Especial; 2ª — ensino prático peculiar ao Curso Geral; 3º — ensino prático peculiar ao Curso Especial. Todos os alunos estudavam as mesmas doutrinas, embora pertencessem a Armas diferentes. Foram reduzidos os estudos teóricos e ampliados os práticos.

Vamos encontrar em 1906 uma Escola de Guerra, em Pôrto Alegre, RGS, a qual *habilitava* o aluno à matrícula na Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, em Rio Pardo (RGS). Essa Escola de Guerra foi criada pelo Decreto n. 5.698, de 2 Out 1905 que determinou fôssem ministrados na Escola de aplicação da Infantaria e Cavalaria os conhecimentos necessários para o exercício da função do primeiro posto de oficial, em qualquer das duas Armas. Os alunos que concluirsem o Curso seriam declarados Aspirantes à Oficial no primeiro dia útil de janeiro de cada ano.

Desejamos evidenciar a criação, durante o período de 1890 a 1906, de dois importantes órgãos que muito contribuem para a formação e aperfeiçoamento do nosso Exército:

- O Estado-Maior do Exército (Lei n. 403, de 24 Out 1896).
- A Escola de Estado-Maior (Decreto n. 569, de 2 Out 1905).

Como consequência o estudo do emprêgo e da instrução da tropa, bem como da Organização do Exército Nacional trazem grande estímulo à oficialidade. Iniciamos o Sec XX, realizando diferentes atividades militares, em larga escala — exercícios de campo, combates simulados e manobras. Assim estimulados puderam os nossos Aspirantes ministrar instrução nos Corpos de Tropa com métodos modernos e grande objetividade. Tal procedimento tem repercussão no ensino e novas reformas são estabelecidas. É assim que a partir de 6 Jan 1918 a formação dos Aspirantes das quatro Armas passa a ser feita na "Escola Militar", em Realengo, Rio de Janeiro. Foi nessa época que o recrutamento de instrutores para a Escola realizou-se mediante concurso prático constituin-



do-se, então, a célebre Missão Indígena. Dentre os infantes que dela participaram podemos citar: Newton Cavalcanti, Eduardo Alecoforado, Outubrino Nogueira, Tristão de Alencar Araripe, Barbosa Leite, Illydio Rômulo Colônia e Mário Travassos. Esses e outros denodados infantes incutiram sangue novo nos cadetes da Rainha das Armas que deixaram a Escola retumbantes de entusiasmo, dedicados inteiramente à carreira das Armas e compenetrados da necessidade do sacrifício próprio e do cumprimento do dever a todo custo. O Aspirante além da formação moral, do preparo físico e do elevado grau de conhecimento militar, trazia uma formação cultural que o habilitava a continuar qualquer estudo. A Missão Indígena só funcionou até 1922, tendo prestado relevantes serviços ao Exército.

A Missão Militar Francesa chegou ao Brasil em 1920 e cooperou na formação, aperfeiçoamento e especialização de nossos oficiais até 1940, quando a 2ª grande guerra traz sérios prejuízos à França.

De 1923 a 1930 a Escola sofre sérias dificuldades pela falta de instrutores trazendo graves inconvenientes para a formação dos futuros Aspirantes.

Em 1931, é criado o Corpo de Cadetes, aumenta-se a intensidade do ensino prático e dedica-se especial importância à valorização Moral do cadete. São organizados os Cursos correspondentes às quatro Armas. Foram instrutores Chefes do Curso de Infantaria os seguintes oficiais do quadro de Estado-Maior do Exército:

Major Mário Travassos — 20 Ag 1931 a 14 Jun 1934;
 Major Lamartine P. Paes Leme — 1 Jul 1934 a 17 Fev 1936;
 Major Rodolfo A. Jourdan — 6 Mar 1936 a 31 Dez 1936;
 Major Ciro do Espírito Santo Cardoso — 11 Mar 1937 a 8 Nov 1937;
 Major Alexandre José da Silva Chaves — 26 Fev 1939 a 25 Jun 1939;
 Major João Dias Campos Junior — 28 Jul 1939 a 6 Jan 1941;
 Major Illydio Rômulo Colônia — 30 Fev 1941 a 21 Agô 1941;
 Major Humberto de Alencar Castelo Branco — 25 Set 41 a 24 Set 43;
 Major Nelson Barbosa de Paiva — 27 Abr 43 a 13 Out 43.

O FUZILEIRO

A mudança para Resende, em 1944, seguida do novo regulamento de 1945, foi uma evolução necessária para que o Exército pudesse acompanhar o progresso cada vez mais rápido e intenso do nosso estimado Brasil. Inicia-se uma época em que o maior problema para o ensino militar se traduz pela adaptação da qualidade e da quantidade de conhecimento a ser ministrado em um espaço de tempo muito pouco flexível, pois, gira em torno de 3 ou 4 anos, para a formação do Aspirante.

Foram instrutores Chefes do Curso até a presente data os seguintes oficiais do quadro de Estado-Maior:

Major Paulo Queiroz Duarte; Major Francisco Ernesto Paes Leme; Major Carlos de Meira Matos; Major Augusto de Oliveira Pereira; Major

NAO HA NEUTRALIDADE POSSIVEL PARA UM PAIS SUBDESENVOLVIDO

Quando encaramos esse primeiro postulado sob seu aspecto global, isto é, o de assistência aos países subdesenvolvidos, ele se nos apresenta como um problema planetário, exigindo soluções de âmbito mundial.

As estatísticas nos mostram que a instauração de tal forma de assistência universal não é para já; assim é que o auxílio dispensado por intermédio das Nações Unidas representa uma infima parcela do total fornecido por meio de acordos bilaterais, de governo a governo. Existem as ajudas: americana, inglesa, francesa, alemã, europeia, de Israel, etc.

Um detalhe de capital importância é que a ajuda soviética aos países subdesenvolvidos é quase que unicamente a de tipo bilateral ao passo que a das nações ocidentais apela freqüentemente, para a cooperação regional.

No ano de 1959 a contribuição americana ao programa de ajuda da ONU se elevou à soma de 15 bilhões de dólares, a do Canadá a 2 bilhões, a da França a 1,5 bilhões enquanto que a da Rússia atingiu somente ao montante de 1 bilhão.

Se, de um lado, a maioria dos países subdesenvolvidos está hoje **emancipada**, de outro, sua **dependência econômica** permanece muito sensível. Politicamente independentes, os Estados da Ásia e da África, têm que fazer face a necessidades vitais, sempre crescentes, em materiais, dinheiro e especialistas.

Ora, muitos deles temem ver transfigurada em tutela econômica certas alianças que lhes são propostas por alguns países ocidentais: por isso preferem "comer em três ou quatro mangedouras" diferentes de que em uma única. Assim, esses Estados se voltam para Washington, Moscou e até Pequim. Em realidade é coisa muito fácil; geralmente a troca de embaixadores é suficiente. Em seguida, as missões econômicas são postas ao pé da obra, se instalam escritórios comerciais, se fornecem "técnicos" e são feitos os convites para visitar a Rússia e a China.

Alguns objetarão que não se trata verdadeiramente de uma subversão pois há competição e esta é livre.

A êsses responderemos que infelizmente não é este o caso e isso em virtude de razões muito simples.

A primeira é que os países que constituem o prêmio dessa penetração econômica, técnica e cultural (sejam êles asiáticos, africanos ou latino-americanos) não são verdadeiramente **neutros**, isso apesar de toda a retórica desenvolvida desde 10 anos passados para justificar o **neutralismo positivo**. Um cliente só é livre para escolher se suas necessidades vitais não dependerem, imperiosamente, das mercadorias que lhe são oferecidas.

É o caso de nove décimos dos países considerados. A economia desses países, eminentemente frágil, é dominada por um ou mais produtos chave e de curso mais ou menos flutuante tais como: borracha, petróleo, algodão, cacau, café, fosfatos, etc. ...

A segunda razão é que, se de um lado é verdade que Washington dispõe de fundos para auxílios bem ponderáveis não é menos verdade que os EE.UU exigem, para dar assistência, certas condições que depreciam enormemente os méritos desse auxílio, enquanto que a URSS e a China possuem certo número de trunfos peculiares. As vezes elas também se dedicam a estudos demorados, freqüentemente vexatórios sob o ponto de vista psicológico, mas impotentes, no entanto, para assegurar-lhes as garantias desejadas contra os perigos do desperdício.

A ESTRATÉGIA SOVIÉTICA NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

Veremos a seguir como os russos operam para conquistar a cada dia novas posições nos países subdesenvolvidos.

Inicialmente contentemo-nos em aprender tal política sob seu aspecto doutrinário.

É impossível compreender, o que quer que seja, a respeito dessa tomada de posições em relação aos países da Ásia, África e mesmo da América do Sul, sem nos reportarmos ao quadro ideológico. A estratégia soviética está ligada à existência de uma doutrina que pretende definir as perspectivas da evolução histórica nos países coloniais ou ainda impúberes. Lenine tinha o hábito de dizer, a propósito das potências europeias, que **uma revolução nacional antiimperialista nas colônias acarretaria um enfraquecimento das metrópoles e facilitaria a adoção do Ocidente à revolução proletária**.

Examinando a relação de fatos e datas que se seguem constatarmos que a doutrina soviética nos países subdesenvolvidos se inspira diretamente nesses princípios. Vamos resumir-lá em três itens:

- 1) Esforço onde a cadeia do **imperialismo** se revela mais fraca (exemplos: Laos, Argélia, Congo, Angola e Cuba).
- 2) Utilização do "proprietariado" e dos movimentos de libertação nacional como aliados, isto é: ajuda aos subdesenvolvidos que aspiram à independência.
- 3) Saber atinar, em tempo, com a diferença entre os movimentos que entram em choque com os interesses do desenvolvimento proletário e os outros. Em realidade os russos não podem situar em um mesmo pé de igualdade um Sékou Touré ou um Fidel Castro e um Tchombe.

No que respeita aos objetivos dos soviéticos, elas estão situados em quatro áreas geográficas, a saber:

- 1) Sudeste da Ásia;
- 2) Oriente Próximo e Médio;
- 3) As duas Áfricas;
- 4) América Latina.

Para os países comunistas o interesse que apresenta o mundo de países subdesenvolvidos é considerável, tendo em vista principalmente os fatores abaixo:

- 1 — Interesse estratégico, dados espaciais e controle das grandes vias marítimas, segundo o caso.
- 2 — Reservas em matérias primas e em pessoal, no caso de um conflito.
- 3 — Mercado importante ou de potencial de expansão considerável.
- 4 — Possibilidade de utilizá-los e as suas riquezas para facilitar a realização dos planos de expansão da **zona de rublo**.

Outra observação liminar é a seguinte: até 1958 a URSS tinha negócios com países nos quais as correntes nacionalistas eram quase todas dirigidas pela burguesia. As circunstâncias fizeram posteriormente com que a URSS mantenha relações com países (na África particularmente) nas quais a situação é sensivelmente diferente. Na maioria dos casos a ajuda soviética se faz a países que se libertaram. Nenhuma discriminação é feita por ela entre as de estrutura burguesa ou proletária. Ela se aplica indiferentemente às monarquias do mundo árabe e às ditaduras como a de Sékou Touré ou de Kassem. A aliança momentânea com a burguesia nacionalista é sempre de rotina. Para a URSS o importante consiste: "menos em uma afirmação de não comunismo do que em repúdio progressivo do sistema capitalista".

AJUDA RUSSA AOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS DA ÁSIA E DA ÁFRICA

A URSS consagrou 30 anos a curar as feridas ocasionadas pela guerra civil e a edificar uma economia do tipo marxista. Sómente após haver logrado o **primeiro objetivo** foi que se dedicou à nova tarefa, qual seja a de atrair a simpatia dos países subdesenvolvidos, coloniais, ou ex-coloniais, a fim de, pouco a pouco, desligá-los da órbita ocidental.

Essa mudança de política soviética de desprendimento coincide com a morte de Stalin o que permitiu, aos dirigentes soviéticos, a oportunidade de retornar às teorias de Lenine que preconizam a propagação do comunismo nos países subdesenvolvidos, de modo clandestino, disfarçado pelas máquinas, pelos equipamentos, pela propaganda cultural e até mesmo científica.

Coube à **reunião internacional de Moscou**, realizada de 8 a 10 de abril de 1952, lançar as bases desta política cujo primeiro ato foi a 3ª Conferência da ECAFE em Ceilão, em 1954, na qual Menschikov declarou que seu governo está pronto a comerciar com os países da Ásia e do Extremo Oriente na base da igualdade e vantagens recíprocas.

A Conferência de Bandoeng de fins de 1955 marca o fim da fase preliminar.

Significativo, seja dito entre parênteses, é que a maior parte dos acordos selados entre a URSS, os países comunistas e os países subdesenvolvidos tenha sido assinado posteriormente aos primeiros entendimentos afro-asiáticos. A segunda conferência afro-asiática teve lugar no Cairo. Sua principal consequência foi a de deslocar, brutalmente, o centro de gravidade da política comunista em relação aos países subdesenvolvidos do Leste para o Oeste, do Extremo Oriente para o Oriente Próximo e África reunidos.

NO EXTREMO ORIENTE

O Afeganistão foi o primeiro país independente da Ásia a receber as atenções de parte de Moscou. O auxílio à Índia foi dado em data posterior

Em janeiro de 1947, um grupo de sábios soviéticos estêve em visita à Hungria.

A essa primeira fase seguiram-se duas outras que convém anotar: uma de 1947 a 1954, inclusive, fase dedicada principalmente às trocas científicas e culturais; outra é a fase ativa que começou em 1955 e engloba a cooperação em todos os domínios. Ilustrando o que acabou de ser dito podemos citar: a assinatura em Nova Delhi em fevereiro de 1960 e com a presença de M. "K", de um acordo de cooperação técnica, ele próprio provindo de um outro de natureza cultural.

A Índia recebeu da Rússia, mercê de quatro tratados distintos, um total de um bilhão e quatrocentos e sessenta milhões de rúpias destinados a nove grandes projetos diferentes, ligados ao 2º Plano Econômico da Índia.

O 3º Plano, por sua vez, teve a contribuição de 1 bilhão e 800 milhões de rúpias.

Trata-se, como se vê, de realizações de natureza essencialmente utilitária ou industrial; foram excluídas quaisquer preocupações de suntuosidade. Últimamente Nehru recebeu a visita do primeiro vice-Presidente do Conselho de Ministros da URSS, Alexis Kessyguine, que foi tratar com ele do emprêgo daqueles fundos.

A Índia é talvez, atualmente, o país da Ásia que possui maior número de acordos comerciais, de pagamento, ou protocolos de assistência com o bloco comunista. Constitui também o principal escoadouro para o mercado de livros soviéticos e chineses.

Cronologicamente, foi o Irã o terceiro país a ser alvo das atenções de Moscou. Ao contrário da Índia, porém, quase não alimenta relações com as democracias populares.

No Extremo Oriente, o Paquistão a partir de 1949, e Ceilão em 1954, a Birmânia em 1955, a Indonésia em 1956, todos foram objeto de oferecimento de auxílio, trocas e assistência técnica por parte de Moscou e seus satélites.

Para nos atermos só aos fatos mais recentes devemos assinalar: no que respeita ao Paquistão: o oferecimento de créditos para custear

pesquisas petrolíferas em outubro de 1960 seguido, no inicio de 1961, de um acordo petrolífero sancionado na devida forma; no que toca ao Ceilão: temos a conclusão de um acordo segundo o qual o governo cingalês se compromete a comprar todo o carburante que necessitar na Rússia; em relação à Birmânia temos a segunda visita de Mr. "K" em fevereiro de 1960 e a presença em Rangum de um escritório de propaganda russa camuflado sob o nome de **Soviet Export Film**.

Quanto à Indonésia, o governo soviético se comprometeu a fornecer armas, dois reatores e várias fábricas. Nessa enumeração, não poderíamos omitir o Cambodge onde o programa de assistência técnica dos soviéticos previu, após a visita de Norodom Sihanouk a Moscou no ano passado, a instalação de centrais hidroelétricas e o emprêgo dos quadros (cerca de 1.000 indivíduos) oriundos de uma "escola técnica". O Cambodge, por outro lado, está ligado à Tcheco-Eslováquia por um tratado de amizade assinado em 27 de novembro de 1960.

Em que pese sua importância, o setor extremo oriental não é o que ocupa lugar de mais destaque nas preocupações soviéticas.

ORIENTE PRÓXIMO E ORIENTE MÉDIO

O Oriente Médio, em relação às outras regiões subdesenvolvidas, é o que ocupa o primeiro lugar no regime de trocas com os países do bloco comunista.

Em 1956 os créditos abertos foram, em sua maioria, de natureza militar. A partir de 1957 o auxílio se diversificou. O surgimento das democracias populares como elemento fornecedor de equipamentos para a indústria permitiu à Rússia reservar seus recursos para a execução de projetos mais grandiosos.

Mais da metade dos técnicos comunistas enviados pelos países dessa ideologia estão acuados em assistir ao Médio e Próximo Orientes.

A primeira iniciativa soviética data de 3 de março de 1952. Tratou-se na oportunidade de uma troca com o Egito. O esforço soviético se orientou primeiramente em direção ao Cairo, valendo-se do caso de Suez a fim de aproveitar as últimas reticências egípcias. A abertura de um escritório soviético no Cairo, um novo acordo sobre o algodão, a decisão do ensino da língua russa na Universidade, o fornecimento de material de guerra, o oferecimento de créditos, o envio de técnicos, etc. . . tais são alguns dos itens que há três anos vêm sendo realizados, não se passa um mês sequer sem iniciativas dessa natureza. Assim, no inicio de 1961 assistiu-se à partida de Moscou de um contingente de professores e técnicos e a assinatura de um novo tratado cultural.

Quanto à Síria, antes de sua integração ao Egito, isto é, antes do nascimento da RAU, oferece um aspecto bastante semelhante: contatos culturais em 1955, 1957 e em seguida a fase militar.

Posteriormente, fato geralmente desconhecido, a Arábia Saudita, feudo da ARAMCO não foi pouparada pela solicitude interessada da

URSS e dos outros países comunistas. Em novembro de 1955, Riad assinou com Moscou seu primeiro acordo econômico.

Passemos ao YEMEN, país cujo caso lembra um pouco o do Afeganistão, por haver mantido permanentes relações com Moscou, mesmo antes de 1939.

O fato novo se produziu em maio de 1956 depois que a tradicional assistência militar da URSS foi dobrada pela ajuda econômica e técnica em escala considerável (portos, estradas, indústrias).

No Iraque a ajuda econômica e militar da Rússia e seus satélites sucedeu à da Inglaterra. Após a conclusão de um tratado de cooperação em junho, e ano de 1960 foi marcado pela estada em Moscou de uma delegação de técnicos do Iraque e a chegada, em 6 de setembro, em Bassora, de uma flotilha russa trazendo técnicos e material destinado à montagem de 30 novas fábricas, bem como à construção de centenas de quilômetros de vias férreas.

No que tange ao Líbano (geralmente considerado no Ocidente como o bastião da resistência à penetração comunitária de Leste) assinou em 3 de abril de 1954 um tratado tríplice com Moscou: comercial, cultural e diplomático. Em 1960 continuaram as trocas.

ÁFRICA BRANCA E NEGRA

Já se evocou o papel do Egito. Esse país, por sua posição geográfica, possui efetivamente uma dupla vocação. Durante três anos, o Cairo serviu efetivamente de trampolim e de placa de manobra para a difusão da propaganda soviética de ajuda aos países da África; não só a África Branca como a Negra: Marrocos, Tunísia, Líbia, Sudão, Etiópia, Gana e Guiné. Observa-se que as manifestações não são idênticas em todos esses lugares. A ajuda soviética se reveste ora de um caráter complementar, ora de um elo quase total da influência ocidental.

Na Líbia a URSS recorreu ao **método direto**, isto é: excluiu os bons ofícios de tal ou qual aliado ou vassalo. Assim é que em julho de 1960 uma delegação soviética aterrissou em Tripoli para negociar com o governo do Rei Idriss vários projetos entre os quais o da construção de hospitais. Esse mesmo rei aceitou em seguida ser hóspede de Kruchev.

A URSS usa, na Tunísia e em Marrocos, uma tática inteiramente diferente. Desde 1957 que a Hungria e Iugoslávia negociam acordos comerciais com Burguiba enquanto que a Rússia só apareceu no palco dos acontecimentos a 13 de abril do ano seguinte. Em janeiro de 1960 se iniciaram, em Tunis, conversações destinadas a regular as modalidades de cooperação econômica com a URSS. Foram abertos créditos para permitir a construção de três barragens e uma escola de engenharia. Mais tarde a Tunísia fez a troca de missões diplomáticas com a URSS.

Em fins de outubro de 1960, em Marrocos, coube à China de Pequim iniciar a ofensiva por meio da troca de delegações e isso antes

da Tcheco-Eslováquia, Hungria e Iugoslávia. A 16 de novembro desse ano o governo soviético ofereceu aviões a jato ao exército real marroquino. Tal oferta foi aceita e a entrega dos Migs soviéticos só fêz preceder, de pouco, a chegada de 700 técnicos russos.

Deve ser lembrada também a visita que Brejnev fêz a Rabat. Anunciou-se recentemente a próxima criação de uma base militar.

A República Sudanesa mantém relações com a Rússia desde 1955. Ela está ligada a esta, bem como à Tcheco-Eslováquia por protocolos de assistência técnica firmados em 18 de dezembro desse mesmo ano. Outros tratados foram firmados em 1960.

Na Etiópia, país às voltas com as ações subversivas conjuntas de Nasser, de pan-arabismo e pan-islamismo, a URSS pôde dar a impressão, até época relativamente recente, de se manifestar com certa discrição, deixando à Iugoslávia e à Tcheco-Eslováquia o cuidado de efetivar os contatos.

Um novo elemento apareceu em julho de 1959 sob a forma de um acordo comercial muito importante com a URSS, acordo esse que incluía um empréstimo de 400 milhões de rublos que cobriam quase um terço dos investimentos do plano quinquenal em curso. Em março de 1960 teve início uma nova fase caracterizada por diversas iniciativas entre as quais: um contrato, prevendo a construção de uma refinaria em Assab, uma exposição comercial em Addis e a instalação de uma escola de preparação industrial, tudo sob os auspícios da Rússia.

Outros fatos permitem concluir que a intensificação do esforço soviético se dirigiu sobre esse país pois vimos: a chegada de 150 técnicos soviéticos em Addis bem como a recente viagem de Jukov, diretor de relações culturais da Rússia, ao reino do NEGUS.

Examinemos a seguir os Estados da costa ocidental da África: a Libéria mantém relações oficiais com a Rússia desde 1956, ano em que passou por lá Voikob; a ex-Costa do Ouro tende a se tornar, depois da independência, uma tribuna livre e permanentemente aberta aos propagandistas do pan-africanismo e do movimento afro-asiático.

Para penetrar em Gana, os russos encontraram dois bons pretextos:

1º) a recusa americana de financiar o projeto da barragem sobre o Rio Volta e, 2º) o caso dos excedentes de cacau, pois esse país é o primeiro produtor do mundo. Em novembro de 1959, 21 sábios russos assistiram, em Accra, aos trabalhos da 17ª Conferência Interafricana Oriental. Em 24 de janeiro de 1960, técnicos soviéticos chegaram a Accra para estudar as possibilidades de implantar uma aciaria, precedendo de pouco à delegação da Alemanha Oriental chefiada pelo Sr. Kurt Enkelmann, ministro adjunto do comércio. Recentemente, em abril, foi inaugurada na capital de Gana uma magnífica exposição comercial alemã.

Finalmente, foram firmados com Moscou três tratados: cultural, de cooperação econômica e de cooperação técnica.

Calcula-se que no decurso dos últimos 18 meses, haviam se estabelecido em Gana, oito missões diplomáticas e comerciais dos comunistas. Foram concluídos tratados ccm a URSS, Bulgária, Tcheco-Eslováquia, Polônia e Alemanha Oriental. Em fins de 1960 N° Krumah anunciou que 3.000 estudantes de Gana iriam à Rússia e às democracias populares durante 1961 e 1962. No começo de fevereiro desse ano a URSS outorgou a Gana um crédito de 160 milhões de libras destinadas a financiar a construção de um hotel de 200 quartos e uma barragem. Finalmente Kruchev aproveitou sua estada em Accra para convidar N° Krumah a visitá-lo na Rússia.

Assim é que, em menos de três anos e partindo de uma situação aparentemente difícil, Moscou conseguiu investir uma das cidades, geralmente considerada como das mais impermeáveis à propaganda e influência comunistas na África.

No que se refere à ex-Guiné francesa, a ação soviética se reveste de aspecto ainda mais espetacular, desde sua independência, a república da Guiné recebeu a visita de numerosas delegações vindas dos países do bloco soviético.

Além de uma série de protocolos de comércio ou de assistência, firmados por várias democracias populares, a Guiné recebeu da URSS enorme quantidade de armamento, material e técnicos.

Em março de 1959 o "Pravda" e a "Agência Tass" instalaram agências em Conakry. Em maio a imprensa noticiou a criação em Conakry de uma **sociedade de amizade sino-soviética**. Agosto marcou a assinatura de dois tratados de cooperação técnica e econômica, ambos abrindo um crédito de 25 milhões de dólares. A URSS construirá uma fábrica de cimento, uma fábrica, uma fábrica de conserva, fazendas modelo, aumentará o aeródromo de Conakry e modernizará a estrada de ferro de Kaukan, além de construir um instituto técnico para 2.500 alunos e um estádio de 25.000 lugares.

A Guiné está vinculada: por um acordo cultural e técnico à Tcheco-Eslováquia, por acordo comercial e protocolo de trocas à Alemanha Oriental e por tratado diplomático à Iugoslávia. O congresso do partido democrático da Guiné nesse ano deu margens a um verdadeiro festival do comunismo internacional. A 12 de janeiro de 1960 foram iniciadas as conversações de caráter político e econômico com a Hungria. Na zona florestal da Guiné uma equipe de engenheiros e técnicos em madeira (russos) está em vias de desenvolver a exploração nesse setor usando métodos ultramodernos.

No domínio dos transportes, a maioria do parque pesado ou de veículos utilitários está em vias de remodelação; os modelos russos ou tchecos estão substituindo pouco a pouco os caminhões e os antigos Land Rover e jipes Willys. Além disso, e em toda parte onde foi possível, os técnicos franceses que tinham cargo de direção foram substituídos, sistemáticamente, por outros originários dos países comunistas e de igual competência, assim: os búlgaros foram para o rádio e os tchecos, russos e poloneses para o serviço de saúde.

Os alemães orientais estão instalando em um subúrbio de Conakry uma gigantesca oficina de impressão cuja capacidade ultrapassará de muito as necessidades internas do país.

Devemos ainda acrescentar a isso tudo que o embaixador russo em Accra, M. Styvenko, e o ministro em Conakry, Guerassimov, são dois eminentes especialistas em assuntos africanos. Em abril de 1960 foi nomeado embaixador da Alemanha Oriental na Guiné o Senhor Karl Nhor.

Sabe-se, outrossim, pela leitura dos jornais que Sekou Touré esteve sucessivamente na Iugoslávia, Romênia e Hungria.

Da Guiné passemos ao Togo, país atualmente às voltas com uma tríplice ofensiva econômica: de Moscou, Praga e Belgrado. O novo embaixador soviético em Lomé possui também títulos de "nobreza", trata-se de Rassonov, ex-vice-ministro da Economia Rural na URSS.

Sabe-se que, desde o divórcio entre Dakar e Banako, o novo Mali demonstrou o desejo de apelar para a ajuda técnica da Rússia e seus satélites. A Tcheco-Eslováquia já aceitou acolher 29 bolsistas malienses.

Uma exposição de material, e principalmente de caminhões Skoda, teve lugar em Bamako onde a Mongólia Exterior vem de estabelecer uma legação.

Outro parceiro a entrar na dança é a República Centro Africana que vem de ser objeto da abertura de créditos por parte da Tcheco-Eslováquia. Mas o acontecimento mais importante no campo da assistência técnica, na África Ocidental, é o referente à Nigéria.

Aceitando realizar conversações com Praga, a República da Nigéria será o primeiro Estado do grupo denominado "Entente" a manter contatos com um país do bloco comunista...

Sobre o Congo falaremos pouco e únicamente para frisar que a morte de Lumumba não afastou o perigo. Desde que Gizenga tomou a si a sucessão do "ex-premier", os diplomatas e técnicos dos países de Leste, que se haviam retraído para Gana e Guiné, reiniciaram a marcha para Stanleyville via Khartum-Cairo.

TÉCNICA DA AJUDA SOVIÉTICA

Não insistiremos sobre a técnica propriamente dita. Lembraremos sómente que os dirigentes soviéticos têm consciência de que é perfeitamente possível, graças ao "salvo-conduto" das relações comerciais ou da "assistência técnica", diminuir certas prevenções de natureza ideológica ou política e que as trocas comerciais acabam, finalmente, por melhorar sensivelmente o caráter e a natureza das relações diplomáticas; estas por sua vez influenciam as relações comerciais cujo próprio desenvolvimento contribuirá para o reforço da economia no campo soviético.

É necessário dizer também que a organização do comércio exterior da URSS é feita para facilitar esta política. As organizações Prom-Mocherfort, Techexfort e Exportgleb não passam de disfarces do Mi-

nistério Sovético do comércio exterior. Daí a existência de um quase monopólio do Estado que oferece, "de quebra", a vantagem aos russos de permitir harmonizar as trocas comerciais da Rússia com seus satélites.

Assim sendo, os métodos de ajuda soviéticos são escolhidos, evidentemente, em função da dupla conjuntura política e econômica. Recordemos aqui os mais usuais: acôrdos comerciais tendo como objetivo permitir aos interessados escoar excedentes dificilmente exportáveis (arroz da Birmânia, algodão das Índias ou do Egito), ou ainda beneficiar-se de preços garantidos por prazo longo (borracha do Ceilão), créditos a juros mórdicos (2 a 2,5%) enquanto que o BIRD exige 4,40% e o Export-Bank de 5 a 6%; assistência técnica (outro eufemismo) para a formação de quadros especialistas seja na URSS ou nos seus satélites, seja no próprio local com o auxílio de equipes de técnicos russos **emprestados** durante determinado período.

Fato notável que quanto mais se avança maior é a penetração e a propensão para ser feita por **interpostas** pessoas.

O Afeganistão, a Índia e o Irã constituem casos à parte; nesses países, possuindo fronteiras comuns com a União Soviética, é natural que o Kremlin buscassem se infiltrar diretamente.

Em compensação com o Iraque, Síria ou Egito, os russos se esforçam para utilizar em proveito próprio alguns dos seus satélites: RDA no Iraque, Tcheco-Eslováquia, Polônia e Alemanha Oriental para a RAU. Na África a URSS apela para os bons ofícios de Praga e de Varsóvia ao mesmo tempo que se serve da RAU.

Quais os critérios que regem a escolha do satélite? Por que Alemanha Oriental? Por que a Tcheco-Eslováquia?

A URSS pode alinhar várias razões para se servir de Pankov em seus entendimentos com os países do Oriente Médio ou da África, se não vejamos: experiência comercial e longa prática no trato com os países muçulmanos onde os alemães gozam de conceito favorável; esperança de contrabalançar o crescente prestígio da Alemanha Oriental cujo potencial é temido; confiança nos dirigentes dessa democracia popular, julgados politicamente mais seguros em relação à ortodoxia soviética do que os da Polônia ou Hungria.

Motivos análogos explicam o favoritismo de que goza a Tcheco-Eslováquia.

As principais trocas de mercadoria de Praga com a África se fazem por meio dos seguintes países: Líbia, Tunísia, Marrocos, Sudão, Etiópia e RAU. Como a RDA, a Tcheco-Eslováquia é um país industrial e economicamente desenvolvido. Seu potencial é importante e ponderável. Como seu parceiro, a Alemanha de Leste, Praga pode se valer de alguma tradição. Suas relações com os países afro-asiáticos datam de antes da segunda guerra. Além disso uma segunda série de fatores é peculiar a esse país. Até 1948 o comércio tcheco-eslovaco com o exterior era exercido indiferentemente com os países ocidentais ou cha-

mados **neutros**. O processo Slansky modificou radicalmente esta situação. Passada essa época e que se vê é a Tcheco-Eslováquia orientar seu esforço principalmente em direção aos países subdesenvolvidos da Ásia e da África, ficando a escolha do parceiro econômico subordinada aos imperativos estratégicos da URSS. Em uma palavra, o comércio exterior tcheco se identifica com a estratégia global do mundo comunista. Tal observação engloba não só a escolha do país a conquistar econômicamente como os processos a empregar. Não é casualmente que os bens exportados pelos tchecos consistem, na maioria dos casos, em equipamento para indústrias de base.

Em certos casos se pode notar o seguinte paradoxo: as trocas da Tcheco-Eslováquia com os países que se aproximam da órbita soviética aumentam, de repente, sem motivo aparente e às vezes em detrimento de sua própria economia. Um dos melhores exemplos que se pode fornecer em apoio a essa afirmativa é a cessação, em 1956, das operações comerciais com Israel depois que a URSS decidiu apoiar a Liga dos Estados Árabes.

Outro país comunista, e agente dessa penetração, é a Iugoslávia cujo chefe, o Marechal Tito, acaba de realizar uma viagem através da África, no decurso da qual uma série de protocolos diplomáticos, comerciais e culturais veio se juntar ao já grande bloco dos convênios afro-iugoslavos em Marrocos, Mali, Togo, Gana etc. (construção de cinco barragens na Guiné e oferecimento de professores de francês (!), instalações portuárias etc.). Está claro que a despeito e talvez mesmo devido a sua reputação de desvio em relação à posição russa, esse país contribui para a disseminação das teses marxistas nos países recentemente independentes.

BALANÇO DE AJUDA SOVIÉTICA

Desde que começou essa política de ajuda aos subdesenvolvidos em 1955, calcula-se que a Rússia já abriu créditos num montante de 7.617 bilhões de rublos e que, ao câmbio oficial, representa cerca de 8 bilhões e 621 milhões de francos novos.

Tais créditos foram assim distribuídos: Índia — 2 bilhões e 861 milhões, Indonésia — 1 bilhão e 427 milhões, Etiópia — 400 milhões e Guiné — 140 milhões para só citar os principais.

No momento atual o auxílio soviético desempenha um papel considerável na vida econômica de mais de um país subdesenvolvido não comunistas. A Índia tem 15% de suas despesas cobertas pelos créditos soviéticos. A RAU tem 50% das despesas, com o plano de desenvolvimento, cobertas pelos créditos soviéticos. No Afeganistão a participação dos créditos soviéticos atinge 70% do total global dos auxílios estrangeiros a esse país. A URSS abriu créditos à Etiópia, dando de uma só vez, quase tanto quanto todo o Ocidente entre 1950 e 1959.

Além disso, a ajuda soviética se concentra no fornecimento de **bens industriais e material de transporte**, que ocupam 75% do total. Deve-se notar que a parte destinada aos créditos militares é proporcionalmente mais importante do lado comunista do que do ocidental (600 milhões de dólares em 1950 que representa a soma total dos ocidentais no período de 1954 a 1958).

VANTAGENS E INCONVENIENTES DA AJUDA SOVIÉTICA

Ninguém poderia negar que a política de assistência seguida pela URSS na Ásia e na África apresenta indiscutíveis vantagens. A URSS e seus satélites aproveitaram enormemente a inexperiência americana para operar psicologicamente, poupano hábilmente intervir nas suscetibilidades dos povos recém-independentes e sedentos de atenções. "Não fazemos filantropia; a URSS dá sua ajuda em bases comerciais equitativas" proclamou Kruchev em 27 de janeiro de 1959.

Não importa que as frutas secas, (passas) enviadas pelo Afeganistão em troca de auxílio recebido de conformidade com os tratados, sejam queimadas logo ao transpor a fronteira; disso os afgãos nem dão fé. O essencial é que a opinião pública afgã tenha a impressão de ter sido tratada por seu poderoso vizinho em pé de igualdade, pagando em "natura", isto é, em produtos locais, as importações de bens soviéticos.

Outra vantagem para os governos dos países ainda atacados de infantilismo, que sofrem de uma cruel penúria de divisas, é que as relações econômicas com o Bloco apresentam a particularidade de não exigir o pagamento em moeda estrangeira, russa ou qualquer outra. É o que se designa sob o termo, embora impróprio, de **troca**.

Entre as outras vantagens que têm por fim seduzir os governos afro-asiáticos citemos:

- estabelecimento de bolsas inteiramente gratuitas;
- o fato de os técnicos fornecidos pelos russos perceberem **remuneração inferior** à dos técnicos ocidentais o que diminui os encargos pecuniários do país solicitante.

Não superestimemos o auxílio soviético, conforme é praxe entre nós em relação a tudo que toca aos nossos adversários. É preciso saber que seus trunfos, por mais fortes que sejam, são comprometidos por uma série de fatores tais como: a língua (o russo não tem a mesma penetração que o inglês e o francês); a competência dos técnicos comunistas é limitada à suas especialidades. Deve-se levar em conta além disso, certas exigências que decorrem das próprias necessidades dos países socialistas, principalmente da China Popular.

Os perigos de auxílio soviético, mesmo corrigidos e temperados os inconvenientes apontados, permanecem consideráveis. Com efeito, ao exceituarmos certas **doações** espetaculares que incidem sobre investimentos de luxo efetuados com objetivo propagandístico, a ajuda soviética é dirigida essencialmente para a **industrialização** e a **reforma agrária**... Favorecer o desenvolvimento da indústria pesada nos países atrasados sem harmonizar previamente o desenvolvimento econômico nos outros ramos de atividades conexas é uma aberração que todos aqueles que encaram o problema, sob seus aspectos intrínseco e teórico, constatam.

As experiências levadas a efeito nos dois maiores países subdesenvolvidos do mundo, a Índia e a China, não contribuíram para pôr em evidência a superioridade de pequenos trabalhos de interesse geral sobre as realizações mais grandiosas?

Quando se encara o problema sob o **ângulo político e subjetivo** a situação é diferente. Procedendo como o fazem os soviéticos visam menos ao desenvolvimento econômico harmonioso do que à criação de elementos de proletariado que serão chamados a engrossar as fileiras dos exércitos revolucionários no momento oportuno. Isso foi o que aconteceu na RAU quando a ajuda militar russa ao Egito e à Síria contribuiu para a diminuição das exportações desses países, fortes em divisas estrangeiras, ao mesmo tempo que perturbava seu desenvolvimento econômico.

O parêntesis que acabamos de fazer oferece um duplo interesse: de um lado situa o auxílio soviético em seu justo lugar; de outro permite apreender melhor as oposições fundamentais que diferenciam os programas de auxílio dos soviéticos da política de assistência praticada pelos do Ocidente.

Quanto às outras ameaças, inerentes à aceitação do auxílio soviético, não são mais do que simples corolários do princípio que reza que a ajuda aos subdesenvolvidos **nunca é um fim** em si mesma e sim um meio; é o perigo que faz pesar na economia dos subdesenvolvidos as compras "monopolizadoras" do Bloco soviético (exemplos: algodão egípcio, açúcar de Cuba, borracha do Ceilão); é a entrada em cena de todo um exército de técnicos, e espiões no quadro dos acordos diplomáticos ou das cooperações "técnicas"; é a introdução de armas russas ou tchecas em certos países a título de **assistência**, considerada neste caso em sua mais ampla acepção (Ilmen, Afeganistão, Iraque, Marrocos, Guiné, Gana, etc.)...

ENTRADA EM CENA DA AMÉRICA LATINA

Nosso panorama estaria incompleto se não evocássemos, antes de terminar, a **América Latina** cujos oito décimos podem ser considerados como zona subdesenvolvida.

O esforço empreendido pelos comunistas russos e seus satélites no outro hemisfério — e não pensamos sómente no caso cubano que é um caso particular — não desmerece em nada o interesse ou importância demonstrados nos casos que acabamos de analisar. É verdadeiro particularmente no que respeita à juventude e à cultura. Somos mesmo tentados a taxar esse esforço como mais notável ainda de que os demais, não fosse pelo simples afastamento geográfico. Sabe-se que atualmente mais de 8.000 estudantes latino-americanos fazem cursos nas universidades ou estabelecimentos técnicos situados na URSS, na China e em outras democracias populares. No plano econômico foram assinados numerosos protocolos, tanto pela URSS e seus satélites como pela China, com uma dezena de países, entre os quais a Argentina, o Uruguai e o México.

"ASSISTÊNCIA TÉCNICA" RUSSA, UM MEIO E NÃO UM FIM

Tornou-se hábito de bom tom, em certos cenáculos desde algum tempo, difundir a tese de um possível conflito entre a URSS e seus satélites de um lado e a China popular de outro.

Os colóquios mantidos por ocasião do décimo aniversário da Revolução Nacional Popular Chinesa em 1 de outubro de 1960 e o giro realizado por Liu Shao Chi, recentemente através das democracias populares da Europa, são suficientes para frisar o caráter relativo, para não dizer ilusório, do que surge muito mais como concorrência comercial e divergência de métodos do que como oposição doutrinária real. É necessário não perder de vista que as relações sino-soviéticas são relações de comunista com comunista, portanto entre pessoas com ideais comuns e que os laços que unem os países comunistas entre si são muito diferentes das relações que podem existir entre países diversos, tais como a França, USA, o Japão, a Suécia, Irlanda, Portugal, Grécia e Turquia.

Outra objeção, freqüentemente levantada, para diminuir a importância ou a gravidade da invasão progressiva que acabamos de esboçar em seus traços essenciais, consiste em mostrar que a ajuda comunista aos subdesenvolvidos representa, em volume, uma fração muito pequena da soma total empregada na ajuda mundial, e com mais forte razão se a compararmos com a que os ocidentais dão.

Creemos haver demonstrado suficientemente, pela simples enumeração dos fatos, como tal atitude borda a inconsciência e a desenvoltura. Mesmo se a qualificarmos como de valor secundário, devemos nos lembrar que não constitui um fim e sim um instrumento; que essa ajuda não foi concebida na perspectiva de um desenvolvimento objetivo mas como um meio de penetração da mesma forma que o nucleamento das organizações denominadas "paralelas", a infiltração na imprensa, a utilização das missões diplomáticas, etc. ... (Os centros

de aperfeiçoamento "técnico" servem de biombo a verdadeiras escolas de doutrinação para formação dos futuros quadros Revolucionários. Afastemos, de uma vez por todas, os falsos pretextos mediante os quais, alguns dos bons apóstolos e das boas alunas ingênuas em demasia, tentam dar ao Ocidente a segurança que não é real...

Ouve-se às vezes citar o exemplo de Assuam onde os russos teriam sido logrados diante da recusa americana de encampação. Por que não manter vivos na memória os exemplos do Laos, Gana e Guiné ou ainda os de penetração (não apenas econômica) da URSS no Afeganistão, Iraque e Egito?

O importante não é saber se a ajuda da URSS a tal ou qual país é três, cinco ou mesmo 10 vezes inferior à americana ou à ocidental; o que vale a pena considerar é que a URSS e seus satélites, e agora a China popular, conseguiram, em um lapso de tempo tão curto, penetrar e manter-se em certos setores que, até bem pouco tempo, constituiam "caça privada" dos ocidentais.

Guerra econômica? Luta velada dos trustes internacionais, rivalidades de petróleo? Encampações?...

Tudo isso é verdade mas sómente em parte.

Guerra política? Certamente. Conflito ideológico, moderna versão de nossas guerras religiosas? Incontestavelmente. Negá-lo seria nos condenarmos a uma derrota de consequências imprevisíveis.

Existe uma parada. O planejamento soviético não é o único veículo possível de "Kilowatt" nas estepes da Ásia ou nas macegas da África... Se o comunismo se revela ou se intitula, cada vez mais, um arauto da máquina nos países subdesenvolvidos, é sómente devido à carência de nossa propaganda que vemos essa ficção vingar...

O exemplo do Japão que se industrializou, mais rapidamente e melhor do que a URSS, sem intervenção comunista; os de várias ex-colônias francesas que se tornaram independentes, associadas à França, contribuem para derrubar essa gigantesca impostura.

Em compensação é falso pretender que a ajuda ocidental, tal como a praticamos, constitui, por si só, um antídoto eficaz contra a propagação do vírus marxista.

É falso pensar que nossa generosidade seja suficiente para prevenir o contágio comunista; é falso, como parece ser crença na América, que seja suficiente construir escolas, hospitais, estradas de ferro, distribuir "corned-Beef", coca-cola ou leite condensado às populações deserdadas da sorte para contrabalançar a influência comunista. Os EE.UU fornecem víveres, os soviéticos dão propaganda; o ianque distribui dinheiro (pois a América é generosa) e os russos preferem distribuir jornais, livros, estações de rádio. Os EE.UU montam fábricas

e os soviéticos as povoam imediatamente com sindicatos inteiramente dedicados.

Perdurará essa situação? O presidente Kennedy se apresta para dar novo impulso e novas características à assistência aos subdesenvolvidos, dentro de um programa amplo de ajuda e com a participação das nações da OTAN. Só nos resta congratular-nos. Mas tal iniciativa se arrisca a ser totalmente inútil se não vier acompanhada de uma reconversão das idéias e dos processos.

Desejaríamos crer. Infelizmente, quase ao mesmo tempo, vemos sábios, economistas e estatísticos afirmar que conviria triplicar ou talvez quadruplicar o esforço já iniciado pelas nações ocidentais.

O problema nos parece mal colocado. Os povos esclarecidos podem afirmar que a ajuda dos países ricos aos pobres será sempre insuficiente. A progressão matemática da população mundial impõe que assim seja. Trata-se menos de um problema de grandeza e prodigalidade do que de eficiência. Se deve existir um processo de ajuda ocidental, este deveria incidir menos sobre a importância do que sobre a natureza ou caráter de nossas próprias concepções e métodos de assistência... Fala-se cada dia mais em revisão total. Esta só produzirá efeito realmente no dia em que se compreender essas verdades elementares.

Consideremos também que só se luta com armas iguais. A competição Leste-Oeste em prol do desenvolvimento não escapa a essa regra. Quando se tem diante de si um adversário que dispõe de instrumentos aperfeiçoados, como sói ser o Ministério do Comércio Exterior Soviético e a formidável máquina que é a propaganda russa, o recurso a certos meios, como o dos excedentes de alimentos, cai no ridículo.

A intervenção oriental se concentra nos pontos nevrálgicos do globo e apela para uma gama de meios limitada, sempre aos mesmos, mas longamente amadurecidos; a ação ocidental é, ao contrário, difusa e mal adaptada.

Não há nenhuma articulação para ligar as várias formas de auxílio a um mesmo país. Ainda mais, a superposição das ajudas bilaterais e multilaterais, das "doações" e "emprestimos", dos investimentos privados e de "assistência técnica" consentida no escalão diplomático conduz inevitavelmente à confusão e ao desperdício.

Crie-se rapidamente um "Politburo" de assistência técnica ocidental que permita às nações do Mundo Livre combinar e planificar suas relações com todos os países do Terceiro Mundo que aspira a um nível de vida melhor.

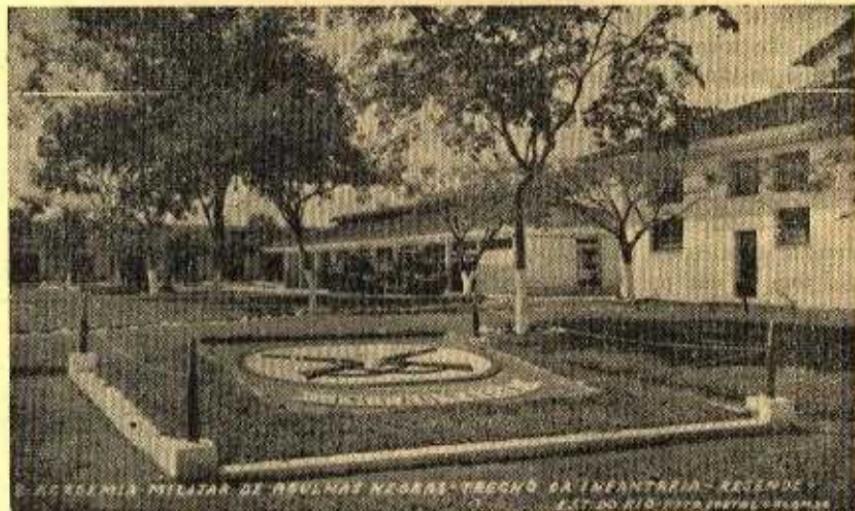
— Os povos se sentem seguros quando experimentam essa sensação de potência que emana de uma força efetiva e moral. Essa é a das Forças Armadas.

Oswaldo Ignácio Domingues; Major José Aragão Cavalcanti e Major Affonso Celso Bodstein.

Foi em Resende que o Cadete de Infantaria começou a estudar o armamento moderno proveniente dos EUA e testado na última guerra. Surgem sérias dificuldades no ensino militar, principalmente na Infantaria, devido à grande variedade de armas existentes, sendo que, das mais modernas, só possuímos manuais americanos ou traduções de emergência, além dos diversos tipos de organização das Unidades que se transformavam para atender às novas técnicas introduzidas na Arte da Guerra.

O Cadete deveria deixar a então Escola Militar de Resende em condições de ministrar instrução nos diferentes tipos de Unidades, equipadas com os mais diversos materiais e armamentos.

Face à evolução dessa situação, o Curso de Infantaria sentiu a necessidade de ampliar suas instalações e aumentar sua dotação em meios auxiliares de instrução. O problema ainda é agravado pelo grande número de cadetes que são destinados à Arma de Sampaio. A colaboração valiosa da Missão Militar Americana muito contribuiu para o aperfeiçoamento e elevado rendimento da instrução. Graças à ação eficiente e continua de todos os instrutores Chefes que dirigiram equipes dedicadas de oficiais instrutores e cadetes, foi possível ao Curso de Infantaria, com o apoio do Comando da AMAN e a colaboração indispensável de ardorosos Infantes, constituir esse conjunto de dependências tão necessárias à formação do subalterno da Arma.



O Cadete de Infantaria dispõe atualmente de uma sala de Meios Auxiliares de Instrução; Seção de Notas; alguns dos diferentes pelotões existentes na nossa organização; sala de combate com capacidade para 40 cadetes, dotada de caixão de areia, arquibancada e mesas politécnicas; Sala Asp Fernandes com meios auxiliares para instrução de topografia.

e capacidade para 40 cadetes; dispõe, ainda, de mais 3 salas de aula, sendo uma pequena e 2 grandes, para diferentes tipos de instrução.

Só recentemente conseguiu o Curso a construção de um salão com capacidade para 200 cadetes, dotado de palco, sala de projeção e sistema de som para atender às modernas técnicas dos novos processos de instrução e permitir, ainda, a reunião de todos os oficiais e cadetes do Curso para apresentação e discussão de exercícios táticos.

Vimos de apreciar a história da formação dos oficiais da Arma de Infantaria no Exército Brasileiro, vale dizer — quem sabe — a própria evolução, através quase dois séculos, do ensino das Armas no Brasil.

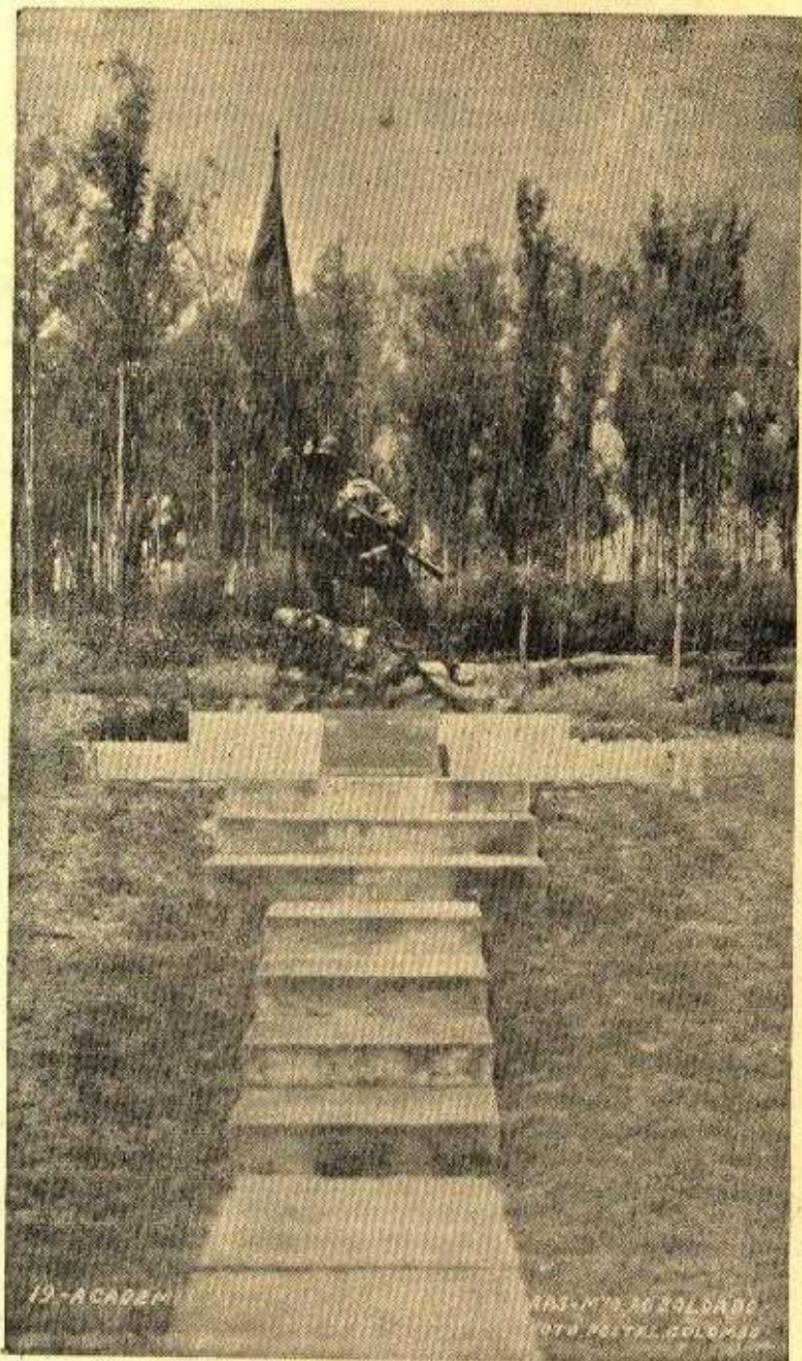
Considerar esse processo evolutivo da Arma base da organização militar brasileira é, sem dúvida, ir encontrar os últimos fundamentos das sucessivas organizações e reorganizações do Exército Nacional, dentro de suas constantes histórias, quais sejam a manutenção da ordem interna e o asseguramento da nossa soberania.

Iniciado de forma rudimentar o preparo profissional do Oficial de Infantaria foi, por sucessivas e às vezes apressadas e tumultuadas reformas do ensino, dia a dia, se aperfeiçoando para atingir, nos dias de hoje, um currículo ordenado e compatível com a missão da Arma dentro do Exército no conjunto das Forças Armadas Nacionais. Não há negar que esse processo evolutivo estêve sempre — como não podia deixar de estar — ligado intimamente aos conceitos militares que predominaram nas diferentes fases da vida do Exército. O Oficial de Infantaria — comandante de homens quase analfabetos que acionavam primárias armas de repetição — atinge hoje a posição de líder inconteste de homens de instrução técnica elevada que operam aperfeiçoados engenhos, que, em última instância, impõem na guerra a vontade do Chefe e fazem valer a soberania da nação. Havemos de destacar, porém, como advertência, a todos nós militares — de nossa arma, ou outra arma coirmã — que o Oficial de Infantaria — hoje como antes — deve ser um perfeito líder para conduzir o elemento fundamental da guerra: o homem.

Se o oficial das outras Armas tem o seu apanágio no manejo do arsenal técnico de que dispõe, não esqueçamos que o oficial de Infantaria tem o seu ponto alto na condução de vontades que conquistam e mantêm ou que ocupam e defendem uma posição.

Formar Oficiais de Infantaria é, em síntese, formar homens cultos que conheçam a técnica de emprego dessa variada gama de material de guerra de que é dotada atualmente a Arma mas que, hoje como antes, devem possuir acentuada capacidade de liderança para conduzir homens — os Infantes — a quem cabe o ato final da batalha.

A Infantaria brasileira vê-se no momento na iminência de reformular o preparo de seus futuros chefes para situar-se adequadamente no conceito da guerra moderna em que o homem, com maior rapidez, se desloca por terra ou pelo ar; com maiores volumes de fogo, ataca ou defende e com maior amplitude de concepção, atua em variados tipos de organizações da GU: seja da Divisão de Infantaria, da Divisão Blindada, da Divisão Aeroterrestre ou da Divisão Pentomica.



desde logo salta-nos aos olhos o estabelecimento de uma entidade coletiva que a simples matrícula na Escola Militar estava longe de caracterizar.

A Escola, como instituto de ensino, é, como não pode deixar de ser, um complexo em cujas malhas o futuro Corpo de Alunos do Regulamento vigente não encontra a indispensável força de fixação. Ao em vez de ingressar anônimo para o labirinto desse complexo, agora o candidato a oficial requer e é admitido no Corpo de Cadetes, cuja figura jurídico-social-militar se torna de todo inconfundível. Em sua admissão, a par do compromisso diante do Pavilhão Nacional, o cadete também se obriga, diante do Pavilhão da Escola Militar, em cujo canto superior esquerdo se estabeleia o simbolismo do **Brasão d'Armas**, no campo azul-turquesa de suas melhores tradições, a honrar a entidade a que passa a pertencer. Em seguida, outro aspecto capital se impõe — o cadete como praça especial. Finda-se com isso o regime do candidato a oficial, às vezes até por motivos contrários à sua vontade, sedimentar a sua preparação entre a Escola Militar e os Corpos de tropa, com indiscutível prejuízo para ambas essas coletividades. A praça especial de cadete, coloca-o na situação de ingressar no Corpo de Cadetes, para dêle sair aspirante. Se, acaso, interrompe o curso, é considerado licenciado, na hipótese de ainda lhe ser possível retomar os trabalhos escolares. No caso contrário, se lhe concederá a caderneta de reservista relativa ao ano e arma a que pertencer. O cadete excluído só irá ao Corpo de tropa para nunca mais voltar ao Corpo de Cadetes, quando se caracterizar sua incapacidade para o oficialato. Prende-se a esse aspecto, um outro de não menor relevância, qual a do regime disciplinar fundado sobre o princípio de que "na Escola Militar, como fonte essencial de recrutamento de oficiais, trata-se mais de aprimorar qualidades que de corrigir defeitos". Isso quer dizer que o novo regime disciplinar se fundamenta em razão de ordem moral e não de ordem material. Nem se pode compreender a disciplina do Corpo de Cadetes de outra forma. Os jovens que nêle são admitidos, fazem-no espontaneamente, e nada indica que devam ser compelidos à aquisição dos nobres e elevados atributos do oficialato, bem ao contrário de outros militares que muitas vezes o são por força expressa da lei.

A disciplina intelectual e moral, e não a disciplina material, é que traduz a grande força de coesão dos quadros. Para atingir-se facilmente a eficiência plena desse regime, sobreleva um outro ponto de caráter também fundamental — é a questão do recrutamento. Pelo que se encontra expresso no texto sobre Corpo de Cadetes, o recrutamento se estabelece sobre bases a um tempo sociais e biológicas. O privilégio dos colégios militares em detrimento de outras fontes, não menos autorizadas, desaparece. Todos os meios sociais podem concorrer à constituição de nossos quadros, por isso que sómente sessenta por cento das vagas são reservadas aos candidatos daquela origem, naturalmente saturada de elementos radicados nos círculos militares. De

outro modo a repartição das vagas anuais pelas três fontes reconhecidas idôneas — os colégios militares, os institutos secundários de ensino e os Corpos de tropa — conduzem, como é natural, à seleção física, moral e intelectual dos candidatos. Classificação rigorosa por merecimento e média geral cinco de base asseguram a seleção intelectual. Extrato dos assentamentos do candidato, permite o controle da moral dos pretendentes. Por fim, o atestado prévio de sanidade e rigorosa inspeção médica de entrada afirmam da capacidade física dos concorrentes. Eis em poucas palavras o vulto da criação do **Corpo de Cadetes**, consoante o projeto de regulamentação do decreto que o estabeleceu —, cujas consequências mediatas, estou certo que não escaparão aos jovens brasileiros que, no momento, se encontram constituindo o corpo de alunos. Sois, pugilo de moços, os fundadores do **Corpo de Cadetes** da Segunda República! Vossos autógrafos no **registro histórico** que hoje se inaugura, representa responsabilidade que de nenhum modo desejo vos passe despercebida. Sois o terreno em que essa poderosa semente, pequena como a noz do carvalho, terá de germinar, despontar e enraizar-se. Meus votos são que, para o futuro, possais orgulhar-vos da fronde imensa que então abrigará — semeada e cultivada por vossos corações de soldados e vossas almas de brasileiros — o Exército de que precisa o Brasil para dar significação prática, no concerto das nações, à expressão magnifica de sua extensão territorial e da pujança de seu povo, porque outro não será o resultado da criação do Corpo de Cadetes nos termos em que está concebida. Para isso, do presente é que deveis cuidar, sendo cada um de vós exemplo vivo das mais caras aspirações do Exército Nacional, traduzido na seguinte fórmula que vos recomenda: — disciplinar-se para disciplinar a outrem; — instruir para instruir a outrem; — educar-se para educar a outrem. **Para frente!** seja o vosso lema." Quartel em Realengo, vinte e cinco de agosto de mil novecentos e trinta e um. (assinado) José Pessoa Cavalcante de Albuquerque, coronel comandante. Das pessoas presentes à cerimônia da fundação do Corpo de Cadetes assinam a presente ata (Seguem-se as assinaturas das altas autoridades civis e militares, da República, de elementos representativos da sociedade carioca, de oficiais e dos cadetes de 1931).

-
- Soldados! Podeis abandonar essas mochilas porque são vossas, mas esta Bandeira, não, pois é da Pátria (General Prim).
-
- O sol que assoma no cimo dos Andes irá ser testemunha do triunfo de nossas armas (San Martin).
-
- Das lutas que nos esperam, no caminho da vida, as mais difíceis são as da consciência e do caráter.

**Seu irresistível prazer
pelo Brahma Chopp...**

começa pelo aroma!



A medida em que seu copo se enche de Brahma Chopp e sua espuma generosa vai se transformando na cristalina e borbulhante cerveja que você tanto gosta... logo se percebe o aroma tentador do Brahma Chopp. E, antes mesmo que seus lábios toquem no copo, você começa a sentir aquela satisfação... aquela prova que só Brahma Chopp proporciona! A qualidade de Brahma Chopp, que resulta de seus finíssimos ingredientes, salta aos olhos... e como agrada, mesmo ao paladar mais exigente!

BRAHMA
Chopp

tem o aroma do melhor lúpulo
tem a pureza do melhor fermento
tem o sabor do melhor malte



OUÇA as competições
irradiadas esportivas
Brahma pelas:
Rádio Nacional, Rio
Rádio Magrinha, Vila
Rádio Nacional, São Paulo

PRODUTO DA CIA. CERVEJARIA BRAHMA

HISTÓRIA

OS GRANDES MESTRES MILITARES DO PASSADO

Gen-Bda Prof. MOACYR LOPES DE REZENDE

MARECHAL PEDRO DE ALCANTARA BELLEGARDE

Pedro de Alcântara Bellegarde matriculou-se na Academia Real Militar em 1821 e concluiu o curso na Imperial Academia Militar, em 1827, no posto de Capitão do Corpo de Engenheiros, recebendo na ocasião o título de Doutor em Matemática.

Em 1832 se inscreveu no concurso, aberto para três vagas de Substituto da Academia Militar da Corte. Dos seis candidatos, foi Bellegarde o único aprovado e proposto ao Governo para a nomeação. Em 1839, foi promovido a Lente Proprietário, isto é, o Professor Catedrático de nossos dias.

Durante o tempo em que exerceu o magistério militar, não se cingiu a lecionar a sua cátedra, pois passou a lecionar quase todas.

Por isso mesmo escreveu, para uso dos alunos, diversos livros de real valor: *Compêndio de Matemáticas Elementares*; *Noções de Geometria Descritiva*; *Compêndio de Topografia*; *Compêndio de Mecânica Elementar e Aplicada*; *Noções de Balística*; *Noções Elementares de Direitos das Gentes*; *Compêndio de Arquitetura Civil e Hidráulica*, cuja primeira parte tem a data de 1844.

Bellegarde tomou parte em diversas obras públicas. Para suprir a falta de auxiliares técnicos, fez que a Assembléia Legislativa da Província do Rio de Janeiro aprovasse, em 1836, o projeto da criação, em Niterói, da Escola de Arquitetos-Medidores.

Entre 1848 e 1851, como Encarregado de Negócios no Paraguai, conseguiu celebrar um tratado de Amizade, evitando, assim, naquele momento, a guerra, que só veio a eclodir em 1864.

Regressando do Paraguai, foi nomeado Diretor do Arsenal de Guerra da Corte. Em 1853 é nomeado ministro da guerra, cargo que ocupa até 14 de junho de 1855, quando é substituído pelo marechal Luiz Alves de Lima, então Marquês de Caxias.

Moderniza a organização do Exército, cuja estrutura datava de 1840 e regulamenta, a 23 de janeiro de 1855, o Curso de Infantaria e Cavalaria da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, mandado criar por decreto de 20 de setembro de 1851.

Exonerando-se da pasta da guerra, o então Brigadeiro Bellegarde foi nomeado, em 1855, Vogal do Conselho Supremo Militar — alta Corte de Justiça, essa, antecessora do atual Superior Tribunal Militar.

Em 1857, teve permissão do Governo, para organizar a Carta da Província do Rio de Janeiro; no ano seguinte foi nomeado Chefe da Comissão de Limites entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai. No mesmo ano de 1858, foi nomeado Diretor da Escola Central.

A 9 de fevereiro de 1863, assumiu a pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e, em maio, com a renovação da Câmara dos Deputados, foi eleito Deputado Geral da Província do Rio de Janeiro.

A 12 de fevereiro de 1864 deixa de existir o Marechal-de-Campo Pedro de Alcântara Bellegarde, sendo seu corpo enterrado no Cemitério de São João Batista.

GENERAL BENJAMIN CONSTANT BOTELHO DE MAGALHÃES

Benjamin Constant Botelho de Magalhães matriculou-se na Escola Militar em 1852 e concluiu o curso de engenharia em 1858, na Escola Militar e de Aplicação. Dois anos depois, foi promovido a Tenente de Estado-Maior de 1^a Classe.

Em 1862, foi nomeado lente de matemática do Instituto dos Cegos e, no ano seguinte, foi classificado em primeiro lugar no concurso feito para lente de matemática do Instituto Comercial, sendo então nomeado para exercer o cargo.

Promovido a Capitão de Estado-Maior de 1^a Classe, em 1866, recebeu ordem de seguir para o Paraguai. Ai exerceu sucessivamente as funções de assistente do quartel-mestre-general, encarregado dos depósitos bélicos em Itapiru, chefe da construção de trincheiras em Tuiuti e, finalmente, encarregado de diversos serviços de engenharia, junto ao exército em operações.

Em 1872 entrou para o magistério militar, como coadjuvante do ensino e no ano seguinte fêz concurso para repetidor da Escola Militar e de Aplicação, sendo classificado em primeiro lugar e logo depois nomeado.

Três anos depois entrou para a Escola Politécnica, como régente de uma cadeira de matemática superior. Nesse mesmo ano de 1875, foi promovido, por merecimento, ao posto de Major.

A 18 de março de 1880, foi nomeado professor de matemática e escrituração mercantil e diretor da Escola Normal. No ano seguinte, passou a acumular essas funções com a de professor de elementos de mecânica e astronomia, da mesma Escola.

Em 1888 foi promovido ao posto de Tenente-Coronel e, no ano seguinte, catedrático da Escola Superior de Guerra.

Concorreu poderosamente para a transformação política de 15 de novembro de 1889, sendo considerado o *Fundador da República*. Exerceu o cargo de Ministro da Guerra do governo revolucionário. Em 1890 foi a contragosto promovido ao posto de General-de-Brigada, por aclamação.

Exonerando-se da Pasta da Guerra em 1890, foi nomeado para a de Instrução, Correios e Telégrafos.

Faleceu aos 57 anos de idade, a 22 de janeiro de 1891. Mas até hoje não foi excluído do Almanaque Militar por indicação unânime, aprovada pelo Congresso Constituinte, no sétimo dia de seu falecimento, uma resolução determinando que seu nome devia ser conservado perpetuamente no dito Almanaque, no mesmo lugar que ocupava em vida, "de sorte a moralmente não lhe ser preenchida a vaga".

MARECHAL ROBERTO TROMPOWSKY LEITÃO DE ALMEIDA

Roberto Trompowsky Leitão de Almeida matriculou-se na Escola Militar, em fins de 1869 e concluiu o curso em 1874, com o título de Alferes-aluno.

Em 1877, o governo, por influência de Benjamin Constant, o nomeia "COADJUVANTE" do ensino de desenho da Escola Militar.

Iniciava, assim, o 1º Ten Trompowsky a sua brilhante trajetória no magistério militar, trajetória que o conduziria à mais elevada posição da sua hierarquia, terminando por ser ele considerado o expoente máximo da classe dos professores militares.

Em 1883, Capitão, é nomeado lente substituto de matemática do glorioso Benjamin Constant, lecionando no ano seguinte Topografia no 1º Ano superior.

Comandou a 2ª Cia de Cadetes até 1887, quando passou a Final do Corpo de Cadetes, além de ser, por nomeação, instrutor de trabalhos geodésicos, topográficos e reconhecimentos militares. Logo a seguir assume o Comando do Corpo de Cadetes.

Promovido, por merecimento, a Major, encontramo-lo, em 1889, lente catedrático de Geometria Analítica e Cálculo Infinitesimal. Dois anos após, é Secretário do ministro da guerra, sendo promovido a Ten-Cel do Corpo de Engenheiros.

Leccionava a sua cadeira quando rebentou a revolta da Armada de 1893. Fechada a Escola Militar, é nomeado comandante do Colégio Militar do Rio de Janeiro, cargo exercido por pouco tempo, em virtude de ter sido pôsto à disposição do Ministério da Indústria e Viação para fazer compras na Europa. Juntava a essa missão a de estudar os estabelecimentos militares, colhendo elementos para a reorganização das nossas escolas equivalentes.

Em 1895 é Coronel, regressando da Europa no ano seguinte, quando reassume a cátedra.

Em 1905 volta à Europa como Adido Militar, tendo exercido essa função junto às Embaixadas Brasileiras na França, Inglaterra e Itália. Destacou-se como nosso representante na Convenção Internacional da Cruz Vermelha, reunida em Genebra, fazendo parte, posteriormente, em 1907, da notável representação brasileira à Conferência de Haia, sob a chefia de Ruy Barbosa, o insuperável jurista que ali se imortalizaria.

Regressando ao Brasil, foi pôsto em disponibilidade, não mais voltando ao magistério.

Em 1910, promovido a General-de-Brigada, exerceu sucessivamente os seguintes comandos: 3^a Brigada no Rio Grande do Sul; Inspetor Permanente da 1^a Região, em Manaus; 12^a Região Militar, no Rio Grande do Sul.

Em 1913 retorna à Europa, a fim de estudar a evolução do ensino militar, com especialidade e desenvolvimento da parte técnica. Encontrava-se na Suíça, quando irrompeu a 1^a Grande Guerra.

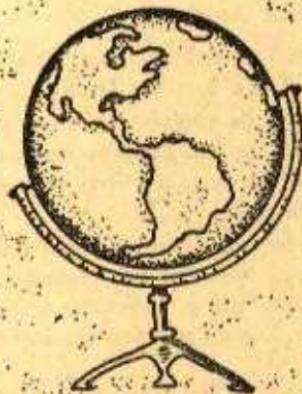
Regressando, assume a Inspetoria do Ensino Militar e nessa função é promovido a General-de-Divisão.

Passa à Reserva em 1919, como Marechal.

Não descansa, porém, o mestre. Até o seu falecimento, em 1926, desenvolve notável atividade intelectual, escrevendo, nos jornais cariocas de maior expressão, artigos sobre os mais variados assuntos técnico-profissionais.

Por ser expoente indiscutível do Magistério Militar, nome imortalizado por seu profundo domínio das ciências exatas, e pelo muito que delas se serviu para engrandecer o Brasil, todas as vezes que teve de atuar na Europa, foi escolhido para patrono do Magistério do Exército.

— Já chegou o tempo, companheiros e amigos, em que a morte é melhor que a vida e a vida mais cruel que a morte (Miguel XI).



GEOGRAFIA

ESTUDO GEOGRÁFICO DO URUGUAI

Tenente-Coronel Darcy ALVARES NOLL

1 — FATORES FISIOGRÁFICOS

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

SUPERFÍCIE E FORMA

— A República Oriental do Uruguai acha-se situada entre os meridianos $53^{\circ} 10'$ e $58^{\circ} 28'$ longitude W, e os paralelos $30^{\circ} 05'$ e $34^{\circ} 58' 29''$ de latitude S, estando enquadrada a W pelo Rio Uruguai e a SE e S pelo Oceano Atlântico sobre o qual se abre amplamente.

— A sua superfície de 186.926 quilômetros quadrados apresenta forma poligonal com grande equilíbrio em suas dimensões N-S e L-W. Seus pontos extremos são: ao N, Punta de la Canelera, no Rio Quarai; a E, P. Muniz, na Lagoa Mirim; ao S, Punta del Leste e a W, P. Arsenal no Rio Uruguai.

— É, na América do Sul, o país de menor área territorial sendo cerca de 45 vezes menor que o Brasil e 15 vezes menor que a Argentina, países que lhe são limitrofes. É menor, inclusive, do que o Estado do Rio Grande do Sul (282.480 quilômetros quadrados).

— Considerando-se, entretanto, países europeus, verifica-se que o Uruguai é maior que muitos deles: é quatro vezes e meia maior que a Suíça, seis vezes a Bélgica, e o dobro de Portugal. Sua superfície ultrapassa as da Suíça, Bélgica, Holanda e Dinamarca, reunidas.

FAIXA FRONTEIRIÇA

a — Com a República Argentina:

É uma fronteira inteiramente fluvial, havendo uma questão jurisdicional sobre o Rio da Prata e o Rio Uruguai.

Não existindo tratados de limites, há discrepancia sobre a linha de fronteira, se pelo talvegue do rio ou pela linha média, equidistante das duas margens. Em consequência, não há definição de soberania sobre as numerosas ilhas do rio.

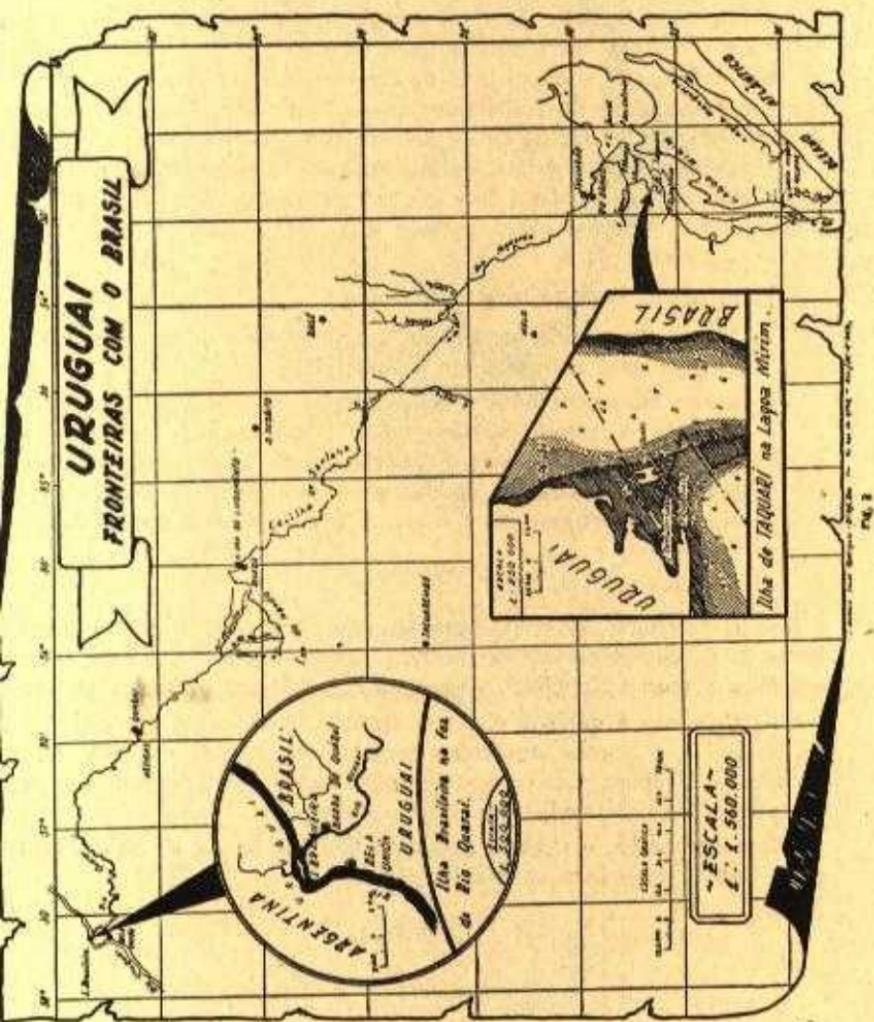
Situação similar ocorre na definição da fronteira do Rio da Prata. Estanislau Zeballos, antigo Ministro das Relações Exteriores da Argentina, sustentava a tese de que a soberania argentina se estendia até a costa norte do Rio da Prata, negando quaisquer direitos do Uruguai às suas águas.

Quanto à ilha de Martin Garcia, defronte à foz do Rio Uruguai, acha-se em poder da Argentina desde 1832, sem que nenhum tratado houvesse decidido a respeito.

b — Com o Brasil:

Os atuais limites com o Brasil se acham estabelecidos pelo tratado de 12 de outubro de 1851, com pequenas alterações estabelecidas em tratados complementares. A fronteira com o Brasil, numa extensão de 1.003 quilômetros, é assim definida:

— Da barra do arroio Xui, no Oceano Atlântico, e pelo dito arroio acima até o seu "passo geral"; daí por uma reta, ao "passo geral" do arroio São Miguel; daí pela linha de meia distância entre as margens desse arroio, até a sua desembocadura na lagoa Mirim; daí, através da lagoa, até a altura da Ponta Rabotieso por meio de uma linha quebrada, formada de tantas linhas retas quantas forem necessárias para guardar a meia distância entre os principais pontos das duas margens; daí a linha segue para Noroeste passando entre as ilhas Taquari, de modo a deixar para o Brasil a ilha mais oriental e duas ilhotas adjacentes até atingir, na altura da Ponta do Parobé, o canal principal; continuando por este até um ponto entre a Ponta Muniz na margem uruguai e a Ponta dos Latinos ou do Fanfa, na margem brasileira; desse ponto até a boca do rio Jaguarão; daí acima pelo talvegue do Jaguarão até a confluência com o arroio Iagoogé; daí pelo Jaguarão acima, pela linha de meia distância entre suas margens até a desembocadura do arroio Jaguarão-Chico ou Guabiju; por este acima, pela linha de meia distância entre suas margens, até a foz do arroio da Mina; por este acima até suas nascentes no cérro do Aceguá. Destas nascentes, uma linha reta que cruza o rio Negro em frente do arroio São Luis. Por este arroio acima à coxilha de Santana; por esta coxilha à do Hedo até o ponto no qual começa o ramo do Quaraim, chamado arroio da Invernada. Por este arroio abaixo até o rio Quaraim; por este abaixo até o rio Uruguai. As ilhas ou ilhas encontradas na boca do Quaraim pertencem ao Brasil.



Os trabalhos de demarcação da fronteira foram realizados entre 1853 e 1862, tendo sido colocados 13 marcos grandes e 49 pequenos, ao longo de toda a linha divisória, desde a barra do Xuí até a ilha Brasileira na boca do rio Quarain. Posteriormente, face as pequenas modificações acordadas pelos dois países, nova Comissão Mista procedeu à colocação de novos marcos, operando entre os anos de 1913 e 1916. A seguir, outra Comissão levou a efeito a reparação dos antigos marcos e a intercalação de novos para melhor caracterização da linha divisória entre os dois países. Só nas coxilhas de Santana e do Haedo foram intercalados 1.023 marcos, de modo que, de qualquer um deles, se avistam os dois contíguos. Os trabalhos de demarcação foram concluídos em 1937.

Acha-se, por conseguinte, definitivamente fixada a fronteira entre os dois países. Muito embora isto, alguns escritores uruguaios têm levantado algumas objeções sobre a linha divisória, porém em caráter puramente acadêmico.

Estas dizem respeito, particularmente:

- à ilha Brasileira na foz do Quaraim com o rio Uruguai, que alegam estar situada neste último rio;
- a ter sido considerado como formador principal do arroio Invernada o arroio Maneco pelos demarcadores; ao passo que deveria ter sido o arroio Monrões, mais a E. Segundo esta interpretação o Uruguai deveria pleitear o trecho a que denominam rincon de Artigas, entre o arroio Invernada e o arroio Espinilho.

POSIÇÃO RELATIVA

— O território uruguai está situado na região litoral atlântica, a Sudoeste do continente sul-americano. Limita-se a N e a E com o Brasil, e a W e S com a República Argentina. A SE com o Oceano Atlântico.

— Colocado à entrada das vias fluviais importantes que vão ter ao rio da Prata, é a rota obrigatória para entrar ou sair dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, vias comerciais importantes que ligam as ricas zonas do interior do continente com o resto do mundo.

Por seu turno, o Oceano Atlântico que lhe banha as costas proporciona ligação fácil com os demais países.

GEOLOGIA

ROCHAS E TIPOS DE SOLO

— Geologicamente, o Uruguai é um prolongamento do território brasileiro, ocupando a porção meridional do conjunto que os geólogos denominam "Brasilia". Sua estrutura geológica é muito semelhante à do Rio Grande do Sul, cujas formações se prolongam pelo seu território.

Esquemáticamente, pode-se dividir o território uruguai em duas partes, separadas por uma linha que vai da foz do rio Uruguai até o alto Jaguarão, passando pela cidade de Melo.

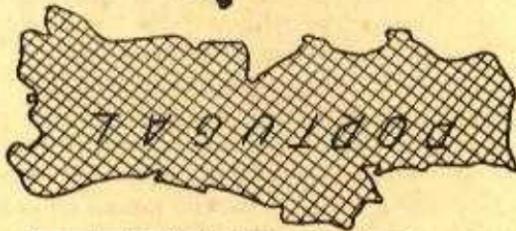
URUGUAI

Comparação territorial e demográfica.

Território	Área (km ²)	População n.º mil.
DINAMARCA	43.092	4.448.400 100
PORTUGAL	91.221	8.490.455 92
HOLANDA	32.388	10.300.280 317
BÉLGICA	30.507	8.512.795 284
SUIÇA	41.295	4.249.000 115
R. G. do SUL	282.480	5.002.544 18



URUGUAI	186.926	2.600.000	14
---------	---------	-----------	----



ESCALA
1: 5.000.000

ESCALA
1: 3.000.000

Gravação de C. G. G. R. - 4. EDIÇÃO - R. n.º 5000 do E. 1936 / Rua do Farol - 214/339.

A região de Sudeste é essencialmente constituída de rochas cristalinas do período arqueano, predominando o granito e o gnaisse. Trata-se do extremo meridional do chamado Complexo Cristalino Brasileiro. Sobre este embasamento apresentam-se algumas ocorrências de rochas do período algonquiano (micasquitos e quartzitos), semelhantes às que se apresentam no Estado de Minas Gerais e cujas formações recebem os nomes da série de Minas e série de Aiguá. Tais ocorrências se apresentam sobretudo nos departamentos de Lavalleja e Maldonado, justamente onde estão os pontos mais elevados do território uruguai. (É digno de nota que a cidade de Minas, capital do departamento de Lavalleja, acha-se sobre a formação do mesmo nome).

As rochas arqueanas atingem a costa em muitos trechos, formando várias pontas junto às quais se situam portos como os de Colônia, Montevidéu, Piriápolis, Punta del Leste e La Paloma. Entre elas e ao norte de Colônia ocorrem terrenos quaternários, formando praias e numerosas lagoas e banhados, junto à costa.

Na bacia do rio Santa Lúcia, o complexo cristalino acha-se coberto por sedimentos cretáceos e terciários, que dão origem a solos férteis, numa das zonas agrícolas mais importantes do país.

Na região a noroeste da linha esquemática que mencionamos, apresenta-se a mesma sucessão de terrenos que se observa no Sul do Brasil. São terrenos sedimentares — predominância de arenitos — dos períodos devoniano (faixa muito estreita entre os rios Negro e Yi), permiano (no alto do rio Negro) e triássico (alto Taquarembó), que formam o conjunto, chamado pelos geólogos, de Gondwana.

A noroeste desta região estendem-se os amplos derrames de lavas basálticas (*trapps* da serra Geral), cujas rochas predominantes são os meláfiros, que caracterizam o planalto meridional brasileiro.

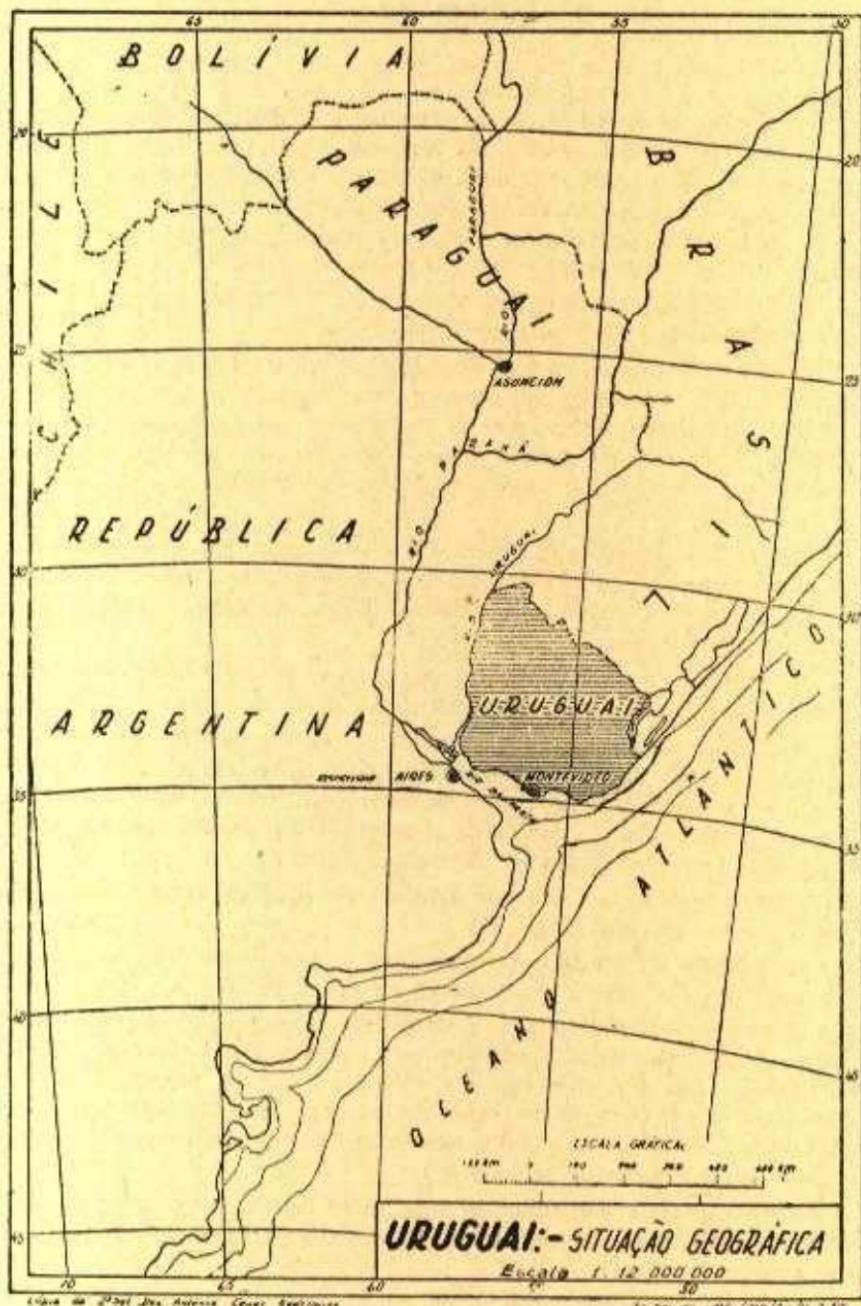
A área de terrenos permianos apresenta interesse especial pela possibilidade de nela se encontrarem jazidas de carvão, pois é nessa formação que se situam as minas sul-brasileiras de carvão, bastante próximas da fronteira uruguai.

Dentro desta área permiana há alguns afloramentos do complexo cristalino, dos quais o mais extenso está no departamento de Rivera.

A oeste do país, ao longo do rio Uruguai desde Salto até a sua foz, alargando-se para o interior, estendem-se camadas cretáceas e terciárias, originando solos de grande fertilidade, particularmente o terciário (Fray Bentos). As primeiras se assemelham aos arenitos de Bauru (a W do Estado de São Paulo) com presença de calcário, e as segundas às que ocorrem na Província de Entre-Ríos. Estabelece-se aí a transição entre os terrenos geológicos do Brasil e da Argentina.

Face à sua constituição geológica, no território uruguai há pobreza de minerais, particularmente de combustíveis. Em troca, são relativamente abundantes os materiais de construção e outros empregados na indústria (areia, cal, mármore, granito, mica, quartzo, etc.).

O basalto dá origem a solos variados, a miude pedregosos nas partes altas do terreno, porém, com pastos muito próprios para a ovinocultura.



OROGRAFIA

CONFIGURAÇÃO DO SOLO EM SEU CONJUNTO

— A antiguidade do território uruguai é evidenciada pela ausência quase total de linhas orográficas bem definidas, pois, salvo algumas elevações em Maldonado, SE de Canelones, Flórida, Lavalleja e Cerro Largo, as alturas não passam de simples divisores de águas. Em conjunto, pois, o Uruguai deve ser considerado como país plano, ainda que, quando estudado em detalhe, ofereça relevo complicado.

J. Chebataroff, em seu livro *Noções de Geografia*, distingue as seguintes formas de relevo no território uruguai.

Coxilhas — Representam as elevações mais características de todo o território. Embora sejam movimentos externos, não podem ser representados por simples linhas, pois se decompõem em múltiplos ramos secundários e de terceira, quarta ordem, etc., de tal modo que, em conjunto dão a sensação de inúmeras lombadas alongadas e relacionadas entre si.

As coxilhas de primeira ordem são concordantes em sua direção ou em sua orientação com as correntes fluviais principais. Tal é o caso da coxilha Grande de Duranzno, que concorda com a orientação dos rios Negro e Yí, aos quais separa.

As coxilhas de segunda ordem se desprendem das principais e concordam com as correntes fluviais secundárias entre as quais se interpõem.

Daí resulta que as coxilhas secundárias não são concordantes com as correntes fluviais principais. Ademais, as coxilhas de terceira ordem serão concordantes com as correntes fluviais de terceira ordem e assim sucessivamente. Esta concordância revela que há estreita relação entre as coxilhas e correntes fluviais da mesma ordem.

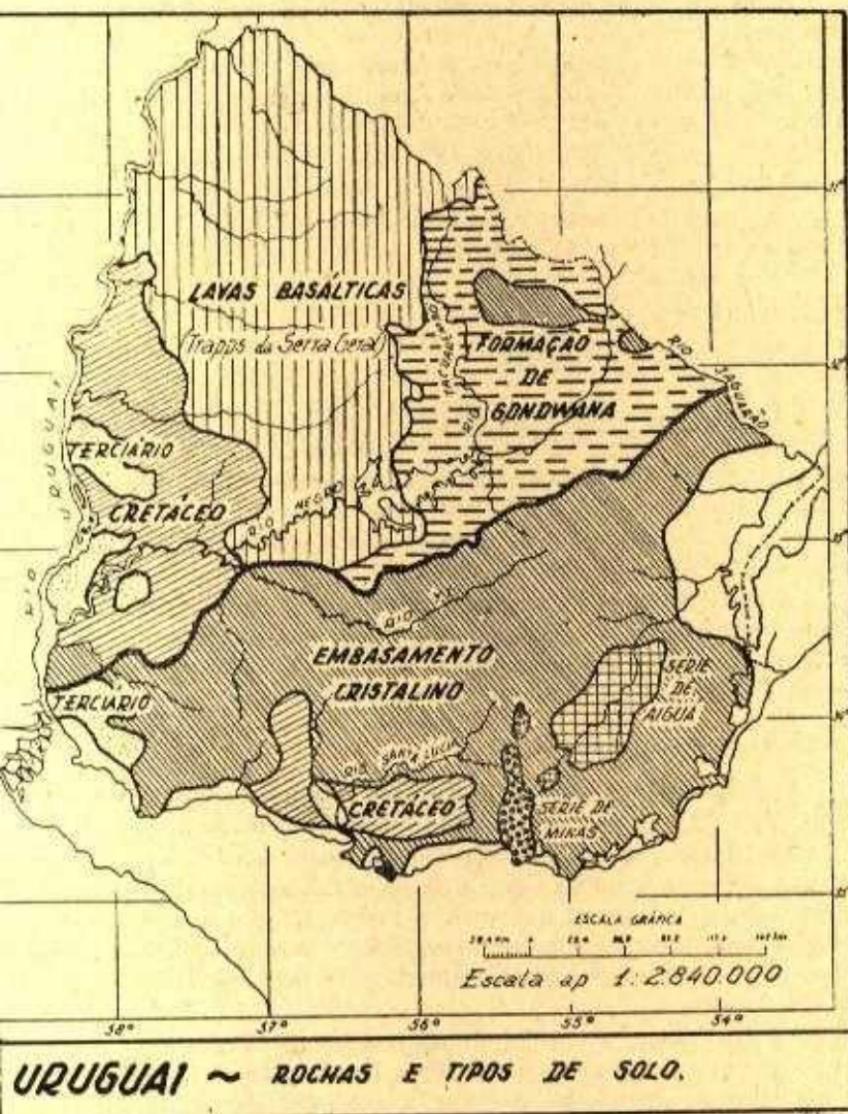
Ver-se-á que tudo reside no fato de as coxilhas haverem surgido graças ao trabalho das águas fluviais.

As coxilhas, geralmente arredondadas, se interpõem entre as calhas dos rios e se constituem em divisores de águas.

— **Serras** — Constituem as formas mais agrestes, determinadas por rochas muito resistentes modeladas pela erosão em pequenas colinas penhascosas (cerros), dispostas em fileira e soldadas por suas bases. Geralmente árvores e arbustos cobrem a porção mais baixa d'estes cerros, onde se acumula parte dos sedimentos arrancados à porção superior que aparece quase desprovida de vegetação.

A característica particular de cada serra depende em grande parte do tipo de rochas que a constituem, já que estas reagem diferentemente aos agentes erosivos.

— **Cerros** — Estes apresentam grande variedade de formas, de acordo com sua origem e o tipo de rocha dominante. Habitualmente têm o aspecto de cone de ladeiras suaves, muitas vezes achatadas em cima.



URUGUAI ~ ROCHAS E TIPOS DE SOLO.

Copia de 2º Sqt Dto. Antônio CESAR Rodrigues.

5a. Sec. da Caiá - Rio - 20/1/1937

O granito, rocha muito encontrada no Sul do país, determina cerros arredondados. Exemplo: o Pão-de-Açúcar, em Maldonado. As rochas metamórficas dão origem a cerros alongados (cérro Perdido, em Lavalleja). As sedimentárias resistentes e o basalto originam cerros achatados. Como exemplo, os Três Cerros de Cuñapiru, de Rivera.

Em numerosos casos os cerros consistem, em realidade, em formas completas, já que à elevação principal se ligam outras alturas menores que a erosão vai separando lentamente da massa primitiva. Tal é o caso do Cérro de las Animas (501 metros).

ACIDENTES DO RELEVO — DIREÇÕES e ALTITUDES

a — Sistemas de coxilhas:

O amplo vale do rio Negro divide o país em duas porções desiguais, sobre as quais é possível reconhecer as duas linhas divisoras de águas do território: a coxilha Grande, com importantes ramificações, e a coxilha do Haedo, prolongada pela fronteira com o Brasil pelas coxilhas Negra e de Santana, e fazendo junção com a primeira no território brasileiro.

Sendo o rio Negro afluente do rio Uruguai, pertence ao vale d'este último, constituindo a coxilha Grande (e seu prolongamento para Oeste) o divisor das águas que demandam o rio Uruguai e das que vão desaguar no rio da Prata, no Atlântico e na lagoa Mirim.

b — Sistema de Haedo:

A linha divisória principal, chamada coxilha de Haedo, separa as águas que vão ao rio Negro das que correm a verter-se no rio Uruguai.

Com o nome de coxilha Negra, relativamente alta (em média 200 metros acima do nível do mar) e larga, é tipicamente um tabuleiro de bordas amiúdo abruptas, das quais a erosão separou numerosos cerros que ficaram ilhados e dispostos em fileira. Termina na estreita faixa determinada pela confluência dos rios Negro e Uruguai, chamada Rincon de las Gallinas.

Por seu turno, a coxilha de Santana totalmente fronteiriça e, de certo modo, prolongamento das coxilhas Haedo-Negra, se constitui no divisor de águas entre o rio Negro e as correntes fluviais brasileiras do rio Uruguai.

Na coxilha do Haedo, se destacam por suas alturas os cerros de Lurenrejo e da Virgem, e a estação ferroviária de Tambores (275 metros de altitude).

As diversas ramificações da coxilha do Haedo que se dirigem para Oeste, separam entre si os afluentes do Uruguai. Entre as mais importantes figuram as de Belém, Arapey, Dayman e Queguay.

As ramificações orientais separam os tributários do rio Taquarembó de alguns do rio Negro.

Entre elas figuram as coxilhas de Três Cruces, Once Cerros e Santo Domingo.

Além destas, destaca-se ainda a serra de Tambores, formada por uma série de curtas mesetas, cerros chatos e alguns morros escalonados.

Da coxilha de Santana se desprendem as de Cufapiru, Yaguiri, Hospital, prolongando-se esta pela coxilha de Caraguatá.

Tendo em vista que toda a região compreendida pela coxilha de Haedo é constituída por sedimentos e rochas vulcânicas (basaltos), que se dispõem formando verdadeiras capas, as formas do terreno são relativamente chatas.

Alguns têm considerado a região de Haedo como um altiplano. De certo modo tem algo de verdadeiro tal denominação, porém é mais razoável denominá-la de tabuleiro, tendo-se em conta a pouca altitude e a pequena largura da zona realmente elevada (acima de 200 metros).

Seria, pois, exagero a denominação de altiplano, análogo ao de representar as coxilhas como montanhas, quando são, em realidade, simples ondulações do terreno.

Por outro lado, a coxilha de Haedo e suas ramificações, face o Leste, oferecem desnível acentuado, onde termina o basalto resistente e começa a zona dos arenitos; face a Oeste, contudo, ainda que ocorram desníveis rápidos, são menos acentuados e a massa de basalto se inclina suavemente para o rio Uruguai, permitindo que nesta direção corram os rios Quaraim, Arapay, Dayman e Queguay.

c — Sistema da coxilha Grande:

A coxilha Grande, em sua parte Noroeste, se interpõe entre o rio Negro e os afluentes da lagoa Mirim. Começa por ser relativamente alta (na serra de Aceguá, quase 400 metros); logo decai em altura até as nascentes do rio Taquari e novamente volta a elevar-se na região de onde se depreende a coxilha Olimar e na região chamada serra de Sosa. Nesta zona e vista do Leste dá a impressão de uma linha orográfica importante. Em direção à lagoa Mirim lança as coxilhas de los Rios (também chamada serra), de Cérro Largo, de Dionísio e de Palomeque.

Para Oeste destaca a coxilha Grande de Durazno, divisória importante entre os rios Negro e Yi, e, mais ao Sul, a de Mansavillagra.

Logo em seguida se bifurca, prolongando-se rumo W até o rio Uruguai, com o nome de coxilha Grande de Oeste, terminando em Punta Gorda de Colônia (onde o rio Uruguai conflui com o Prata).

Da coxilha Grande de Oeste se desprendem, entre outras, as coxilhas de Maciel, Marincho, Bizecho, Colônia, de San José e Santa Lúcia.

Como elementos orográfico importante, a coxilha Grande segue para o Sul e, depois da bifurcação acima mencionada, e se liga à serra de Carapé, próxima às nascentes do rio Santa Lúcia.

b — Vertentes e bacias:

Dada a constituição do relêvo, no qual a coxilha Grande é o principal divisor de águas, notam-se no território uruguaião três bacias principais:

— Do rio Uruguai, compreendendo este rio e todas as vertentes que levam ao seu vale.

— Do Prata, abrangendo o rio da Prata e as demais correntes fluviáis que desaguam diretamente no rio da Prata (exclusive o rio Uruguai).

— Atlântica, compreendendo todos os rios que vão desaguar diretamente no Oceano Atlântico e na lagoa Mirim.

1) Bacia do rio Uruguai — O formador da bacia, o rio Uruguai, nasce em território brasileiro a cerca de 1.600 metros de altitude e resulta da união dos rios Canoas e Pelotas, que descem das vertentes da serra do Mar, já a 725 metros de altitude. A princípio, tipicamente rio de planalto, corre pela maseta basáltica do Paraná e sua corrente é rápida, deslizando sobre leito muito encachoeirado e cheio de obstáculos que dificultam a navegação.

Na altura do rio Peperi-Guaçu já está somente a 100 metros de altitude.

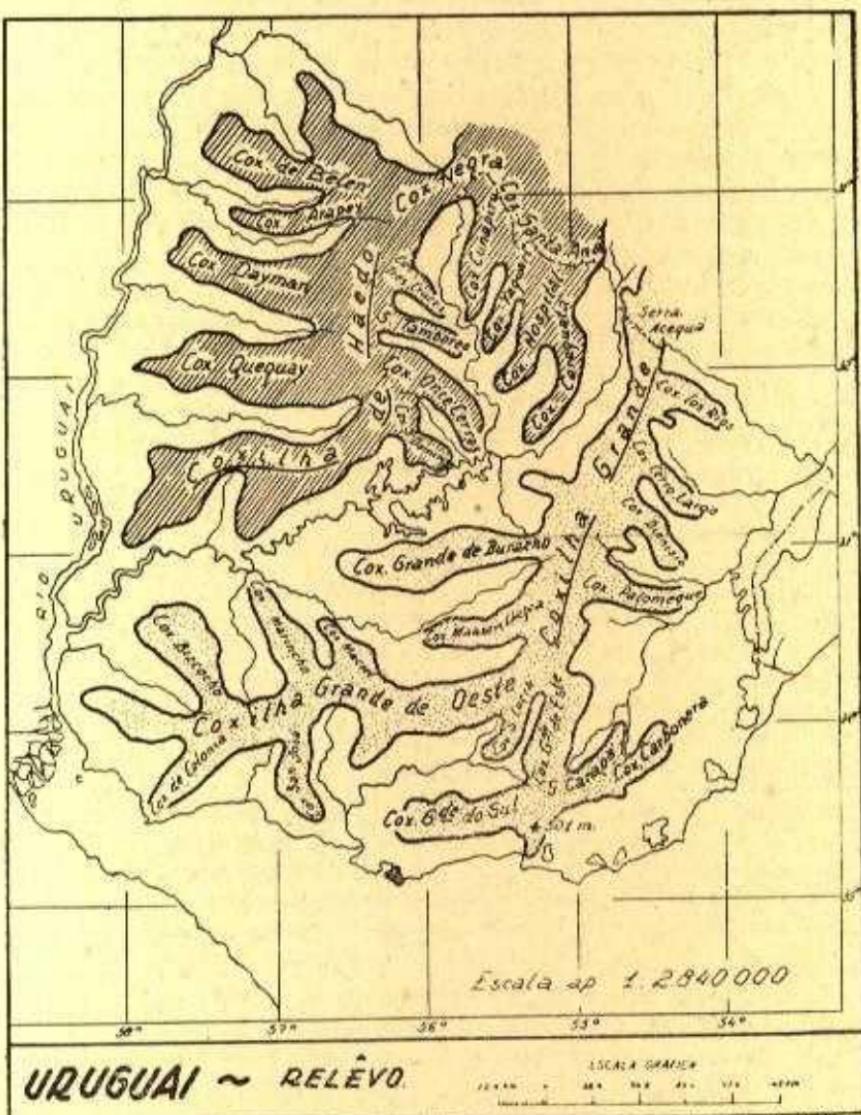
Na confluência com o Quaraim, a 495 metros da sua foz, o rio se acha a cerca de 35 metros de altitude e apresenta largura considerável (1.200 metros) embora pouco profundo.

A partir daí, seu leito aparece ocupado por algumas ilhas e afloramentos de rochas (melâfiros), os quais dão origem a alguns rápidos (Itacumbu e San Gregório, este permitindo a passagem na época da estiagem) e aos saltos Grande e Chico nas proximidades da cidade de Salto. Mudam, então, as características do rio, já agora de planicie. O rio se espalha e corre muito lentamente através de um emaranhado de ilhas, muito numerosas entre Paysandu e Fray Bentos (mais de 60).

A profundidade do rio se acentua tanto mais se aproxima de sua foz; assim, de Salto a Hervidero apresenta 1,52 metros de profundidade em águas mínimas. Deste a Paysandu 2,75 metros (9 pés); de Paysandu a Fray Bentos 5,79 metros (19 pés). Daí até a foz permite navegação a navios de 6,70 metros de calado, limitação aliás devida a ser este o calado admitido no canal de Limetas, no rio da Prata, que dá acesso ao rio Uruguai.

De Fray Bentos até Punta Gorda que materializa o seu término, desaparecem as ilhas e o rio chega a atingir larguras que medeiam entre 9 e 14 quilômetros (em frente à Playa de la Agraciada), para finalmente na sua embocadura reduzir-se a 2 quilômetros de largo, com profundidade superior a 26 metros.

No que diz respeito às margens, desde o Quaraim até a foz, o aspecto é bastante uniforme: margens mais altas do lado uruguaião, e quase despidas de vegetação; vegetação tipo pântano do lado argentino.



URUGUAI ~ RELEVO

ESCA'S GARDEN

Copy to: 273 pt 200 - Antonio LIMA Rodrigues

Este prolongamento até o Sul pode ser chamado de coxilha Grande de Este.

Da serra de Carapé, relevo bastante abrupto, se desprendem algumas serras (serra de Minas, serra de las Animas — onde se acha o ponto culminante do Uruguai, 501 metros), e, para Leste, lança a coxilha Carbonera até o interior do Departamento de Rocha.

Embora de pouca altura, a coxilha Grande de Este é o divisor de águas entre os rios tributários diretos da bacia do rio da Prata e dos da bacia atlântica.

A união das serras entre si e destas com a coxilha Grande não é muito nítida. Algumas daquelas, embora superem em altura a coxilha principal, são sómente divisores de águas secundários. Compare-se, por exemplo, a altura da coxilha Grande do Sul, que não alcança 150 metros de altura, com a serra de las Animas, onde se encontra o ponto culminante do país (501 metros).

HIDROGRAFIA

BACIAS, RÉDE FLUVIAL

a — Generalidades:

A rête fluvial uruguai — bastante densa — constitui elemento de grande valia para a pecuária, a agricultura e para a obtenção de energia elétrica. Contudo, os rios e sobretudo os arroios, são, em geral, pouco navegáveis. Com freqüência sofrem estrangulamentos devidos ao afloamento de rochas resistentes em seus leitos; outras vêzes, os meandros são demasiadamente freqüentes, o mesmo ocorrendo com depósito de areia que dão origem a inúmeros passos.

Cumpre ressaltar que a origem dos rios, no território uruguai, é, salvo raras exceções, nitidamente pluvial. Os vales fluviais nada mais são que calhas, por onde descem veios líquidos que fazem junção num veio mais importante, que constitui o arroio propriamente dito. Esses veios tomam durante as chuvas formas torrenciais e afundam seu curso mesmo nos terrenos duros até formar verdadeiras incisões no solo.

Em virtude disso e da grande inconstância do clima, há grande variabilidade nos caudais fluviais. As enchentes duram sómente algumas horas e se produzem com grande rapidez, o que é expresso no linguajar do homem do campo ao dizer que "hay que esperar que a el arroyo dá vado". A vazante é, também, rápida. Cessada a chuva, poucas horas depois o arroio se interrompe ou seca completamente. Essas inundações favorecem a ampliação de banhados marginais cobertos por juncais quase impenetráveis.

Durante essas enchentes os rios e arroios arrastam formidável quantidade de matérias úteis ao solo para o mar.

A bacia d'este rio comprehende, em território uruguai, duas vertentes principais: a do rio médio Uruguai e a do baixo Uruguai. A primeira comprehende os afluentes do rio que tem suas nascentes na vertente W da coxilha do Haedo-Negra. Destacaremos nela:

- o rio fronteiriço Quaraim (Cuareim), com cerca de 265 quilômetros de curso, e que recolhe as águas, entre outros, dos arroios Catalán (o arrôio das ágatas e cristalizações de quartzo) e Três Cruces. É, em geral, um rio largo (atinge 70 metros em frente às cidades de Quarai e Artigas), porém, de pouco caudal, cruzável em diversos pontos. Pouco navegável (através de 15 quilômetros a partir de sua foz, embarcações de 0,50 metros de calado).
- o rio Arapey (250 quilômetros) acusa madureza geológica. Engrossa ao receber as águas do Arapey Chico (100 quilômetros) e dos extensos arroios Arerunguá e Valentim.
- o rio Dayman (147 quilômetros) constitui poderosa corrente que limita os departamentos de Salto e Paysandu. Margens cobertas de matos abundantes, é apenas navegável em pequenos trechos. Próximo à foz corre por meandros bastante fechados.
- rio Queguay com comprimento bastante apreciável (270 quilômetros). Embora de corrente bastante forte, é navegável até 65 quilômetros de sua embocadura por embarcações de 1,50 metros de calado. Recebe afluentes de alguma importância como o Queguay Chico e o arroio Corrales. Limitam-no ao Norte uma série de ceros chatos constituídos de rochas resistentes, as quais, pouco antes de sua foz, se apresentam também no seu leito, originando aí uma queda d'água de 8 metros de altura, utilizável para o fornecimento de energia elétrica.

Finalmente é ainda digno de menção, nesta vertente, o arroio Negro, que cruza uma região agrícola importante (cultivo de trigo, linho e girassol).

- na vertente do baixo Uruguai, assume particular importância o rio Negro. Com suas nascentes no Brasil, penetra no Uruguai pelo extenso vale delimitado pelas coxilhas do Haedo e Grande, constituindo uma extensa via interior. Recebe poderosos afluentes, tais como o Taquarembó (220 quilômetros e uma rede de tributários bastante extensa) e o Yi (220 quilômetros) e numerosos arroios como o Cordobés, Malo, Salsipuedes, Grande del Sur, Grande del Norte e Bequeló. Após um percurso de cerca de 850 quilômetros deságua no rio Uruguai, formando um grupo de ilhas chamadas de Vizcaino.

Suas condições naturais foram profundamente alteradas com a criação da represa de Rincón del Bonete, 22 quilômetros acima do Paso de los Toros. A barragem ali construída (1 quilômetro

de extensão e 30 metros de altura) criou um extenso lago artificial cobrindo:

- águas normais (cota 80): 1.140 km²;
- águas máximas (cota 83): 1.495 km²;
- águas mínimas (cota 71,5): 465 km².

O represamento das águas se faz sentir até 140 quilômetros da repreса, ou seja, até a confluência do Taquarémbó.

Em condições favoráveis, o rio Negro é navegável desde a sua foz até a repreса.

— ao Sul da bôca do rio Negro deságua o rio San Salvador (130 quilômetros), corrente fluvial de pequena extensão, porém importante por passar por uma das zonas férteis e agrícolas do país e navegável por embarcações de 1,50 metros de calado até a cidade de Dolores.

2) Bacia do Prata — Nesta bacia são notáveis, além do próprio rio da Prata o rio Santa Lúcia e seu afluente San José, cuja foz se acha a pouca distância a W da cidade de Montevidéu, e o rio Rosário.

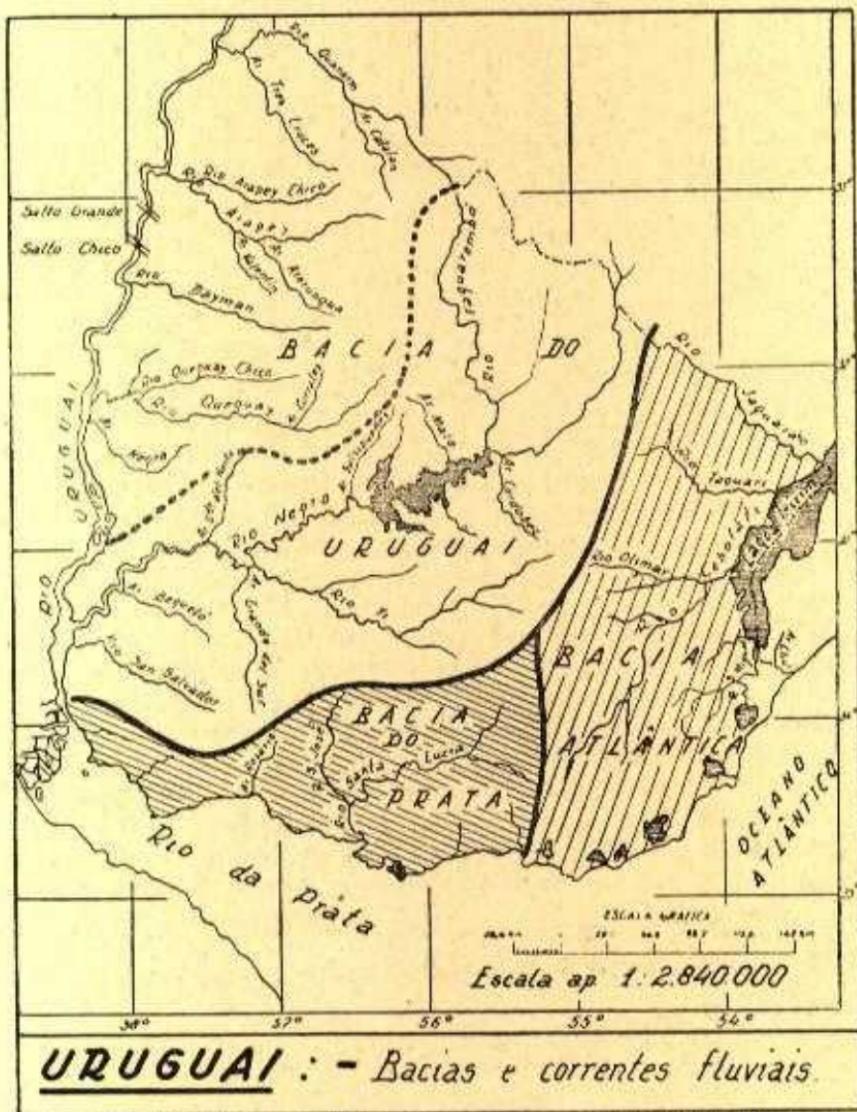
As demais correntes d'água, muito breves, são pequenos arroios de valor inexpressivo.

— Rio da Prata — A confluência dos rios Paraná e Uruguai, nas alturas do paralelo 34° latitude Sul, dá ensejo à formação do rio da Prata, um dos estuários mais importantes do mundo, não só pela atividade dos seus portos como pela amplitude extraordinária de seu leito. No seu início, frente as duas corrente que lhe dão origem, tem mais de 35 quilômetros de largura e 40 quilômetros entre Buenos Aires e Colônia, não sendo, de uma margem vista a outra, embora, em noites claras, seja possível distinguir-se a claridade das respectivas iluminações.

Mais adiante, o leito se amplia ainda mais, atingindo 90 quilômetros entre Punta Espinilo (Montevidéu) e Punta Rasa (Argentina), para atingir sua amplitude máxima (180 quilômetros) entre Punta del Leste (Uruguai) e Punta Rasa (Argentina).

Segundo Giuffra, o rio da Prata termina frente a ilha de Lôbos, onde imperam, de maneira inequívoca, as características oceânicas. É pois um rio curto (350 quilômetros), porém, sem contestação, o de maior bôca do mundo.

Um dos aspectos interessantes do rio da Prata diz respeito à salinidade de suas águas. Tomando por base a salinidade do mar (37 gramas por litro), as análises realizadas no Prata superior dão valores médios muito baixos (pouco menos de 11 gramas por litro na baía de Montevidéu — período 1906-1928). As cifras extremas são: máximo 36 gramas por litro; mínimo, 0,47. Verifica-se, assim que, em frente de Montevidéu, o rio da Prata tem, às vêzes, a salinidade do mar, e, outras, é quase doce. Esta notável diferença deve ser atribuída à ação do vento e à das marés e, também, ao regime dos rios tributários.



URUGUAI : - Bacias e correntes fluviais

Seu fundo é coalhado de bancos, que dificultam a navegação, obrigada, apesar da largura do estuário, a ser feita através de canais muitas vezes dragados, para permitir a navegação transatlântica. Tratando-se praticamente do litoral, o estuário do rio da Prata será tratado mais adiante.

— Rio Santa Lúcia — É o principal tributário do rio da Prata. Sua importância reside no fato de fornecer água para Montevidéu e regar os departamentos imediatos à capital, de importância agrícola preponderante. Apresenta-se bastante largo na sua emboocadura, onde uma ponte levadiça permite o acesso à navegação para o interior até o rio San José.

— Rio Rosário — Caudal de pouca importância, porém navegável numa extensão de 18 quilômetros por pequenas embarcações.

3) Bacia Atlântica — Compreende particularmente os tributários da lagoa Mirim, já que as correntes que vertem diretamente no Atlântico não são dignas de nota.

Daqueles se salientam:

— O rio Jaguarão (Yaguarón) (135 quilômetros) fronteira com o Brasil, é um caudal bastante largo. Graças a um canal dragado (2,10 metros) é navegável num trecho de 20 quilômetros, até as cidades de Jaguarão — Rio Branco.

— O rio Taquari (165 quilômetros), que desemboca na lagoa Mirim, não muito longe do rio Jaguarão. Em tempo normal, embarcações de 1,50 metros de calado podem percorrê-lo em largo trecho; contudo, muitas vezes é necessário esperar que os ventos de Leste empurrem as águas da lagoa Mirim, para transpor a barra que se apresenta na sua foz.

— O rio Cebolati é o mais importante dos tributários da lagoa Mirim. Recebe as águas do rio Olimar e se lança na lagoa Mirim por uma bôca de mais de 1 quilômetro de largura. Caudaloso, permite, todavia, a navegação desde a confluência do Olimar até a foz (87 quilômetros).

— O rio San Luiz, com apenas 48 quilômetros de percurso, dos quais 24 são navegáveis graças à sua profundidade, nasce como consequência da reunião de vários desaguadouros em uma região pantanosa.

— O rio San Miguel — Assim se denomina ao curso inferior de uma relativamente vasta bacia hidrográfica, cujas correntes são de estrutura complicada, dados aos poucos desniveis da região. Constitui, por outro lado, limite com o Brasil.

LAGOS, AÇUDES E CANAIS

Excetuando o lago artificial do rio Negro, criado pela represe de Rincón del Bonete e que já foi referido no item anterior, as lagoas do Uruguai se situam a E e SE do território, nos departamentos de Maldonado, Rocha, Treinta y Tres e Cérro Largo:

a) Lagoa Mirim (laguna Merin), divisória entre o Brasil e o Uruguai, mede cerca de 170 quilômetros de comprimento. Pode ser considerada

dividida em duas partes pelo estreitamento que ocorre entre a Punta Muniz (lado uruguai) e a Ponta dos Latinos, no Brasil.

A parte situada ao norte deste estreito, maior e constituindo uma bacia quase oval de cerca de 50 quilômetros de largo, mas pouco profunda (máximo 4,2 metros) pertence exclusivamente ao Brasil.

A parte sul da lagoa Mirim é relativamente estreita (23 quilômetros em sua parte mais larga); porém mais profunda. Uma série de bancos acha-se recostada à costa uruguai, de modo que o canal (7 metros em média) acha-se próximo à costa brasileira, especialmente nas imediações da Ponta Santiago.

Não obstante a profundidade do canal, a navegação é feita unicamente por embarcações de pequeno calado, devido à pouca profundidade dos canais de acesso ao canal principal e à pouca profundidade junto às margens. O acesso à lagoa dos Patos se faz através do rio São Gonçalo, dragado a 2 metros.

A parte central da lagoa Mirim é muito exposta aos fortes ventos da região (Nordeste e Sudeste), que obrigam as embarcações a procurar abrigo junto à costa. São comuns os banhados junto às suas margens.

b) Laguna Negra o de los Defuntos:

É a lagoa mais extensa do país, excetuando a lagoa Mirim. Tem, com efeito, uma superfície de 180 quilômetros quadrados, sendo relativamente profunda, pois, excluindo-se uma estreita faixa junto às margens, são comuns as profundidades superiores a 3 metros, sem grandes variações, contudo. Estima-se que a profundidade máxima não ultrapasse os 4 metros. O acesso à lagoa é dificultado pela existência de extensos banhados, que quase totalmente a rodeiam. O norte da lagoa está ocupado pelo banhado de Santa Teresa, através do qual foram construídos dois canais, que o unem respectivamente ao banhado de San Miguel e ao das Maravilhas.

Ao sul da lagoa, o banhado de la Angostura. Uma estreita faixa de terra (La Angostura) separa a lagoa do Oceano Atlântico.

c) Laguna de Castillos:

Sua superfície alcança uns 75 ou 80 quilômetros quadrados. De forma oval, tem cerca de 13 quilômetros na dimensão N-S e 8 quilômetros de L a W. Sua profundidade máxima não ultrapassa 3 metros. Liga-se ao mar através de um desaguadouro chamado Valizas. Toda a sua margem ocidental está ocupada por terrenos alagadiços e banhados, particularmente a SW.

d) Laguna de Rocha:

Trata-se de uma porção d'água cuja superfície alcança 120 quilômetros quadrados, porém, muito pouco profundo, (máximo 2 metros).

Não possui ligação permanente com o mar. Contudo, é comum o rompimento da estreita faixa que a separa do Oceano Atlântico no local chamado Barra Vieja.

No departamento de Maldonado encontramos as seguintes lagoas:

e) Laguna Garzon.

Nada mais é que o espraiamento do arroio do mesmo nome, não ultrapassando 1,5 quilômetro de largura em águas normais. Acha-se separada do mar por dunas de areia semi-estáveis. Periódicamente, as águas acumuladas atrás desse parapeito arenoso, rompem-no escoando-se para o oceano.

f) Laguna José Ignácio:

Como a lagoa Garzón é o espraiamento do arroio José Ignácio e suas dimensões são muito variáveis, visto apresentar as mesmas condições da anterior, dependendo, pois, do tempo decorrido do último deságua e a intensidade das chuvas caídas.

g) Laguna del Diário:

A uns 800 metros a NE da Punta do Chileno se encontra, próximo à costa, a laguna del Diário, cujas águas, em épocas de grandes chuvas, costumam abrir caminho até a baía de Maldonado, produzindo, ao confundirem-se suas águas com a do mar, grande mortandade de peixes.

Sua extensão varia com as chuvas, de sorte que os 4 hectares de que geralmente consta se convertem no dôbro ou no triplo, segundo a intensidade daquelas.

h) Lagunas del Sauce e del Potrero:

Limitam a W a zona litorânea que se estende para Este, não só em território uruguai, mas, também, no Brasil. A lagoa del Potrero, espraiamento do arroio Pan de Azúcar, liga-se à lagoa del Sauce (relativamente profunda) por um pequeno desfiladeiro. A lagoa del Sauce desemboca no rio da Prata por pequeno escoadouro.

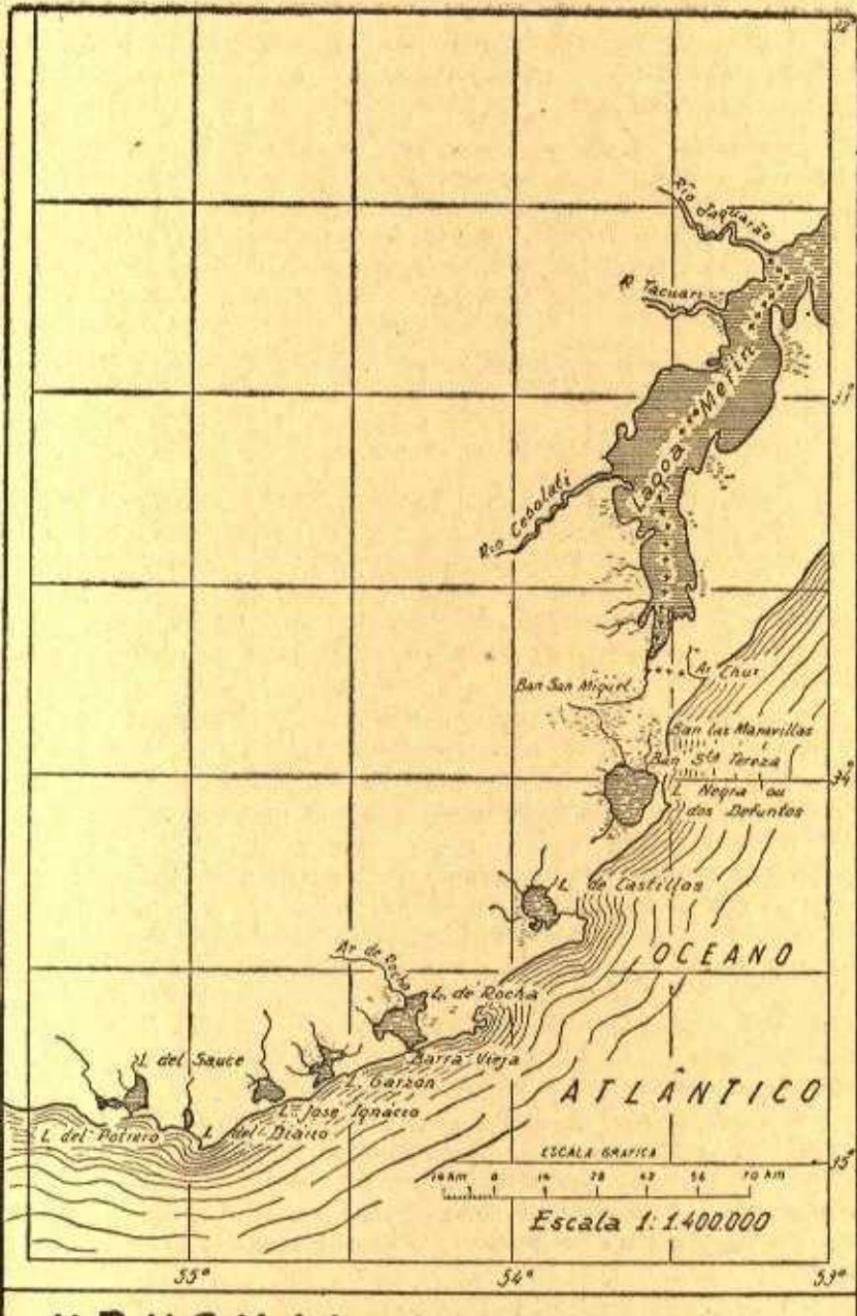
QUEDAS D'ÁGUA E SUAS CARACTERÍSTICAS

O relevo do Uruguai, aliado ao avançado grau de madureza e volume das águas da maioria de seus rios e arroios, são fatores pouco favoráveis à formação de importantes quedas d'água.

Poucas são, pois, as quedas d'água existentes no território uruguai e ocorrentes quando a corrente fluvial encontra um desnível provocado pela existência de rochas duras no seu curso.

As principais quedas d'água são encontradas no rio Uruguai e alguns de seus tributários, que passaremos a mencionar.

Salto Grande — Situado no rio Uruguai a cerca de 20 quilômetros ao N da cidade de Salto, se origina do afloramento de rochas meláfiras que atravessam o leito do rio. Formado por numerosas cascatas (das quais a mais importante tem o nome de Boqueron del Infierno), durante as vazantes chega a ter 12 metros de queda. Nas enchentes que geralmente ocorrem, uma em maio e outra entre agosto e outubro, algumas embarcações podem remontar o salto, ainda que por pouco tempo.



URUGUAI: - Lagoas.

Pouco abaixo do Salto Grande, outro conjunto de rochas meláfiras formam o salto Chico, notável únicamente nas vazantes, facilmente remontável nas enchentes.

Catarata del Queguay — A ocorrência de meláfiras no curso do rio a apenas 20 quilômetros da sua confluência com o rio Uruguai origina um salto de cerca de 8 metros de altura. Às vezes, sucede que uma enchente súbita do rio Uruguai, seja devido às chuvas seja a ventos favoráveis a isso, fazem retroceder as águas do Queguay até o salto, diminuindo, por conseguinte, sua queda, ou mesmo, em alguns casos, anulando-a.

A represa Rincón del Bonet, no rio Negro, proporciona uma queda d'água de 30 metros.

REGIME DE ÁGUAS

O regime das correntes fluviais uruguaias, nunca é demais insistir, está sujeito principalmente às chuvas. A alteração do caudal dos rios e arroios é tão pronunciada que não é estranho que simples sargas ou valetas, normalmente secas a maior parte do ano, não permitam a passagem tão logo se produzam chuvas abundantes. Porém, assim como é fácil a enchente, a vazante quase total se produz poucas horas após o término daquelas.

O regime do rio Negro acusava em Paso de los Toros desniveis de 17 metros (agora regulado pela descarga da represa). O rio Uruguai, em determinadas épocas de secas prolongadas, impede que os barcos ultrapassem Salto Chico; o porto de Salto teve de ser construído para desniveis de 15 metros.

Quando as chuvas são torrenciais os rios e arroios saem dos seus leitos provocando inundações. Então, a passagem por certas pontes só interromper-se e as estradas ficam cortadas. Nestas condições, a construção de pontes que permitam o tráfego mesmo nas enchentes extraordinárias resulta muito onerosa, não guardando, quase sempre, seu custo relação com a importância do tráfego. As inundações atingem as partes aplainadas pela sedimentação do rio ou arroio e, muitas vezes, após a vazante, permanecem braços mortos, banhados ou pântanos.

Outras vezes têm caracteres mais estáveis e dimensões maiores: Banhados de India Muerta, de San Miguel, de Santa Tereza (dep. de Rocha), de Carrasco (Montevidéu), etc. A respeito destes, convém acentuar que a dificuldade de desaguamento, aliado à sedimentação do leito, são, em realidade, os fatores que provocam a formação dos pântanos.

O rio da Prata apresenta, entretanto, características próprias. Sendo zona de transição, entre o rio e o mar, suas águas sofrem outras influências. Assim, as marés se produzem com muita irregularidade; devido à pouca profundidade do seu leito as águas do oceano encontram dificuldade em avançar rio acima, retardando-se várias horas.

Os ventos têm, também, grande influência nas enchentes do rio. Os de SE, quando sopram com persistência, chegam a deter as águas na seção superior (da confluência dos rios Uruguai — Paraná até Colônia — La Plata), e mantêm elevado o seu nível de uma maré a outra, mesmo durante vários dias.

Quando sopra este vento — a "Sudestada" — a maré, que é fraca em Montevideu, chega a alcançar na costa argentina mais de 1 metro. Contudo, embora imperceptível na costa uruguai, continua exercendo influência ao longo da costa argentina e passa aos rios Paraná e Uruguai através dos canais de Martin Garcia. Esses rios armazenam essas águas nas suas seções inferiores para devolvê-las no refluxo.

O vento "Pampero" faz crescer as águas na costa uruguai; em troca, faz baixar o nível na costa argentina.

As enchentes dos rios Paraná e Uruguai na época das grandes chuvas tropicais também influenciam as águas do estuário, ainda que o aumento de nível provocado não seja muito apreciável, dada a extensão do rio.

NAVIGABILIDADE

Segundo Martinez Lamas, em *Economia Uruguaya*, o sistema hidrográfico do país compreende 27 rios e muitas centenas de arroios, que cruzam o território em todas as direções. Apesar desta rede fluvial, a navegabilidade é muito reduzida.

a — Bacia do Rio da Prata:

1) Rio da Prata — Via de acesso natural aos rios Uruguai e Paraná, pode ser considerado navegável em toda a sua extensão, muito embora a existência de numerosos bancos obrigue os navios de grande e médio calado a transitarem através de canais, alguns naturais, outros construídos pela mão do homem.

Partindo da confluência dos rios Uruguai e Paraná, notam-se os seguintes bancos:

— Bancos de Martin Garcia que se desenvolvem junto à ilha desse nome no sentido de NW — SE, estabelecem 2 canais (canais de Martin Garcia), dos quais o mais importante é o de E (entre a ilha e o litoral uruguai, que tem o nome de Canal del Infierno). A constante sedimentação do rio Paraná tem diminuído bastante a profundidade do canal de W, agravado ainda pela dragagem do Banco de Limetas (mais ao norte), que desviou a corrente fluvial para o canal de E, aprofundando-o.

— Placer de las Palmas ou Playa Honda, junto ao delta até as proximidades de Buenos Aires, originado pela forte e constante sedimentação trazida pelo rio Paraná, tem sua extremidade oriental apoiada no canal W de Martin Garcia, e a parte ocidental apoiada na costa argentina. A profundidade média das águas sobre este banco é de 2 ou 3 metros; em certos pontos não ultrapassa Om 30.

— Ao sul do departamento de Colônia se estende o mais extenso banco do rio da Prata: o banco de Ortiz, cuja parte mais ocidental é conhecida como banco dos Pescadores (2 metros), ao norte, é separado da costa uruguaia pelo canal do Norte (4 a 11 metros de profundidade), que permite a navegação de navios de calado médio e dá acesso a Puerto del Sauce. A SW, o banco é limitado pela "Quebrada de Ortiz", talvegue do rio que constitui o canal del Médio, utilizado pelos navios que vão de Montevidéu a Buenos Aires e vice-versa. Um canal artificial o levou à profundidade de 7,50 metros. Em geral, o banco de Ortiz admite a navegação por cima dêle a navios de 3 metros de calado.

A SW do banco de Ortiz existem alguns bancos pequenos: o banco Chico (12 quilômetros de NW a SE) com 3 metros de profundidade; o de Madalena, menor e com sómente 2 metros de água, e o de Gaviota e del Coracero. Estes bancos separam o canal médio do Canal del Sur, mais próximo à margem direita com profundidades de 5 a 5,50 metros. Todas estas sedimentações são de barro e areia.

Na altura de Punta de Piedras (Argentina), o banco Piedras.

Ao sul do banco de Ortiz, na região chamada "Barra Punta Indio", a República Argentina realizou uma obra gigantesca: o canal Punta Indio com 600 metros de largura, 80 quilômetros de extensão e 12 metros de profundidade, para permitir o livre acesso ao pôrto de Buenos Aires.

Frente a Montevidéu e Canelones, há outra série de bancos importante:

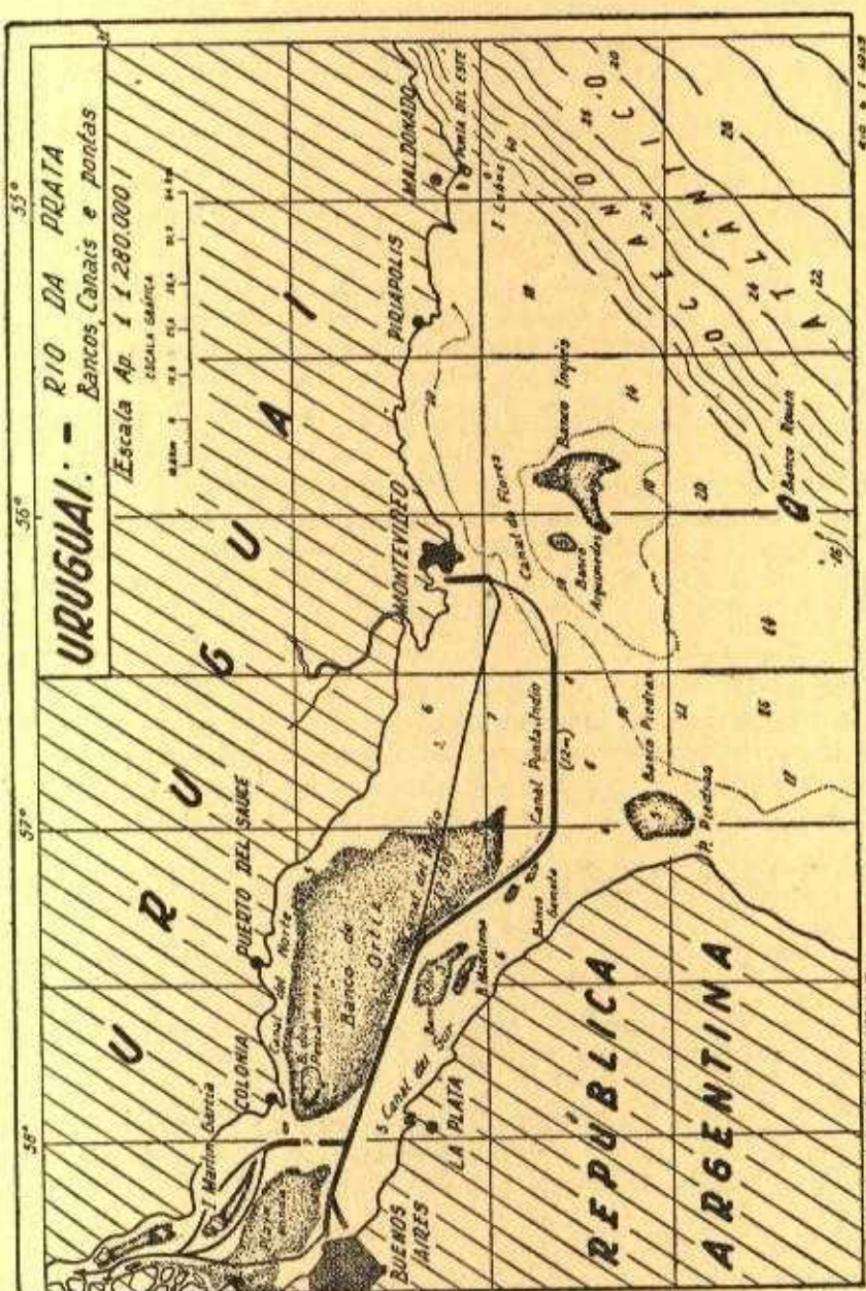
— o Banco Inglês, a 19 quilômetros ao S da ilha de Flôres, é de pedra, coberto de areia, em parte. Quando o rio está baixo desponta em vários pontos. Em sua parte norte a profundidade é de sómente 1 metro numa extensão de 5 quilômetros.

A navegação se pode fazer indistintamente ao norte e ao sul do banco, sendo mais freqüentada ao norte (canal de Flôres), onde se encontram fundos de 13 metros.

A W do banco Inglês há outro afloramento rochoso pela sedimentação do estuário (banco Arquimedes). Não é muito extenso e aflora pouco (sua parte mais elevada está a 4,50 metros de profundidade). Não prejudica a navegação por estar fora das rotas ordinárias.

Por último, a cerca de 30 quilômetros do banco Inglês, está o banco Rouen, também rochoso coberto de areia, com água mínima de 6 metros.

2) Rios Santa Lúcia e Rosário — Navegáveis por pequenas embarcações, o primeiro até a foz do seu afluente San José, e o segundo numa extensão de 18 quilômetros.



b — Bacia do Rio Uruguai:

1) Rio Uruguai. Dada as suas características o rio Uruguai (na seção correspondente ao Uruguai) é navegável nos seguintes trechos:

Da foz até Concepción del Uruguay (183 quilômetros) — navios até 6 metros de calado; dai até Salto (143 quilômetros), por navios de 2,7 metros (9 pés) de calado. Nas grandes vazantes os navios deste calado só atingem Colón (Argentina), onde se processa o transbordo para navios menores de calado máximo de 1,20 metros.

De Concepción del Uruguay a Paysandu a navegação é dificultada pelos pasos Vera, Urquiza (ou Almiron Chico) e Almiron Grande. A montante de Paysandu são vários os passos, quase todos dragados a fim de permitir a navegação.

De Salto para montante, até a foz do Quaraim (163 quilômetros), a navegação é possível em trechos isolados por corredeiras e saltos, e únicamente em época das cheias, por pequenas embarcações.

2) Rio Negro, navegável em determinadas épocas por embarcações especiais, da foz até o passo Pereira (590 quilômetros), interrompido pela represa del Bonete. O seu afluente Taquarembó é navegável em 80 quilômetros (até o passo del Borracho).

3) Rio Quaraim — até 15 quilômetros de sua foz por embarcações de 0,5 metros de calado.

4) Queguay — Apresenta trecho navegável de 65 quilômetros a partir da sua foz, por embarcações de calado máximo de 1,50 metros.

5) Rio San Salvador — Navegável até a cidade de Dolores (1.500 metros de calado).

c — Bacia Atlântica:

1) Lagoa Mirim — Navegável em toda a sua extensão por embarcações de pequeno calado.

2) Rio Jaguarão — 20 quilômetros navegáveis por pequenas embarcações (2,10 metros) de calado, ou seja, até as cidades de Jaguarão e Rio Branco.

3) Rios Taquari e Cebolati — Navegáveis por embarcações de pequeno calado (1,50), o primeiro dependendo das condições de sua barra e o segundo até a confluência do afluente Olimar (67 quilômetros).

(Continua no próximo número.)

SANTOS DUMONT — GÊNIO, INVENTOR E PATRIOTA

MAJ GERMANO SEIDL VIDAL

Palestra pronunciada no almoço do ROTARY CLUB DA BAHIA, durante as comemorações da "Semana da Asa" do "Ano Santos Dumont" (1956).

A família rotariana desta cidade, berço da nação brasileira, honrou-nos com gratíssimo convite. Com a alma em êxtase e o coração na na deslustrada, alinhavamos idéias sobre SANTOS DUMONT — GÊNIO, INVENTOR E PATRIOTA. Acolheu-nos, de inicio, ao reuni-las, o desejo de compilar as contestações formais e documentadas de biógrafos eructados aos detratores do Pioneiro da Aviação. Mas, o Rotary não alimenta essimistas e maus patrícios, que ainda hoje se enfileiram entre os que só crêem no homenageado ou desconhecem suas grandes conquistas. Preferimos, por isto, abandonar as controvérsias iconoclastas e dizer que Santos Dumont algo do que o fez um dos grandes vultos da Humanidade contemporânea.

* * *

O alto grau de capacidade mental criadora de Santos Dumont seria bastante para fazê-lo gênio. Mas, ele sublimou esse dom natural, somando-o a uma atividade realizadora estupenda, uma habilidade manual e artista, um temperamento de missionário e uma intuição de vidente. Ele é, pois, um gênio de potência elevada.



Nascido numa fazenda de café, no Estado de Minas Gerais, é o único dos filhos do abastado fazendeiro Henrique Dumont que não se formou por não haver terminado o curso da "Escola de Minas de Ouro Preto".

Emancipado aos dezoito anos de idade, recebeu do pai seu quinhão do rico patrimônio da família e uma carta-conselho que orientou toda sua vida. Inicia-se ela assim: "Já lhe dei a liberdade...". Depois: "Vamos ver se você se faz homem". E finalizando: "Em Paris, ... você procurará um especialista em Física, Química, Mecânica, Eletricidade, etc.".

"Estude essas matérias, e não se esqueça de que o futuro do Mundo está na Mecânica. Você não precisa de pensar em ganhar a vida; eu lhe deixarei o necessário para viver".

As instruções paternas foram um guia e, não só o fizeram homem de bem, mas um dos grandes homens do Brasil e do Mundo.

Sua riqueza não o lançou aos prazeres mundanos de Paris, porém lhe propiciou os meios custosíssimos para suas criações.

Sem diplomas, sem preconceitos de saber, Santos Dumont afirmou sua genialidade, a um só tempo, de homem de ciência e de esportista. Não foi um sábio consagrado, a quem os títulos davam autoridade, mas cientista puro, pragmático e moderno, que arquitetou seus sonhos e os realizou, em seguida, na bancada de trabalho.

Contestado por engenheiros e matemáticos, quanto à impossibilidade de concretização de suas idéias, traçou seus próprios planos, meditou e calculou com a "sua ciência" e criou o que, até então, era inatingível.

A verdade pura e simples é uma só e está expressa com felicidade por seu original biógrafo Raul de Polillo: "Eram as academias as que não sabiam. E era o inventor o verdadeiro sábio".

É magistral a conclusão desse mesmo autor:

"Já souou a hora de se reconhecer, sem qualquer hesitação, que a de Santos Dumont, e não a dos professores de sabedoria do passado é perempta, é que foi a única ciência verdadeira — a ciência que dividiu a História em dois setores: o setor antigo, que sonhava com o vôo, mas que não voou — e o setor moderno, que já não sonha com o vôo, porque voar lhe apraz."

Quem resolveu os dois mais importantes problemas da novel Aero-náutica, o da dirigibilidade dos "menos-pesados-que-o-ar" e o do vôo, por seus próprios meios, do "mais-pesado-que-o-ar", possui algo mais que um inventor, teve um sopro de divindade e — por não ser Deus — foi um gênio!

* * *

As invenções e aperfeiçoamentos de Santos Dumont, no campo da engenharia e da mecânica aeronáutica, são numerosíssimas, com aspectos curiosos e, por vezes, desconhecidos.

Tentemos uma enumeração sintética.

— *No campo dos balões livres:*

O "Brasil", seu primeiro balão, o menor que então se construiria e dos mais estáveis na época, foi condenado pelos entendidos, quando de seu planejamento. Entre outras novidades, citamos a mudança da rede de invólucro, então usual, por uma totalmente nova, reduzindo seu peso de cinqüenta quilos para mil e oitocentos gramas.

— *No setor dos dirigíveis:*

A forma alongada dos dirigíveis, o acionamento por motor a explosão, os lemes de direção e profundidade, o sistema de pesos deslocáveis para movimentos verticais, o mecanismo das válvulas, os compartimentos de compensação de gás, o velocímetro aéreo, a barquinha para transporte do motor e tripulantes, o uso de cordas de piano ao invés das consagradas de cânhamo; enfim, os primeiros dirigíveis que o mundo viu foram integralmente inventados e construídos por Santos Dumont.

— *Na parte dos aeroplanos:*

O avião biplano celular de fuselagem e asas entelados, o de madeira compensada, o monoplano de asas recobertas de sédia, os motores aéreos precursores (particularmente o do "Demoiselle", com dois cilindros opostos, 35 HP e 40 kg. resfriado a água), a hélice de alumínio e a de três pás, os ailerons, os dispositivos de comando, o hidroplano (deslizador aquático que não voou), o helicóptero (com duas hélices girando em sentidos opostos e que também não voou), o aparelho de vôo ornitóptero (semelhante ao vôo das aves) e muitas outras inovações constituem parte do precioso patrimônio que Santos Dumont deixou para os seus pósteros.

— *No terreno das construções:*

Os dois primeiros hangares para aeronaves construídos no Mundo, em Paris e Mônaco, foram projetados por Santos Dumont, que, ainda aí, incidiu contra os preceitos dos "entendidos" que negavam a exeqüibilidade do uso das grandes portas corrediças imaginadas pelo inventor. Por ironia, o hangar mandado fazer pelo príncipe de Mônaco foi, no ato inaugural, aberto por dois meninos, de 8 e 10 anos de idade...

A casa de Santos Dumont, em Petrópolis, recentemente transformada em museu, por ato Municipal, é um ninho de surpresas para o visitante, tal a originalidade das soluções que seu proprietário adotou.

Enfim, onde trabalhou a mão de Santos Dumont, concretizando idéias, sente-se a presença perene do inventor.

• • •

Para quem tantas glórias conquistou e foi o ídolo de uma época, é triste o fato de ter que desmentir aleivosas insinuações de patrícios. E, Santos Dumont, no auge da glória, refutando os caluniadores, explica

ASSUNTOS DIVERSOS

ASPECTO DA PENETRAÇÃO SOVIÉTICA NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

PHILIPPE SCHNEYDER

Tradução da *Révue Militaire d'Information* de junho de 1961 pelo Tenente-Coronel M. Potiguára

INTRODUÇÃO

ASSISTÊNCIA E SUBVERSÃO

Fato capital de após guerra, geralmente desconhecido, é a concomitância (concomitância mesmo e não coincidência) que existe entre a tomada de consciência da noção de **subdesenvolvimento** e o plano subversivo posto em prática conjuntamente por Moscou e Pequim, na esperança de conquistar parte do **Terceiro Mundo** mercê de vesga política da assistência "técnica".

A desigualdade de desenvolvimento das sociedades humanas certamente não é coisa nova, mas foi necessário o impulso do progresso técnico e a intervenção de fatores com caracteres simultaneamente estratégicos e político-militares para que a necessidade e a urgência de ajuda, aos países subdesenvolvidos, se impusessem ao mundo civilizado, não só como dever de solidariedade mas como imperativo de sobrevivência, sem falar no poderoso meio de propaganda em que tal ajuda se converte posteriormente.

Nunca se dirá o bastante sobre as nefastas consequências da divisão em zonas de influência, resultantes do acordo de Yalta, não só para os destinos do mundo como para as relações internacionais.

Dentre outros fatores, determinantes desta evolução, é necessário ainda acrescentar o da diminuição das distâncias, fenômeno que os soviéticos souberam explorar admiravelmente para as exigências de sua publicidade. Foi sómente a partir do dia em que os russos, a fim de pugnar pela hegemonia e impor ao Mundo o coletivismo, assumiram o risco (enorme) de oferecer as mais temíveis descobertas científicas a países que, desde séculos, se mostravam incapazes de contribuir para o progresso científico, que as relações entre nações ricas e pobres foram definitivamente subvertidas.

É verdade que o problema de assistência às regiões subdesenvolvidas, já por si bastante complexo e árduo de inicio, (não bastasse a grande diversidade do mundo subdesenvolvido) foi escoimada de sua substância humana e sociológica para se transformar, graças à pressão de necessidades externas, em argumento econômico e político.

Tal assertiva é tão verdadeira que a cada uma das fases atravessadas pelo problema do subdesenvolvimento propriamente dito, **humanitária** (ONU = isto é internacional) e **fase da concorrência e da demagogia**, orientada a seguir para o bilateralismo (desafio Este-Oeste) corresponde uma fase da política dos países comunistas em relação ao **Terceiro Mundo**, assim, antes de 1949, "statu-quo", respeito ao equilíbrio impôsto pelo surgimento das Nações Unidas; posteriormente, volta às idéias de Lenine, preconizando a exportação do comunismo a países subdesenvolvidos aproveitando a política de descolonização, diretamente inspirada pelos EE.UU na Europa... Finalmente, após 1955, desencadeamento da ofensiva sino-soviética em direção à África, a partir da conferência afro-asiática de Bandung.

Tal paralelismo é digno de ser admirado mormente quando se leva em conta que as conquistas de influência da Rússia e da China no Oriente Próximo e depois na África são posteriores ao movimento de independência das colônias ou territórios sob tutela européia.

Deve-se deplorar profundamente que as verdadeiras soluções para os problemas de: subequipamento, subnutrição e subcultura, só sejam encontradas quando certas potências hajam repudiado o fanatismo e a demagogia. É claro que o atual interesse pelo "Terceiro Mundo" obedece muito mais a um certo dilettantismo e determinada logomaquia do que a uma concepção objetiva e serena das realidades econômicas. A ajuda aos países subdesenvolvidos em realidade só servirá de "ponte" entre países de culturas e níveis diferentes quando o universo tiver deixado de ser esfacelado, entre duas ou mais ideologias rivais e correntes.

Dai as linhas mestras do presente estudo: **assistência e subversão**, que, a priori, parecem bastante afastadas uma da outra, mas cuja aproximação só é insólita aparentemente.

JUSTIÇA MILITAR (.)

A DESERÇÃO E SEUS ASPECTOS

Capitão GERALDO SAMPAIO VAZ DE MELO

1ª PARTE

1. Para debatermos o assunto, procurando compreender as imperfeições que apresentam os ditames penais insculpidos sobre a deserção, e contribuir ao estudo de diretrizes mais ajustadas, não nos poderemos cingir ao mero estudo contemplativo. Oportuno e conveniente se torna, quase mesmo uma exigência em acometidas dêsse quilate, que se procure perfilar as origens históricas do tema, traçando-lhe os exatos contornos e assinalando as distorções que o amoldamento à alma dos povos e a evolução determinaram.

Desta forma, uma rápida incursão às fontes romanísticas e um exame, também sumário, da monumental codificação que circunda de glória o povo que a concebeu, ajudar-nos-ão, sobremodo, a analisar a figura jurídica da deserção.

Costumavam os romanos fazer a distinção — e nesse pormenor foram seguidos por algumas legislações contemporâneas — entre o ausente (aquele que regressa ao campo militar após ter vagado muito tempo), e o desertor (é o que após ter vagado muito tempo, vêm reconduzido), definições contidas no "De re militari" (Dig. Parte VII, Livro XLIX).

Portanto, só era desertor o que retornava às fileiras castrenses mediante captura; distinguiam-se no fato de que para um o regresso era voluntário e para outro forçado.

Não encontramos no Direito Romano a fixação do prazo estabelecido, modernamente, como limite cronológico para que o abandono das fileiras configure o crime, prazo este que é a condescendência ou graça em proveito do faltoso.

Para entender o bifrontismo com que os romanos encaravam o abandono das hostes militares e a diferenciação entre regresso voluntário e forçado, reproduziremos a opinião de Nicolau Maquiavel, Secretário da República de Florença, homem que ingressou nas páginas da História como político de rara malícia e prodigiosa sagacidade, o qual já dizia em o seu livro "A Arte da Guerra" — projetando a aversão dos antigos pelos que desertavam, pois temiam-lhes a repercussão do gesto: — "Um homem que deserta enfraquece muito mais um exército que um homem morto, embora o nome de trânsfuga o torne tão suspeito a seus novos amigos quanto àqueles que éle abandonou". Para evitar que o soldado, diante de sua irremediável situação, passasse ao inimigo, abriam-lhe as

(*) Os ns. 562, 563 e 564, de junho, julho e agosto, desta Revista, publicavam os dois primeiros artigos desta série — Nota da Redação.

portas de uma reapresentação voluntária, o que valia o seu enquadramento como ausente (emansor) e um castigo sensivelmente mais brandão.

Raciocínio bastante lógico, se atentarmos para o estado de constante beligerância de Roma, como inspirador dessas medidas.

Há os que, por submissão à matriz histórica, timbram na importância da dupla figura. Ora, o que tinha certo fundamento na antiguidade, dada a indole militarista de uma nação, carece hoje de base pois se diversificaram os fatores. Quando os estandartes romanos empreendiam uma avassaladora conquista em todo orbe, organizaram o tempo de serviço de tal maneira que as legiões se renovavam inteiramente cada quinze anos, para ensejar uma idéia da duração do trato das armas.

Então, o retorno voluntário ou a captura, após vagar muito tempo (na própria definição) configuravam um ou outro caso, influindo praticamente no castigo cominado e no tratamento dispensado ao infrator. Era o elemento subjetivo, assinalado pela circunstância em que se dava a recuperação do militar para o serviço das armas, que decidia o seu enquadramento. Vir capturado era a segura presunção de ter querido abandonar definitivamente o serviço das legiões. Tratava-se, como é fácil de depreender, de uma prova discutível e precária, do ânimo do transgressor; valia como pública demonstração de seu arrependimento eficaz. Quanto a nós, herdeiros das tradições latinas, preferimos olvidar a distinção e manter uma figura unitária, contemplando a apresentação, voluntária ou não, com o valor de circunstância que agrava ou atenua a pena, sem decidir da existência do crime. Como atenuante especial, a volta "sponte propria" é um critério mais apegado à realidade e se reveste de maior dose de bom-senso, dentro das condições em que é prestado o serviço militar em nosso País, ao revés da antiguidade clássica quando os conscritos eram submetidos a extensos e quase vitalícios períodos do serviço d'armas, com aspectos inteiramente diversos.

2. Nas verdadeiras democracias, o serviço militar é uma emanacão da cidadania. Ónus cívico e constitucional, os que a elle se furtam, alegando convicções religiosas, deveriam receber um tratamento menos tolerante que o atual, sendo-lhes cassada a própria cidadania e não apenas privados dos direitos políticos. Urge que os Poderes da República reestudem o problema, em consequência do número cada vez mais incrementado dos que recorrem a esse tipo de isenção, numa ação e propaganda verdadeiramente lesiva aos interesses pátios no que elas têm de mais caro e sagrado.

Na caserna, dá-se ao soldado um tratamento profundamente humano, com assistência e compreensão, desde o período em que é selecionado para incorporação. Os que são comprovadamente arrimos de família, desde que requeiram dispensa de servir, são incluídos no excesso do contingente. Há casos porém em que tal medida não pode ser concretizada em face de uma peculiar situação do interessado que está em débito com as obrigações militares (insubmissô ou refratário); mesmo assim

não deixa de ser amparado pelo recebimento em dinheiro das etapas de alimentação e salário-família, quando a ele fizer jus.

Desta forma, cumpre-se uma louvável e bem inspirada política de prevenção de futuras deserções. Coadjuvando tal propósito, encontramos o lapso, relativamente curto de um ano, como tempo de prestação do serviço militar, em comparação ao de outros países que o tem fixado em 24 meses; além do mais, a idade em que é feita a convocação, 18 anos, causa menos transtornos à vida particular dos conscritos.

Digno de especial menção é o procedimento mandado observar no Exército, inspirado em lapidar voto de um dos mais ilustres membros do Egrégio Superior Tribunal Militar — o insigne General Tristão de Alencar Araripe — segundo o qual o Comandante imediato do faltoso (Sub-unidade ou equivalente) ao constatar a ausência do mesmo, deverá intuir-se, através de uma sindicância ou constatação local, dos fatores que motivaram a falta. Muitas vezes há razões de ordem familiar, como enfermidades graves e situações delicadas, que influem no ânimo do faltoso — como poderosa lógica afetiva — e unidas à inexperiência e falta de meios para comunicá-las, conduzem-no à inexorável condição de deserto.

Tal determinação, sábia e humana, tem evitado que muitos, por inadvertência, incidam nas penas da lei, permitindo que regularizem sua situação antes de decorrido o prazo de graça.

3. No Brasil colonial, o "Regulamento de Infantaria e Artilharia de 1763", ampliado, na época imperial, para todas as Armas pela provisão de 11 de outubro de 1843, cujo autor era o célebre Marechal Conde Von Lippe, assim dispunha em seu art. 14 — Cap. XXVI (Dos Artigos de Guerra): "Todo aquél que desertar, ou que entrar em conspiração de deserção, ou que sendo dela informado e não a delatar, se fôr em tempo de guerra, será enforcado; e aquél que deixar sua companhia ou regimento, sem licença para ir ao lugar de seu nascimento, ou a qualquer outra parte que seja, será castigado com a pena de morte, como se desertasse para fora do reino".

Com o decreto de 9 de abril de 1805, foi posta em vigor a Ordenança para os crimes de deserção em tempo de paz, diferenciando-a em simples ou agravada e, segundo esse diploma, agravava-na as seguintes circunstâncias: 1^a — Estando o soldado de guarda. 2^a — Em destacamento menor de cinco homens. 3^a — Achando o corpo em marcha ou 24 horas antes. 4^a — Escalando muralha ou estacada de uma praça fortificada. 5^a — Levando o seu armamento. 6^a — Roubando antes os seus camaradas. 7^a — Tendo desertado para fora do país ou para o inimigo. Ainda ocupando-se do mesmo assunto, e discriminando o armamento do pre-citado art. 5º da Ordenança de 1805, foi baixado o Decreto n. 1.671, de 7 de novembro de 1855, que acrescia, entre os motivos de exasperação da pena, levar o deserto consigo qualquer outro objeto de propriedade nacional, insito ao serviço militar.

Como esclarecimento digno de realce, faz-se oportuno citar que, na vigência da Ordenança de 1805, constituía-se o crime de deserção, por excesso de licença, após trinta dias contados a partir daquele em que findava a mesma, ao passo que, não estando o militar em licença, consumava-se o delito com oito dias de ausência; da mesma forma nêle incidia o militar que faltasse três vezes, no lapso de um ano — contado do dia da primeira falta — e que em cada uma destas faltas estivesse ausente por mais de três dias e menos de oito. Após a extensão ao Exército, do Código Penal para a Armada, através da Lei n. 612/1899, o prazo consumativo para os casos comuns, em tempo de paz, foi fixado em oito dias de ausência, mantido pelas disposições vigentes — Código Penal Militar de 1944. Certos casos especiais serão tratados em detalhe na segunda parte do presente trabalho, ao assoalharmos as situações características das quais decorre o delito.

4. Pertence a deserção ao grupo dos crimes chamados de estado ou de ofício, ou propriamente militares. Enquadra-se entre as figuras anti-sociais próprias à profissão das armas, sob o aspecto de sua constituição orgânica, no dizer de Hélio Lôbo em sua erudita obra "Sabres e Togas". Atenta contra o dever militar e está capitulada no art. 163 e seguintes do CPM.

Sem pretensões didáticas, procuremos sua categorização ao lado dos demais delitos, já se sabendo que é propriamente militar porque só pode ser cometido por soldado (*uti miles*).

Será, de certo modo, instantâneo porque se consuma no exato momento em que expira o prazo de graça, não admitindo tentativa, e é de efeitos permanentes. Simples, pois se compõe de uma ação única, e singular, porquanto praticado por uma só pessoa.

Quanto à sua conformação subjetiva, é delito formal porque consiste na simples violação de norma contida no artigo da lei, ou, segundo a opinião de Florian, porquanto a ação que o constitui basta por si só para violar a lei, sendo indiferente o sucesso material e suficiente a constatação da objetividade jurídica.

Vimos que a deserção depende subsidiariamente do conceito de ausência, contido nos artigos 263 e seguintes do CJM, a qual é "comunicada em parte sómente depois de estar faltando há 24 horas, ao quartel, navio ou estabelecimento, a praça, quando então passa a ser considerada — decorridas que foram estas 24 horas — ausente"; — "esse dia em que a praça passou a ausente, será o da ausência. O STM tem decidido que "o prazo para que se constitua o crime de deserção, conta-se a partir de zero hora do dia seguinte ao da ausência às 24 horas do oitavo dia (Tópicos do acórdão prolatado no julgamento do Recurso Criminal n. 2.714/Estado da Bahia, do STM, publicado no Apenso ao DJ n. 194, de 27 de agosto de 1958). Estas noções fundamentais são relembradas em face de dúvidas oriundas de lapsos na redação de formulários, onde se consigna a revista do recolher como limites da flução do prazo de graça.

(Continua no próximo número)

CENTRO DE ESTUDOS NUCLEARES DO EXÉRCITO, MARINHA E AERONÁUTICA

(C.E.N.E.M.A.)

ESQUEMA INTRODUTIVO

Major JOSÉ MURILLO BEUREM RAMALHO

1 — INTRODUÇÃO

- 1.1 — O preparo para a Guerra.
- 1.2 — O adestramento para a sobrevivência.
- 1.3 — Objetivo.

2 — DESENVOLVIMENTO

- 2.1 — O raciocínio do C.E.N.E.M.A.
- 2.2 — Evolução.
- 2.3 — Comentários.

3 — CONCLUSÃO

- 3.1 — O preparo das elites como autoconservação.
- 3.2 — O prêmio da produção.
- 3.3 — Término.

1 — INTRODUÇÃO

1.1 — O preparo para a Guerra

1.1.1 — "Ad Bellum Pace Parati" (Na Paz, Estai preparados para a guerra).

Eis a formulação sentenciosa de uma expressão que, devido ao seu sabor usual internacional, vem encontrando enorme grau de receptividade nos setores encarregados da Segurança e deve constituir um incremento em nossa política preventiva de autodefesa.

O cabimento dessa normalização de conduta encontra eco em nossos órgãos militares e tudo leva a crer no desenvolvimento da mentalidade científica que domina o país atualmente, fixando, com traços potentes e renovadores, a própria conduta científica das ações militares.

Numa geração em que os conflitos pela sobrevivência estão, em certo grau, num sentido tumultuoso, é vivificante assinalar o papel das Forças Armadas Brasileiras na dinamização do desenvolvimento científico.

Buscando nos arquivos da humanidade peças da História Militar, veremos que o Exército tem demonstrado, através dos séculos, que não é a vida o valor máximo e sublime do homem, mas a maneira e o modo em saber convenientemente utilizá-la.

E é significativo recordar que, quase todos os fundadores de estados universais e todos aquêles que possibilitaram ao seu país escapar da destruição prematura, foram soldados.

O rol constitutivo dos mesmos é vasto através do ciclo histórico, datando do Império dos Sumerianos e Acadianos, fundado há 47 séculos até o Império Romano, que é o antepassado direto e harmônico de nossa atual civilização.

Podemos incluir o Império "Universal" dos Incas, dos Faraós, o Império Chinês de Tsin e de Han, o Império dos Maias, o Império Neobabilônico de Nabucodonosor, o Império Japonês criado por Hideyoshi e o Império Hindu por Baber.

É histórico mencionar que todos os nomes citados por nós, dos salvadores dos respectivos países, são de generais, de Naram Sin a Nicephorus Phocas — o Napoleão do século IX. É ainda sintomático mencionar que a guerra é anterior à humanidade. Diz-nos o historiador hebreu que os Anjos fizeram guerra a Jehovah; diz-nos a mitologia helênica que contra Júpiter levaram guerra os Titãs; diz-nos o Padre Antônio Vieira: "E a guerra aquéle monstro que sustenta das fazendas, do sangue, das vidas; e quanto mais come, e consome, tanto menos se farta".

A grande incógnita filosófico-social permanece sem solução: Desaparecerá do mundo algum dia a Guerra?

1.1.2 — E quanto à problemática da cooperação da elite médica, civil e militar, na concepção, estudo, treinamento, aperfeiçoamento das técnicas e métodos correlacionados com a evolução científica da guerra e sua estabilização humanitária nas ações militares?

A antiga tendência de se prescrever aos médicos e dirigentes físicos, químicos, biólogistas e veterinários, receitas bem moderadoras no sentido do cooperativismo dentro do quadro militar, está sendo auspiciosamente ultrapassada. Sim, por uma mentalidade viva e dinâmica em que o valor representativo desses homens de nível superior, civis e militares, harmônica e está começando a assumir aspectos verdadeiramente reformulativos e de transcedentais resultados.

A mudança operativa está começando a ser deslumbrada no horizonte da ciência médica militar e em marcha os instrumentos de trabalho experimentais brasileiros.

A posse da arma nuclear pelos aliados apressou o julgamento dos céticos e desviados das realizações do futuro para um panorama realístico. Provocou, portanto, a dependência das civilizações urbanas às armas nucleares das grandes potências que as tivessem. Surgiam, assim, novas perspectivas no sentido de articular novas concepções baseadas na evolução da movimentação e do estacionamento de órgãos e pessoal às investidas dos engenhos nucleares.

A idealização de um quadro mental em que o apelo ao humanitarismo cristão seja fato, argumentando-se que a guerra nuclear, de definitiva destruição irrestrita, só pode resultar no colapso da civilização moderna, foge

à realidade, que a História Militar teima em rejeitar. Porque os fundamentos históricos nos mostram que esse apelo pressupõe uma completa racionalização e grau de decência humana, o que anularia toda evidenciação em contrário desde o guerreiro asiático Genghis Kan ao místico alemão do século XX, Himmler.

Assim, a associação e a conjugação de esforços entre os membros qualificados de nossas Forças Armadas, em trabalho grupal com os cientistas civis, forneceriam as bases de uma intensificação no preparo de uma mentalidade revitalizadora.

Preparo esse para nos colocar à frente, e não retaguarda, dos acontecimentos que se precipitam.

Um panorama extremamente básico em todo o problema nuclear é a fase do treinamento.

Indubitavelmente, a teoria da guerra nuclear pode ser aprendida e apreendida pelos militares, no terreno tático e estratégico, nos laboratórios, cursos e no treinamento das Unidades combatentes e de serviço. Porém, como será possível o empreendimento do treino no campo prático e real, por parte desses comandantes e executantes de organizações militares? Eis um aspecto à meditação.

Como conduzir os especialistas nucleares à concretização de um trabalho que represente esforço conjuncional?

Eis, também, outro aspecto para meditar.

Porém, certo é que nas medidas tomadas em função de um esforço de equipe reside o sistema adequado com que devemos preparar-nos para as incertezas do futuro.

1.1.3 — É evidente que essa crucial questão relativa à problemática nuclear foi criada à base da deflagração do primeiro ataque nuclear sobre Hiroshima, no Japão, em 6 de agosto de 1945.

Disso resultou um dado conclusivo quase que automático para os estudiosos e eruditos militares: — Ali, num único engenho de guerra, produto de alta concepção científica, residia a simplificação máxima, a destruição sob a forma mais homogênea, completa e devastadora em seus efeitos.

Depois de 140 anos de combatente progressividade na arte e na ciência da guerra, durante os quais a Divisão transmudou-se numa complexa máquina de 160 km de comprimento ou numa peça de 15 km de largura, conforme em movimento ou estacionada, os cientistas apresentaram ao mundo, surpreendo, uma única solução, eficiente contra os complexos e complicados organismos clássicos da guerra nos três elementos.

1.2 — *O adestramento para a sobrevivência*

1.2.1 — A aurora da idade atômica nos obriga à modificação de nosso comportamento mental com respeito à guerra, atual e futura, e nossa política permanente para manter a Paz e a Liberdade.

Dai o têrmos que nos reportar, agora, às medidas complementativas relacionadas com o preparo da medicina militar para fins preventivos e mesmo objetivando metas pacíficas.

Se é bem verdade que, no capítulo anterior, expomos considerações condizentes com a tomada de posição para nos prepararmos para a guerra, é necessária a lideração também de um movimento visando a medicina militar preventiva quanto à manipulação nuclear.

É interessante pesarmos aqui o grau de adiantamento de nações quanto ao avanço nuclear, pois traz-nos um incentivo para nós, dentro da ânsia de progresso.

Três países assumem a dianteira na corrida nuclear: Estados Unidos, Inglaterra e Rússia.

Brevemente, a França reunir-se-á a estes e, possivelmente, após, a Bélgica, Alemanha Ocidental, China, Itália e Holanda.

A Comunidade Européia de Energia Atômica tem grande representação nisso também, constituindo, por outro lado, um incentivo à cultura e à pesquisa.

Isso, sem dúvida, gerará a automatização de uma corrida também para fins não-pacíficos, servindo-nos para um alerta a pesar em nossa capacidade de trabalho.

1.2.2 — Vamos citar alguns dos problemas que os especialistas nucleares têm que equacionar:

- 1) efeitos externos das partículas Alfa, Bêta e Gama;
- 2) efeitos das dosagens agudas;
- 3) radiação residual;
- 4) organização de tratamento e primeiros socorros;
- 5) efeito do choque e sopro;
- 6) determinação, no terreno, dos limites de segurança nuclear para a tropa em combate;
- 7) dotação de aparelhagem nuclear pela tropa;
- 8) instalação do serviço radiológico para determinação das áreas infestadas pela radioatividade;
- 9) construção de abrigos e instalações para proteção contra a radioatividade;
- 10) defesa da população civil;
- 11) defesa de instalações fixas e móveis;
- 12) defesa genética, vegetal e animal;
- 13) instrução dos quadros e da tropa para a guerra nuclear;
- 14) descontaminação;
- 15) precipitação radioativa;
- 16) estudo, criação, uso e aperfeiçoamento de instrumentos especiais de defesa radiológica;

- 17) efeitos adicionais das radiações;
- 18) a problemática dos incêndios;
- 19) radiação térmica;
- 20) características das explosões aéreas, de superfície e sob a superfície (submarina e subterrânea).

1.2.3 — Daí, caber a essa elite de médicos, veterinários, especialistas, farmacêuticos, químicos, técnicos e cientistas militares e civis, enfim, aqui presentes, a retomada de estudos para a prevenção dos efeitos de uma guerra nuclear, assumindo papel científico, de posição, para defesa da coletividade.

Eis a responsabilidade em movimento a pesar numa equipe que tem sobre si estágio cultural e especializado necessário e suficiente para despertar as esperanças, o alívio e a segurança do pessoal civil e militar em tóda a Nação.

Não basta o conhecimento e a experiência especializada para a criação de uma ação psicológica propícia à germinação de uma mentalidade renovadora e dinamizadora. O interesse e a dedicação são constituintes que irão argamassar a estrutura cultural e científica em benefício da expansão nuclear nas Forças Armadas e da própria Nação.

Isso, porém, não constituirá, estamos mais que certos, problema para esse núcleo científico, pois não há desinteresse e frouxamento na dedicação em se tratando de pesquisa científica e a concepção de medidas de segurança nacional.

A vitalidade da incrementação científica do Brasil, modernamente, é um atestado do grau de atenção, de meditação e de esforços que os homens de ciência, brasileiros, vêm dando às instituições características, particulares e oficiais.

1.2.4 — É confortante mencionar que, em março de 1959, vinte e seis médicos brasileiros constituíram a primeira turma possuidora do Curso de Medicina Nuclear em nossa Pátria. Tal curso, realizado no Centro de Medicina Nuclear da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, é um reflexo exemplar e vivo de nossa capacidade reativativa.

Atentemos que, sómente daqui a dois anos, os americanos instalarão na Califórnia o seu primeiro curso de medicina nuclear, dentro de nossos moldes.

Eis um fato de que devemos usufruir ensinamentos e experiências, processando uma intercâmbio de idéias e trocas informais específicas, em proveito dos nossos membros, qualificados, das classes armadas.

A presença de um grupo com oito cientistas atômicos ao Brasil, a convite nosso, em julho de 1959, composto de técnicos da Agência Internacional de Energia Atômica, é uma visitação objetivando o estudo e o levantamento dos trabalhos, planejamento e possibilidades nacionais dentro do campo aplicativo, pacífico, da energia nuclear.

É interessante ressaltar que essa Agência Internacional de Energia Atômica constitui um organismo internacional destinado à fomentação do intercâmbio em recursos, em cientistas e em órgãos informais técnicos, sob o manto da ONU, com sede em Genebra.

Dai porque o que êsses homens de ciência podem nos auxiliar, constituirá fator permanente de interesse, devido à interligação, no presente e no futuro, dessa Agência com elementos brasileiros.

Numa época em que o deficit de técnicos em física nuclear se faz sentir nos mais avançados centros nucleares do mundo, é fundamental o nosso adestramento nesse sentido, ouvindo-se, inclusive, a Faculdade Nacional de Filosofia, onde existem técnicos formados em assuntos nucleares, como por exemplo, no "Imperial College" e na "University College", em Londres, e passagem nos recentes "Congresso Internacional de Física e Alta Energia", realizado em Genebra e "Congresso de Física Nuclear" em Cambridge.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em junho do ano de 1959, fêz realizar um Simpósio sobre "Radiações Nucleares e Seus Efeitos Biológicos", na Faculdade Nacional de Filosofia. Assuntos, entre outros, tais como "Fundamentos da Radiobiologia", por C. Chagas; "Efeitos Genéticos das Radiações Nucleares", por C. Pavan; Fundamentos físicos das explosões nucleares e experiências "Argus", por H. Carvalho; demonstram o alto sentido do que representou êsse Simpósio e é mais um elo a ser conduzido aos conhecimentos dos especialistas militares para correspondentes medidas de trabalho. Como problema da elevação do nível de contaminação radioativa e seus efeitos na genética vem preocupando o mundo científico da época, e governos mais em evidência, julgou a referida Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência traçar um diagrama atualizativo, para benefício brasileiro.

Eis mais outra contribuição ao adestramento para a sobrevivência de que podemos nos beneficiar. Continuando o percurso na trilha do treinamento para a sobrevivência, citaremos aqui um fato relacionado com a pesquisa em ajuda ao exterior: no caso, ao nosso vizinho e amigo Paraguai. O que aproveitamos para realçar a presença, no II Congresso Brasileiro de Medicina Militar, de médicos ilustres, representantes do Exmo. Sr. Dr. Cezar Gagliardoni, General Diretor do Serviço de Saúde das Forças Armadas da República do Paraguai. Eis os nomes desses competentes, constitutivo de seleta representação científica militar, que citamos aqui, numa homenagem sincera e amiga a êsses soldados científicos de um País, irmão por laços espirituais e acolhedor por suas provas contínuas, e bem objetivas, de hospitalidade: Coronel Dr. Raul Berton Tôrres, Diretor do Hospital Militar Central; Coronel Dr. Henrique Dávalos, Chefe do Serviço Sanitário do Comando da Aeronáutica; Tenente-Coronel D.E.M. Dr. Quintiliano Melgarejo, Diretor da

Escola de Saúde Militar e Educação Sanitária; Capitão-de-Fragata Doutor Aristides Muñoz, Chefe do Serviço de Saúde do Comando da Armada.

Há pouco a Comissão Nacional de Energia Nuclear, o órgão máximo encarregado da implantação de uma Doutrina Nacional de Energia Nuclear, dentro do seu esquema específico, encarregou-se de estabelecer, no Paraguai, um Curso Técnico-prático sobre metodologia de rádio-isótopos, curso esse organizado e ministrado pelo Dr. Rômulo Ribeiro Firroni, da Universidade de São Paulo e Chefe da Divisão de Radiobiologia do Instituto de Energia Atômica. Para melhor aplicabilidade no curso, a Comissão Nacional de Energia Nuclear providenciou o aparelhamento necessário e ainda cedeu-o definitivamente à Universidade Nacional de Assunção, representando esse ato um marco na cooperação científica Brasil-Paraguai.

Essa fórmula cooperativa atendeu a uma solicitação da Universidade Nacional de Assunção e emana um exemplo prático no campo das relações internacionais com os nossos amigos paraguaios.

Por outro lado, a presença, que houve, entre nós, dessa equipe militar técnica pode balizar o início de maiores trocas informais específicas entre as duas Forças Armadas.

Incrementar-se-ia, inclusive, plano de visitas, conferências e estágios culturais — técnico-científicos — entre os membros qualificados das Forças Militares do Brasil e do Paraguai.

A Comissão Nacional de Energia Nuclear, como órgão máximo nesse assunto, poderá prestar ao Centro de Estudos Nuclear do Exército, Marinha e Aeronáutica, eficiente colaboração.

Veremos no capítulo 2 — Desenvolvimento — dessa tese, a articulação dessa Comissão com o C.E.N.E.M.A.

A Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos (CEA) possui quatro escritórios no exterior (Tóquio, Londres, Paris e Buenos Aires) para divulgação e trocas referenciais à energia nuclear, para fins pacíficos. Seria sumamente proveitoso para nós motivar a criação de semelhante escritório no Brasil. Ora, estêve aqui entre nós, representando os EUA neste Congresso, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Ralf B. Berry, da Marinha Americana. Foi uma honra para nós e oportunidade para entendimentos extra-informais.

A presença de uma pessoa qualificada, que representa uma Nação que ocupa posição científica ímpar no mundo inteiro, encheu-nos de satisfação. A propósito, é conveniente esclarecer ainda que o programa dos Estados Unidos, "átomos para a paz" poderá servir de subsídio para nós outra vez, porquanto o citado programa foi o instrumento responsável pelo fornecimento de 6 kg de urânio enriquecido a 20%, para o reator tipo "Piscina" em São Paulo. Tal cooperação deu margem a que fosse processada a primeira reação nuclear em cadeia na América Latina. Outra grande contribuição à causa poderá ser fornecida pelo In-

tituto Militar de Engenharia que, com seu Curso de Energia Nuclear, está substancialmente aparelhado para propiciar as próprias bases implantativas de uma engenharia nuclear na Nação Brasileira.

Inegávamente, os engenheiros militares, possuidores¹ do citado Curso de Energia Nuclear, estão fadados, talvez, no País, a receberem maiores encargos, os maiores encargos para a criação de métodos e processos atinentes à revolucionária energia nuclear, no que se refere à sua tela técnico-científico.

1.3 — Objetivo

1.3.1 — A guerra, contemporaneamente, é uma produção de ciência aplicativa conjugada à manutenção de um estado econômico planificado.

Em realidade, mencionar que, sómente no levantamento e na conjugação dos esforços e atitudes dos componentes de todas as Forças Armadas de uma Nação reside a cobertura eficaz comum desse País, seria fantasioso e tremendamente funesto.

A reciprocidade, dentro das Forças Armadas, da escolaridade científica; a troca de informações referentes à medicina militar entre civis capacitados e militares correlacionados com esse mister; a difusão de publicações oficiais, oficiais, condizentes com o espírito científico-militar da época; são teses com que podemos, com melhores possibilidades e tirocínio, de superioridade intelectual e de atitude material, enfrentar os fatos das crueldades da guerra científica, em vigor, e as opiniões que se agitam na ambiência das conferências, simpósios, conclave e grupos de trabalho.

1.3.2 — Não constitui objeto de nosso comportamento primário contribuir para que os rudimentos e as sementes de um novo acordo reúnativo entre os cientistas militares e cientistas civis brasileiros sejam levados à tela do irrerealismo.

Cabe-nos, isso sim, dentro de nossa modesta apreciação, de nosso julgamento e de nossa produção:

1º) contribuir para que os oficiais médicos, dentistas, farmacêuticos, veterinários, intendentes, especialistas em Guerra Química, Biológica e Radiológica, engenheiros e os das Armas do Exército, conhecedores, estudiosos ou dedicados ao ramo da energia nuclear se aproximem e tracem planos, conjuntamente, para melhor adequação dos métodos e técnicas realísticas, fundamentadas no aperfeiçoamento comum da máquina militar;

2º) contribuir para que os militares do Exército, acima citados, exerçam suas atividades, para o fim específico, em colaboração continua e ativa, com os correspondentes membros da nossa Força Aérea e da nossa Marinha;

3º) contribuir para que a elevada cultura e experiência que têm os membros da Comissão de Estudos Nuclear, existente em nosso Estado-Maior das Forças Armadas, sejam colhidas e aproveitadas pelos menos experientes e mais leigos;

4º) contribuir para que a efetividade em espírito e em corpo, entre todos os integrantes credenciados nas três Forças Armadas Brasileiras e os homens de ciência civis, esteja presente e seja criada e frutificada uma mentalidade de trabalho comum que redunde em proveito do grau de segurança, que o nosso País merece nesta idade moderna;

5º) contribuir para que os centros de estudos civis, referentes à problemática energia nuclear, e que não são tão poucos assim neste País, sejam inter-associativos em relação aos organismos militares especializados, em proveito recíproco, com a máxima redundante no pensamento produtivo-científico-militar da Nação;

6º) contribuir para que os ensaios e pesquisas militares referentes ao ensino tecnológico e científico, no prisma da radiação e correlatos tenham crescentes graus atencional e equilibrado poder esforcional;

7º) contribuir para que a fabricação, a aquisição, e o intercâmbio de materiais característicos figurem na pauta, quer no setor importativo, quer na área interna;

8º) contribuir no sentido de serem criados centros de cultura especializada, nesse campo, em Universidades civis e nas Escolas de Formação, de Aperfeiçoamento e de Especialização, das nossas Forças Armadas;

9º) contribuir para a dinamização crescente do apoio governamental às iniciativas e trabalhos específicos especializados, em se tratando de um acontecimento que faz parte da própria política de defesa do Estado;

10º) contribuir para associação conjunta de idéias, métodos, processos, técnicas e ciências aplicativas formulados no conjunto setorial nuclear, entre os pesquisadores qualificados, a fim de que o nosso País não só acompanhe a progressividade científica das nações mais adiantadas do mundo, bem quanto evitar ao Brasil a surpresa científica e jamais se situe ilhadamente pela evolução dos acontecimentos da época e do amanhã;

11º) contribuir para que seja acrescido e dinamizado o processo de formação e aperfeiçoamento de pessoal militar, específico, a fim de atender à desenvoltura das pesquisas do material e das necessidades que avançam em progressão geométrica, constituindo, assim, constantes no cálculo da derivação da medicina nuclear;

12º) contribuir para que seja alimentado e vivificado o gôsto pelas ciências aplicativas, de ordem nuclear, fundamentando-se na nova ordem conceptiva desta geração e das que nos sucederem;

13º) contribuir para que seja cimentada a alta noção de que a sistemática no campo nuclear constitui o horizonte certo de toda e

qualquer investigação já nesta década, pois fundamenta-se na formulação de uma política dos países que desejam surgir e figurar no cenário mundial e contemporaneamente;

14º) contribuir para que a projeção das Forças Armadas, no campo científico, se fixe numa plataforma permanente e de repercussões no palco civil com resultados favoráveis recíprocos; e

15º) contribuir para que o Brasil possua maior campo projetional ante as demais Nações que avançam pelo perímetro nuclear.

2 — DESENVOLVIMENTO

2.1 — O raciocínio do C.E.N.E.M.A.

2.1.1 — Estamos vivendo numa época tumultuosa, em que a conquista para o êxito torna-se difícil mas não menos gloriosa. As nações se agigantam buscando outras trilhas para renovação do progresso e para a busca de novos instrumentos revolucionários de destruição. E com isso chegamos à Era Atómica.

Para que não sejamos ultrapassados pelos acontecimentos científicos que se desdobram num lance progressivo espantoso, urge a intensificação de métodos técnicos no sentido de, no mínimo, nos prevenirmos, assegurando razoável nível de segurança e estabilidade para nossas próprias forças da nacionalidade. E é na representação ativa das suas Forças Armadas que vai residir o maior somatório de responsabilidades com que podemos, e devemos, oferecer adequado e merecido apoio, em grau de segurança e bem-estar a todos os brasileiros de modo geral e à sua população civil, em particular.

2.1.2 — O Centro de Estudos Nuclear do Exército, Marinha e Aeronáutica (C.E.N.E.M.A.) vem atender aos imperativos técnicos e científicos do mundo militar brasileiro agrupando numa sociedade de âmbito oficial exponenciais figuras militares, e mesmo civis, objetivando pesquisas no campo do átomo para fins militares e, paralelamente, para conquistas pacíficas.

Certamente que este Centro de Estudos ganhará um troféu de críticas, emanado de figuras reconhecidamente sinceras, com autoridade e com adequado senso de julgamento.

Assim é que a muitos a instalação e funcionamento do Centro asentará-se num despósito, pelo menos durante certo número de anos.

Assim é que procuramos levantar o véu dessas críticas procurando, ao mesmo tempo, rebatê-las dentro de uma harmonização de idéias e princípios construtivos.

1º Ponto: O C.E.N.E.M.A. não pode contar com pessoal especializado, em tal quantidade que proporcione cobertura às necessidades investigadoras que dêle exigirão.

— Ora, achamos: O Centro pode, sim, contar com o pessoal especializado.

As fontes de obtenção seriam:

- a) recrutar elementos específicos existentes nas 3 Forças Armadas;
- b) matricular oficiais em cursos e estágios em centros de ensino civis do País e no estrangeiro, notadamente no EUA. Esses cursos ou estágios nos EUA seriam feitos em Unidades de ensino das Forças Armadas, órgãos governamentais ou privados. Cabe aqui ressaltar que os brasileiros são excepcionalmente bem recebidos e acolhidos nos EUA;
- c) os inúmeros institutos civis existentes no País prestariam, de bom grado, assessoramento, colocando à disposição técnicos e cientistas. O Conselho de Pesquisas, a Comissão Nacional de Energia Nuclear, a Faculdade Nacional de Filosofia, a Universidade de São Paulo, etc., são alguns dos citados órgãos que cederiam, estamos absolutamente certos, alguns dos seus especialistas para desempenho de funções do C.E.N.E.M.A.

A propósito, cabe recordar que, em 1959, embarcou para o Paraguai o Almirante Octacilio Cunha, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Lá, entre outras, tinha o objetivo de manter entendimentos com as autoridades locais objetivando a fomentação, entre os países de intercâmbio no campo nuclear.

A citada comissão estaria disposta a conceder bolsas de estudos à especialistas "guaranís" que possam vir ao nosso País.

Portanto, em condições semelhantes, a referida Comissão Nacional de Energia Nuclear estaria pronta a auxiliar o C.E.N.E.M.A.;

d) criação de cursos e estágios em Centros Militares para atenderem ao desenvolvimento do C.E.N.E.M.A. e, principalmente, à instrução da Tropa e dos Quadros.

2º ponto: O Centro não poderá dispor de aparelhagem e instrumentos especializados em proporção exigível, face, entre outros, ao seu custo e dificuldade de obtenção.

— Ora, achamos: sim, o C.E.N.E.M.A. pode dispor, já, de aparelhagem e instrumentos especializados.

Em acordo com o Instituto Militar de Engenharia, com a Comissão de Energia Nuclear e outros organismos, oficiais e privados, poder-se-ia contar com o equipamento necessário, que progressivamente iria sendo adquirido, por verbas próprias, doações, etc.

3º ponto: O C.E.N.E.M.A. necessitaria, para dar vazão à amplitude dos seus serviços, de enormes verbas.

— Ora, achamos: O CENEMA iria, progressivamente, desenvolvendo os seus serviços. Em consequência, no mínimo, ele contaria com o Conselho Nacional de Pesquisas, que é um organismo governamental criado para, entre outros, auxiliar órgãos setoriais encarregados de pesquisas. E nesse caso esta o C.E.N.E.M.A.

4º ponto: O C.E.N.E.M.A. não encontraria, ainda atualmente, campo e receptividade propícios aos seus investimentos técnicos-científicos.

— Ora, achamos: Há um interesse, maior do que se supõe, em nosso País, pelos assuntos nucleares. O desenvolvimento de Cursos sobre tais assuntos é um fato sintomático e realístico.

Do interesse existente, vamos citar, entre outras, uma prova:

Na Faculdade Nacional de Filosofia, existe o Núcleo de Estudos e Pesquisas Científicas. Pois bem: esse Núcleo, sob os auspícios da Comissão Nacional de Energia Nuclear, fez realizar dois cursos — um versando sobre "Introdução ao Estudo de Energia Nuclear" e o outro sobre "Mineralogia e Patrografia dos Minerais Radioativos" cursos esses ministrados por professores da referida Faculdade e que encontrou imensa receptividade.

Portanto, há o interesse militar, ainda, em que as nossas Fôrças Armadas não fiquem desatualizadas no campo da energia atômica.

5º ponto: A criação e funcionamento do C.E.N.E.M.A. seriam incoerentes, já que inexiste, em bases harmônicas e práticas, centros semelhantes em cada uma das Fôrças Armadas.

— Ora, achamos: O fato de inexistir no Exército, na Marinha e na Fôrça Aérea núcleos substanciais sobre a energia nuclear não representa bem a realidade.

O Estado-Maior das Fôrças Armadas (EMFA) e o Instituto Militar de Engenharia, por exemplo, são pontos vigorosos e preciosos no campo de estudos nucleares.

E supondo que nada existisse não seria um argumento sólido para a não criação do C.E.N.E.M.A. Ressaltamos que o Instituto Militar de Engenharia dispõe de um Curso de Engenharia Nuclear.

6º ponto: O C.E.N.E.M.A. iria constituir um organismo com finalidade idênticas à Comissão Nacional de Energia Nuclear e, logo, desnecessário.

— Ora, achamos: A Comissão Nacional de Energia Nuclear, diretamente subordinada ao Exmo. Sr. Presidente da República, é um organismo disciplinar de uma política nacional nuclear. Esses dois órgãos iriam se completar; haveria oportunidade para maior campo operativo e cooperativo, em que a Comissão de Energia Nuclear exerçeria importante papel no auxílio ao C.E.N.E.M.A.

Eis, em suma, alguns dos aspectos que achamos interessantes retocar, para defender a causa da criação do C.E.N.E.M.A.

Sem dúvida que uma Diretoria do CENEMA dinâmica, é revitalizadora e possuída de capacidade criadora buscará acordos, soluções e empreendimentos visando alcançar melhor o seu desenvolvimento.

2.2 — Evolução

2.2.1 — A organização do C.E.N.E.M.A., que mostraremos adiante, constitui o prelúdio do que poderá ser, na prática, entidade dinâmica.

Sendo uma estrutura original em sua origem estará sujeito à criação e à distorção. Porém trata-se de uma introdução ao arcabouço de uma organização que poderá e deverá sofrer mutações em seu conteúdo. Isto de base, no mínimo, para novos estudos.

2.2 — Organizações do C.E.N.E.M.A.

3 — Comentários

2.3.1 — A montagem da organização retro o foi atendendo à flexibilidade, simplicidade e à variabilidade do sistema que ora submetemos à consideração do Estado-Maior das Forças Armadas.

Vejamos, sinteticamente, algumas observações à margem desse arcabouço que visa, entre outros objetivos, à criação de uma nuclearização condizente com as nossas aptidões e possibilidades militares.

A) Diretor-Geral:

Deve ser um Oficial-General, da ativa, de qualquer uma das três Forças Armadas, com grande tirocínio administrativo e acentuado valor científico-científico.

A Chefia do C.E.N.E.M.A. é obtida mediante o processo por sufrágio.

Sua missão será a de responsabilizar-se pelo desenvolvimento dos estudos nucleares, basicamente, nas nossas três Forças Armadas.

B) Subdiretor-Geral:

Deve ser um Oficial-General da Ativa, do Exército, Marinha ou da nossa Força Aérea, posuidor de comprovado tirocínio administrativo e experiência em pesquisas físicas.

Também aqui na Subchefia a sua obtenção é galgada através do processo por sufrágio.

Terá o Subdiretor-Geral o controle e a coordenação de todo o mecanismo funcional e administrativo do C.E.N.E.M.A.

C) Gabinete:

É um órgão constituído pelos responsáveis máximos pelos setores de Saúde nas Forças Armadas, pelo oficial médico mais graduado do EMFA e pelos oficiais designados a critério do Chefe do Gabinete, este sendo o Oficial-General mais antigo dos três do Serviço de Saúde.

Tem a finalidade precípua em constituir-se em um Conselho consultivo, perante o Diretor-Geral, nos assuntos de medicina.

D) Unidade Administrativa:

É o setor especificado e concernente ao desenvolvimento de toda a vida administrativa do C.E.N.E.M.A.

Como vimos no fluxograma, em linhas atrás, as Seções Administrativas dos diversos Departamentos estão subordinadas administrativamente à Unidade Administrativa. Em consequência, os diversos Depar-

tamentos, o Agrupamento Assessorial e o Gabinete não têm relações de trabalho com fatos administrativos.

O Chefe e o Subchefe, do Serviço de Intendência são escolhidos através do método seletivo, o sufrágio. Aos demais elementos a escolha mediante critério seletivo, em que serão escolhidos os aprovados em prova específica, ou, então, indicação conjunta do Subdiretor-Geral e Chefe da Unidade Administrativa, em se tratando de oficiais da ativa.

E) Agrupamento Assessorial:

O Chefe desse Agrupamento será um engenheiro militar do EMFA, do Exército, Marinha ou Aeronáutica. Será escolhido mediante indicação do Diretor-Geral, do Subdiretor-Geral, de qualquer um dos três Oficiais-Generais responsáveis pelos órgãos de Saúde nas classes armadas ou pelo representante médico do EMFA.

Quanto aos restantes assessores serão indicados por qualquer um dos Oficiais-Generais do C.E.N.E.M.A. ou pelo Chefe do Agrupamento Assessorial. Esse Agrupamento visa assessorar qualquer integrante ou órgão do CENEMA ou, ainda, cooperar nas pesquisas, segundo esforço e credencial pessoais.

F) Quanto ao Departamento do Espaço Interplanetário é um órgão que deverá ser criado não já. Porém, caberá ao Agrupamento Assessorial emitir estudo fundamentado sobre o mesmo, devendo-se, desde agora, ser previsto seu esqueleto organizativo. A vantagem nisso é evidente face ao progresso espantoso da ciência. Sim, quando constatamos que o átomo foi desintegrado há apenas 25 anos (no ano de 1932); que há 15 anos nenhum soldado ouvira falar de uma bomba ou granada atômica; que há 25 anos nenhum homem na Terra podia prever exatamente o lançamento do Satélite Artificial.

G) O Exército, a Marinha e a FAB estão representados, respectivamente, pelos Departamentos Terrestre, Naval e Aeronáutico. A êsses Departamentos estão incumbidos toda sorte de problemáticas correlacionadas e relacionadas com a energia nuclear. São auxiliados, se fôr o caso, pelo Agrupamento Assessorial.

Os Diretores desses Departamentos são selecionados entre os Coronéis com o Curso de Estado-Maior, dando-se prioridade, entre os mesmos, àqueles possuidores de trabalhos sobre a Energia Nuclear ou com o Curso de Guerra Química.

São escolhidos pelo processo seletivo do sufrágio.

H) As Divisões de Medicina Militar, Engenharia Nuclear e a Executiva, são chefiadas, respectivamente, por médico militar, engenheiro militar e oficial com o Curso de Estado-Maior.

Cada Chefe dessa Divisão deve ser Coronel (ou posto correspondente nas outras Fôrças) ou Tenente-Coronel (idem, idem) e indicado por qualquer dos Chefes a que ele está subordinado, desde os Diretores dos Departamentos até o Diretor-Geral do C.E.N.E.M.A.

I) Os oficiais com o Curso de Guerra Química, os Intendentes, os Farmacêuticos, os Veterinários, etc., exerçerão trabalhos nos Núcleos ou no Agrupamento Assessorial.

J) Convém ser ressaltado que na Unidade Administrativa só servirão oficiais intendentes.

K) Finalizando essa síntese, mencionemos que a presente estrutura do C.E.N.E.M.A. está, apenas, com o seu esqueleto esboçado.

Não temos a pretensão, em absoluto, de levantar, orgânicamente, um sistema fiel em seus princípios administrativos funcionais rígidos e atribuições especificamente desenvolvidas. Mesmo porque o tempo de que dispomos para apresentação d'este trabalho impediu-nos de abraçar maior espaço dentro da limitação temporal.

Estamos dispostos a, em qualquer outra oportunidade e em qualquer época que nos fôr solicitado, desenvolver o presente trabalho.

Nosso pensamento visa à conduta de como melhor possa servir ao Exército, do qual somos membro.

3 — CONCLUSÃO

3.1 — *O preparo das elites como autoconservação*

3.1.1 — Estamos a terminar d'este trabalho.

Estamos fugindo à realidade dos acontecimentos, que se precipitam, se não procurarmos desenvolver em nossas almas, em nossos corações, em nossos cérebros e nos nossos braços, a idéia renovadora e revitalizadora de que urge progredir. A esta elite presente, que é o EMFA, cabe acelerar o passo da desenvoltura progressista.

Nada é mais certo do que afirmar de que tudo é progresso o que vai acontecendo em todos os setores militares.

Temos pessoal militar entusiasmado, dedicado, com conhecimento de que as nossas fôrças terrestres, aéreas e navais estão sofrendo, atualmente, um transmudação, para beneficiar aos que nos sucederem.

Nós, militares profissionais, que somos responsáveis pela segurança de nossa Pátria, ainda achamos que não demos tudo pelas nossas Fôrças Militares. Sentimos que ainda há muito a fornecer e a nada perceber em troca. Do que já constituímos e já funcionamos resolvemos pensar no meio de, continuamente, aperfeiçoar o sistema.

Cabe-nos prever a sorte dos acontecimentos, não para desejar a guerra, mas para preveni-la.

Preveni-la em suas formas, em sua vontade de defesa médica, em sua exposição de mostra armamentista.

3.1.2 — Evidentemente o C.E.N.E.M.A. deverá ter uma formulação básica no roteiro de seus trabalhos.

Ei-la:

- 1º) Necessidade do desenvolvimento da pesquisa e da indústria nuclear nas Fôrças Armadas;
- 2º) Necessidade na formação e adestramento de pesquisadores militares;
- 3º) Necessidade na obtenção de equipamento especializado;
- 4º) Necessidade de renovar esforços, junto às indústrias, no sentido de iniciar o fabrico, no País, de materiais técnico-científicos.

3.2 — Qual o prêmio de nossos esforços militares? Qual o mérito em nossas convicções militares? Qual o valor em que nos aprofundarmos em debates neste pequeno trabalho pensando no desenvolvimento da medicina militar? Haverá troféu que ultrapasse a dianteira em nosso caminhar pelo avanço da ciência médica? Qual o valor, verdadeiro, real, dessa equipe de oficiais de EM, de engenheiros militares, de técnicos, de especialistas, etc., procurando desinteressadamente, dar algo para o grupo social, para a nossa comunidade militar?

— Hoje somos todos gigantes na preocupação pelo bem do Brasil. Amanhã, estaremos esquecidos e nossos trabalhos ficarão reduzidos a pó em sua concepção e genialidade iniciais.

Mas foi pelos trabalhos, que todos realizamos, que o amanhã acolherá o calor de nossos esforços em prol da melhoria das condições de vida e da própria sobrevivência.

Nada do que aqui fizemos foi grande.

Grande foi a recompensa em sabermos que procuramos servir às nossas Fôrças Armadas e ao Brasil.

3.3 — Término

3.3.1 — Agradecemos, devotadamente, esta oportunidade em procurar servir.

3.3.2 — Uma prece à Deus pelo nosso Exército, pela nossa Marinha e pela nossa Fôrça Aérea Brasileira. E outra pelo nosso Brasil.

Os artigos destinados à publicação em A DEFESA NACIONAL devem estar datilografados, espaço duplo e vir acompanhados de fotografias, desenhos, gráficos, etc. Os desenhos devem ser feitos com tinta nânquim, para sua perfeita reprodução.

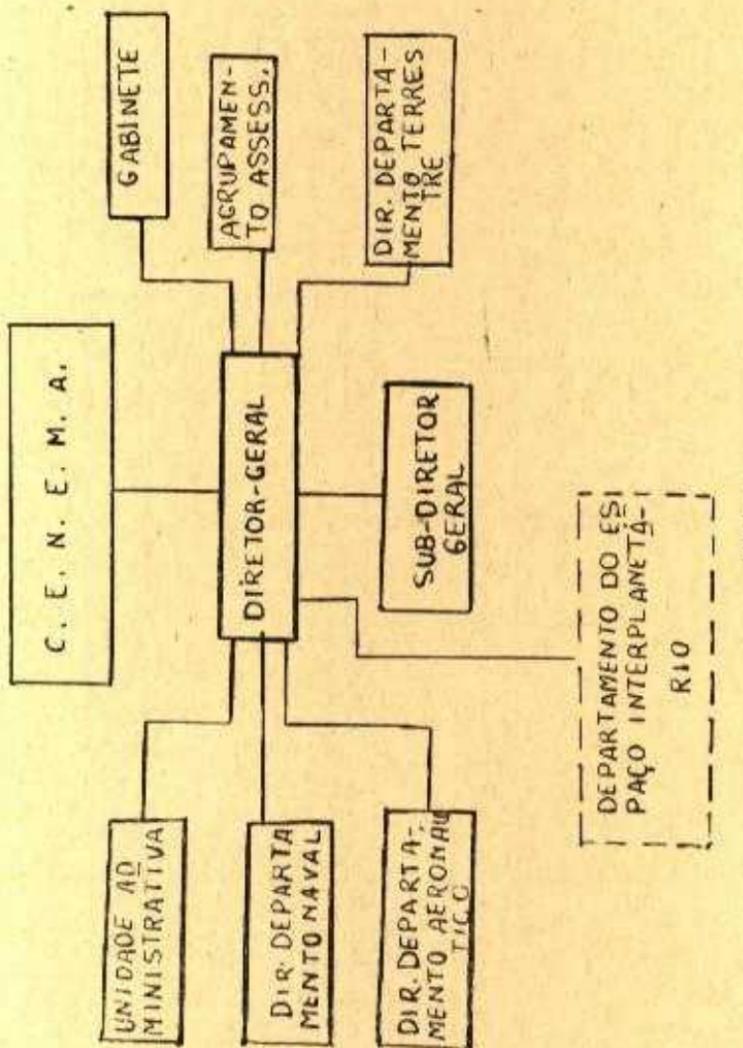
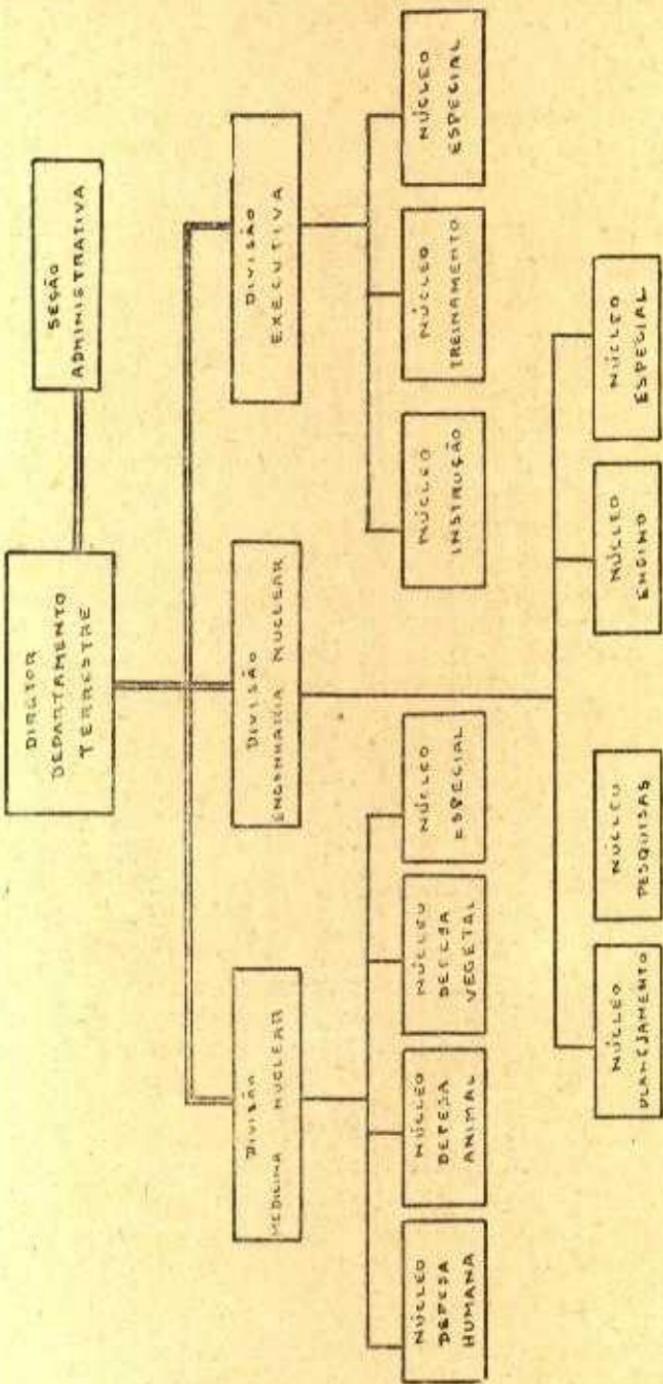


FIG. 1



L6664

CONTINUATION

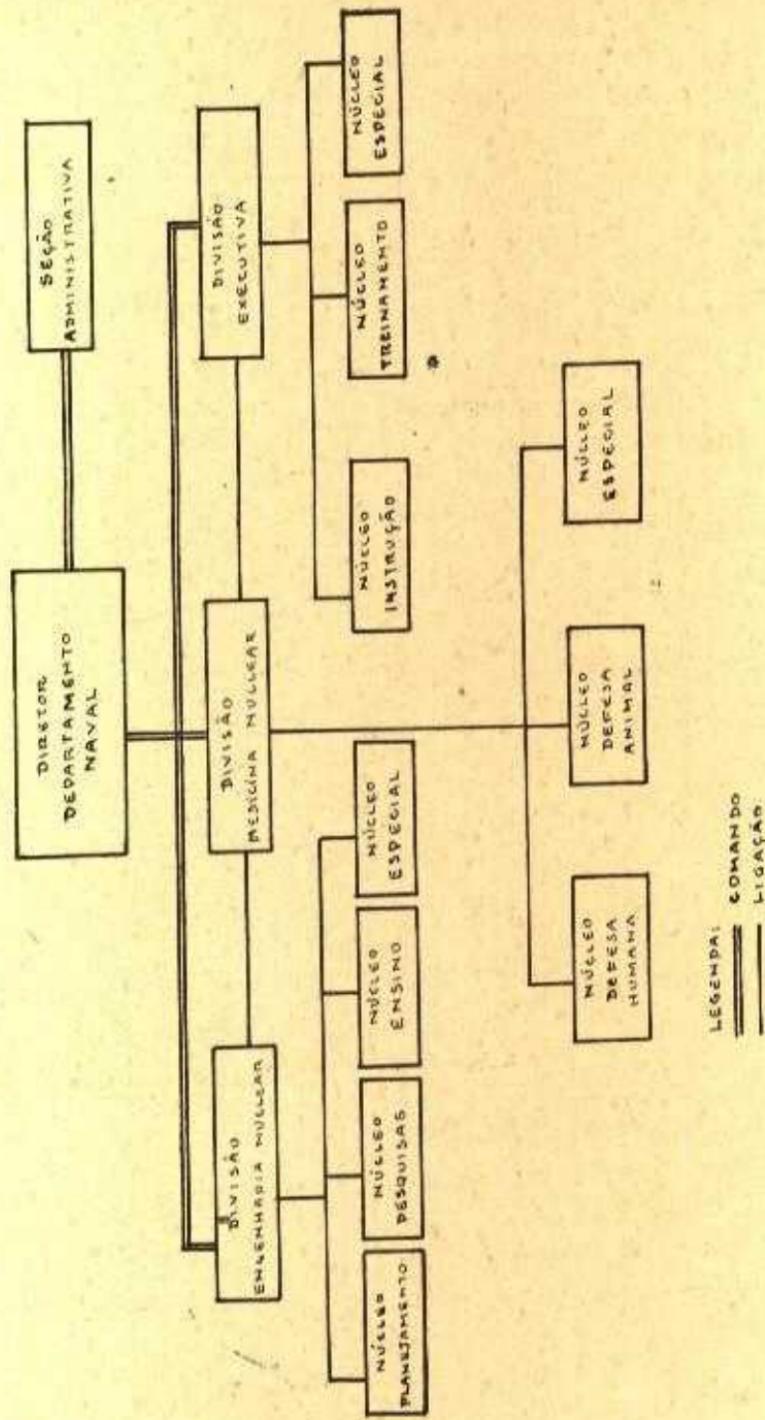


FIG. 3

CABINETE

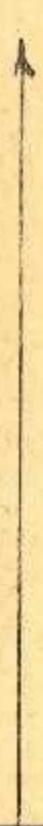
DIRETOR DE SAÚDE
DO EXERCITO

DIRETOR DE SAÚDE
DA MARINHA

DIRETOR DE SAÚDE
DA AERONÁUTICA

OFICIAL MÉDICO
DO EMFA

DIVERSOS



GRUPO AMPLIAMENTO
ASSSESSEURS ORTAL

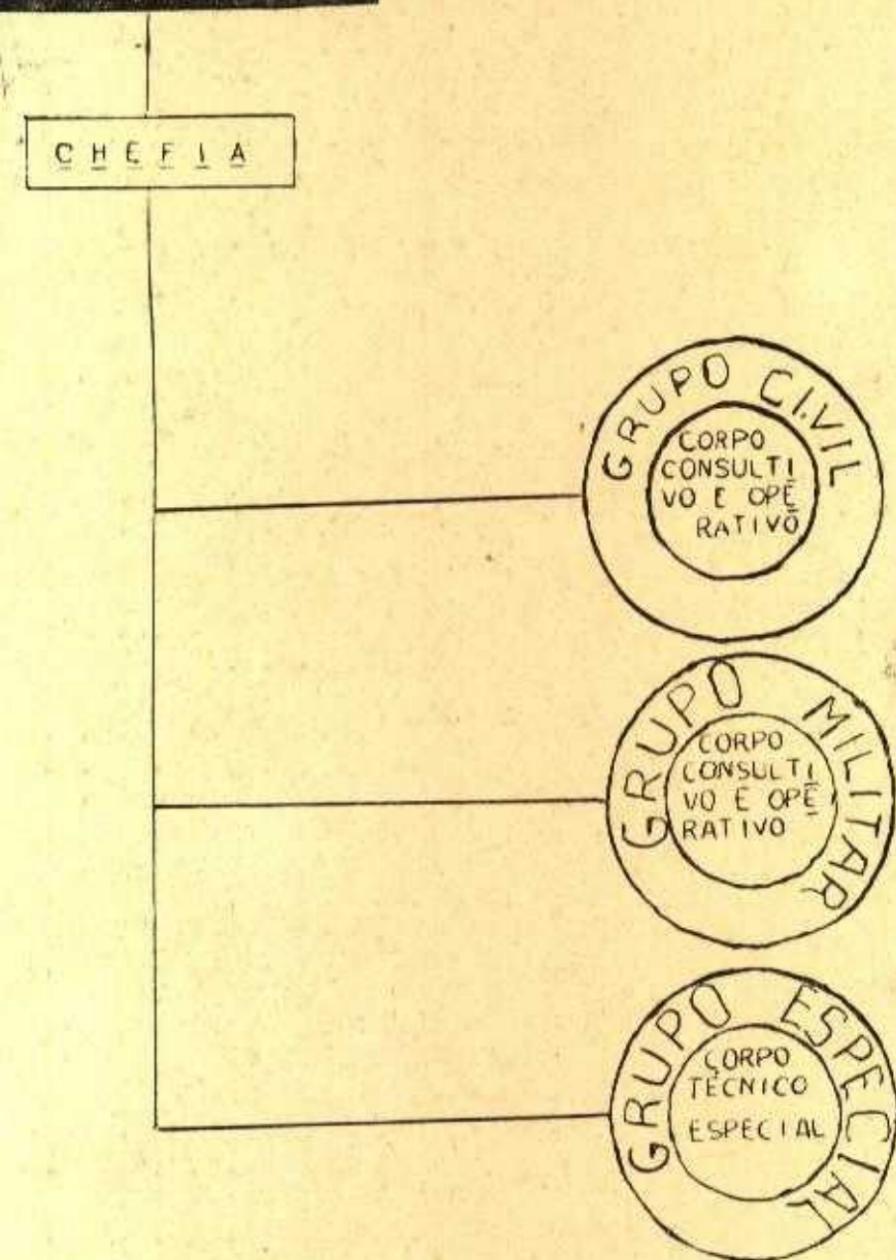
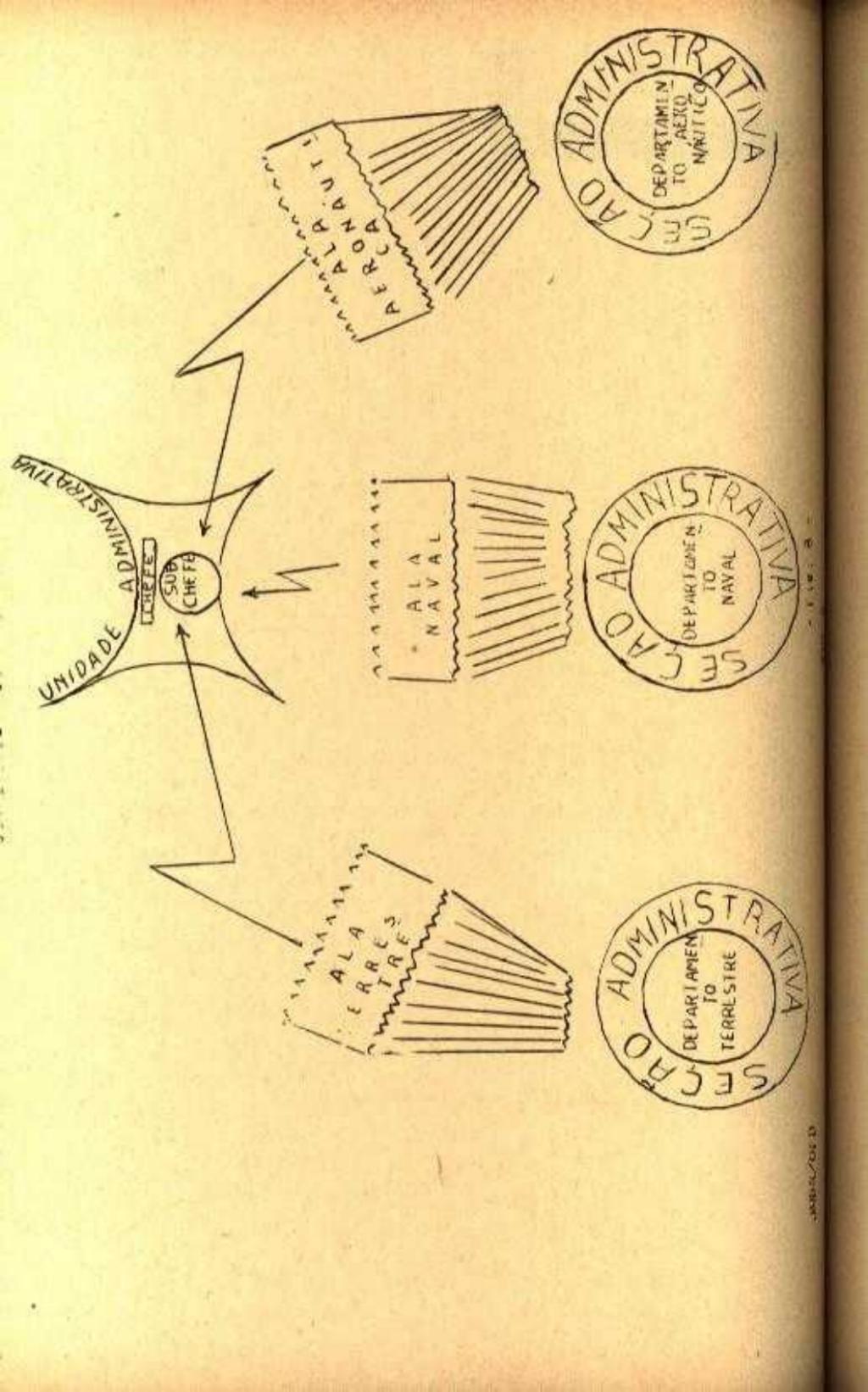


FIG. 7



"A DEFESA NACIONAL"

CORPO DE REDATORES PARA 1961

REDATOR-CHEFE — Major José de Sá Martins

COORDENADORES :

Cel Ayrton Salgueiro de Freitas ...	Assuntos Militares
Cel-Av Délia Jardim de Mattos	Aeronáutica
Ten-Cel Hugo de Andrade Abreu ...	Exército
Cmt J. A. Carneiro de Mendonça ...	Marinha
Ten-Cel Carlos de Meira Mattos ...	Guerra Revolucionária
Ten-Cel Waldyr da Costa Godolphim	Geografia
Ten-Cel J. R. Miranda Carvalho ...	História
Ten-Cel Celso dos Santos Meyer ...	Caso de Espionagem
Ten-Cel Octavio Tosta	Geopolítica
Ten-Cel Mário de Assis Nogueira ...	Psicologia e Liderança
Ten-Cel Ézio de Melo Alvim	Ciência e Técnica
Ten-Cel Danilo da Cunha e Mello ..	Candidatos à EsAO
Maj Adyr Fiúza de Castro	Engenhos-Foguetes e Satélites
Maj Amerino Raposo Filho	Doutrina Militar Brasileira
Maj Leopoldo Freire	Assuntos Diversos
Maj Germano Seidl Vidal	Candidatos à ECEME
Maj Confúcio Pamplona	Guerra Atômica
Maj Dário Ribeiro Machado	Nossas Guarnições Militares
Cap-Ten Ayrton Brandão de Freitas	Ed. Física e Desportos
Cap Diógenes Vieira Silva	Guerra Química

A DEFESA NACIONAL mantém intercâmbio com as seguintes revistas estrangeiras:

AMÉRICA DO SUL

Argentina:

- Revista "Nacional de Aeronáutica
- Combustibles y Energia;
- Boletim del Centro Naval — Revista del Suboficial;
- Revista de los Servicios del Ejército — Revista del Tiro;
- Técnica e Indústria — Boletin de Combustibles;
- Boletin Mensual de Estadística
- Boletin de Informaciones Petroleras — Revista Militar
- Revista de la Escuela Superior de Guerra — Revista del Servicio de Informaciones del Ejército
- Revista de Publicaciones Navales — Biblioteca Nacional de Aeronáutica.

Bolívia:

- Revista Militar.

Chile:

- Memorial del Ejército de Chile
- Revista de Marinha.

Colômbia:

- Revista de las Fuerzas Armadas
- Armada.

Equador:

- Revista Militar — Revista Municipal.

Paraguai:

- Revista de las Fuerzas Armadas de la Nación — Boletin Naval.

Peru:

- Revista de Chorrillos — Revista Policial del Peru — Revista Militar del Peru — Revista de Marinha — Revista de CIMP.

Uruguai:

- Revista Militar y Naval.

Venezuela:

- Revista de las Fuerzas Armadas
- Revista del Ejército, Marinha y Aeronáutica.

AMÉRICA DO NORTE

Estados Unidos:

- Armor-Army Information Digest-Army.

México:

- El Legionário.

AMÉRICA CENTRAL

Cuba:

- Boletin del Ejército.

EUROPA

Alemanha Ocidental:

- Ibero Amerikanische Bibliotek.

Bélgica:

- La Revue Maritime Belge

Espanha:

- Guion — Ejército.

França

- Revue des Forces Terrestres
- Revue Militaire Générale
- Revue Militaire D'Information
- Defense Nationale
- Revue des Forces Aériennes Françaises.

Itália:

- Revista Militaire
- Notiziario di Aviazione
- Rivista Marittima
- Rivista Aeronautica.

Portugal:

- A Defesa Nacional
- Revista Militar
- Revista de Cavalaria
- Revista de Marinha.



Preço do Exemplar

Cr\$ 30.00

SMG
IMPRENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1961